

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

UMA GRAMÁTICA PERDIDA NOS TRÓPICOS
UM MANUSCRITO SETECENTISTA SOBRE A LÍNGUA GERAL DO BRASIL

Cristiano Silva Jesuita

SÃO PAULO - 2020

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

UMA GRAMÁTICA PERDIDA NOS TRÓPICOS

UM MANUSCRITO SETECENTISTA SOBRE A LÍNGUA GERAL DO BRASIL

Cristiano Silva Jesuita

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Leonor Lopes Fávero.

SÃO PAULO - 2020

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dessa Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a. Leonor Lopes Fávero (orientadora) – PUC-SP

Prof.^a Dr.^a. Marilena Zanon - PUC-SP

Prof. Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira - PUC-SP

Prof. Dr. Maurício Pedro da Silva - UNINOVE

Prof. Dr. Silas Gutierrez – Faculdade de tecnologia Dom Paulo
Evaristo Arns

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

O real não está no início nem no fim, ele se mostra
pra gente é no meio da travessia [...] (Guimarães Rosa)

AGRADECIMENTOS

O presente texto é fruto de pesquisas, mas também de reuniões de orientação, conversas com amigos, indicações de leituras, isto é, de reflexão introspectiva e trocas de experiências com inúmeras pessoas. Sendo assim, de antemão, gostaria de agradecer a todos aqueles que, de certa maneira, contribuíram para a realização desse trabalho.

Começo pela orientadora da tese, professora Leonor Lopes Fávero, que com seu rigor, sua atenção e paciência nas (re)leituras e correções, mostrou-me o caminho a seguir. Só posso dizer que, sem a sua orientação, o resultado do trabalho seria outro!!

Sou grato também à Prof.^a Dr.^a Marilene Zanon e ao Prof. Dr. Silas Gutierrez pela participação no meu exame de qualificação. Agradeço pelas correções, sugestões, comentários e pela gentileza de, após o exame de qualificação, enviar o exemplar anotado da tese.

Meu muito obrigado à Lourdes, secretária do programa de pós graduação, pela amizade e o carinho ao longo desses anos.

Não poderia esquecer da senhora Maria Luiza, bibliotecária da Universidade de Coimbra, que gentilmente enviou-me não só uma cópia do manuscrito analisado, mas também a cópia de outros textos que pertencem ao acervo da Universidade.

Aproveito para agradecer aos amigos do grupo de pesquisa *História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e identidade nacional* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP) pelas conversas acadêmicas e não acadêmicas !!

Ao Alexandre, pela amizade de quase 20 anos. Ainda lembro da gente meio perdido nos corredores da USP... Você sofrendo nas aulas de árabe e eu sofrendo nas aulas de latim!!

Ao Fernando e Cássio, amigos e irmãos, pelas conversas e pelos exemplos.

À Daniela, pelos conselhos e trocas de experiências ao longo desse percurso.

À minha família, por tudo.

Pois se a Santo Agostinho, sendo Santo Agostinho, se à águia dos entendimentos humanos se lhe fez tão dificultoso aprender a língua grega, que tão vulgarizada entre os latinos e tão facilitada com mestres, com livros, com artes, com vocabulários e com todos os outros instrumentos de aprender, que serão as línguas bárbaras e barbaríssimas de umas gentes onde nunca houve quem soubesse ler nem escrever? Que será aprender o Nheengaíba, o Juruna, o Tapajó, o Tremembé, o Mamaianá, que só os nomes parecem que fazem horror?

As letras dos Chinas e dos japões muita dificuldade têm porque são letras hieroglíficas, como a dos Egípcios; mas enfim, é aprender línguas de gente política e estudar por letra e por papel. Mas haver de arrostar com uma língua bruta e de brutos, sem livro, sem mestre, sem guia e no meio daquela escuridade e dissonância haver de cavar os primeiros alicerces e descobrir os primeiros rudimentos dela, distinguir o nome, o verbo, o advérbio, a proposição, o número, o caso, o tempo, o modo e modos nunca vistos nem imaginados, como o de homens enfim tão diferentes dos outros nas línguas, como nos costumes, não há dúvida que é empresa muito árdua à qualquer entendimento e muito mais árdua à vontade que não estiver muito sacrificada e muito unida com Deus.

(Sermão do Espírito Santo – Pe. Antônio Vieira)

JESUITA, C. S. Uma Gramática Perdida nos Trópicos – Um manuscrito setecentista sobre a Língua Geral do Brasil. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2020.

RESUMO

A presente tese tem como tema de investigação o trabalho de descrição gramatical realizado pelos missionários no período colonial brasileiro. Sendo assim, este trabalho propõe analisar um manuscrito anônimo produzido no século XVIII (1750) no antigo estado do Maranhão e Grão-Pará: a *Gramatica da lingua geral do Brazil*. O nosso objetivo geral é contribuir para com o estudo da história da gramática no período colonial brasileiro através da análise de uma obra que, pela dificuldade de acesso, ainda não recebeu a devida atenção de linguístas e historiadores da linguagem. Dentre os objetivos específicos destacamos: analisar a gramática, tendo em conta o contexto de colonização e catequização no qual a obra se insere e comparar a gramática analisada com a *Arte da Lingua Brasilica* (1621), de Luís Figueira, para descobrirmos até que ponto o autor anônimo se valeu do trabalho do jesuíta para compor a sua obra. No que concerne à fundamentação teórica, propomos a aproximação dos pressupostos teóricos e metodológicos da História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 2009) e da Historiografia da Linguística Missionária (ZIMMERMANN, 2004, 2018; ZWARTJES, 2012), pois, como acreditamos, a aproximação das duas linhas de pesquisa permite uma melhor compreensão do nosso objeto de análise. O resultado da análise aponta, por um lado, a estreita relação entre a *Gramatica da lingua geral do Brazil* e a *Arte da Lingua Brasilica* e, por outro, a preocupação do missionário anônimo em descrever a língua em uso, registrando as mudanças e as variações que ocorriam na língua geral amazônica do século XVIII.

Palavras-chave: história das ideias linguísticas; linguística missionária; gramáticas das línguas gerais; manuscritos do século XVIII.

JESUITA, C. S. A Lost Grammar in the Tropics – an 17th century manuscript on the General Language of Brazil. Thesis. Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2020.

ABSTRACT

This thesis has as its theme of investigation the work of grammatical description carried out by the missionaries in the Brazilian colonial period. Thus, this work proposes to analyze an anonymous manuscript produced in the 18th century (1750) in the former state of Maranhão and Grão-Pará: the *Gramatica da lingua geral do Brazil*. Our overall goal it is contribute for the study of the history of grammar in the Brazilian colonial period through the analysis of a work that, due to the difficulty of access, has not yet received the proper attention of linguists and language historians. Among the specific objectives we highlight: to analyze grammar, taking into account the context of colonization and catechization in which the work is inserted and to compare the grammar analyzed with the *Arte da Lingua Brasilica* (1621), by Luís Figueira, to find out to what extent the anonymous author used the Jesuit's work to compose his work. With regard to the theoretical foundation, we propose the approximation of the theoretical and methodological assumptions of the History of Ideas Linguísticas (AUROUX, 2009) and the Historiography of Missionary Linguistics (ZIMMERMANN, 2004, 2018; ZWARTJES, 2012), because, as we believe, the approximation of the two lines of research allows a better understanding of our object of analysis. The result of the analysis points out, on the one hand, the close relationship between the *Gramatica da lingua geral do Brazil* and the *Arte da Lingua Brasilica* and, on the other, the missionary's concern to describe the language in use, recording the changes and variations that occurred in the general Amazonian language of the eighteenth century.

Keywords: history of linguistics ideas; missionary linguistic; grammars of general languages; 18th century manuscripts.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Síntese das propostas de periodização dos estudos linguísticos no Brasil.....	43
Quadro 2 Manuscritos tupi de missões na Amazônia produzidos no século XVIII.....	54
Quadro 3 Ordens religiosas que atuaram na Amazônia entre os séculos XVII-XVIII...	66
Quadro 4 Origem dos missionários atuando no Estado do Brasil.....	77
Quadro 5 Origem dos missionários atuando no Estado do Maranhão e Grão-Pará.....	77
Quadro 6 A gramatização dos vernáculos europeus.....	96
Quadro 7 Gramáticas impressas ou manuscritas de línguas nativas da América Espanhola e Portuguesa dos séculos XVI-XVIII de acordo com o levantamento de Viñanza (1977).....	98
Quadro 8 Declinação dos nomes de acordo com João de Barros (1540).....	114
Quadro 9 Manuscritos pertencentes à Universidade de Coimbra sobre as línguas indígenas do Brasil.....	128
Quadro 10 Códices sobre a língua geral amazônica produzidos no século XVIII pelos padres Tapuitingas.....	139
Quadro 11 A denominação da língua em títulos de gramáticas e catecismos.....	142
Quadro 12 Grupos linguísticos da Amazônia brasileira - século XVI.....	144
Quadro 13 Plano sinóptico da <i>Arte da Língua Brasilica</i> e da <i>Gramatica da lingua geral do Brazil</i>	148
Quadro 14 Partes da oração em Dionísio, Donato e Meigret.....	150
Quadro 15 Partes da oração nas gramáticas das línguas indígenas do Brasil.....	151
Quadro 16 Partição do nome na <i>Arte da Língua Brasilica</i> e na <i>Gramatica da lingua geral do Brazil</i>	152
Quadro 17 Definição do substantivo e adjetivo em Manuel Álvares e Luís Figueira..	152
Quadro 18 Nomes absolutos e verbais na <i>Arte de Figueira</i> e na <i>Gramatica da lingua geral do Brazil</i>	153
Quadro 19 Pronomes possessivos e relativos.....	154
Quadro 20 O nome recíproco.....	156
Quadro 21 Pronomes pessoais.....	157
Quadro 22 Pronomes extravagantes.....	158

Quadro 23 Modos e tempos verbais descritos na <i>Gramatica da lingua geral do Brazil</i>	160
Quadro 24 Lista das preposições.....	166
Quadro 25 Classificação dos advérbios.....	168
Quadro 26 Lista das interjeições.....	169
Quadro 27 Regras de sintaxe.....	170
Quadro 28 Sintaxe de colocação.....	171

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 Retrato do Pe. Luís Figueira.....	61
Imagem 2 Capa da 1º edição da <i>Arte da Lingua Brasilica</i>	65
Imagem 3 Capa da 2º edição do <i>Compendio da Doutrina Christã</i>	86
Imagem 4 Capa do manuscrito com os títulos da gramática e do dicionário.....	130
Imagem 5 Reprodução da primeira página da gramática – letra do primeiro escriba..	131
Imagem 6 Reprodução da primeira página do dicionário – letra do segundo escriba ..	132
Imagem 7 Texto da <i>Advertência</i> presente no manuscrito.....	133
Imagem 8 Texto <i>Ao Leitor</i> presente manuscrito.....	135
Imagem 9 Mapa da expansão das línguas gerais do Brasil - séculos XVI-XVIII.....	143

FLUXOGRAMA

Fluxograma Organização do trabalho indígena.....	74
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 – DA HISTÓRIA ÀS HISTÓRIAS.....	21
1.0 Introdução	21
1.1 A escola dos <i>Annales</i>	21
1.2 Documento/ Monumento	23
1.3 A escola dos <i>Annales</i> e suas fases.....	24
1.4 História das Ideias Linguísticas.....	29
1.5 História e Linguística - Estudos linguísticos no Brasil.....	35
1.6 A Periodização dos estudos linguísticos no Brasil – o nosso processo de gramatização visto por alguns autores.....	37
1.6.1 A proposta de Antenor Nascentes (1939).....	38
1.6.2 A Proposta de Silvio Elia (1975)	40
1.6.3 A proposta de Eduardo Guimarães (1996).....	41
1.6.4 A proposta de Ricardo Cavaliere (2002).....	42
1.7 Um novo olhar sobre a nossa produção gramatical – A História das Ideias Linguísticas no Brasil	44
1.8 A Historiografia da Linguística Missionária.....	46
CAPÍTULO 2 - A AÇÃO MISSIONÁRIA NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ.....	56
2.0 Introdução	56
2.1 A ocupação portuguesa da região norte.....	57
2.2 A primeira incursão da Companhia de Jesus ao norte da colônia	59
2.3 A <i>Arte da Lingua Brasilica</i> (1621)	62
2.4 Luís Figueira e a fundação da missão do Maranhão e Grão-Pará (1622-1636).....	66
2.5 Antônio Vieira e a expansão da missão (1553-1661).....	70
2.6 A Lei de 1655 e a expulsão dos jesuítas.....	75
2.7 João Felipe Bettendorff e a consolidação da missão (1661-1698).....	80
2.7.1 A experiência missionária no Maranhão e Grão-Pará.....	83
2.7.2 A consolidação da missão e o motim de 1684	87

2.8 A Lei de 1680 e a expulsão de 1684	89
2.9 O <i>Regimento das missões</i> e o fim do monopólio jesuíta	90
CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS	
AMERÍNDIAS.....	92
3.0 Introdução	92
3.1 O processo de gramatização das línguas do mundo: a gramatização dos vernáculos europeus.....	93
3.2 O processo de gramatização das línguas do mundo: a gramatização das línguas nativas da América	97
3.3 O imperativo teológico do processo de ensino-aprendizagem da língua e a subordinação à moral cristã.....	105
3.4 O modelo de descrição gramatical latino.....	114
3.5 Os recursos didáticos: comparação entre línguas, traduções e comentários explicativos.....	119
3.6 O aspecto descritivo	123
CAPÍTULO 4 – A GRAMÁTICA DA LINGUA GERAL DO BRAZIL.....	127
4.0 Introdução	127
4.1 O código 69 da Universidade de Coimbra.....	128
4.2 A língua descrita na gramática - A língua geral amazônica	141
4.3 A Gramática da Língua Geral do Brasil- Plano geral da obra	145
4.4 Partes da Oração.....	150
4.4.1 Do Nome.....	151
4.4.2 Do Pronome	156
4.4.3 Do verbo	159
4.4.4 Do Particípio.....	165
4.4.5 Da preposição	165
4.4.6 Do advérbio.....	167
4.4.7 Da Conjunção e Interjeição.....	168
4.5 Da Sintaxe	170
CONCLUSÃO	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	178
ANEXO 1- Mapa América Portuguesa, 1750	188

ANEXO 2 - Expansão dos jesuítas no Norte do Brasil Séculos XVII-XVIII.....	189
ANEXO 3- Martírio do Padre Jesuíta Francisco Pinto. Imagem do livro de Cornelius Kerckelyche- <i>Histoire Van de Cheheele Wereldt</i> (1667).....	190
ANEXO 4 - Nas praias do Maranhão. Embarque violento de Antônio Vieira no motim de 1661, movido pelos colonos contra os jesuítas, defensores dos índios do Brasil.....	191
ANEXO 5 – Excertos do manuscrito	192

INTRODUÇÃO

Trabalhamos de saber a língua deles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com eles a língua e i-los doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas do Nosso Senhor e não posso achar que mo saiba dizer, porque eles são tão brutos que nem vocábulos tem. Espero de as tirar o melhor que puder com um homem que nesta terra se criou de moço [...] (NÓBREGA, 2017, p.57 - Carta ao Padre Simão Rodrigues. Carta 05, [1549])

Na chegada dos primeiros jesuítas à costa do Brasil, em 1549, os missionários defrontaram-se com a difícil tarefa de traduzir os conteúdos e os sentidos da doutrina cristã para uma língua que não parecia “voz humana”. No primeiro momento, os missionários procuraram resolver o problema da comunicação através do saber linguístico dos colonos portugueses que viviam há longo tempo na colônia e de seus descendentes filhos de mães índias.

Nóbrega, por exemplo, utilizou intérpretes índios que seguiam os missionários por toda parte, e que até nas confissões estavam presentes. A confissão por intérprete foi causa de polêmica entre Nóbrega e o Superior da ordem o bispo D. Pedro Fernandes Sardinha que estranhou o procedimento de confessar por intérprete pelo fato de “ser uma coisa tão nova e nunca usada na igreja¹”.

A aprendizagem da língua indígena, com o passar do tempo, tornou-se uma questão crucial no processo de conversão do gentio. Conforme recorda John Monteiro (2000), os missionários na Índia e no extremo Oriente depararam-se com uma tradição literária e um sistema de escrita não ocidentais, no Brasil, ao contrário, tanto as línguas quanto as tradições narrativas eram basicamente orais. Nesse sentido, coube aos missionários a tarefa de compilar o léxico, explicar a gramática e dotar as línguas “bárbaras e peregrinas” de uma literatura escrita.

¹ “También hallé que el padre Nóbrega confessava ciertas mugeres mistiças por intérprete, lo que a mí me fué muy extraño, y dió que hablar y que murmurar por ser cosa tan nueva y nunca usada en la Yglesia. Él luogo platico conmigo. Yo dixé que no lo devia hazer más aunque trezentos Navarros y seiscientos Caietanos digan que se pude hazer consilio, quonian multa mihi licent sed non ominia expediunt [...] (LEITE, 1954, Vol. I .p. 361. – Carta do Bispo Pedro Fernandes ao P. Simão Rodrigue, Bahia, 1552)

O conhecimento linguístico era fundamental não só para a produção de gramáticas e dicionários, mas também para o trabalho de tradução e produção de uma literatura religiosa em língua indígena (catecismos, confessionários, orações etc). No Brasil, a Companhia de Jesus foi a ordem religiosa que mais se dedicou à difícil tarefa de produzir um *corpus* linguístico- doutrinal sobre as línguas nativas.

O primeiro resultado desse esforço coletivo de construção de instrumentos linguísticos foi a *Arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil*, publicada em Coimbra, em 1595, mas que circulava em forma manuscrita pelo menos desde 1554. Na sequência, aparece a *Arte da Lingua Brasilica*, de Luís Figueira, publicada em 1621. A terceira obra conhecida sobre a língua dos gentios que circulou no período colonial brasileiro foi a *Arte de Grammatica da Lingua Brazilica da nação Kiriri*, escrita pelo jesuíta Italiano Luiz Vincencio Mamiani, publicada em Lisboa 1699².

A quarta gramática missionária conhecida sobre uma língua indígena brasileira é a *Gramatica da lingua geral do Brazil*, obra anônima produzida no século XVIII (1750) no antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará. O manuscrito, catalogado como códice 69 pela Universidade de Coimbra, é composto por um conjunto maior de textos (lista de palavras, calendário, dicionário, catecismo, confessionário).

A tese aqui desenvolvida procura analisar o trabalho de descrição linguística efetuado pelo autor desconhecido na *Gramatica da lingua geral do Brazil* a partir da articulação entre os pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas e da Historiografia da Linguística Missionária.

Nossa pesquisa justifica-se pelo fato de que a maioria dos trabalhos sobre a produção gramatical missionária em solo brasileiro gravita entre as gramáticas de José de Anchieta e Luís Figueira. Poucos e esparsos são os estudos que, por exemplo, abordaram a gramática de Luiz Vincencio Mamiani e quase inexistentes os que se debruçaram sobre o nosso objeto de análise. Soma-se a isso, a importância do resgate histórico de uma obra que, pela dificuldade de acesso, ainda não recebeu a devida atenção de linguistas e historiadores da linguagem.

² Mamiani também escreveu o *Catecismo da doutrina christã na língua brasílica da nação Kiriri*, publicado em Lisboa 1698. Em 1887, aparece no Rio de Janeiro a segunda edição da *Arte da gramática da nação Kiriri*.

O objetivo geral do nosso trabalho é contribuir para com a comunidade acadêmica no sentido de vir a público uma pesquisa que colaborará para a ampliação da bibliografia sobre os estudos do processo de descrição das línguas indígenas do Brasil. Para compreendermos a especificidade das descrições linguísticas realizadas na gramática, tivemos que:

- Analisar a *Gramatica da lingua geral do Brazil*, tendo em conta o contexto de colonização e catequização no qual a obra se insere.
- Compreender a relação entre o processo de gramatização iniciado na Europa e o trabalho de descrição das línguas nativas da América (exogramatização);
- Observar de que maneira a motivação religiosa do saber linguístico se reflete no trabalho de descrição gramatical dos religiosos.

Em relação aos objetivos específicos, destacamos:

- Descrever e analisar a *Gramatica da lingua geral do Brazil* a fim de examinar a estrutura da obra e a metalinguagem utilizada pelo autor anônimo para descrever a língua dos índios;
- Comparar as lições da gramática anônima com a doutrina gramatical anterior e apontar a relação de dependência existente entre a *Gramatica da lingua geral do Brazil* e a *Arte da lingua Brasilica*³ (1621), de Luís Figueira.

Quanto ao método de desenvolvimento do trabalho, adotamos, como propõe Auroux (2009), os procedimentos que norteiam a História das Ideias Linguísticas: a *definição puramente fenomenológica do objeto*, que subjaz à necessidade de se ter respeito às terminologias usadas na época em que foi produzido o objeto de análise; a

³ No trabalho utilizamos a sétima edição da obra (1880), *fac-simile* da segunda edição de 1687, anotada por Emílio Allain.

neutralidade epistemológica, que implica em não julgar ou determinar se algo é ou não ciência; e por fim, o *historicismo moderado*, que diz respeito à necessidade de se resgatar os fatos históricos que permitirão o entendimento do objeto, sem contudo, colocá-los em primeiro plano, sobrepondo-os aos aspectos linguísticos em análise.

No estudo da gramática, organizamos a tese em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, denominado **Da Histórias às Histórias**, explicitaremos o referencial teórico em que nos apoiamos, isto é, a História das Ideias Linguísticas, destacando o conceito de gramatização formulado por Auroux (2009). Na sequência, discorreremos sobre os pressupostos teóricos da Historiografia da Linguística Missionária, (ZIMMERMANN, 2004, 2018; ZWARTJES, 2012) pois, como apontaremos, o diálogo entre as duas linhas de pesquisa permitirá uma melhor compreensão do nosso objeto de análise.

No segundo capítulo, **A Ação Missionária no Estado do Maranhão e Grão-Pará**, apresentaremos uma contextualização histórica do processo de ocupação da região norte da colônia e do trabalho de catequização das ordens religiosas que atuaram nessa região. Esse breve panorama permitirá um melhor entendimento do contexto de produção e circulação dos saberes sobre as línguas dos índios.

No terceiro capítulo, **O Processo de Gramatização das Línguas Ameríndias**, sublinharemos que o processo de descrição das línguas do Novo Mundo foi um desdobramento do processo de gramatização das línguas europeias (AUROUX, 2009). Nesse sentido, o estudo da produção gramatical missionária altera a visão de um processo de gramatização eurocêntrico, pois muitas línguas nativas da América foram gramatizadas e dicionarizadas antes mesmo de muitos vernáculos europeus. Por fim, a partir da leitura de trabalhos escritos por religiosos das mais diversas ordens sobre as línguas nativas americanas, procuramos traçar o perfil e indicar as principais características da produção gramatical missionária em solo americano.

O quarto capítulo, **A Gramática da Língua Geral do Brasil**, dedicado à análise da obra, discutiremos o trabalho de descrição gramatical efetuado pelo autor desconhecido, enfatizando a partição da obra, o tratamento das partes da oração e a metalinguagem utilizada para descrever a língua indígena. Ainda, em nossa análise, compararemos as lições da gramática anônima com a doutrina gramatical anterior e

apontaremos a relação de dependência existente entre a *Gramatica da lingua geral do Brazil* (1750) e a *Arte da Lingua Brasilica* (1621), escrita pelo jesuíta Luís Figueira.

Ao fim desse percurso, com o nosso estudo, esperamos contribuir para uma melhor compreensão da História das Ideias Linguísticas do período colonial brasileiro e do trabalho de descrição gramatical missionário das línguas indígenas do Brasil.

CAPÍTULO 1

DA HISTÓRIA ÀS HISTÓRIAS

Ainda há pouco, a história se escrevia com inicial maiúscula e no singular. Valendo-se de sua antiguidade e de sua capacidade de síntese e de racionalização de todas as dimensões do real, a história procurava se não o sentido pelo menos um sentido de duração. A escola dos *Annales* operou recentemente uma verdadeira decomposição da história, que se escreverá daqui em diante no plural e com inicial minúscula. Não existe mais a história, mas as histórias.
(*Françoise Dosse - A história em migalhas (2003)*)

1.0 Introdução

Neste primeiro capítulo, faremos algumas considerações sobre as mudanças implantadas na historiografia pela escola dos *Annales* no início do século XX. Em seguida, procuraremos explicitar o referencial teórico em que nos apoiamos, isto é, a História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 2009) para, na sequência, observar a implantação e o desenvolvimento dessa linha de pesquisa no Brasil. Por fim, apresentaremos os pressupostos teóricos da Historiografia da Linguística Missionária (ZIMMERMANN, 2004, 2018; ZWARTJES, 2012) por acreditarmos que a aproximação e o diálogo entre as duas linhas de pesquisa permitirá uma maior compreensão do nosso objeto de análise.

1.1 A escola dos *Annales*

Os historiadores dos *Annales* realizaram feitos admiráveis e a bibliografia sobre os impactos e os desdobramentos das propostas desses historiadores não para de aumentar. As ideias veiculadas pela revista *Annales d'histoire économique et sociale* promoveram uma nova maneira de pensar o fazer historiográfico (NOVAIS e SILVA 2011; DOSSE, 2003; GURIÊVITCH, 2003; BURKE, 1997), pois propunham substituir a história tradicional calcada na narrativa de acontecimentos por uma história-problema,

em construir uma história que alcançasse todas as atividades humanas e não somente a esfera política.

O corolário da história metódica “a história se faz com documentos” e os seus respectivos conteúdos, predominantemente a história política, provocaram reações negativas, especialmente em Lucien Febvre, a julgar pelo tom de seus textos contra o que denominava *histoire historisante*:⁴

[...] muitos historiadores, e dos bem formados e conscientes, o que é pior, muitos historiadores se deixam ainda perder pelas pobres lições dos vencidos de 1870⁵. Ah, eles trabalham muito bem! Eles fazem história do mesmo modo que suas avós se dedicavam à tapeçaria. Pontinho por pontinho. Eles são aplicados. Mas quando lhes pergunto por que esse trabalho todo, a melhor resposta que conseguem dar com um sorriso de criança, é a palavra cândida do velho Ranke: “para saber como é que as coisas aconteceram”. Com todos os detalhes naturalmente (FEBVRE, 2011, p. 82).

E, prossegue

Método histórico, método filológico, método crítico: belas ferramentas de precisão. Eles honram seus inventores e essas gerações de usuários que as receberam de seus antecessores e as aperfeiçoaram, utilizando-as. Mas saber manejá-las gostar de manejá-las - eis algo que não é suficiente para ser historiador. Apenas aquele que se lança na vida inteiramente – com o sentimento de que mergulhando nela, banhando-se nela, deixando-se impregnar, assim, pela humanidade presente – é digno deste belo nome; ele multiplica por dez suas forças de investigação, seus poderes de ressurreição do passado. De um passado que detém e que, em troca, lhe restitui o sentido secreto dos destinos humanos (*id., ibid.*, p. 84).

Se, para os historiadores da escola metódica praticada no final do século XIX, não havia história sem documentos, para os historiadores dos *Annales*, não poderia haver história sem uma intervenção ativa do historiador. Os fatos não estavam à disposição para serem colocados, empilhados pelo historiador, como se estivessem

⁴ Conforme nos lembram Novais e Silva (2011, p.39), “Nos vários momentos da história da história, as “escolas” que sempre se apresentam como *novas* tendem a exagerar na crítica aos antecessores, chegando às vezes à deformação. A crítica cerrada da história *historizante* empreendida pelos *Annales* na sua primeira fase não discrepa dessa inescapável tendência [...]”.

⁵ Conforme aparece em nota ao texto de Febvre (2011, p.85), “vencidos de 1870” – expressão que remete à geração de historiadores franceses marcados pela derrota na guerra Franco-Prussiana (Ernest Lavisse, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos e até Henri Berr); todo o discurso de Lucien Febvre visa esta geração, contrapondo-se ao seu nacionalismo anti-germânico e à preeminência da história política nacional”.

materializados nos documentos. Muito ao contrário, era necessário interrogar e problematizar o passado com base em hipóteses e conceitos e, a partir daí, buscar a documentação para comprovar ou refutar as hipóteses.

1.2 Documento/ Monumento

Para os historiadores do fim do século XIX e início do século XX, os documentos⁶ escritos assumiam o lugar privilegiado no processo de (re)construção do fato histórico. No trecho a seguir, Fustel de Coulanges resume a visão dos historiadores da escola metódica:

Leis, cartas, fórmulas, crônicas e histórias, é preciso ter lido todas estas categorias de *documentos* sem omitir uma única [fonte] [...]. Encontraremos no curso destes estudos várias opiniões modernas que não se apoiam em *documentos*, deveremos estar em condições de afirmar que não são conformes a nenhum texto, e por essa razão não nos cremos com o direito de aderir a elas. A leitura dos *documentos* não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas [...]. A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos *documentos* tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos (COULANGES, 1888, pp 29-33 *apud* LE GOFF, 2012, p.511).

O historiador, portanto, conforme Coulanges, para extrair a verdade dos fatos, deveria ter a capacidade de submeter os documentos a um aparelho crítico.

Os historiadores da escola dos *Annales*, desde o seu início, enfatizaram a necessidade de ampliar o conceito de documento. A ampliação desse conceito levou a uma verdadeira *revolução documental*. A questão da ampliação do conceito de documento é, de acordo com Le Goff, colocada de forma perspicaz por Michel Foucault:

A história tradicional dedicava-se a “memorizar” os *monumentos*⁷ do passado, a transformá-los em *documentos* e a fazer falar os vestígios,

⁶ Conforme recorda Le Goff, (2012, p.510), “o termo latino *documento*, derivado de *docere*, “ensinar”, evoluiu para o significado de “prova” e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents*, e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX”.

⁷ “A palavra *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O *monumento* tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntaria ou

que em si não são verbais ou, em silêncio, dizem algo diferente daquilo que de fato dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que, onde se decifram traços deixados pelos homens, onde se deixava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, faz haver um amálgama de elementos que têm de ser isolados, agrupados, tornados eficazes, postos em relação, integrados em conjuntos (FOUCAULT,1969, pp.13-15 *apud* LE GOFF, 2012, p. 105).

A ampliação do conceito de documento/monumento coloca para o historiador a questão da construção e da manipulação de uma memória coletiva, pois o que transforma um documento em monumento é a sua utilização pelas estruturas de poder. No processo de renovação iniciado pelos *Annales*, a principal tarefa do historiador passa a ser a de fazer a crítica – na sua acepção mais ampla - do documento enquanto monumento. Ainda de acordo com Le Goff,

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconscientemente, da história, da sua época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (*id., ibid.,*521-522).

1.3 A escola dos *Annales* e suas fases

Os historiadores da “escola” dos *Annales*, como ficaram conhecidos os membros da revista⁸, durante algum tempo foram vistos como um grupo uniforme. Nos últimos anos, porém, sedimentou-se a opinião de que por seus membros apresentarem divergências que mudaram a direção da revista durante os mais de sessenta anos de sua

involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. (LE GOFF, op. cit. 510)

⁸ “Originalmente chamada *Annales d’histoire et économique et sociale*, tendo por modelo os *Annales de Géographie* de Vidal de la Blanche, a revista foi planejada, desde o seu início, para ser algo mais do que uma outra revista histórica. Pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. Seria o porta voz, melhor dizendo, o alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história”. (BURKE,1997, p. 33)

existência, o termo “escola” não seria adequado para caracterizar os historiadores membros da revista:

Embora esse grupo seja chamado geralmente de “Escola dos Annales”, por se enfatizar o que possuem em comum, seus membros, muitas vezes, negam sua existência ao realçarem as diferentes contribuições individuais no interior do grupo (BURKE, 1997, p.11).

Gruriêvitch (2003), na análise que fez da revolução historiográfica empreendida pelos historiadores dos *Annales*, reconhece, conforme Burke, a inadequação do termo “escola” para caracterizar os diferentes grupos de historiadores que gravitaram em torno da revista:

É claro que a Escola dos Anais é um fenômeno de suma complexidade, em termos rigorosos não é, de modo algum, uma escola científica na acepção corriqueira (e os próprios “annalenses” protestam energicamente contra sua classificação como “escola”, preferindo falar de uma tendência comum do movimento ou de “estratégia”, de “espírito” dos “Anais”); sob esse teto comum colocaram-se correntes e historiadores bastante diferentes, não vinculados por uma identidade de concepções e métodos (GURIÊVITCH, 2003, p. XV-XVI).

No entanto, é possível, no movimento de revolução historiográfica iniciado pelos historiadores dos *Annales*, observarmos, conforme Burke (1997), três fases ou períodos distintos: a primeira, marcada pelas lideranças de Lucien Febvre e Marc Bloch (1920-1945); a segunda, pela liderança isolada de Fernand Braudel (1946-1968) e, por fim, uma terceira fase (1970 -) liderada, sobretudo, pela influência de Jacques Le Goff.

A primeira fase, liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch, é caracterizada, principalmente, por um ferrenho combate à história tradicional e de propostas para se construir uma nova história. Para construir uma *nouvelle histoire*, antes era preciso demolir os ídolos da história positivista. Nesse processo de demolição, o nome do economista François Simiand merece o destaque de Le Goff (2011, p.151-152), sobretudo, pela contribuição de seu artigo *Método histórico e ciência social*. Neste fecundo artigo Simiand denuncia os “três ídolos da tribo dos historiadores”:

1. O ‘ídolo político’, isto é, o estudo dominante, ou pelo menos, a preocupação perpétua da história política, dos fatos políticos, das guerras etc., que chega a dar a esses acontecimentos uma importância exagerada [...]

2. O ‘ídolo individual’, ou o hábito inveterado de conceber a história como uma história de indivíduos, e não como um estudo dos fatos, hábito que leva ainda comumente a ordenar as pesquisas e os trabalhos em torno de um homem, e não em torno de uma instituição, de um fenômeno social, de uma relação a estabelecer[...]
3. O ‘ídolo cronológico’, isto é, o hábito de se perder nos estudos de origem, nas investigações de diversidades particulares, em vez de estudar e compreender inicialmente o tipo normal, buscando-o e determinando-o na sociedade e na época em que ele se encontra[...]

Os “ídolos” elencando por Simiand representavam o que era mais nefasto na produção historiográfica do século XIX. E demolir o “ídolo político”, o “ídolo individual” e o “ídolo cronológico” foi o objetivo número um da primeira geração dos *Annales*. A negação do aspecto político do horizonte do historiador, objetivo principal dessa primeira geração dos *Annales*, permitiu aos historiadores aventurarem-se cada vez mais a novos campos e novos objetos de pesquisa. Outra característica dessa primeira fase é o interesse, partilhado por Marc Bloch e Lucien Febvre, por uma história das mentalidades⁹.

A segunda fase da escola dos *Annales* é marcada pela hegemonia de Fernand Braudel que, após a morte de Lucien Febvre (1956), impôs uma nova orientação à historiografia francesa. Braudel com o seu *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, obra inicialmente defendida como tese de doutorado na Sorbonne, em 1947, sob a orientação de Febvre, lança os pilares de uma nova orientação na historiografia francesa no período pós-guerra. Conforme aponta Guriévitch (2003, p.93-94),

Em o *Mediterrâneo* realmente descobriram-se novos enfoques da história. O fato de que no centro dos interesses de Braudel não estavam o Estado, com suas instituições políticas e jurídicas, nem os homens notáveis da época e nem a história nacional, mas uma imensa região, o espaço humano e ecológico – tema inusual de pesquisa - produziu uma enorme impressão nos historiadores. A “geohistória” e o estudo da “civilização material” com ênfase especial nas cidades e

⁹ “A palavra *mentalité* (mentalidade), que designa o conceito-chave introduzido por Febvre e Bloch na ciência histórica, é considerada intraduzível para outras línguas (embora no inglês haja a palavra *mentality* e no alemão *mentalität*). É realmente difícil lhe dar uma tradução unívoca. Pode ser “disposição de espírito”, “diretriz mental”, “representações coletivas”, “imaginário”, “modo de pensar”. Entretanto, é provável que o conceito “visão de mundo” traduza de modo mais aproximado ao que Bloch e Febvre colocaram nesse termo quando o aplicaram à psicologia dos homens das épocas passadas. [...] O conceito de *mentalité* ganhou “o direito de cidadania” precisamente no mesmo período em que Febvre começava a sua luta pela renovação do conhecimento histórico”. (GURIÉVITCH, op cit. 25-26).

na circulação de mercadorias firmou-se solidamente na Ciência Histórica francesa.

Foi precisamente Braudel quem colocou, com excepcional insistência, a questão da importância capital da investigação das camadas da realidade histórica que cedem com dificuldade à ação do tempo, a questão das estruturas estáveis que tendem ao imobilismo.

Afastando-se, portanto, do caminho trilhado por Febvre e Bloch¹⁰, Braudel

privilegia o aspecto econômico em detrimento das outras vias esboçadas: a história cultural, o estudo das mentalidades, a psico-história: todas essas áreas são menosprezadas no decorrer desse período em benefício dos estudos especificamente econômicos (DOSSE, 2003, p. 152).

Além da ênfase ao aspecto econômico e a busca de uma “história total”, a maior contribuição de Braudel para a segunda fase dos *Annales* está na sua crítica à percepção tradicional do tempo histórico que privilegiava os acontecimentos e o indivíduo. Nessa nova concepção do tempo histórico ou “dialética das durações”, tudo estaria sujeito à mudança, ainda que mudanças muito lentas e sutis. Nessa dialética das temporalidades, as noções de tempo dividem-se em: tempo de longa duração – retrata a relação do homem com o meio geográfico; tempo de média duração – história das conjunturas econômicas, sociais e políticas, e, por fim, o tempo curto - o tempo dos acontecimentos. Para Dosse (2004, p.128), nessa tripartição do tempo histórico proposta por Braudel,

A temporalidade transforma-se assim em espacialidade até desaparecer por completo, e não é de se espantar que a história, nesse processo de naturalização, se imobilize no solo. A geo-história decide, determina, funda o horizonte intransponível, ela não se deixa cercar por um estrato da realidade humana, e engloba tanto os fenômenos de ordem climática quanto os fatos de cultura. A geografia como grade de leitura da sociedade, como sólido pilar onde se ancoram os homens, assim é a geo-história segundo Fernand Braudel, um olhar mais espacial do que temporal.

A proposta de uma história de longa duração deve muito às provocações lançadas pela antropologia estrutural de Lévi-Strauss aos historiadores do período. Para o antropólogo francês, o conhecimento das estruturas profundas do inconsciente,

¹⁰ Segundo Burke (1997, p.88), “A história das mentalidades não foi marginalizada nos *Annales* em sua segunda geração, apenas porque Braudel não tinha interesse nela. Existiram pelo menos, duas razões mais importantes para essa marginalização. Em primeiro lugar, um bom número de historiadores franceses acreditava, ou pelo menos pressupunha, que a história social e econômica era mais importante, ou mais fundamental, do que outros aspectos do passado. Em segundo lugar, a nova abordagem quantitativa, [...] não encontrava no estudo das mentalidades o mesmo tipo de sustentação oferecido pela estrutura socioeconômica”.

estruturado em linguagem, seria superior ao conhecimento superficial do *événementielle*, proposto pelos historiadores¹¹.

Conforme Burke (1997), podemos caracterizar a era Braudel, como o momento em que a história busca a construção de uma história total, privilegiando as longas durações e enfatizando os aspectos socioeconômicos e as suas relações com o meio geográfico.

Por fim, conforme destaca Burke, traçar um perfil para a terceira fase dos *Annales* é uma tarefa difícil. Ao contrário das fases anteriores, essa terceira fase é marcada pela falta de uma figura de liderança. Alguns historiadores chegam a afirmar que nesse momento ocorre uma fragmentação do fazer historiográfico (Dosse, 2003).

Se não há, como acreditamos, nesse período o surgimento de uma *histoire en miettes*, no entanto,

Deve-se admitir, pelo menos, que o policentrismo prevaleceu. Vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo, do odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à história política e à dos eventos. Alguns continuaram a praticar a história quantitativa, outros reagiram contra ela (BURKE, 1997, p. 79).

A interdisciplinaridade e a busca de novos objetos, métodos e abordagens será, portanto, o traço unificador dessa terceira fase dos *Annales*. O diálogo com outras ciências humanas, sobretudo, a Linguística e a Antropologia permitiu alargar o horizonte dessa *nouvelle histoire*. O retorno a uma História das Mentalidades e o desenvolvimento de uma Antropologia Histórica¹² assumem o primeiro plano nos programas de investigação desse período.

A noção de mentalidade (utilização mental, estrutura mental, representações coletivas, imaginário) permite uma articulação entre uma estrutura cultural e uma estrutura social. O conceito de mentalidade vai observar não só as ideias

¹¹ A Antropologia estrutural de Lévi-Strauss obrigou a história a se questionar sobre a articulação entre evento e estrutura, consciente e inconsciente, singular e universal, sincronia e diacronia. A resposta às provocações de Lévi-Strauss aparece no célebre artigo de Braudel *História e ciências sociais: a longa duração*, publicado originalmente em 1958 no volume 13 da revista dos *Annales* na seção *Debats e combats*. Posteriormente, o artigo foi incluído na coletânea *Escritos sobre a história*

Cf. Jose Carlos Reis. *História da História (1950/60) História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss* (2008).

¹² Conforme lembra Le Goff (2012, p. 153) “Destas experiências, destes contatos, destas conquistas, alguns historiadores – cujo número me incluo - desejavam que se constituísse uma nova disciplina histórica estritamente ligada à antropologia: a antropologia histórica”.

vigentes em um determinado período, mas suas interpretações e relações. Nesse sentido, a História das Mentalidades,

[...] busca identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, interpretada e deixada para a posteridade. Nesse sentido, é necessário pensar essa *história* como um trabalho de *representação*, isto é, como são traduzidas as posições e interesses dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse. Essa representação passa a ser entendida como uma interligação: uma *imagem presente* suscita um *objeto ausente*, numa relação de interdependência que regula os indivíduos em diversas situações (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 23).

Devido à ênfase na noção de mentalidade empregada pelos historiadores desse período, a segunda metade do século XX viu frutificar e popularizar a História das Ideias. Surgiram, nesse momento, as Histórias das Ideias Pedagógicas, a História das Ideias Jurídicas, a História das Ideias Linguísticas etc. (FÁVERO; MOLINA, 2006).

Com a aproximação entre a História e a Linguística, os linguistas começaram a tomar consciência de que todo saber acerca da língua é um produto histórico (AUROUX, 2009) que resulta, portanto, da interação entre as tradições e de influências políticas, sociais, culturais.

1.4 História das Ideias Linguísticas

No seu célebre livro *A estrutura das revoluções científicas* (2011 [1962]), como todos sabemos, Thomas Khun lançou os pilares de um modelo de história das ciências não linear e cumulativo, marcado por rupturas ou mudanças de paradigma. Nesse modelo historiográfico, a passagem de um estado de ciência a outro seguiria as seguintes etapas:

- Ciência normal
- Formação de paradigma
- Crise
- Revolução científica
- Formação de um novo paradigma

A revolução científica, no sentido khuniano do termo, aconteceria, portanto, quando um novo paradigma, com novos procedimentos teóricos e metodológicos, questiona os posicionamentos de um paradigma anterior.

A grande influência das teses defendidas por Khun no seu livro seminal pode ser avaliada tanto pelo seu êxito editorial quanto pelo seu êxito acadêmico. No entanto, no início da década de 80, alguns pesquisadores que se dedicavam à História da Linguística começaram a questionar se as propostas de Khun poderiam ser aplicadas à esta área de pesquisa. Como recordam Colombat, Fournier e Puech (2017, p.40),

Nos anos de 1980, os historiadores da linguística debateram largamente a questão de saber se o modelo Khuniano era aplicável em seu domínio. Admite-se hoje que ele não é aplicável¹³, notadamente porque a linguística é, como outras ciências sociais uma disciplina de baixa taxa de reinscrição, à diferença das disciplinas de alta taxa de reinscrição, como a matemática.

Como alternativa ao modelo Khuniano de História das Ciências, modelo que enfatizava mais as rupturas do que as continuidades, Sylvain Auroux vai propor uma outra maneira de historiar as ideias¹⁴ sobre as línguas e a linguagem por meio dos pressupostos teóricos e metodológicos da História das Ideias Linguísticas. Como afirma Auroux (2009, p 12),

Todo conhecimento é uma realidade histórica sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospecção, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instancias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.

A História das Ideias Linguísticas, embora seja uma disciplina que emerge da relação entre a Linguística, a História das Mentalidades e a História Cultural, não pode

¹³ É notória a influência das ideias de Khun no programa de investigação da Historiografia da Linguística definido por Konrad Koerner. Para uma introdução aos pressupostos teóricos e metodológicos da Historiografia da Linguística Cf. Ronaldo de Oliveira Batista *Introdução à Historiografia da Linguística* (2013).

¹⁴ Conforme Colombat, Fournier e Puech (2017, p16), “A noção de “teoria” apresenta o risco de tomar seu sentido apenas no contexto de certa concepção da ciência, nas ocorrências daquela que se desenvolveu no ocidente a partir do século XVIII. Para evitar esse tipo de armadilha, preferimos o termo *ideias* sobre a linguagem e as línguas, que tem a vantagem de ser menos comprometida epistemologicamente, ou, mais exatamente, que concerne a um engajamento diferente, menos normativo, e mais respeitoso com a diversidade de formas que pode tomar o saber na história, ou em outras culturas.

em seus procedimentos, confundir-se com as demais disciplinas historiográficas. O pesquisador que se dedica à História das Ideias Linguística deve, conforme Colombat, Fournier e Puech (2017, pp. 20-21), implementar dois tipos de projetos:

1. A descrição das formas sob as quais os diferentes estados de conhecimento foram representados: as teorias são expostas sob a forma de textos, de discursos, que podem ser descritos como tais do ponto de vista de sua materialidade; mas podemos (e devemos) igualmente nos dotar de uma concepção semântica de núcleos dos conhecimentos, isto é, descrever (do interior)¹⁵ o sistema conceitual ao qual elas correspondem;
2. A descrição da mudança teórica, isto é, do fato de um estado do conhecimento do objeto a outro, de uma representação do conhecimento a outra. É então igualmente legítimo esperar do historiador que ele ultrapasse a simples descrição da mudança e que ele proponha uma análise das casualidades da mudança.

Os procedimentos metodológicos que norteiam a História das Ideias Linguísticas formulados por Auroux (2009) são os seguintes: *definição puramente fenomenológica do objeto*, que subjaz à necessidade de se ter respeito às terminologias usadas na época em que foi produzido o objeto de análise; *neutralidade epistemológica*, que implica em não julgar ou determinar se algo é ou não ciência¹⁶; e por fim, *historicismo moderado*, que diz respeito à necessidade de se resgatar os fatos históricos que permitirão o entendimento do objeto, sem contudo, colocá-los em primeiro plano, sobrepondo-os aos aspectos linguísticos em análise.

¹⁵ Conforme sublinha Orlandi (2001, p. 20) “Antes de prosseguirmos é preciso explicitar um ponto fundamental de nossa pesquisa: nós fazemos História das Ideias Linguísticas e não historiografia. Essa é uma diferença com consequências importantes. Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da linguística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posição a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. Isto é, significa que não tomamos o olhar externo, o do historiador, mas falamos como especialistas de linguagem a propósito da história do conhecimento sobre a linguagem. Não se trata de uma história da linguagem externa, o que poderia ser feito por um historiador da ciência simplesmente. Trata-se de uma história feita por especialistas da área e, portanto, capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua”.

¹⁶ “Durante estes últimos 20 anos, não apenas nossa informação histórica aumentou consideravelmente, como nosso ponto de vista sobre o que seja ou não uma ciência da linguagem evoluiu. É preciso, em particular, se render à evidência: a *linguística*, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J.-S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812, é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado, que possui objetos determinados (o parentesco genético das línguas, a explicação histórica, as línguas nelas e por elas mesmas). Trata-se pois de uma forma de estruturação do saber eminentemente transitória, que está provavelmente em vias de desaparecer sob nossos olhos (é por isso que recorremos cada vez mais à expressão plural “ciências da linguagem”). (AUROUX op.cit. 12-13).

Como linguistas, portanto, é que devemos observar o desenvolvimento dos conhecimentos sobre as línguas e a linguagem na sua longa duração. Na história, segundo Auroux (2009), tais conhecimentos constituíram-se a partir de duas revoluções técnico-linguistas: o surgimento da escrita e o processo de gramatização das línguas do mundo.

Para Auroux (2009), a escrita foi uma das condições necessárias para o surgimento de um conhecimento sobre a língua. A escrita fixa a linguagem e gera a consciência da alteridade, pois permite ao falante observar a diferença da sua língua em relação à língua materializada nos textos mais antigos.

No processo de transposição gráfica da oralidade Colombat, Fournier e Puech (2017, p.64) mencionam três propriedades fundamentais:

- ✓ A descontextualização possível das mensagens às quais o sentido não é mais relacionado ao “aqui e agora de sua enunciação”, enunciação “encavada” em uma situação de comunicação determinada, ligada à singularidade respectiva de um emissor e de um receptor e àquela de um lugar e de um momento determinado.
- ✓ A deslinearização da mensagem ou da sequência que escapa pela *projeção no espaço* para duas dimensões *externas* (da página, do quadro, da lista...) à simples sequencialidade da fala. O que torna possível uma recontextualização das mensagens em outra ordem, abrindo possibilidades cognitivas novas (pensamos nos paradigmas de conjugação recitados nos primeiros anos da aprendizagem).
- ✓ A categorização metalinguística ao menos potencial (reagrupamentos e diferenciações por propriedades marcantes de sequências descontextualizadas e recontextualizadas). Desse ponto de vista, os diferentes testes oferecidos pelos nossos gramáticos modernos (comutação, permutação, supressão...) são, de início, os procedimentos empíricos de observação das unidades linguísticas onipresentes nas tradições gramaticais e totalmente condicionadas pela representação gráfica da fala.

A escrita permitiu a passagem de um saber *epilinguístico*¹⁷ a um saber *metalinguístico*¹⁸ que é construído e manipulado com a ajuda de uma metalinguagem específica (AUROUX, 2009).

¹⁷ Epilinguístico é o saber (inconsciente e não representado) que todo falante tem da sua própria língua.

¹⁸ Conforme Auroux (op. cit.,18) “esse saber metalinguístico pode ser de quatro tipos. Em princípio ele é de *natureza especulativa*, situado puramente no elemento de representação abstrata, ou de *natureza prática*, isto é, finalizado pela necessidade de adquirir um domínio. Neste caso ele parece determinado, bem geralmente, por três tipos de domínio: a) *o domínio da enunciação*, que entendemos como a capacidade de um locutor para tornar a sua fala adequada a uma finalidade dada, convencer, representar o

A segunda revolução¹⁹ técnico-linguística é o processo de *gramatização*²⁰ das línguas do mundo, isto é, o processo que conduziu a descrever e instrumentalizar uma língua na base de duas tecnologias que ainda hoje são os pilares do nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário. Segundo Auroux, (2009, p.70),

A gramática não é uma simples descrição da língua natural; é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor. Isso é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues que serão produzidos a partir do Renascimento (o contrário tornaria esses dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras. Isso significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas.

O processo de gramatização corresponde a uma transferência tecnológica de uma língua para outras línguas, transferência que não é, ressalta o autor, nunca totalmente independente de uma transferência cultural mais ampla. Essa transferência pode ser de dois tipos: endotransferência (endogramatização) ou exotransferência (exogramatização). A gramatização espontânea corresponde a uma endogramatização. Outro exemplo de endogramatização é a transferência da tecnologia da tradição linguística latina para a língua portuguesa, efetuada pelos portugueses. Já a exogramatização, por exemplo, é a transferência da tecnologia do português ou do espanhol para as línguas ameríndias, efetuada pelos europeus.

A gramatização dos vernáculos europeus é contemporânea do processo de descrição das línguas de outros continentes e das línguas ameríndias (AUROUX, 2009).

real, etc, b) *o domínio das línguas*: falar e/ou compreender uma língua quer se trate da língua materna ou de outras; c) *o domínio da escrita*”

¹⁹ “Não se deve tomar a segunda revolução técnico-linguística no sentido em que se entende revolução em um modelo das ciências tal como propõe T. Khun, como uma mudança brutal que faz passar de um estado de ciência normal a um outro estado de ciência normal incomensurável com o precedente. Há um ponto de inflexão no Renascimento; nele existem profundos deslocamentos de interesse, como sublinhamos, sem que nunca se deixe de estar na “ciência normal”. (AUROUX, op. cit, p, 62).

²⁰ “No curso desses 13 séculos de história vemos o desenrolar de um processo único em seu gênero a *gramatização massiva*, a partir de uma só tradição linguística inicial (a tradição greco-latina), das línguas do mundo. Essa gramatização constitui – depois do advento da escrita no terceiro milênio antes da nossa era – a *segunda revolução técnico-linguística*. Suas consequências práticas para a organização das sociedades humanas são consideráveis. Essa revolução – que só terminará no século XX – vai criar uma rede homogênea de comunicação centrada inicialmente na Europa”. (AUROUX, op.cit, 36).

As primeiras gramáticas acerca da língua portuguesa foram a *Gramática da linguagem portuguesa*, publicada em 1536, de Fernão de Oliveira e a *Gramática da língua portuguesa*, de João de Barros, publicada em 1540. A proximidade cronológica entre a elaboração das duas primeiras gramáticas acerca da língua portuguesa e a primeira gramática de uma língua “exótica” do Brasil²¹ reflete o movimento de gramatização das línguas do mundo. Processo iniciado, conforme o autor, no Renascimento:

O Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na tradição greco-latina. Esse processo de “gramatização” marcou profundamente a evolução da comunicação humana e deu ao ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta. (AUROUX, 2009, p.8-9)

Por fim, cabe destacar, de acordo com Auroux (2009) que no processo de gramatização, há sempre uma necessidade de caráter prático e outra de caráter político. Conforme Auroux (2009), no que concerne ao interesse prático (primeira causa da gramatização), podemos destacar:

- 1) Acesso a uma língua de administração;
- 2) Acesso a um *corpus* de textos sagrados;
- 3) Acesso a uma língua de cultura;
- 4) Relações comerciais e políticas;
- 5) Viagens (expedições militares, explorações);
- 6) Implantação e exportação de uma doutrina religiosa;
- 7) Colonização.

A segunda causa da gramatização diz respeito essencialmente à *política de uma língua dada* (segunda causa da gramatização)

- 8) Organizar e regular uma língua literária;
- 9) Desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno e externo.

²¹ A *Arte de Grammatica da Lingua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, publicada em 1595.

1.5 História e Linguística - Estudos linguísticos no Brasil

No início do século XX a relação entre História e Linguística no Brasil ainda assumia os contornos de uma tradição filológica herdada do século XIX.²² O termo filologia, no início do século passado, conforme recorda Altman (2004), servia para identificar autores e orientações de pesquisa muito diferentes do ponto de vista contemporâneo.

Nos círculos brasileiros do final do século XIX e primeira metade do século XX, circulavam sob o amplo guarda-chuva do termo “filologia” figuras de interesse e orientação tão dispares do ponto de vista contemporâneo – edição de textos antigos, gramáticas históricas ou normativas; dialetologia; etimologia; estilística; crítica da literatura – quanto as de Sotero dos Reis (1800-1871), Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920), Fausto Barreto (1852-1915), Manuel Pacheco da Silva Jr. (1824-1899), Mário Barreto (1879-1931), Alfredo Gomes (1859-1924), Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Maximino Maciel (1865-1923), João Ribeiro (1860-1934), Manuel Said Ali (1861-1953), Amadeu Amaral (1875-1929), Otoniel Mota (1878-1951), José Oiticica (1882-1957), Sousa da Silveira (1883-1967), Antenor Nascentes (1898-1961), Augusto Magne, S. J. (1887-1966), Clóvis Monteiro (1898-1961). (COELHO, 1998, p.81 *apud* ALTMAN, 2004, p 176).

Toda essa plêiade de autores foi reconhecida pelas gerações posteriores como filólogos e, sobretudo, autores de manuais de gramática que circulavam em colégios importantes, como o colégio Pedro II, referência e modelo de ensino para todos os colégios do Brasil.

Vale destacar que, além dos trabalhos acadêmicos, muitos desses autores se envolveram em polêmicas²³ em torno de questões referentes à língua portuguesa em que

²² A história da nossa reflexão linguística é um tema muitas vezes revisitado por Cristina Altman. Conforme a autora, “A linha de investigação reconhecida hoje no Brasil como da “linguística” está inegavelmente ligada a emergência de concepções do objeto-linguagem e de tarefas a serem cumpridas pelo linguista, bastante diferentes daquelas referendadas pela geração acadêmica anterior. Ao menos foi assim que foi recebida por aqueles que, no Brasil, a institucionalizaram na década de 60. Neste sentido, a busca de autonomia da disciplina Linguística no Brasil, no século XX, pode ser interpretada não apenas como uma ruptura institucional, mas também como uma ruptura intelectual, que imputou a toda tradição filológica que a antecedeu um valor pejorativo de conhecimento “ultrapassado” (ALTMAN, 2004, p.162).

²³ A imprensa brasileira do final século XIX e início do XX foi o palco privilegiado de disputas acerca de questões literárias e gramaticais. Como destaca Ventura (1991, p. 10), “[os intelectuais] encontraram na imprensa o lugar para exercer a crítica literária e divulgar suas idéias. As polêmicas são indissociáveis desse suporte material, os jornais e revistas, que se tornaram populares entre as camadas médias a partir de 1880”.

réplicas e tréplicas circulavam quase diariamente em jornais, revistas e periódicos especializados.

Após a institucionalização dos estudos linguísticos e o impacto do estruturalismo linguístico e das ideias de Chomsky²⁴, sobretudo a sua “Linguística Cartesiana”, que “inaugurou uma maneira inusitada de revisitar a história, não a única, mas certamente a mais polêmica” (ALTMAN, 2012a, p. 16), surgiram na metade do século XX uma série de artigos, monografias e teses que buscavam revisitar as tradições linguística do passado. Nesse novo impulso dos estudos históricos, começavam a circular nos meios acadêmicos americanos e europeus manuais de História da Linguística.

Na tradição brasileira, a *História da Linguística* de Mattoso Câmara Jr. (1975) foi durante muito tempo o manual de História da Linguística referência para toda uma geração de linguistas brasileiros. Pensado como material de apoio ao curso ministrado pelo linguista brasileiro na Universidade de Washington, escrito originalmente em inglês, somente anos depois foi traduzido para o português e publicado em forma de livro.

Na visão que Câmara Jr. lança aos estudos linguísticos do passado, o século XIX é o período privilegiado. Antes dele, conforme o autor, teríamos apenas os chamados períodos de estudos “pré-linguísticos” e “paralinguísticos”. Ainda acrescenta o linguista brasileiro, “não há qualquer tipo de linguística na cultura oriental, mesmo nos países mais adiantados então, ou seja, a China e Índias antigas” (CÂMARA JR., 1975, p. 20).

Na visão de Câmara Jr., portanto, a linguística é uma ciência predominantemente ocidental que surge na Europa a partir do século XIX. Partindo dessa concepção,

²⁴ Em relação à recepção das ideias de Chomsky no Brasil, conforme sublinha Altman: “A recepção brasileira à leitura que Chomsky fez da tradição cartesiana se deu muito mais no sentido de servir de instrumento de legitimação para uma prática de análise linguística que se buscava para o presente do que como estímulo à reflexão histórica sobre as ciências da linguagem do passado. Nada mais compreensível. Ao contrário dos Scholars americanos e europeus que já contavam com sociedades científicas, produção periódica reconhecida, congressos e encontros científicos especializados desde, pelo menos, a década de 1920, a universidade brasileira só teve a disciplina linguística institucionalizada em 1962, por resolução federal. Era de esperar que essa geração, encarregada da institucionalização do campo, sustentasse mais uma visão prospectiva da disciplina do que retrospectiva”. (ALTMAN, 2012 a, p.17) No entanto, ao que parece, a tradição brasileira não foi a única a utilizar a “Linguística Cartesiana” para legitimar uma prática contemporânea. Para Auroux (2009, pp.11e 12), os trabalhos consagrados à história dos conhecimentos linguísticos podem ser agrupados em três categorias: “ i) os que visam construir uma base documentária para a pesquisa empírica; ii) os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam (por exemplo, trabalho de um filólogo das línguas clássicas sobre a gramática ou a lógica grega); iii) os que tem um papel fundador, queremos dizer, os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea.” Auroux inclui a Linguística Cartesiana de Noam Chomsky entre os trabalhos da terceira categoria.

Uma história da linguística deveria concentrar sua atenção na Europa do século XIX até os nossos dias incluindo, naturalmente, a América como uma extensão da cultura europeia e, entretanto, outros países não europeus que assumiram os principais traços de pensamento crítico dominante (CÂMARA JR, 1975, p 20).

Câmara Jr. coloca, portanto, o nascimento da nova ciência no limiar do século XIX e exclui do seu horizonte de retrospectão os trabalhos das gerações anteriores. Soma-se a isto, o fato de compreender todo o trabalho de reflexão linguística feita no Brasil até o século XIX como mera “extensão da cultura europeia”. A visão de Mattoso Câmara Jr., como não poderia deixar de ser, influenciou toda uma geração de pesquisadores. Não é por acaso que o século XIX é o período de maior destaque em teses e dissertações sobre a história do nosso conhecimento linguístico e também o momento de maior destaque nos trabalhos dos autores que se dedicaram a lançar um olhar retrospectivo à “evolução” dos nossos estudos gramaticais.

1.6. A Periodização dos estudos linguísticos no Brasil – o nosso processo de gramatização visto por alguns autores

No Brasil não foram muitos os autores que empreenderam a difícil tarefa de tentar organizar a nossa produção gramatical em períodos mais ou menos definidos. A maioria desses autores, embora, não deixe claro os critérios que os levaram a afirmar que determinada obra pertence a determinado período, fundamenta sua divisão em fatos políticos, sociais ou culturais que acompanham o desenvolvimento da gramática brasileira.

O primeiro autor que traçou uma visão retrospectiva ao conjunto dos estudos filológico e linguísticos no Brasil foi Antenor Nascentes (1939), a segunda proposta foi a de Silvio Elia (1975), a terceira a de Eduardo Guimaraes (1996) e a quarta, a de Ricardo Cavaliere (2002). A seguir, examinaremos as propostas elaboradas por cada um dos autores.

1.6.1 A proposta de Antenor Nascentes (1939)

Uma das primeiras tentativas de traçar um panorama retrospectivo da produção gramatical brasileira aparece com Antenor Nascentes²⁵ (1939). Nessa proposta Nascentes reconhece quatro períodos distintos em nossa produção gramatical.

O primeiro período denominado *Embrionário* tem início com cultura brasileira e se estende até o ano de 1835, ano da publicação do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional*, de Antônio Álvares Pereira Coruja²⁶. Conforme Nascentes, esse período é marcado pela influência da gramática portuguesa.

O segundo período *Empírico* tem seu início com a obra de Coruja que, segundo Nascentes, foi a primeira obra de valor escrita por um brasileiro e se estende até 1881, ano da publicação da *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro. Esse período também assiste à inauguração dos estudos de dialetologia no Brasil, com a publicação da *Coleção de vocábulos e frases usados na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, da autoria do próprio Pereira Coruja. O terceiro período denominado *Gramatical* começa em 1881 e se estende até 1939. Período marcado pela intensa produção gramatical e a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

A partir de 1939, segundo o autor, começa uma nova fase em nossa produção gramatical. Nascentes, em um tom otimista, faz a seguinte previsão para o futuro dos nossos estudos filológicos:

Com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil no corrente ano de 1939, considero inaugurado o quarto período científico. A Filologia, que já havia deixado o empirismo, que já passara pela fase das gramáticas normativas, vai agora assentar em bases científicas. [...]

²⁵ Antes de Antenor Nascentes outros autores se aventuraram a historiar a nossa produção gramatical. O primeiro foi Maximino Maciel na sua *Breve retrospectiva sobre a língua portuguesa* que aparece em apêndice a sua gramática descritiva. Lembremos, também, de Laudelino Freire nas suas *Breves notas para a historia da literatura filológica nacional* (1923). Nesse trabalho Freire traz pequenas notas biográficas e uma relação das obras dos autores selecionados por ele em ordem cronológica. Alguns anos depois, Leite de Vasconcelos em mais ou menos duas páginas e meia do seu *A filologia portuguesa* que aparece no vol. IV dos seus *Opúsculos* traz apenas os nomes de alguns autores representativos da nossa produção gramatical.

²⁶ Como esclarece Polachini em nota: “ não se sabe ao certo por que Nascentes localiza o *Compendio* de Coruja (1835) como a primeira gramática brasileira, pois se o critério fosse a independência política (1822) e a publicação no Brasil, haveria o *Compendio da Grammatica Portugeza*, de Antonio Costa Duarte, publicado em 1829, no Maranhão. A hipótese mais plausível é de que Nascentes desconhecia essa obra. Ademais, é de se ressaltar que havia ainda mais uma gramática escrita por um brasileiro e que é anterior a Coruja, como observa Kemmler (2013) ao descrever a *Arte da Grammatica Portugeza*, do padre Inácio Felizardo Fortes, publicada no Rio de Janeiro em 1816”. (POLACHINI, 2015, p. 20).

Vai cessar o autodidatismo. A mocidade terá a seu dispor mestres experimentados, livros, revistas e outros elementos de estudo. Tudo, por conseguinte, se poderá esperar dela. (NASCENTES, 2003, p. 204)

Em artigo publicado na revista *Confluência* (2006) *Estudos historiográficos de Antenor Nascentes*, Ricardo Cavaliere faz uma revisão crítica sobre a produção historiográfica²⁷ do autor e tece alguns comentários sobre o seu importante texto de 1939.

Não obstante, a coerência sistêmica, alguma crítica se pode conferir a certos critérios norteadores desse quadro periódico. Primeiro, é controverso definir em que época começou a cultura brasileira, razão por que igualmente controverso o termo *a quo* do denominado período embrionário. Se considerarmos a produção literária no Brasil - e basta ficarmos por aqui - como critério norteador para o estabelecimento do início da cultura nacional, não seria coerente incluir em seus domínios a obra de Anchieta? E a produção nacional dos setecentos não terá sido nacional? [...] No entanto, a postura de Nascentes com respeito a esse primeiro período é de flagrante menosprezo, sob a constatação de que “obedece exclusivamente a orientação portuguesa”

Ao cuidar, por exemplo, do *Epítome da gramática da língua portuguesa*, de Antônio Moraes Silva, concebido em 1802 e publicado em 1806, Nascentes opta por não desconsiderá-lo como obra genuinamente brasileira: “rigorosamente falando, se pode considerar um livro português, pois não se detém nas diferenças que já apresentava o falar brasileiro” (Nascentes 2003:188). Dessa observação abstrai-se um conceito de nacionalidade textual imiscuído com o de compromisso nacionalista que traz severas consequências historiográficas. (CAVALIERE, 2006, p. 69-70)²⁸

Além de excluir a obra de Moraes Silva da produção gramatical do século XIX, causa uma certa estranheza o fato de Nascentes considerar a obra de Antônio Pereira Coruja “como a primeira obra de valor escrita por um brasileiro”. A rigor acreditamos que a obra de Coruja não difere muito dos outros compêndios publicados no Brasil sob a orientação da gramática filosófica.

²⁷ Sobre a reflexão historiográfica de Nascentes, Cavaliere destaca os seguintes textos: *A Filologia Portuguesa no Brasil* (1939), *Panorama atual dos estudos filológicos no Brasil* (1939), *Études dialectologiques aux Brésil* (1952), *Diretrizes atuais da Filologia*, *A Filologia Românica no Brasil* (1961). Poderíamos destacar outros textos, tais como, *Adolfo Coelho e a Etimologia* (1949), *Figueiredo, esse mal julgado* (1955), *Leite de Vasconcelos e o Brasil* (1958) e o memorialístico *O Colégio Pedro II e a Filologia Portuguesa* (1939).

²⁸ Se a influência da gramática portuguesa fosse um critério para excluir obras e autores da nossa produção gramatical, teríamos que considerar como portuguesas, a maioria das obras produzidas no século XIX.

1.6.2 A Proposta de Silvio Elia (1975)

A segunda proposta de periodização coube a Silvio Elia (1975) que, seguindo Antenor Nascentes, considera que a nossa produção gramatical começa apenas no século XIX.²⁹ Elia reconhece apenas dois grandes períodos na nossa produção gramatical: O primeiro, é denominado *Vernaculista* e começa em 1820, data aproximada da nossa independência política, e se estende até 1880, data aproximada da publicação da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro.³⁰ Segundo Elia, esse primeiro grande período é marcado sobretudo pela contradição de por um lado, as preocupações puristas e classicizantes de alguns autores e por outro, as reivindicações de uma nova geração que ansiava por mudanças. Conforme Fávero e Molina (2006, p. 48) “foi o momento bipolar de encontro da corrente classicizante – dos que queriam a língua portuguesa colada no modelo lusitano – com os reformistas – dos que aceitavam os vários falares que começavam a constituir a língua portuguesa do Brasil”.

O segundo período foi o denominado por Elia de *Científico*. Esse período começa em 1881 e se estende até o ano de 1960. O autor divide este período em duas fases:

- A) De 1881 a 1900. Fase caracterizada como um momento de transição, “em que a renovação prevalece sobre o conservadorismo da época anterior” (FÁVERO; MOLINA, 2006). Cabe destacar que este também foi o momento da implantação do programa de língua portuguesa do Colégio Pedro II, cujo conteúdo, como sabemos, norteou a orientação de muitas gramáticas.
- B) De 1900 a 1960. Fase caracterizada pelo combate à orientação normativa. Elia reconhece três diferentes gerações de filólogos e gramáticos nessa segunda fase. Fávero e Molina sintetizam bem as principais características destas diferentes gerações nos seguintes termos:

A primeira, que vai de 1900 a 1920, inicia-se com o combate à base normativa de direção vernaculista, por Heráclito Graça e Mário Barreto e tem como representantes: Pacheco Junior, Said Ali e Otoniel Mota. A segunda geração, de 1920 a 1940, é formada pelos estudiosos que aprenderam nas lições dos grandes nomes da filologia portuguesa: Augusto Magne, Antenor Nascentes, Silva Ramos e

²⁹ “O primeiro período, como observa o mesmo prof. A. Nascentes, “obedece exclusivamente a orientação portuguesa” e, por isso, vamos aqui pô-lo de parte, para melhor nos determos nas fases em que os estudos de Filologia ganham progressivamente autonomia entre nós. (ELIA, op.cit., p. 117).

³⁰ Aqui percebemos claramente a heterogeneidade de critérios que muitas vezes norteiam a periodização dos nossos estudos linguísticos.

Silvio de Almeida. A última geração, de 1940 a 1960, contemporânea de Silvio Elia, representa a transição entre o didatismo das gerações anteriores e a formação universitária. (FÁVERO; MOLINA, 2006 p. 48)

Vale destacar que Silvio Elia faz referência unicamente ao trabalho de Antenor Nascentes passando em silêncio por outros autores que se dedicaram a traçar um olhar retrospectivo sobre a nossa produção gramatical, como Maximino Maciel no seu *Breve retrospecto sobre o ensino de língua portuguesa* e Mattoso Câmara Jr. no seu breve artigo publicado na revista *Vozes* (1969) *Os estudos de Português no Brasil* mais tarde reunido, com outros ensaios, no volume *Dispersos* organizado por Carlos Eduardo Falcão Uchoa.

1.6.3 A proposta de Eduardo Guimarães (1996)

O terceiro modelo de periodização corresponde à proposta de Eduardo Guimarães (1996) que, do mesmo modo que Nascentes (1939), reconhece quatro períodos distintos na nossa produção gramatical. Guimarães constrói a sua proposta de periodização baseado em dois critérios: o Político e o Institucional.

O primeiro período começa com o descobrimento e se estende até meados do século XIX, momento que, segundo o autor, é marcado pelas polêmicas acerca da língua falada no Brasil e pela ausência de uma reflexão sobre a língua falada em nosso país.

O segundo período apresenta dois marcos: a publicação da *Grammatica Portugueza* (1881), de Júlio Ribeiro e a fundação da Academia Brasileira de Letras (1897). Segundo Guimarães, esse período se estende até o ano de 1939, ano da fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Este segundo momento também é marcado por uma intensa produção gramatical, destacando-se, por exemplo, os *Estudos da Língua Portuguesa* (1903), de Mário Barreto e a *Dificuldades de língua Portuguesa* (1908), de Said Ali.

O terceiro período começa no final dos anos de 1930 e se estende até 1960, ano em que a linguística surge como uma disciplina obrigatória no Brasil. Nesse período aparecem algumas obras de referência para a nossa produção gramatical, tais como, *Princípios de linguística Geral* (1941), de Mattoso Câmara Jr. e *A formação histórica da Língua Portuguesa* (1955), de Silveira Bueno.

O quarto período tem seu início em 1965 e se estende até os dias atuais. Este período conhece o desenvolvimento de diversas correntes de investigação linguística: estrutural, funcional, gerativa, pragmática, as teorias do discurso etc.

1.6.4 A proposta de Ricardo Cavaliere (2002)

O próprio Cavaliere explicita os critérios que o levaram a organizar a nossa produção gramatical em períodos distintos:

Julgo possível uma tentativa de periodização heterogênea, com fulcro em dois fatores: as fontes teóricas que dão feição as novas ordens no desenvolvimento e difusão nos estudos linguísticos, e as obras representativas desses momentos de ruptura. As fontes teóricas conferem unicidade e identidade ao período, ao passo que as publicações atuam como marcos históricos de sua vigência. (CAVALIERE, 2002, p. 56)

Cavaliere, conforme Nascentes (1939) e Guimarães (1996), reconhece quatro momentos distintos da nossa produção gramatical. O primeiro período, denominado *Embrionário*, começa com o descobrimento e se estende até 1802, ano em que Moraes Silva termina de escrever o seu *Epítome*, mas que somente será publicada em 1806. O segundo período *Racionalista* começa em 1802 e termina em 1881, data da publicação da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro. O período *Científico* começa em 1881 e termina em 1941. Segundo Cavaliere, esse terceiro grande período pode ser dividido em duas grandes fases:

- A) *Fase Fundadora*: (1881 – 1920) tem como marco inicial a publicação da *Grammatica Portugueza*, de Júlio Ribeiro.
- B) *Fase Legatária*: (1920 – 1941) fase em que, conforme Fávero e Molina (2006, p. 51) “os pesquisadores preocupam-se exclusivamente com o fato em língua vernácula”.

O último período, o *Linguístico*, começa em 1941 e se estende até os nossos dias. Período, segundo o autor, marcado pelo estruturalismo e a especialização dos estudos linguísticos³¹. O quadro a seguir, sintetiza as propostas de periodização dos diferentes autores, destacando o início e o término de cada período.

³¹ Fávero e Molina (2006, p.49-50) nos informam da proposta de periodização apresentada por Leodegário Azevedo Filho em 2000 que divide a nossa produção gramatical em cinco períodos distintos

Quadro 1. Síntese das propostas de periodização dos estudos linguísticos no Brasil.

Nascentes (1939)	Silvio Elia (1976)	Guimarães (1996)	Cavaliere (2001)
Embrionária	Vernaculista	1ª Fase	Embrionário
<p>Início Cultura Brasileira</p> <p>Término Coruja (1835)</p>	<p>Início Data aproximada da independência política do Brasil (1820)</p> <p>Término Júlio Ribeiro (1881)</p>	<p>Início Descobrimiento do Brasil</p> <p>Término Século XIX</p>	<p>Início Descobrimiento</p> <p>Término Moraes Silva (1806)</p>
Empírica	Científica	2ª fase	Racionalista
<p>Início Coruja (1835)</p> <p>Término Júlio Ribeiro (1881)</p>	<p>Início Júlio Ribeiro (1881)</p> <p>Término Institucionalização dos estudos linguísticos (1960)</p>	<p>Início Júlio Ribeiro (1881)</p> <p>Término Fundação da faculdade de filosofia da universidade do Brasil (1939)</p>	<p>Início Moraes Silva (1806)</p> <p>Término Júlio Ribeiro (1881)</p>
Gramatical		3ª fase	Científico
<p>Início Júlio Ribeiro (1881)</p> <p>Término Início dos estudos diatólogicos</p>		<p>Início Fundação da faculdade de filosofia da universidade do Brasil (1939)</p> <p>Término Institucionalização dos estudos linguísticos (1960)</p>	<p>Início Júlio Ribeiro (1881)</p> <p>Término Preocupação com a língua vernácula (1941)</p>
Científica		4ª fase	Linguístico
<p>Início Fundação da faculdade nacional de filosofia da universidade do Brasil (1939) até os dias atuais</p>		<p>Início (1965) até os dias atuais</p>	<p>Início (1941) e se estende até os dias atuais</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

1) Período de estudo inicial das línguas indígenas em contato com o português. 2) período de imitação da gramática portuguesa. 3) período purista e de diferenciação idiomática. 4) período vernaculista e de evolucionismo linguístico. 5) período filológico e linguístico.

Apesar da importância para a visão de conjunto da nossa produção gramatical, reconhecemos que a heterogeneidade dos critérios adotados para dividir essa mesma produção em períodos mais ou menos delimitados (fatos políticos, publicações de obras, fundação de instituições de ensino) nos levam a uma visão distorcida do nosso processo de *gramatização*. Ao contrário do que as propostas de periodização parecem indicar, acreditamos que a produção gramatical brasileira não vive de rupturas bruscas de orientação, muito ao contrário, acreditamos que a nossa produção gramatical experimenta um desenvolvimento contínuo caracterizado, por vezes, pela sobreposição de diferentes correntes teóricas.

1.7 Um novo olhar sobre a nossa produção gramatical – A História das Ideias Linguísticas no Brasil

O programa de investigação da História das Ideias Linguísticas no Brasil formou-se a partir de um projeto de investigação intitulado *Discurso, significação e brasilidade* liderado pela pesquisadora Eni Orlandi na Universidade de Campinas. O objetivo do projeto de pesquisa, conforme recorda Orlandi,

visava trazer para a reflexão sobre a nossa história a forma de conhecimento produzida pela análise do discurso³², articulando análise de discursos distintos, mas que se relacionavam pela produção da “brasilidade” ou dos processos identitários que restam da chamada identidade nacional. (ORLANDI, 2001, p.10)

A História das Ideias Linguísticas no Brasil surge, portanto, com a preocupação de articular o processo de constituição da nossa identidade política e linguística. Na busca de compreender o processo de construção de uma identidade cultural, nacional e, sobretudo, linguística de um país colonizado, como o Brasil, conforme Orlandi (2001), os seguintes temas destacam-se nessa linha de pesquisa:

³² [...] do lugar teórico em que me situo, o da análise do discurso, interessa-me a produção de conhecimento sobre a língua como produção de instrumentos linguísticos (tecnologia que representa a língua para seus falantes, em seu conjunto) e também a própria escrita teórica, uma vez que esta desestabiliza a visão da história como algo estável não sujeita a interpretação (ORLANDI, 2002, p.9)

- a) Gramatização da língua portuguesa, centrando a atenção sobre o aparecimento das primeiras gramáticas no Brasil, escritas por brasileiros;
- b) Conteúdo da gramática, seus títulos, os prefácios das diferentes edições etc;
- c) Comentários sintáticos, semânticos e lexicais feitos pelos próprios gramáticos;
- d) Instrumentos de jurisdição da língua, aspectos da oficialização de seu ensino, de regulamentação etc;
- e) Línguas africanas e indígenas no Brasil;
- f) Processos linguísticos elaborados pela imigração.

No final da década de 80 o convênio estabelecido entre o IEL- Unicamp e a Universidade Paris VII levou à constituição de um projeto franco-brasileiro *História das Ideias Linguísticas e a constituição da língua nacional*, coordenado por Eni Orlandi no Brasil e por Sylvain Auroux, na França.

Como resultado da aproximação entre as duas universidades aparece no ano de 1992 a tradução do livro *A revolução tecnológica da gramatização*, de Sylvain Auroux, traduzido para o português pela própria Eni Orlandi e publicado pela editora da Unicamp. Poucos anos depois, o convênio entre as duas universidades permitiu a divulgação das pesquisas de autores brasileiros na França por meio do número temático da revista *Langages* intitulado *L'hyperlangua brésilienne*, organizado por Sylvain Auroux e Eni Orlandi.

Seguindo os passos do programa de investigação formulado por Sylvain Auroux, Leonor Lopes Fávero (USP/PUC-SP) nas últimas décadas orientou uma série de trabalhos que procuraram historiar o nosso processo de gramatização. Conforme Fávero e Molina (2006, p. 24), saber linguístico é “todo saber construído em torno de uma língua num dado momento como produto de uma reflexão metalinguística ou de uma atividade linguística não explícita”.

Nesse sentido, a História das Ideias Linguísticas vai contemplar não só o saber metalinguístico construído em torno de uma língua materializada, segundo Auroux (2009), em gramáticas e dicionários, mas também as instituições por onde tais saberes eram discutidos e veiculados.

Aproximando os pressupostos da História das Ideias Linguísticas aos da História Cultural, Fávero nos leva a refletir sobre a imagem que fazemos da gramática e do dicionário (instrumentos linguísticos) e (re)coloca a questão do ensino da língua portuguesa no processo de construção de uma identidade linguística brasileira.

Por fim, gostaríamos de recordar a opinião de Fávero e Molina (2006, 2004) a respeito da árdua tarefa de quem decide estudar a língua como objeto histórico:

1ª – Exaustividade: o historiador, de acordo com Kuhn (2011[1962]), nunca apreende conceitos, leis e teorias de forma abstrata, pelo contrário, esses são percebidos numa unidade histórica anterior, onde são apresentados e podem ser recuperados e analisados. Isto quer dizer que o ato de saber possui *um horizonte de retrospectão e um de projeção* e esse saber não destrói seu passado; ao contrário, ele o organiza e o escolhe, do mesmo modo que antecipa seu futuro. *Sans mémoire et sans projet, il n'y a tout simplement pas de savoir.*

2ª – Busca das fontes: empreitada extremamente perigosa, por vários motivos, especialmente pela dificuldade de acesso à documentação e seleção do material.

3ª – O estudo da documentação: o documento analisado pelo historiador da linguagem não deve ser observado como um objeto sacralizado, mas interpretado dentro do contexto que foi criado.

Ainda conforme Fávero e Molina,

Vencidos esses obstáculos, pode-se dizer, resumidamente, que o estudioso da História das Ideias Linguísticas, mais que localizar a fonte de um pensamento, deverá analisar, no contexto em que foi criada aquela ideia, como frutificou, foi compreendida, difundida, interpretada e representada, mergulhando em sua profundidade, enxergando os fios que a constituíram e todos os seus reflexos, favorecendo uma melhor compreensão da linguística atual (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 29).

1.8 A Historiografia da Linguística Missionária³³

Como já destacado por Auroux (2009), o processo de gramatização dos vernáculos europeus é contemporâneo do processo de descrição das línguas nativas da América, Ásia e África. E, como sublinha Zwartjes,

³³ Conforme Zimmermann (2018,p.71) “Se llama Lingüística Misionera a la descripción de la gramática, del léxico y de otros aspectos de lenguas extranjeras, muchas veces lenguas de pueblos conquistados y colonizados que han servido como instrumento para a la redacción de textos religiosos (sobre todo catecismos y doctrinas religiosas), elaborados por misioneros cristianos europeos”.

“Se chama Linguística Misionária a descrição da gramática, do léxico e de outros aspectos das línguas estrangeiras, muitas vezes línguas de povos conquistados e colonizados, que serviram como instrumento para a redação de textos religiosos (sobretudo catecismos e doutrinas religiosas) elaborados por missionários cristãos europeus”. (tradução nossa)

A época do Descobrimento foi também a época da descoberta das línguas. Há literalmente milhares de dicionários e gramáticas publicadas e não publicadas de línguas "exóticas", escritas antes do século 20, geralmente são trabalhos de missionários, pensados como um passo essencial no trabalho de ensinar a verdade cristã aos pagãos recém-descobertos. (SCHEREYE, 1999, *apud* ZWARTJES, 2011, p.3- tradução nossa)³⁴

Navarro (1995, p.15) também aponta o século XVI como um momento importante no processo de conhecimento e descrição das línguas ao redor do mundo:

Se o termo “gramática”, até então, não soia nenhures no Ocidente evocar mais do que um corpo de sistematização das línguas clássicas, o século XVI começaria a assistir à gramaticalização maciça das línguas do mundo, fossem elas mortas ou vivas, europeias ou americanas e asiáticas, de povos de tradição literária milenar ou de povos ágrafos. O século XVI, com efeito, começou a gramaticalizar tudo e a tornar todas as línguas dignas de serem gramaticalizadas

Altman (2011) citando os números levantados por Wonderly e Nida (1963) sublinha a relevância da produção missionária hispano-americana:³⁵

Só para o século XVI afirmam ter registrado 212 trabalhos de missionários. Desses, 30 sobre línguas sulamericanas; 27 sobre línguas da América Central e 155 sobre o México, sendo que o Náhuatl clássico, língua dos astecas do México central, foi a mais representada, com 92 trabalhos. No século XVII, registraram mais de 250 trabalhos sobre as mesmas línguas; no XVIII, 210. Se incluirmos nessa conta as gramáticas missionárias escritas no período colonial sobre as línguas asiáticas (por ex.: japonês, chinês, vietnamita; línguas filipinas: tagala, bisaya, pampango, iloko, pangasinán, ibanag;

³⁴ Segue texto original “The age of Discovery was also the age of the discovery of languages. There are literally thousands of published and unpublished dictionaries and grammars of ‘exotic’ languages, written before the 20th century, Usually these are the work of missionaries, undertaken as an essential preliminary to their endeavour to teach the Christian truth to the newly discovered heathen’s”.

³⁵ A gramática missionária portuguesa, conforme Zwartjes (2011, p.1), apresenta também uma produção extremamente relevante: “Most of the Works of the Portuguese missionaries in the pre-modern period (16th to 18th century) have doubtless been lost. However, an interesting corpus of treatments of very diverse languages is still extant. It includes grammars of Tamil (Dravidian); Konkani, Marathi and Bengali (Indo-Aryan); Japanese; Kipeá-Kiriri (Macro-Jê); Tupinambá and the *Lingua Geral Amazônica* (Tupi-Guarani); Kimbundu and Sena (Bantu); and finally Arabic and Hebrew. Most of the grammars were written by Jesuits, although the Arabic grammars were mainly written by Franciscan monks and the Bengali grammar was the product of an Augustinian.

“A maior parte das obras dos missionários portugueses no período pré-moderno (século XVI a XVIII) foi, sem dúvida, perdida. No entanto, ainda existe um corpus interessante de trabalhos sobre línguas muito diversas. Inclui gramáticas de Tamil (Dravidian); Konkani, Marathi e Bengali (Indo-Ariano); Japonês; Kipeá-Kiriri (Macro-Jê); Tupinambá e Língua Geral Amazônica (Tupi-Guarani); Kimbundu e Sena (Bantu); e, finalmente, Árabe e Hebraico. A maior parte dessas gramáticas foi escrita por jesuítas, embora as gramáticas árabes fossem escritas principalmente por monges franciscanos e a gramática bengali foi o produto de um agostiniano”. (tradução nossa)

indianas: tamil), além das africanas e australianas, esse número cresce sensacionalmente [...] (ALTMAN,2011, p. 210)

Apesar dessa elevada produção, o trabalho de descrição gramatical dos missionários foi considerado de pouco interesse para os historiadores da linguística. Como recorda Zwartjes, (2012, p.185),

Em geral, a tradição missionária foi principalmente negligenciada nos manuais do século XX. Arens (1969: 64) fornece apenas uma breve nota, resumindo as regiões diferentes onde as gramáticas ameríndias foram escritas, mas não mencionando os nomes dos autores, ou a enorme contribuição feita pelos lexicógrafos missionários principalmente católicos. Como Hovdhaugen (1996b: 7) observou, "uma história satisfatória da lingüística não pode ser escrita antes do reconhecimento do impressionante trabalho dos missionários". No entanto, Seuren (1998: 53) dedica apenas uma página em seu manual às atividades dos missionários, afirmando que sua escrita gramatical "foi menos inspirada pelo desejo de saber mais sobre as línguas em questão do que pelo imperialismo puro". Em um volume introdutório sobre a história da linguística por Tavoni, há apenas uma meia página (1998: 68) que trata da lingüística missionária. Lei (2003: 219) menciona algumas obras missionárias, mas apenas muito brevemente. Zimmermann explicou em sua palestra apresentada na Primeira Conferência Internacional em Lingüística Missionária em Oslo, em 2003, que "as primeiras descrições de linguagem criadas pelos missionários durante o período colonial não foram totalmente reconhecidas pela historiografia geral da linguística".³⁶ (tradução nossa)

A pouca atenção dada ao trabalho de descrição gramatical dos missionários se deve ao fato de que esses trabalhos foram considerados meras imitações ou simplificações do modelo latino e instrumentos do processo de colonização e expansão do catolicismo. De acordo com Câmara Jr.,

³⁶ Texto original "In general, the missionary tradition was mostly neglected in 20th-century manuals. Arens (1969: 64) provides just a brief note, summing up the diferente regions where the Amerindian grammars were written, but not mentioning the names of the authors, or the huge contribution made by the, mainly Catholic, missionary lexicographers. As Hovdhaugen (1996b: 7) observed, "a satisfactory historyof linguistics cannot be written before the impressive contribution of missionaries is recognised". Yet Seuren (1998: 53) dedicates barely a page in his manual to the missionaries' activities, stating that their grammar writing "was less inspired by a desire to know more about the languages concerned than by sheer imperialism". In an introductory volume on the history of linguistics by Tavoni there is just a half page (1998: 68) dealing with missionary linguistics. Law (2003: 219) does mention some missionary works, but only very briefly. Zimmermann explained in his lecture presented at the First International Conference in Missionary Linguistics in Oslo in 2003 that "the early language descriptions that have been created by missionaries during the colonial period have not been fully recognized by mainstream historiography of linguistics"

O objetivo central dos missionários era a comunicação com os nativos para fim de propaganda religiosa. Isso quer dizer que a realidade linguística só valia como meio. Não estudavam o tupi como um linguista moderno o estudaria, como uma coisa que existia e merecia ser objetivamente apreciada e interpretada. Estudavam-no com o propósito utilitário. Era preciso conhecer a língua para por meio dela entrar em contato com o indígena e promover a catequese religiosa. Ora, este é justamente o espírito que favorece a criação das chamadas línguas francas. O indivíduo entra em contato com um povo de outra língua e se preocupa em obter um meio termo linguístico para se comunicar mais estreitamente com ele. Daí a tendência a deixar de lado tudo aquilo que atrapalha muito e não prejudica, por sua falta, essencialmente a comunicação (CÂMARA JR, 1977, 101).

E prossegue,

Ora, esse ideal gramatical era a estrutura da língua latina, porque o latim era considerado o modelo, o protótipo do que deveria ser uma língua rigorosamente pautada numa gramática geral. Daí resultou que a disciplinização da língua tupi, encetada pelos missionários, obedeceu ao objetivo de aperfeiçoar a língua indígena; o que quer dizer que o missionário linguista foi catequético tanto quanto o missionário religioso. Da mesma sorte que se queria melhorar os costumes, o espírito, a moral, a religião do índio, também se pretendia melhorar-lhe a língua. Achava-se que seria fazer a ele um grande serviço fornecer-lhe uma língua melhor, mais aperfeiçoada, mais de acordo com a de um *homo sapiens*, de que se achava um tanto distanciado em seu estado natural. Era evidentemente um objetivo que tendia a prejudicar a observação sincera e serena dos fatos linguísticos (CÂMARA JR, 1977, p. 102).

Porém, nas últimas décadas, a tese da simplificação e do apego servil ao modelo latino foi colocada em descrédito por diversos autores. Ao que parece, como destacam Zwartjes e Hovdhaugen, o modelo latino não foi adotado de maneira inflexível pelos missionários:

No entanto, em estudos recentes, linguistas e historiadores da linguística começaram a prestar mais atenção a esses trabalhos e os resultados de pesquisas recentes demonstram que o oposto pode estar mais próximo da verdade: muitas obras são escritas "em diálogo" com seus predecessores, muitos missionários, se não a maioria, teve um excelente domínio dessas linguagens "exóticas". Esses pioneiros não só adotaram, mas também, em muitos casos, adaptaram, ou até abandonaram parcialmente o modelo greco-latino de forma "revolucionária", com foco nas características

idiossincráticas da própria língua nativa (ZWARTJES; HOVDHAUGEN, 2004, p 2 – tradução nossa)³⁷.

O juízo negativo do trabalho de descrição gramatical dos missionários vem sendo superado pelo fato de que muitos estudos já demonstraram que essas obras (gramáticas, dicionários, vocabulários, cartilhas, listas de palavras, catecismos etc) são um material importante para a compreensão do processo de gramatização das línguas do mundo.

Na década de 90, a Historiografia da Linguística Missionária ganha um novo impulso e, na mesma década, a pioneira publicação de Even Hovdhaugen apresenta uma primeira definição para o conceito de gramática missionária:

Uma gramática missionária é a descrição de uma língua particular criada como parte do trabalho missionário por missionários não-nativos. É uma gramática pedagógica e sincrônica que abrange uma fonologia, morfologia e sintaxe com base em dados principalmente do corpus oral (em alguns casos de relatos - principalmente traduções de textos) (HOVDHAUGEN, 1996, *apud*, ZWARTEJES, 2011, p. 1- tradução nossa)³⁸

Pouco depois da publicação do trabalho de Hovdhaugen, em 1997, aparece o importante estudo de Klaus Zimmermann *La descripción de las lenguas ameríndias en la época colonial*. Na sequência aparece o trabalho de Otto Zwartjes *Las gramáticas misioneras de tradición hispánica – siglos XVI-XVII*.

Em 2003, ocorre o primeiro seminário sobre Linguística Missionária, organizado por Otto Zwartjes, realizado em Oslo. Em seguida desse primeiro evento surge uma série de congressos internacionais de Linguística Missionária organizados pelo próprio Zwartjes. Os trabalhos apresentados nos congressos foram organizados e publicados na série *Missionary Linguistics/Lingüística Misionera*.

³⁷ Texto original “However, in recent studies linguists and historians of linguistics began to pay more attention to these work and the results of recent research demonstrate that the opposite may be closer to the truth: many works are written ‘in dialogue’ with their predecessors, many missionaries, if not the most, had an excelente command of these ‘exotic’ languages. These pioneers not only adopted but also in many cases adapted, or even partially abandoned the Greco-Latin model in a ‘revolutionary’ way, focusing on the idiosyncratic features of the native language themselves”

³⁸ Texto original “A missionary grammar is a description of a particular language created as part of missionary work by non-native missionaries. It is a pedagogical, synchronic grammar covering phonology, morphology and syntax based on data mainly from the oral corpus (in few cases from religious – mainly translated – texts)”

Zimmermann, em um importante trabalho publicado na coletânea de artigos da série *Missionary Linguistics*, em 2004, *La construcción del objeto de la historiografía de la lingüística misionera*, apresenta o quadro teórico e os pressupostos epistemológicos dessa nova área de investigação. Conforme Zimmermann, a Historiografia da Linguística Missionária se dedica a analisar o conjunto dos trabalhos linguísticos – gramáticas, dicionários, vocabulários, cartilhas, catecismos etc. – produzidos em territórios evangelizadores por missionários europeus. Assim, conforme o autor (2004, p.12-13), devemos observar os seguintes aspectos na delimitação do campo historiográfico da Linguística Missionária:

1. Protagonistas / Autores: linguistas-evangelizadores.
Membros do clero, missionários de diversas ordens religiosas:
 - a) Jesuítas (os mais ativos no campo da ação missionária);
 - b) Franciscanos;
 - c) Dominicanos (com importante atividade em Moçambique);
 - d) Agostinianos.

2. Ideologia Dominante: religião cristã

3. Propósito principal: evangelização
Propósitos derivados:
 - a) Estudo gramatical de línguas extra-europeias;
 - b) Redação de catecismos (registros bilíngues e trilingues);
 - c) Traduções da Bíblia (protestantes) e de catecismos latinos.

4. Materiais didáticos elaborados / instrumentos de evangelização (impressos e manuscritos): a codificação gramatical era sobretudo de natureza didática:
 - a) Artes/ Gramáticas;
 - b) Dicionários/ vocabulários;
 - c) Catecismos/ Cartilhas;
 - d) Outras obras não gramaticais: cartas, textos históricos, literatura religiosa.

5. Destinatário: outros missionários.

6. Língua de redação das obras:
 - a) Latim;
 - b) Línguas vernáculas;
 - c) Línguas não europeias.

7. Fontes de redação das obras:
 - a) Gramáticas latinas;
 - b) Primeiras gramáticas do vernáculo.

8. Método de trabalho de campo:
 - a) Recolha de dados orais (várias línguas ameríndias eram ágrafas);
 - b) Recurso à informação (nativos já cristianizados e alfabetizados; *linguas* ou intérpretes).

9. Quadro histórico-político e linguístico: período colonial e pós-colonial (séculos XVI-XIX).

10. Quadro geográfico (território da ação missionária).

Nas últimas décadas duas publicações marcam o desenvolvimento dos estudos sobre o processo de descrição gramatical dos missionários e o desenvolvimento das línguas gerais do Brasil. A primeira foi a publicação do livro *Línguas gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial* (2003), organizado por José Ribamar Bessa Freire e Maria Carlota Rosa. Os trabalhos reunidos no livro foram primeiramente apresentados no I Colóquio sobre as línguas gerais sul-americanas realizado na UERJ no início dos anos 2000. Na sequência aparece a publicação do segundo volume da série *Missionary Linguistic/Lingüística Misionera II – orthography and phonology*. O segundo número da série é fruto dos trabalhos apresentados no congresso internacional sobre a Linguística Missionária realizado na USP, em 2003, organizado por Cristina Altman e Otto Zwartjes.

O trabalho de descrição gramatical dos missionários realizados nas colônias portuguesas entre os séculos XVI e XIX também ganhou destaque no importante trabalho de Otto Zwartjes, publicado em 2011. O trabalho propõe traçar uma visão de conjunto sobre a produção gramatical missionária escrita em português sobre as línguas nativas do Brasil e as línguas nativas da África e Ásia no período colonial - *Portuguese Missionary Grammar in Asia, Africa and Brasil. 1550-1800*.

No Brasil, não foram muitos os linguistas ou historiadores que se debruçaram sobre a questão da língua geral e o trabalho de descrição linguística dos missionários no período colonial. Podemos destacar as contribuições de Aryon Rodrigues (2000, 1998, 1996, 1994), Frederico G. Edelweiss (1969), Cristina Altman (2013, 2012b, 2011, 1999), Luiz Carlos Borges (2003, 1998, 1996), Cândida Barros (2003, 1994a, 1994b, 1990, 1986, 1983), Maria Carlota Rosa (2003, 1997, 1995, 1992) e Ribamar Bessa Freire (2003, 2004, 1983).

Além dos trabalhos de linguistas, podemos destacar os trabalhos de historiadores de ofício que, de um certo modo, também abordaram em alguns de seus textos, a questão da língua geral no Brasil ou a questão da política linguística jesuítica no período colonial. Podemos destacar os trabalhos de Sergio Buarque de Holanda (1995), Charlotte de Castelnau-L'Estoile (2006), Cristina Pompa (2003), Andrea Daher (2012, 2004, 1999, 1998), John Monteiro (2001, 2000) e Adone Agnolin (2010, 2007).

O impacto das missões religiosas no território brasileiro já foi abordado do ponto de vista histórico, antropológico, cultural, social, econômico e administrativo. No entanto, a língua como elemento constitutivo do processo de colonização e catequização ainda não recebeu a devida atenção.

Por fim, vale destacar que uma das dificuldades para o pesquisador que decide se aventurar no conhecimento das línguas gerais, retomando Fávero e Molina (2006, 2004), é a questão do acesso às fontes. As fontes manuscritas ou impressas para o estudo das línguas gerais encontram-se dispersas pelas bibliotecas e acervos de diversos países. Como exemplo dessa dispersão, recordo o levantamento realizado por Barros (2003) sobre os manuscritos tupis produzidos na região amazônica no século XVIII, a seguir:

Quadro 2. Manuscritos tupi de missões na Amazônia produzidos no século XVIII

	Documento	Gênero textual	Autoria	Ano	Local	Arquivo/referência bibliográfica.
1	Diálogo da doutrina crista pela língua brasílica	Catecismo	(Pe. Luis Maria Bucherelli?) (1648-1749) (Leite 1938)	[período de Bucherelli na Amazônia: 1718-1749]		British Museum (Ayrosa, 1950)
2	Catecismo da doutrina crista que se manda ensinar como preceito no anno de 1740	Catecismo	(José Vidigal 1674-1748) (Leite, 1938)	1740		British Museum (Ayrosa, 1950)
3	Diálogo da doutrina crista pela língua brasílica	Catecismo	Marcos Antonio Arnolfini (1687-1745)	[Período de Arnolfini na Amazônia 1728-1745]		British Museum (Ayrosa, 1950)
4	Doutrina e perguntas dos mistérios principais de nossa Santa Fé na língua brasílica	Catecismo				British Museum (Ayrosa, 1950)
5	[Vocabulário]	Dicionário (português-Tupi) Gramática				British Museum (França, 1859)
6	Doutrina cristaã em lingoa geral dos Indios do Estado do Brasil e Maranhão, composta pelo Pe. Philippe Bettendorff, traduzida em ligua geral irregular e vulgar usada nesses tempos.	Catecismo				Universidade de Coimbra
7	Dicionário da Língua geral do Brasil que se fala em todas as villas, lugares e aldeas desse vastissimo Estado.	Dicionário (português-Tupi) Gramática		1771	Cidade do Pará	Universidade de Coimbra

continuação

	Documento	Gênero textual	Autoria	Ano	Local	Arquivo/referência bibliográfica
8	Dicionario da língua Brazílica	Dicionário (Português-Tupi)				Universidade de Coimbra
9	Grammatica da língua geral do Brasil com hum dicionário dos vocabulários mais uzuaes para a intelligência da dita língua	Catecismo Confessionário Dicionário (Português-Tupi) Gramática		1758 (ou 1750)	[Pará]	Universidade de Coimbra
10	Vocabulário da Lingua Brasilica	Catecismo Confessionário Dicionário (Português-Tupi) Gramática		1751		Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
11	Prosódia	Canções Textos narrativos Dicionário (Português-Tupi)			[Pará?]	Academia de Ciências de Lisboa
12	Caderno da Lingua	Dicionário (Português-Tupi)	João Arronches (Franciscano)	1739	[atuação de Arronches em Guarupa no Pará]	Museu Paulista (Ayrosa, 1937)
13	Specimen Linguae Brasilicae Vulgaris	Pai Nosso Gramática	Ancelmo Eckart			Murr (ed.) 1778. (Rosa, 1994)

Fonte: Barros (2003)

CAPÍTULO 2

A AÇÃO MISSIONÁRIA NO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ

Pelo que particularmente respeita ao Grão-Pará, a história dessa parte da terra brasílica de modo nenhum se pode escrever sem a dos jesuítas. A luta entre eles e a população leiga é o fato central, em torno de que todos os mais gravitam.

(Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e colonizações (1901)- João Lúcio de Azevedo)

2.0 Introdução

A Companhia de Jesus não foi a única, nem a primeira ordem religiosa a tentar se estabelecer na região norte da Estado do Brasil³⁹. No entanto, como sugere a epígrafe do historiador João Lúcio de Azevedo (1855-1933), a história do processo de colonização do imenso Estado do Maranhão e Grão-Pará está estritamente ligada ao trabalho dos padres da Companhia de Jesus. No presente capítulo, procuramos observar o processo de catequização/colonização dessa região através da ação de três personagens: dois padres de origem portuguesa, Luís Figueira (1574-643) e Antônio Vieira (1608-1697) e o padre luxemburguês João Felipe Bettendorff (1625-1698). Tais personagens são fundamentais por terem contribuído em situações particulares não só no processo de implantação e consolidação da missão da Companhia de Jesus nesta parte da colônia, mas também por terem participado ativamente no debate sobre a legislação indígena durante o século XVII.

³⁹ A primeira alusão ao trabalho de evangelização dos índios do norte do Estado do Brasil encontra-se no trabalho do capuchinho francês Claude d'Abbeville. Cf. *História dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças (1614)*.

2.1 A ocupação portuguesa da região norte

A imagem real ou imaginada⁴⁰ do espaço que compreendia o Estado do Maranhão e Grão-Pará que emerge da leitura dos relatos e crônicas escritas entre os séculos XVII e XIX é a de um imenso território habitado por selvagens, coberto por uma densa floresta e intercortado por um complexo labirinto de rios perigosos. O sonho do eldorado, do ouro e da prata, que habitou o imaginário dos primeiros viajantes que aportaram à costa brasileira⁴¹ ainda estava presente no século XVII quando os europeus partiram para a conquista dessa região desconhecida.

O norte do Estado do Brasil, colonizado pelos portugueses ao longo do século XVII, ocupava dimensões muito distintas da atual região amazônica brasileira. Conforme destaca Arenz (2008, p.44),

Durante o século XVII, a área em questão se estendia aproximadamente desde a serra de Ibiapaba, entre o Maranhão e o Piauí, até a foz do afluente do rio Napo, agora localizado no norte do Peru. Foi somente em 1750 que o Tratado de Madri entre as duas coroas ibéricas fixou o curso inferior do Javari, na atual fronteira peruana-brasileira, como o limite ocidental definitivo. A colônia que ali se estabeleceu em 1621 tinha como primeira designação oficial: Estado do Maranhão e Grão-Pará, primeiro subdividida em três capitanias (Maranhão, Pará e Cumã), abrangendo as terras entre os atuais estados do Rio Grande do Norte e Amazonas.⁴² (tradução nossa)

Em razão da grandeza do território, o processo de colonização/catequização representou uma empreitada lenta, arriscada e cheia de continuidades e

⁴⁰ Conforme Gondim (1994, p.77), “Os séculos podem variar e os cronistas serem originários das mais diferentes nacionalidades, no entanto, diante do rio e da mata amazônicas, quase genericamente se isentou de externalizar sentimentos que variavam do primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial”.

⁴¹ Vale sempre recordar a oposição que fez Sérgio Buarque de Holanda entre uma tendência realista dos portugueses e uma tendência imaginativa dos espanhóis. “O gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo. Ou porque a longa prática das navegações do Mar Oceano e o assíduo trato das terras e gentes estranhas já tivessem amortecido neles a sensibilidade para o exótico, ou porque o fascínio do Oriente ainda absorvesse em demasia os seus cuidados, sem deixar margem a maiores surpresas, a verdade é que não os inquietam, aqui, os extraordinários portentos, nem a esperança deles”. (HOLANDA, 1977, p 1)

⁴² Segue original “Au cours du XVII siècle, la région en question s’étendait approximativement du massif d’Ibiapaba, entre le Maranhão et le Piauí, jusqu’à l’embouchure de l’affluente Napo qui se trouve aujourd’hui au nord du Pérou. C’est seulement en 1750, que le Traité de Madrid entre les deux couronnes ibériques fixe le cours inférieur du Javari, à l’actuelle frontière peruano-brésilienne, comme la limite occidentale définitive. La colonie qui y fut établie dès 1621 portait comme première désignation officielle: Estado do Maranhão e Grão-Pará (État du Maranhão e Grão-Pará), subdivisé d’abord en trois capitaineries (Maranhão, Pará et Cumã), englobant les terres entre les États actuels du Rio Grande do Norte et l’Amazonas”.

descontinuidades. Essa imensa região, ainda pouco conhecida,⁴³ encontrava-se dividida política e administrativamente em duas grandes capitanias: a capitania do Maranhão com a capital em São Luís, tomada aos franceses em 1615, e a capitania do Grão-Pará cuja capital era Belém, fundada pelos portugueses em 1616.

A conquista do norte do Estado do Brasil ocorreu no período da chamada União Ibérica (1580-1640). De fato, desde o início do século XVII, portugueses e espanhóis tinham notícias dos planos de ocupação de outras nações europeias (sobretudo franceses e holandeses). Assim, para evitar a invasão de nações estrangeiras, a ocupação da região norte adquiriu importância tanto do ponto de vista militar, quanto do ponto de vista político e econômico. Conforme destaca Cardoso (2011 p.333),

A conquista do Maranhão não foi uma simples operação militar para afastar “piratas” da costa do norte do Estado do Brasil, foi parte de um projeto hispano-luso de proteção e integração comercial na fronteira entre a América Portuguesa e as índias castelhanas. A condição de fronteira dessa região é tema constante em todos os informes, crônicas e memórias da época, deixando claro a abrangência do tema.

Vale destacar que, do ponto de vista das rivalidades políticas locais, diversos grupos vislumbraram na ocupação do norte do país não só a possibilidade de ganhos econômicos, mas também a oportunidade de construir uma nova elite econômica e política independente do Estado do Brasil. Como observa Cardoso (2011), o Maranhão começa a ser ocupado a partir do investimento da pequena aristocracia local. Não é por acaso que as expedições militares e a maior parte dos recursos econômicos disponibilizados para a ocupação do Maranhão e Grão-Pará surgiram de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

⁴³ Conforme Cardoso (2011, p. 319), “ [...] antes de 1621, quando é criado o estado do Maranhão e Grão-Pará, separado da jurisdição do estado do Brasil, a região era conhecida por diversos nomes ou títulos: ‘terra do rio Amazonas’, ‘terra dos tupinambás’ ou mesmo ‘terra dos caraíbas’. Muitas crônicas, cartas, memoriais e planisférios chegam a representar o Maranhão como uma espécie de não-Brasil”.

2.2 A primeira incursão da Companhia de Jesus ao norte da colônia

A serra de Ibiapaba tornou-se célebre pelo relato que fez Antônio Viera da missão dos padres que aportaram nessas terras em 1655⁴⁴. No entanto, a primeira incursão da Companhia de Jesus a essa região ocorreu anos antes com a missão dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira.

A fronteira entre o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão e Grão-Pará localizava-se no Ceará, mais precisamente na serra de Ibiapaba. No projeto de ocupação da região norte, a busca de uma via terrestre que ligasse os dois Estados passava a adquirir importância política e econômica. No entanto, Conforme Castelnau-L'Estoile (2006, p.470), na fronteira entre os dois Estados

a via marítima está bloqueada pelos franceses, instalados na costa do Maranhão, de onde eles traficam madeira. Por terra, os índios Tapuia travavam uma feroz resistência aos portugueses e se aliam aos franceses. Duas expedições militares de portugueses já tinham fracassado na tentativa de se fixar [na região da serra de Ibiapaba].

Duas expedições militares organizadas pela coroa portuguesa já tinham fracassado na tentativa de ocupar a região da Serra de Ibiapaba. Assim, para solucionar o problema, foi proposto pelo capitão de Pernambuco o envio de uma expedição de jesuítas⁴⁵ “para que eles tentem obter por outros meios a submissão dos índios e a possibilidade de atravessar o território até o Maranhão” (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 470).

A missão, portanto, possuía um caráter diplomático e procurava conseguir por vias pacíficas o que outros por vias militares não haviam conseguido. A missão “diplomática” foi confiada ao superior Francisco Pinto, padre experimentado e conhecedor da língua e dos costumes dos índios e ao padre Luís Figueira, ainda “inexperiente nas coisas do Brasil e pouco versado na língua brasílica” (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p.471). Os dois padres partem de Pernambuco com 60 índios, sem

⁴⁴ Conforme Aguiar (2011, p. 508-509) [...] “a mencionada missão [de Ibiapaba] não foi um feito esporádico, ou seja, simples acontecimento de pouca duração marcada pela presença de alguns missionários. Planejada e executada, de início, sob a supervisão direta do padre Antônio Viera, a partir de 1655, prosseguiu com a participação de outros jesuítas, até 1759 – portanto, mais de um século -, quando foi totalmente desmantelada por ocasião da expulsão da Companhia de Jesus, decretada pelo Todo-poderoso Marquês de Pombal”

⁴⁵ “Na política de expansão portuguesa no Brasil, o papel dos jesuítas não é militar, é diplomático e político. Os padres são oficialmente encarregados de ‘fazer a paz’ com os índios, isto é, fazê-los reconhecer a dominação portuguesa” (CALSTELNAU-ESTOILE, 2006, p.444).

nenhum soldado ou colono português “para não darem, nem de longe, a aparência de irem em som de guerra” (LEITE, 2004, III, p. 441).

A missão, do ponto de vista político, fracassou por conta do assassinato do padre Francisco Pinto (1608) em decorrência da resistência dos índios Tapuias à ação dos missionários⁴⁶. No entanto, do ponto de vista religioso e de divulgação do ideal missionário no Novo Mundo, a missão foi um sucesso. No *Relato da Missão do Maranhão* (1608)⁴⁷, primeiro texto sobre a missão jesuíta no norte do Brasil, Figueira faz um balanço dos fatos ocorridos na fatídica missão de Ibiapaba. O iniciano dá à narrativa dos acontecimentos um tom edificante, “o texto mostra que o engajamento dos jesuítas para a expansão da missão chega ao sacrifício” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006, p.471).

No relato, Figueira descreve o assassinato do padre Francisco Pinto com os contornos e as cores de uma cena de martírio (a imagem da cruz e do sangue fazem referência à paixão de Cristo):

O padre estava dentro em casa orando as horas menores [...] bradavam os nossos [os índios que acompanhavam os padres na expedição]: Aquele era o Pe. Abaré que os queria apaziguar e ensinar a boa vida e responderam eles que não tinham de ver com isso, que o haviam de matar [um dos índios do padre, que fazia bloqueio com seu próprio corpo, é morto] chegaram então ao padre e tendo-lhe mãos nos braços estirando-os para ambas as partes ficando ele em figura de cruz, outros lhe deram tantas pancadas com um pau na cabeça que lhe fizeram pedaços, quebrando-lhe os queixos e amassando lhe as cachages e olhos; o qual pau cheio de sangue trouxe como relíquia, despiram-lhe a roupa somente e o cobriram com terra e o pau em cima, e porque sempre os ruins e menos necessários no mundo escapam, acertei eu no tempo que começou a briga de estar na casa dos moços fora do meu costume naquele tempo [...]⁴⁸ (FIGUEIRA, 1887 [1608], p. 126)

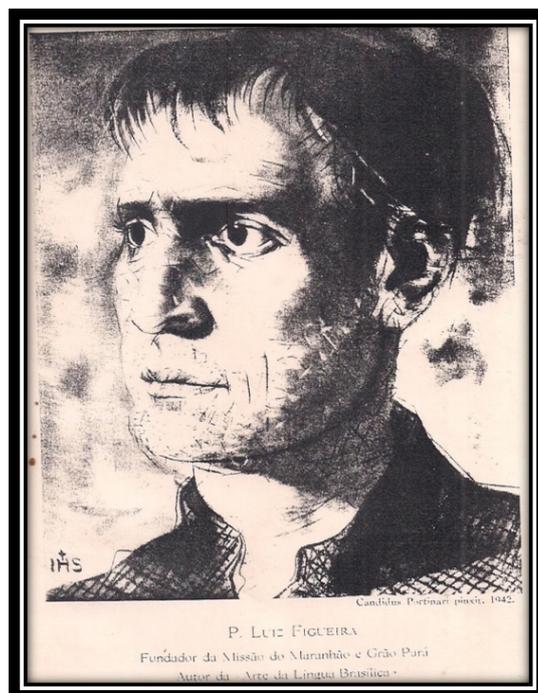
⁴⁶ Leite (2004, III, p.444), atribui a violência do ataque dos índios à instigação dos franceses: “Não convinha, porém, aos franceses tais pazes entre os jesuítas portugueses e os índios. E foi fácil aos franceses ludibriar os índios, dando os pregadores como feiticeiros”.

⁴⁷ O texto apresenta a data de 1608, mas conforme Castenau-L’Estoile (2006. 474-475), certamente foi escrito no ano seguinte. “A alusão à ‘Provisão de Sua Majestade’ remete à lei de 1609, ano da redação da Relação; ora, a cena relatada por Figueira parece ter se desenvolvido em 1607. Esse anacronismo sublinha a dimensão claramente política desse texto, que procura convencer seu público da necessidade dessa legislação em favor dos índios. [...] o importante é o sentido dado aos acontecimentos, e não o relato exato que deles se poderia fazer”.

⁴⁸ Atualizamos a grafia para uma melhor compreensão do texto.

A “*Relação*” de Figueira por sua dimensão pública⁴⁹ e qualidades literárias⁵⁰ tornou-se rapidamente o modelo de escrita edificante que procura legitimar o trabalho dos padres da Companhia na colônia portuguesa e, ao mesmo tempo, despertar nos irmãos da Europa o desejo pelo apostolado do Brasil.

Imagem 1. Retrato do Pe. Luís Figueira



Fonte: Leite (2004)

⁴⁹ Como recorda TORRES-LONDOÑO (2000, p.15), “Las crónicas misioneras han provocado en diferentes épocas entusiasmo y fascinación. El Padre ignacio escribió en 1554 a un misionero de la india, que las personas principales leían sus cartas y querían saber diversas cosas de la cosmografía de allí. As cartas, relaciones y crónicas misioneras jesuíticas fueron escritas para eso. Transmitían las emociones que lo desconocido suscitaba, describían paisajes, animales, plantas y seres humanos, narraban impresiones positivas o negativas, daban cuenta de los avances en la implantación de la fé, constituyendo un precioso registro.

“As crônicas provocaram em diferentes épocas entusiasmo e fascínio. O padre Inácio escreveu em 1554 a um missionário na Índia que as pessoas principais liam suas cartas e queriam saber coisas diferentes sobre a cosmografia de lá. As cartas, relações e crônicas jesuíticas foram escritas para isso. Transmitiam as emoções que o desconhecido suscitava, descreviam paisagens, animais, plantas e seres humanos, narravam impressões positivas ou negativas, davam conta dos avanços da implantação da fé, constituindo um precioso registro.” (tradução nossa)

⁵⁰ Como observa Castelnau-L'Estoile. (2006, p. 469) “[...] as características do autor, reconhecido antes da missão por suas qualidades literárias, fazem com que a *Relação* de entrada seja considerada de início uma peça literária. Assim, o texto é citado, usado e copiado, por Jácome Monteiro em sua *Relação do Brasil* e por Pero Rodrigues em sua *Vida de Anchieta*”.

Após a fatídica missão de Ibiapaba, Luís Figueira parte para Pernambuco e permanece naquela cidade entre os anos de 1608 –1622. Nesse período, Figueira obtém a aprovação eclesiástica para a publicação de sua *Arte da Lingua Brasilica* que viria a prelo no ano de 1621. A *Arte*, portanto, não foi redigida no período da missão maranhense. Como ressalta Leite (1940, p.76) Figueira “deve ter redigido a *Arte* ou pelo menos deve ter-lhe dado a última demão quando foi superior da aldeia da Nossa Senhora da Escada, em 1619”.

2.3 A *Arte da Lingua Brasilica* (1621)

As gramáticas de José de Anchieta e Luís Figueira foram os instrumentos linguísticos que permitiram o conhecimento e o domínio da língua dos índios pelos missionários. A importância da obra de Figueira pode ser avaliada pelo número de reedições que apresentou ao longo dos anos. De acordo com o levantamento realizado por Ayrosa (1954), a obra apresentou entre os séculos XVII e XIX sete reedições⁵¹. Fato surpreendente se lembrarmos de que a segunda edição da gramática de Anchieta só apareceria, em 1874, quase três séculos após a sua primeira edição (1595).

A primeira edição da *Arte* de Luís Figueira não apresenta ano de impressão, porém, no texto da aprovação para a publicação aparece “Olinda & Dezembro de 1620”. Ayrosa (1954) apresenta como data presumida da publicação da obra o ano de 1621. No entanto, a data da primeira edição da gramática não é um ponto pacífico entre os historiadores.

Magalhães (2011, p. 380), por exemplo, assevera que “decerto não é possível indicar a data da primeira edição com precisão, mas pode-se afirmar, por duas razões, que não foi em 1621”: O primeiro argumento, levantado por Magalhães, é a do nome do impressor que aparece na edição da gramática. O nome do impressor que aparece no frontispício da primeira edição da obra é Manuel da Silva. Entretanto, conforme Magalhaes, não há notícia de um impressor com este nome atuando em Lisboa antes de

⁵¹ A segunda edição da *Arte* de Figueira foi levada a feito pelo padre Bettendorff e aparece com o título alterado *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica*, em Lisboa no ano de 1687. De uma terceira edição publicada em Lisboa em 1754 não há exemplar conhecido. A quarta edição aparece com nova alteração no título *Arte de Grammatica da Lingua do Brasil* publicada em Lisboa em 1795. A quinta edição aparece com o título *Grammatica da Lingua Geral dos índios do Brasil*, publicada em Salvador 1851. Por fim a sexta edição foi publicada em Leipzig 1878 e a sétima, no Rio de Janeiro 1880.

1628. Ainda de acordo com o historiador, “o auge das impressões feitas por Manuel da Silva ocorre entre os anos de 1639 e 1656, mas é possível que tivesse iniciado suas impressões entre os anos de 1627 ou 1628, utilizando os prelos de outras oficinas em Lisboa” (MAGALHÃES, 2011, p.381).

A segunda razão é o trecho de uma carta do padre Luís Figueira conservada no cartório jesuítico da Torre do Tombo com a indicação de data e local “Colégio de Olinda 10 de novembro de 1621”.

[...] novas minhas são ter saúde e graça a DS. E gabamo a V.R de grande aldeão, porque anno, e meyo quase residi agora nas aldeas dos índios por seu cura tendo a minha conta mais de duas mil almas em hua, E noutra quase duas mil cuja lingoa estudei arrasoadam. E tenho feito hua arte dela com esperanças de se imprimir cedo. Seja so o sôr glorificado, que este he o meu intento. E também alegre a V.R. agora estou no coll. exercitando os ministérios nossos, Em casa E fora. (FIGUEIRA, 1621 *apud.* MAGALHÃES, 2011 p.383)

A carta revela que foi no contato com os índios das aldeias de Pernambuco que Figueira colheu grande parte do material linguístico para a composição da gramática. Uma das aldeias em que o Jesuíta residiu foi a da Nossa Senhora ou Nossa Senhora da Escada que os índios denominavam “Aldeia de Caeté” onde foi Superior no ano de 1619.

A data da carta (1621) revela que a gramática manuscrita ainda estava com Luís Figueira “com esperanças de se imprimir cedo”. Se pensarmos na dificuldade de imprimir uma obra entre os séculos XVII-XVIII e o tempo que a gramática de José de Anchieta levou para ser impressa (cerca de 40 anos), parece pouco provável que a data da primeira edição da *Arte* seja 1621.

No texto da aprovação, que acompanha as edições de 1621, 1687 e 1880 da *Arte*, fica claro o caráter mais didático da obra em comparação com a gramática de Anchieta. Conforme lemos na aprovação:

Aprovação⁵²

Por ordem do P. Francisco Feranadez da Companhia de Jesu[s] Reitor deste colégio de Pernambuco, vi com curiosidade, e devagar examinei a Arte da Lingua Brasilica composta pelo P. Luís Figueira da mesma Companhia: & na infalibilidade das regras gerais que dá, & nas anotações particulares, que põe, & exceções que tira, não achei

⁵² Atualizamos a grafia para um melhor entendimento do texto.

falência alguma, que fosse contra o comum falar dos Índios do Brasil. Na ordem, & disposição das coisas, que propõem, na clareza das regras, & preceitos, que de novo dá para as formações dos verbos, & seus modos, & tempos; na mudança que faz de alguns deles, & outras coisas curiosas, que de novo acrescentou, fica a obra muito proveitosa, & curiosa; & se deve ao P. Luís Figueira muito agradecimento, por facilitar com seu trabalho, o muito, que os que aprendem esta língua Brasílica costumam ter: não obstante a arte do P. José de Anchieta, que por ter o primeiro parto ficou muito diminuta, & confusa, como todos experimentamos; & se coisa há de língua do Brasil, que com mais proveito se possa imprimir é esta arte pera o fim sobredito. Olinda & Dezembro de 620.

Como o texto da aprovação demonstra, a gramática de Anchieta, após 26 anos da sua publicação, já se apresentava como “diminuta & confusa” para os membros da ordem que se empenhavam no aprendizado da língua indígena. A gramática era considerada “diminuta” pelo fato de que, diversamente do modelo latino que declarava serem oito as partes da oração (Donato, Despautério, Nebrija ou Álvares) ou da gramática portuguesa de João de Barros que declara serem nove (Artigo, Nome, Pronome, Verbo, participio, Advérbio, Conjunção, Preposição e Interjeição) ou mesmo Nebrija que na sua gramática do castelhano assumiu como sendo dez as partes da oração, declarava que as partes da oração seriam apenas quatro (Nome, Advérbio, Pronome e Verbo).

Diferente da gramática de Anchieta, a gramática de Figueira, “na ordem & disposição das coisas, que propõem na clareza das regras e preceitos” correspondia às ideias de renovação pedagógica propostas pela Companhia de Jesus. A clareza das regras e dos preceitos da obra se deve à adoção do modelo de descrição gramatical presente na gramática de Manuel Álvares, obra de referência para o aprendizado da língua latina⁵³. Como observa Navarro (1995, p. 361),

[...] o ideal de renovação pedagógica acalentado pela Companhia de Jesus, que se materializava na gramática de Manuel Álvares, haveria

⁵³ A gramática de Manuel Álvares acompanhava os padres nas suas missões ao redor do mundo. Por isso, como recorda Zwartjes (2002, p.29) “Álvares grammar, divided into three books (*De Etymologia*, *De Syntaxi* and *De Prosodia*) was reprinted and adapted more than 530 times in 22 countries/regions, including Mexico, China, Japan and Europa”.

“ A gramática de Álvares, dividida em três livros (*Da Etimologia*, *Da Sintaxe* e *Da prosódia*) foi reimpressa e adaptada mais que 530 vezes em 22 países/regiões, incluindo México, China, Japão e Europa” (tradução nossa).

Para compreender a importância da obra de Manuel Álvares na produção gramatical jesuítica no Brasil conferir o trabalho de Zwartjes *The description of indigenous languages of portuguese America by the jesuits during the colonial period – the impact of the latin grammar of Manuel Álvares* (2002).

de se expandir e empolgar os gramáticos jesuítas das línguas exóticas. A gramática de Manuel Álvares, nesse contexto, avulta como referência didática para muitos dos novéis gramáticos das línguas americanas, africanas e asiáticas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com Holguin, com João Rodrigues e com Bertonio, gramáticos do quéchua, do japonês e do aymara, respectivamente. Nesse contexto, assim, é que devemos situar a gramática de Luís Figueira.

A gramática de Figueira, portanto, pelo seu didatismo e pela adequação ao modelo latino foi uma importante referência para o estudo da língua indígena durante o período colonial brasileiro.

Imagem 2. Capa da 1ª edição da *Arte da Lingua Brasilica*



Fonte: Leite (2004)

2.4 Luís Figueira e a fundação da missão do Maranhão e Grão-Pará (1622-1636)

As missões religiosas na região amazônica não começaram com a Companhia de Jesus. Outras ordens religiosas – todas de tradição mendicante – tiveram papéis importantes no contexto missionário dessa região. Dentre as ordens religiosas podemos destacar os mercedários, os carmelitas e os franciscanos da ordem de Santo Antônio de Lisboa. O quadro a seguir destaca o momento de efetiva implantação dessas ordens religiosas na região amazônica entre os séculos XVII –XVIII:

Quadro 3. Ordens religiosas que atuaram na Amazônia entre os séculos XVII-XVIII

Ordens religiosas e suas províncias	Implantação efetiva na Amazônia
Franciscanos da província de Santo Antônio de Lisboa ou capuchos (Portugal)	1617 (fundação de um convento em Belém). 1624 (chegada do Superior e primeira expedição)
Jesuítas (vindos do Estado do Brasil); em 1726 vice-província; internacionalização do pessoal.	1622 (chegada em São Luís - sob a direção de Luís Figueira. 1653 (chegada de Vieira como Superior-visitador)
Carmelitas (sobretudo de origem portuguesa)	1616 (chegada em São Luís) 1627 (Chegada em Belém)
Mercedários (inicialmente de origem espanhola)	1640 (chegada) 1646 (retorno após a expulsão)
Franciscanos da província de Nossa Senhora da Piedade da Vila Viçosa (Portugal).	1693 (instalação no interior – sobretudo no forte de Guarupá)
Franciscanos da província da Imaculada Conceição da Beira e Minho. (Portugal)	1706 (instalação no interior)

Fonte: Arenz (2008) (Adaptada)

Os franciscanos capuchos⁵⁴ da província de Santo Antônio de Lisboa foram os primeiros missionários a aportar na cidade de Belém (1617). Já no ano seguinte, os

⁵⁴ Não confundir capuchos e capuchinhos. Capuchos é, conforme esclarece Amorim (2005, p. 328), a designação dada em Portugal a um dos três ramos da Estrita Observância da Ordem dos Franciscanos Observantes (ou simplesmente Franciscanos), devido à forma piramidal do seu capelo e a não confundir com a Ordem independente dos Franciscanos Capuchinhos. Fora de Portugal esses religiosos receberam as denominações de Descalços (por não usarem qualquer tipo de calçado) e Alcantarinos (pela influência marcante de S. Pedro de Alcântara nesta família espiritual). A Ordem Franciscana, além do ramo principal da Regular Observância, abrangia mais dois grupos da Estreita Observância: os Recoletos e os Reformados. Em Portugal houve cinco províncias capuchas (Piedade, Arrábida, Santo Antônio, Soledade e Conceição) e três da Regular Observância (Portugal, Algarves e, nos Açores, São João).

frades capuchos foram encarregados, conforme se lê na carta régia de Felipe II, da catequese dos índios:

E considerando quão importante é ao serviço de Deus e meu enviarem-se desse Reino religiosos àquelas partes para tratarem do aumento de nossa santa fé e da conservação do gentio nela e celebrarem os ofícios divinos, me pareceu que estes religiosos devem ser de São Francisco da Província de Santo António a que compete aquela comissão, os quais irão com o novo governador no número que parecer necessário e para esse efeito tratareis com o seu Provincial que nomeie os que houverem de ir que serão de virtude exemplar e de experiência e letrados⁵⁵

As primeiras denúncias formais sobre o abuso e violência da parte dos colonos no trato com os índios foram feitas pelos frades capuchos. A questão da liberdade dos índios, tema central no início dos seiscentos, teve na figura do Custódio⁵⁶ Cristóvão de Lisboa um dos seus principais defensores. As denúncias resultaram no alvará de 1624, redigido por Felipe II, que ordenava a retirada das mãos dos colonos a administração das aldeias e a entregava aos franciscanos. Os frades, portanto, tornaram-se os administradores espirituais e temporais dos índios do Estado do Maranhão. A partir desse momento, instala-se na região a disputa entre as ordens religiosas e as autoridades municipais.

Os padres da Companhia de Jesus somente com a terceira expedição começam a se estabelecer no norte da colônia. Em 1622, os padres Luís Figueira e Benedito Amoedi chegam ao Estado do Maranhão acompanhados pelo Capitão-Mor Antônio Muniz Barreiros e do regimento que continha uma cláusula que nomeava o padre Luís Figueira como conselheiro do Governador.

Não demorou muito para a notícia da chegada dos inicianos causar alvoroço entre os colonos e as autoridades locais. No intuito de conter o fervor popular e evitar a expulsão prematura dos padres, o Capitão-Mor “deu ordens aos soldados que estivessem vigilantes e leu na Câmara a justificação da permanência dos padres, invocando as ordens que trazia” (LEITE, 2004, III, p. 480). Destacamos o seguinte trecho da cláusula:

⁵⁵ Carta régia de Felipe II, ordenando que o governo do Maranhão seja separado do Brasil, nomeia governador que deverá ser acompanhado por religiosos de São Francisco da província de Santo António. In: Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará, Ceará, 1909. Vol II pp. 190-191.

⁵⁶ “Custódio” é o termo utilizado para designar o superior de uma comunidade dentro da ordem de tradição franciscana.

Quanto aos inconvenientes, que o povo propõe, para que não fiquem na terra, não têm mais fundamento que os remorsos das consciências de alguns, que lhes parece que os Padres lhes tirarão os Índios de seu serviço e ficarão pobres e sem o seu remédio, não tem fundamento pelo termo que os mesmos padres têm feito; nem pretendem mais que fabricar casa nesta cidade de S. Luís e dela saírem a visitar as aldeias, catequizar os gentios e reduzir todos a nossa santa fé.

Além de tudo isso, requeiro aos Oficiais da Câmara dêem cumprimento ao capítulo 15 do meu Regimento, no qual se manda que eu me aconselhe com o padre Luís Figueira nas matérias tocante ao Gentio e sua liberdade, e nas matérias tocantes à guerra com o Gentio que se oferecerem e em todas as mais de maior momento e consideração. (LEITE, 2004, III, p.481).

Nesse primeiro momento, impendidos, portanto, de exercer atividade junto aos indígenas e vivendo à sombra da desconfiança dos moradores e autoridades municipais, os padres da Companhia de Jesus ocuparam-se com a pregação e o ensino. Nesses primeiros anos, Luís Figueira funda a primeira fazenda dos jesuítas na região e constrói a igreja de Nossa Senhora da Luz. Assim, nas palavras do eminente historiador da Companhia, “começou o período verdadeiramente construtivo da missão” (LEITE, 1940, p.52-53).

Se por um lado, a hostilidade entre os moradores e os jesuítas foi diminuindo, por outro, crescia o conflito entre os frades capuchos da ordem de Santo Antônio e os padres da Companhia de Jesus. A questão central que opunha as duas ordens religiosas era a luta pela primazia na tutela temporal e espiritual dos índios.

A partir de 1630, por conta do crescente conflito com os moradores em virtude das denúncias de maus tratos dos índios e por falta de recursos financeiros e de pessoal, os frades capuchos abandonam a missão⁵⁷.

Na tentativa de ocupar o espaço deixado pelos franciscanos, Luís Figueira escreve três relatos sobre a missão do Maranhão: o primeiro, destinado a descrever os sucessos contra as nações estrangeiras que exploravam o norte da colônia, *A relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará, assim de paz como de guerra, contra o rebelde Holandês, Inglês & Frances & outras nações (1631)*; o segundo, é um texto de caráter edificante que procura promover o apostolado jesuítico na Amazônia, *Missão que fez o P. Luiz Figueira da Companhia de Jesus superior da residência do*

⁵⁷ O fracasso da primeira experiência franciscana na região amazônica foi de suma importância para o sucesso da missão dos padres da Companhia de Jesus. Como observou Silva (1985, p.54), “[...] os jesuítas foram talvez os que mais aprenderam com as falhas dos franciscanos: observando a sua pobreza e as bases em que administraram temporal e espiritualmente as aldeias indígenas – sem apoio e proteção suficiente –, os jesuítas formaram idéias sobre o que era necessário ao sucesso da tarefa missionária e lutaram para assegurar auxílio financeiro e amplos poderes para a sua Ordem”.

Maranhão, indo ao Grão-Pará, Camuti e Curupa capitânicas do Rio Amazonas no ano de 1636; e, por fim, um texto escrito já em Lisboa, *Memorial sobre as terras e gentes do Maranhão, Grão-Pará e Rio das Amazonas (1637)*.

Luís Figueira embarca para Portugal no final de 1636 e inicia uma peregrinação pela metrópole em busca de apoio político e econômico para a missão jesuítica no norte da colônia. De posse do *Memorial*, relata pessoalmente ao rei Felipe IV os problemas econômicos, religiosos e políticos que afligiam a região. Destacamos o trecho em que o inaciano faz o retrato da situação de penúria e abandono dos índios e da corrupção e violência dos colonos:

No temporal também os pobres índios padecem grandes injustiças dos portugueses que aqui se não podem referir por extenso: como são muitos cativeiros injustos contra a forma das leis de sua Magestade mandaoos vender pera fora da terra & das conquistas. Outros oprimê os pobres com grande violência, obrigandoos a serviços muy pesados como he fazer tabaco em que se trabalha sete & oito meses contínuos de dia & de noite; dandolhe por isso quatro varas de pano, ou três ou duas somente. E se faltão nestes serviços, os portugueses os metem no tronco & os açoitão alguas vezes. Por isso fogê pera os matos, dispovoando suas aldeas: outros morrem de desgosto no mesmo serviço sem remédio algum. (FIGUEIRA 1927 [1637], p. 431)

As denúncias apresentadas no *Memorial* resultaram no alvará de 25 de julho de 1638. Em relação à administração temporal e espiritual das aldeias, o decreto afirmava o seguinte:

[...] A experiência tem mostrado que entregandosse a administração das Aldeas dos índios daquelas partes a pessoas seculares he ocasião de se lhe dar mau tratamento, cativando huns e servindosse uns outros sem lhe pagarem e fazerem se lhes outras vexações contra o serviço de Deos [...] resolvy que para a conversão das Aldeas assy no espiritual como no temporal, convinha que os administradores delas fossem também religiosos da companhia. (LEITE, 1940 p. 217)

A nova lei, portanto, confiava a administração temporal e espiritual dos índios aos padres da Companhia de Jesus. Luís Figueira “dotou a Missão de seu objetivo essencial: a evangelização dos índios dentro de um quadro jurídico e econômico aprovado pela metrópole”. (ARENZ e SILVA, 2012, p.18). Devido às turbulências ocorridas por conta do movimento de restauração e das sempre lentas instâncias da burocracia institucional, Figueira só consegue embarcar de volta para o Maranhão sete anos depois. O navio, infelizmente, não chegará ao seu destino. A embarcação naufraga

e o padre jesuíta junto de outros quatorze religiosos falece nas mãos dos índios aruãs da ilha de Marajó.

A Missão no norte da colônia só ganharia um novo impulso com a chegada do padre Antônio Vieira. A política centralizadora e expansionista e a exacerbação do conflito entre os padres da Companhia e os moradores marcam o período em que Vieira foi o Superior da missão do Maranhão.

2.5 Antônio Vieira e a expansão da missão (1553-1661)

Enfim, senhor, venceu Deus! Para o Maranhão vou, voluntário quanto a minha primeira intenção, e violento quanto a segunda (VIEIRA, carta de 25 de dezembro de 1652).

A epígrafe da carta de Vieira dirigida ao príncipe D. Teodósio reflete as circunstâncias atribuladas da sua partida para a missão do Maranhão e Grão-Pará. Conflitos no interior da Companhia, perda de parte do prestígio na corte e a relação sempre conflituosa com o Santo Ofício foram os fatores que precipitaram a partida do inaciano.

Vieira desembarcou amparado pelos títulos de Visitador e Superior da missão em São Luís, no dia 16 de janeiro de 1653. A sua chegada de imediato provocou a ira dos moradores e das autoridades municipais. Como já indicou Serafim Leite, “a questão dos índios foi sempre a mesma, invariável em todas as partes do Brasil: os jesuítas a defender a sua liberdade; El-Rei a confiar-lhes oficialmente essa defesa; e os colonos a revoltar-se contra a lei, atingindo os jesuítas” (LEITE, 2004, IV, p.17).

A revolta eclodiu por conta da publicação do Alvará Régio de 1653 que determinava a liberdade de todos os índios cativos. O Alvará foi publicado por “coincidência” poucos dias depois da chegada de Vieira e, por conta de tal coincidência, a ira dos moradores recaiu sobre os padres da Companhia. Conforme relata Azevedo (2008, p.255),

[...] A primeira ideia foi que se obrigassem os jesuítas a retirarem-se. Fez-se às pressas um escrito ao capitão-mor, com o pedido de que a lei se suspendesse enquanto se requeria para a corte a sua revogação. O estado não podia sustentar-se sem índios; os atuais escravos eram

legítimos, os cativos lícitos, os selvagens, gente bárbara e inimiga, que convinha submeter por defesa e coagir ao trabalho por utilidade comum.

O documento que pedia a anulação da nova lei foi assinado pelos membros da câmara, alguns moradores e “os superiores dos carmelitas e capuchos que tinham seus conventos no Maranhão, contentíssimos de verem em aperto os seus rivais jesuítas” (AZEVEDO, 2008 p. 255).

Os jesuítas não concordaram com a revisão da lei e não assinaram o documento. Os revoltosos inflamaram-se ainda mais com a resposta negativa dos inacianos⁵⁸ e, para evitar a expulsão prematura dos membros da Companhia, Vieira costura um acordo que estabelecia a formação de uma junta para avaliar o caso do cativo dos índios. Na carta de 20 de maio de 1653, enviada ao rei D. João IV, Vieira dá notícia da impossibilidade da aplicação da lei e da solução proposta pelo missionário:

O remédio que V.M., senhor, e os senhores reis antecessores de V. M. procuraram dar a esta tirania foi mandar totalmente cerrar os sertões e proibir que não houvesse resgates e declarar por livres a todos os resgatados de qualquer modo que o fossem. Esse remédio, senhor, verdadeiramente é o mais efetivo de quantos se podem representar; mas é dificultosíssimo e quase impossível de praticar, como a experiência tem mostrado em todos os tempos, e muito mais nos motins deste ano, fundados todos em serem os índios o único remédio e sustento dos moradores, que sem eles pereceriam.

O meio que parece mais conveniente e praticável (como já se tem começado a executar) é examinarem-se os cativos, e ficarem livres os que se acharem ser livres, e cativos os que se acharem ser cativos (VIEIRA, 2003, p.434).

As juntas começaram a discutir sobre o estatuto jurídico dos índios. Os índios considerados cativos voltavam à posse dos seus senhores, os adquiridos de forma indevida eram considerados forros e só poderiam trabalhar nas fazendas mediante pagamento⁵⁹. A maioria dos moradores, que já vivia no estado de quase penúria,

⁵⁸ Poucos dias após o início do motim, Vieira prega o sermão da *Primeira Domingo da quaresma*. Nesse sermão lemos as seguintes palavras dirigidas aos moradores do Maranhão:

“Sabeis, Cristão, sabeis Nobreza e Povo do Maranhão, qual é o jejum que quer Deus de vós esta Quaresma? Que solteis as ataduras da injustiça, e que deixeis ir livres os que tendes cativos e oprimidos. Estes são os pecados do Maranhão: estes são os que Deus me manda que vos anuncie: *Annuntia populo meo scelera* eorum. Cristãos, Deus me manda desenganar-vos, e eu vos desengano da parte de Deus. Todos estais em pecado mortal; todos viveis e morreis em estado de condenação, e todos ides diretos ao inferno”. (VIEIRA, 2014 Tomo II, p.459).

⁵⁹ De acordo com Perrone-Moisés (1998, p.120) “o trabalho dos índios das aldeias é, desde o início, remunerado, já que são homens livres. Sejam as aldeias administradas por missionários ou por moradores, as leis preveem o estabelecimento de uma taxa de serviço. O pagamento de salário é afirmado desde a lei

considerou o acordo impraticável. A aristocracia local, acostumada a todo tipo de vantagem, considerou a obrigação de pagamento aos indígenas uma extorsão.

As dificuldades impostas pelos jesuítas ao cativo dos índios não diminuíram a cobiça dos moradores que continuavam a exigir o controle sobre a repartição da força de trabalho indígena. A legislação determinava que o recrutamento da mão de obra dos índios podia ser realizado de três maneiras diferentes: Descimentos, Resgates e Guerras Justas.

Como demonstra a documentação oficial, desde o regimento de Tomé de Souza (1547) até o diretório pombalino (1757), os descimentos foram a forma privilegiada de recrutamento da força de trabalho indígena. As tropas de descimento possuíam um caráter pacífico e eram obrigatoriamente formadas por militares e missionários.⁶⁰ O objetivo dessas expedições era convencer os índios a deixar as suas aldeias de origem e descer para as aldeias de repartição⁶¹ que, dependendo da legislação vigente, podia ser administrada pelos missionários ou pelos próprios moradores.

Os índios descidos recebiam o estatuto jurídico de “livres” em oposição aos escravos. Aos índios libertos era garantida a liberdade das suas aldeias, a posse das suas terras, os bons tratos e a garantia do trabalho assalariado. No entanto, muitas vezes a sua liberdade

é violada, o prazo estipulado [de trabalho] desobedecido, os salários não são pagos; há vários indícios de que os índios das aldeias acabavam ficando em situação pior do que os escravos: sobrecarregados, explorados, mandados de um lado para outro sem que sua “vontade”, exigida pelas leis, fosse considerada. (PERRONE-MOISÉS, 1998, p.121).

Os resgates, dependendo da legislação em vigor, podiam produzir escravos ou libertos⁶². Na prática os resgates eram verdadeiras expedições de trocas comerciais entre

de 1587, reafirmado no Alvará de 1596, na Lei de 1611, no Regimento do governador geral do Maranhão e Grão-Pará, no Diretório de 1757, para citar apenas os documentos mais importantes”

⁶⁰ Conforme recorda Perrone- Moisés (1998, p.118) “a obrigatoriedade da presença de missionários junto às tropas de descimentos é expressamente estabelecida desde a Lei de 24/2/1587 e é reafirmado mesmo quando lhes é tirada a exclusividade na condução dos descimentos (Lei de 1622, por exemplo).”

⁶¹ Como define Freire (2004, p.74) “Essas aldeias, criadas pelo colonizador, eram núcleos artificiais onde os índios de diferentes línguas e culturas diferentes eram estocados para serem alugados e distribuídos entre os colonos – repartidos entre os colonos, os missionários e o serviço real da coroa em troca de salário”.

⁶² “No entanto, em 1626, quando completaram os dez anos da presença portuguesa na Amazônia e os primeiros escravos deveriam ser libertos, o senado da câmara de Belém modificou a legislação,

os portugueses e os índios considerados aliados. Só podiam ser resgatados os chamados “índios de corda”, isto é, os prisioneiros da guerra entre as tribos. A salvação da alma dos índios cativos e o impedimento do ritual de canibalismo eram as justificativas frequentes para as expedições de resgate.

As guerras justas eram expedições militares organizadas pelos colonos ou pela própria coroa com o objetivo de capturar os índios inimigos. As tribos consideradas inimigas eram aquelas que praticassem algum tipo de hostilidade, quebrassem algum acordo firmado com os colonos ou impedissem a pregação dos missionários. A guerra justa precisava da aprovação do governador e por esse motivo era preciso criar a imagem de um índio bárbaro e selvagem. Como aponta Perrone-Moisés (1998, p.125),

nos documentos relativos às guerras, trata-se sempre de provar a presença de um inimigo real. Tudo leva a crer que muitos desses inimigos foram construídos pelos colonizadores cobiçosos de obter braços escravos para suas fazendas e indústrias.

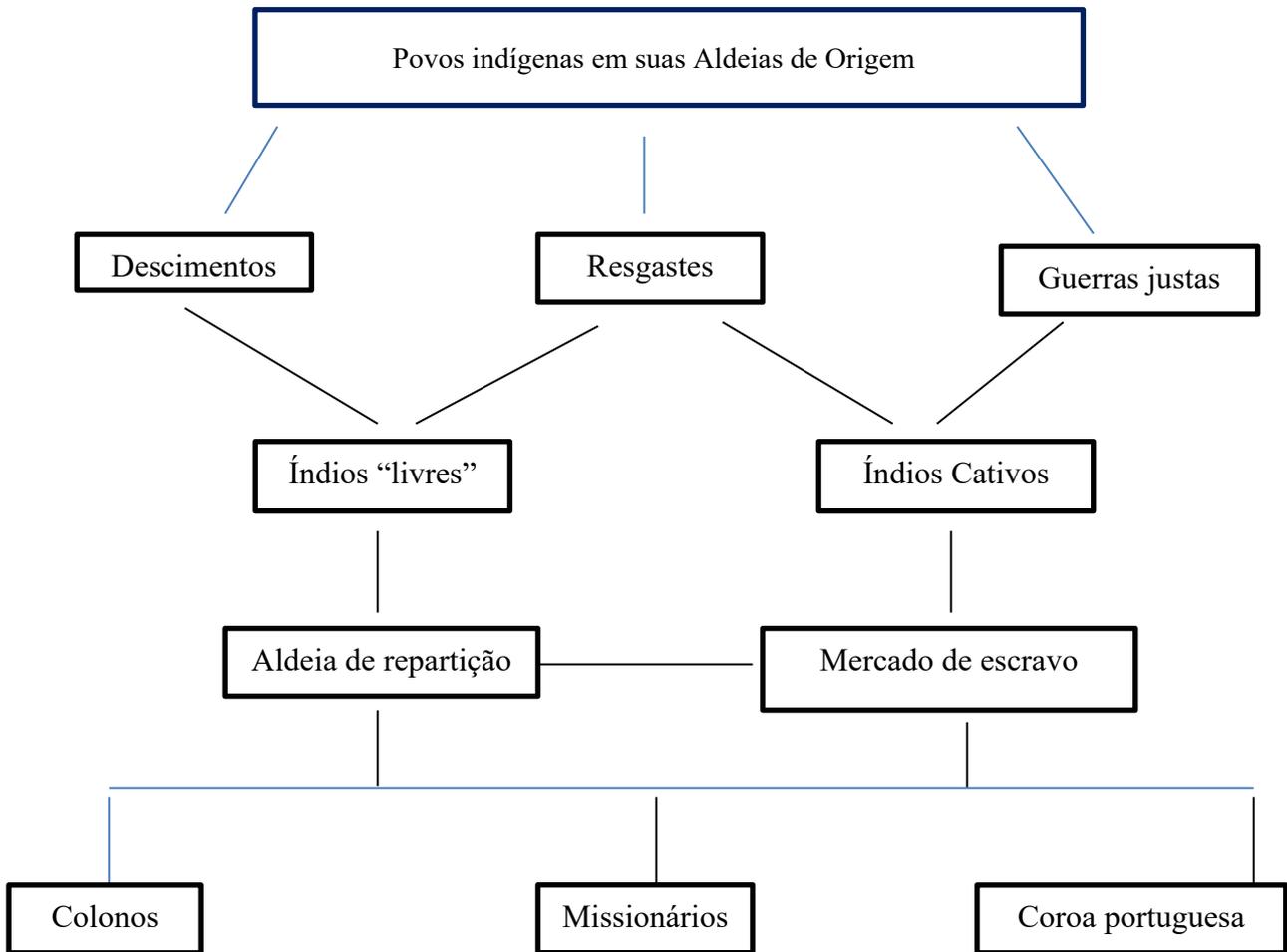
A organização dos índios em aldeias representava o ideal do projeto colonial, uma vez que “garantia a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma reserva de mão de obra”, (PERRONE-MOISÉS, 1998, p120).

Os deslocamentos de nações inteiras e sua repartição, nem sempre pacífica, em aldeias causou um profundo impacto na história das línguas da Amazônia (FREIRE, 2004). Os índios aldeados, com o passar do tempo, acabavam perdendo a sua língua de origem e adquirindo uma língua franca que permitia a comunicação entre os vários agentes do sistema colonial: brancos, índios, negros e mestiços.

O modo de recrutamento e organização da força de trabalho indígena podem ser esquematizados de acordo com o fluxograma a seguir:

estabelecendo que os escravos ficariam naquela situação durante toda a vida, com praticamente todos atributos clássicos da escravidão” (FREIRE, 2004, p. 75).

Fluxograma – organização do trabalho indígena



Fonte: Freire (2004)

2.6 A Lei de 1655 e a expulsão dos jesuítas

Após os problemas advindos por conta da lei de 1653, Vieira visita algumas aldeias pelo interior do território amazônico. Nesse período, toma contato com a quantidade e a variedade dos povos indígenas e dos abusos cometidos pelos colonos.

Ao regressar para o Maranhão reconhece que as disposições anteriores não eram suficientes para garantir a salvação da população indígena e o sucesso da missão. No ano de 1654, Vieira envia uma carta ao rei D. João IV propondo a revisão da lei de 1653. Embora relutante em deixar a missão, Vieira parte no mesmo ano para a metrópole a fim de tratar pessoalmente com D. João IV sobre os assuntos mencionados na carta enviada meses antes. O resultado desse esforço foi o Alvará Régio de 1655 que, dentre outras questões, de acordo com Leite (2004, IV. p. 20), determinava que

- ✓ Aos índios gentios, não se faça guerra ofensiva sem ordem de Vossa Majestade, nem se lhes faça injúria, violência, ou moléstia alguma, e somente se possa deles os escravos, que forem legitimamente cativos, para que com este bom trato queiram receber a fé, e se afeiçoem à vassalagem de Vossa Majestade e a viver com os portugueses.
- ✓ Os índios cristãos e vassallos, que vivem nas Aldeias, não possam ser constringidos a servir mais que no tempo e na forma determinada pela lei, e que no demais vivam como livres que são, e sejam governados nas suas Aldeias pelos principais da sua nação, e pelos Párcos, que delas têm cuidado.
- ✓ Os missionários façam as missões ao sertão com tal independência dos que governam, que eles não possam impedir as ditas missões, antes lhes deem todo o favor, e ajuda para elas, e a escolta dos soldados que for necessária, quando se houver de fazer por passos perigosos; e porque dos capitães depende o comedimento ou desordens dos soldados, que a pessoa, que os ditos governadores houverem de eleger por cabo delas seja o que o Superior dos ditos missionários julgar por idônea e conveniente para isso.

A nova lei dotou os jesuítas com o monopólio da evangelização e da distribuição da mão de obra indígena. De posse de tais poderes, Vieira começa a implantar o projeto de “conquista espiritual” do norte da colônia. Entre os anos de 1655-1661, de acordo com o levantamento de Azevedo (1901, p.64), estavam sob a

supervisão de Vieira mais de 50 aldeias: 11 no Maranhão e Gurupá, 6 nas vizinhanças do Pará, 7 no Tocantins e 28 no Amazonas.

O movimento de expansão da missão idealizado por Vieira agravou o agudo problema da falta de missionários na região norte da colônia. O Alvará Régio de 16 de fevereiro de 1652 garantia a presença de apenas 10 missionários na assistência aos Estados do Maranhão e Grão-Pará. Portanto, antes mesmo de aportar ao norte da província, Vieira estava ciente de que a concretização do seu ideal de missão dependeria do envio de mais obreiros.

No período em que foi Superior da missão, uma das suas principais preocupações foi com o aumento do efetivo de missionários para o Maranhão e Grão-Pará. Entre os anos de 1653 e 1661, Vieira encaminhou uma série de cartas, endereçadas a membros da corte ou a membros importantes da Companhia, com pedidos de envio de indivíduos para a missão. Na carta de 20 de maio de 1653, enviada ao rei D. João IV, Vieira reitera a necessidade de envio de obreiros.

Pelo que, Rei e senhor, prostrados aos reais pés de V.M., e em nome de todas as almas que nestas vastíssimas terras de V.M. estão continuamente descendo ao Inferno, por falta de quem doutrine, pedem elas e pedimos os poucos religiosos que cá estamos, pelo sangue de Cristo com que foram remidas, que se sirva V.M. de nos mandar mais companheiros, com que continuemos e aumentemos o começado; e que, quando não haja em Portugal (como não há) todos os que são necessários, possam vir outros de nações sem suspeita como se permitiu, para que, ajuntando seu zelo e trabalho com o nosso, possamos todos juntos empreender e continuar esta grande conquista, para a qual as forças sós dos que cá estamos são tão desiguais [...] (VIEIRA, 2003, p.437)

Chama a atenção no trecho da carta o fato de Vieira indicar a incapacidade de Portugal suprir a missão com a mão de obra necessária e apontar como solução para o problema o envio de missionários de outras nações "sem suspeita", isto é, nações que não representassem perigo para a hegemonia portuguesa na região.

O processo de recrutamento de membros para a missão era lento e burocrático e, de acordo com Leite (2004, II, p.33), o primeiro passo era pedir o envio de missionários à metrópole portuguesa "que os dava tanto quando podia". Na impossibilidade de enviarem irmãos de Portugal recorria-se ao Pe. Geral de Roma que

“apelava para as almas caridosas que tivessem dispostas a deixar a pátria pelas missões estrangeiras, que então se chamavam índias (Índias de Portugal, Índias de Castela)”.

Os números levantados por Leite (2004, VII, p.87) demonstram que a presença de missionários estrangeiros foi pouco numerosa durante todo o período em que a Companhia de Jesus permaneceu nos Estados do Brasil, Maranhão e Grão-Pará.

Quadro 4. Origem dos missionários atuando no Estado do Brasil

Catálogo	Nascidos fora do Brasil	%	Nascidos no Brasil	%	Estrangeiros	%	Total
1549	5	83,40	-	-	1	16,60	6
1574	88	80,00	16	14,50	8	5,50	110
1610	125	75,20	28	17,00	12	7,80	165
1654	106	62,40	59	34,70	5	2,90	170
1698	174	57,20	113	37,20	17	5,60	304
1732	184	53,30	164	45,30	5	1,40	362
1757	244	51,40	210	44,40	20	4,20	474

Fonte: Leite (2004)

Quadro 5. Origem dos missionários atuando no Estado do Maranhão e Grão-Pará

Catálogo	Nascidos fora do Brasil	%	Nascidos no Brasil	%	Estrangeiros	%	Total
1652	15	100	-	-	-	-	15
1697	48	75,40	7	11,40	8	13,10	61
1722	61	80,20	7	9,20	8	10,60	76
1740	114	89,00	6	4,70	8	6,30	128
1760	134	86,50	8	5,20	13	8,30	155

Fonte: Leite (2004)

De acordo com a documentação da época, os missionários nascidos no Brasil, que não fossem índios ou negros, eram denominados portugueses. Dai nasce a estranha classificação de missionários portugueses nascidos fora do Brasil e missionários portugueses nascidos no Brasil.

O pequeno número de missionários “estrangeiros” enviados às missões do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará entre os séculos XVI e XVIII pode parecer estranho para uma ordem que desde a sua origem contou com membros de diversas nações. No entanto, Castelnau-L’Estoile (2006) apontou como causa do pequeno número de missionários de outras nações europeias o fato de que o caráter cosmopolita da Companhia de Jesus e da própria Igreja Católica era mediado pela política do padroado⁶³ da coroa portuguesa. Assim, de fato, era a coroa portuguesa quem financiava e controlava o envio de missionários.

Os anos de expansão da missão não foram anos de paz entre os colonos e os padres da Companhia. Assim que os moradores tomaram conhecimento da lei de 1655, uma série de solicitações foi encaminhada à coroa pedindo a revogação da lei do cativo dos índios e, ao mesmo tempo, os primeiros movimentos de revolta contra os padres começaram a se espalhar pela região.

No ano de 1661, a câmara do Pará entrega a Vieira uma representação pedindo os resgates com urgência. Como era costume, o motivo alegado pelos vereadores era a “miséria do povo, e todos os males atribuídos à falta de escravos: assim requeriam que se dessem os missionários cumprimento à lei de 1655, que ordenara as expedições para beneficiar os colonos” (AZEVEDO, 2008, p.385).

A resposta negativa de Vieira à representação dos vereadores só fez aumentar a hostilidade entre os moradores e os missionários. No mesmo ano de 1661, na cidade de São Luís, explode um motim que rapidamente chega à cidade de Belém. Avisado do perigo, Vieira que estava de viagem do Maranhão para o Pará, permanece em Cumã e, antes de seguir para o Pará, escreve uma longa carta a D. Afonso VI relatando o ocorrido:

Senhor ficam os padres da Companhia de Jesus do Maranhão, missionários de V.M., expulsados dos índios e lançados fora do Colégio e presos numa casa secular, com outras afrontas e violências indignas de que as cometessem católicos e vassallos de V.M.

Os executores desta ação foi o chamado povo, mas os que a moveram e traçaram e deram ânimo ao povo para que o fez, são os que já tenho por muitas vezes feito aviso a V.M., que é os que mais deviam

⁶³ O regime do padroado foi o instrumento jurídico que incumbia as coroas de Portugal e Espanha de assegurar e financiar a ação da Igreja Católica dentro das suas respectivas conquistas. Cf. [padroado] M. B. Nizza da Silva (dir.) *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil* (1994) pp. 605-606.

defender a causa da fé, aumento da Cristandade e obediência e observância da lei de V.M (VIEIRA, 2003, p.487).⁶⁴

Os motivos alegados para a prisão e posterior expulsão dos jesuítas foram a divulgação do conteúdo de duas cartas e a prisão de um índio principal de uma aldeia. A primeira carta é a relação de 1659 que tratava das atividades da Companhia e a segunda uma carta, endereçada a D. Afonso VI, que foi interceptada por religiosos que seguiam do Maranhão para Lisboa.

A primeira carta expunha as dificuldades da missão e os conflitos dos missionários com as autoridades locais. Dessa primeira carta Vieira afirma “[...] não se pode crer quanto com esta carta se acendeu a emulação dos que não podem sofrer que, havendo tantos anos neste Estado, nunca se obrassem nele estas coisas senão depois que vieram os Padres da Companhia” (VIEIRA, 2003, p. 487).

A segunda carta expunha as contradições de alguns religiosos na propagação da fé e do desrespeito que cometiam contra a lei da liberdade dos índios. Entre os transgressores, Vieira cita nominalmente a ordem dos carmelitas. A carta, segundo relata Vieira, foi roubada pelo provençal da ordem do carmo que “a teve em segredo” e a fez publicar causando grande alvoroço.

A terceira acusação contra os jesuítas envolvia a prisão do índio Lopo de Sousa Guaraúba, principal da aldeia Maracanã. De acordo com Vieira, o índio “embora cristão antigo” vivia nos modos de gentio. E “não aproveitando nenhum meio suave [de correção] propus ao governador que convinha ser aquele castigado, para exemplo dos demais[...]” (VIEIRA, 2003, p.488). A prisão de Lopo de Sousa causou, segundo afirmavam os opositores dos padres da Companhia, a revolta da aldeia de Maracanã.

A prisão e a expulsão dos missionários da Companhia de Jesus marcam o fim do período de expansão da missão e do ideal missionário de Vieira para o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Os jesuítas retornam no ano de 1663, porém, o padre Antônio Vieira é proibido de regressar à missão do Maranhão.

⁶⁴ Na carta de 8 de dezembro de 1655, Vieira havia deixado claro quem eram os inimigos da Companhia: “Temos contra nós o povo, as religiões, os donatários das capitânicas-mores e, igualmente todos os que nesse Reino e neste local são interessados no sangue dos índios[...]” (VIEIRA, 2003.p.459)

2.7 João Felipe Bettendorff e a consolidação da missão (1661-1698)

João Felipe Bettendorff nasceu no dia 25 de agosto de 1625 na pequena cidade de Liitgen no ducado de Luxemburgo. No século XVII, a cidade de Liitgen foi afetada pela guerra dos trinta anos (1618-1648) e pelo conflito franco-espanhol (1635-1659) que juntos acarretaram uma grande crise econômica e política (Arenz, 2008, p.40). Além dos conflitos políticos, a infância do pequeno luxemburguês foi marcada pelo espírito combativo da contrarreforma católica.

Os pais do jovem João Felipe, preocupados com a formação intelectual e espiritual do filho, o enviaram ao colégio jesuíta de Luxemburgo⁶⁵ no ano de 1635. O colégio refletia o ideal pedagógico dos jesuítas descrito na *Ratio Studiorum*, documento que organizava o plano de ensino da Companhia de Jesus.

Passados os anos de colegial em Luxemburgo, em 1642, Bettendorff ingressa na Universidade de Tréveris onde estuda filosofia até 1644. Já no ano seguinte parte para a Itália e inicia o curso de direito na Universidade de Cuneo.

Os anos de formação nas duas renomadas universidades administradas pela Companhia de Jesus reforçaram a vocação religiosa do jovem estudante. Bettendorff, com seus vinte e dois anos, inicia o noviciado em Tournai e para completar a sua formação reside durante algum tempo em Lille e Dovaiu para estudar humanidades e completar a sua formação em filosofia.

No século XVII, o relato da missão do Oriente e a lenda entorno da figura do fundador da ordem, Inácio de Loyola, constituem um poderoso instrumento de promoção do ideal da missão que animava o imaginário dos jovens missionários ao redor do mundo.

Bettendorff revelou desde muito cedo o desejo de aventurar-se na missão do Oriente. No ano de 1654, envia duas cartas ao padre Geral da Companhia manifestando

⁶⁵ Le collège jésuite à Luxembourg, outre la formation intellectuelle de jeunes, était un centre de rayonnement pastoral pour les populations du duché et des pays mosellans voisins. Beaucoup des pères de la communauté travaillaient avec zèle pour le renouveau religieux voulu par le concile de trente, surtout dans une région considérée comme cruciale pour la reforme catholique (ARENZ, 2008, p. 265).

“O colégio jesuíta em Luxemburgo, além da formação intelectual dos jovens, era um centro de influência pastoral para as populações do ducado vizinhos de moselle. Muitos dos padres da comunidade trabalhavam com zelo pela renovação religiosa desejada pelo Concílio de Trento, especialmente em uma região considerada crucial para a reforma católica”. (tradução nossa)

o desejo de seguir em missão para o Japão e a Índia. Na carta de 13 de junho de 1654, endereçada ao padre Superior Groswin Nickel, Betendorff relata a sua motivação e predisposição de tornar-se missionário:

Felipe, o que tu fazes? O que tu meditas? Amas-me tu realmente ao ponto de sofrer e de ser expulso do reino do Japão? Tu amas realmente; e tu aceitas que se extermine o culto de tua dulcíssima Mãe [a Virgem Maria] e que se joguem as imagens sacras nas chamas? Age, age, acode, traze socorro! Por que demoras e por que hesitas? Por que não envias uma ardente carta ao Reverendo Padre Geral? Escreve, escreve logo! Eu o quero; eu ordeno, o superior o aconselha. Para isto eu te escolhi, para que tu does o teu nome para ser meu soldado. Por isso eu tirei o jugo vacilante da dúvida, e no mesmo dia – como Deus o queria – eu te chamei a deixar o mundo. Para isso eu te dei o conhecimento das línguas latina, francesa, alemã, italiana, espanhola. Por isso eu provei através de tantas dores. Por isso, eu te restituí no ano passado – pela intercessão da Bem-Aventurada Virgem e de São Francisco Xavier, cuja festa se aproxima — a saúde, em torno de quatro horas depois que tu a tinhas implorado, no momento no qual tu lutavas contra a morte. Por isso eu te libertei justamente no dia da festa do Santíssimo Sacramento – isto fará quatro anos nos próximos dias – de um terrível escorrer de pus dos joelhos feridos, que em nenhum caso podiam ser sanados pelos médicos. Então tu mesmo, constatastes que minha vontade te segue sempre. Considera como suportei dores por ti: tu serias o mais ingrato dos mortais, se tu permitisses que após tantos serviços prestados em teu favor, que após tantos benefícios, as almas redimidas pelo mesmo precioso sangue, sejam lançadas nas chamas eternas do inferno e que mesmo, com a minha Bem-Aventurada mãe e todos os santos, nós sejamos expulsos. Vá em frente, escreve imediatamente a sua carta. Cabe a ti tentar tudo o que for possível, e quanto ao restante, de te entregar a mim. (AREN, 2008, p.288 – tradução nossa)⁶⁶

⁶⁶ As duas cartas encontram-se no Arquivo Romano da Companhia de Jesus (ARI), datadas de 13 de junho e 11 de julho de 1654. Na tradução do fragmento da carta, nos baseamos na versão francesa do texto latino apresentada por Arenz (2008, p.288).

“Philippe, qu’est-ce que tu fais? Qu’est-ce que tu méditas là? Est-ce que tu m’aimes au point de souffrir d’être chassé du royaume du Japon? Est-ce que tu aimes réellement; et tu acceptes qu’on extermine le cult de ta très douce mère [la Vierge Marie] et qu’on jette les images sacrées dans les flames? Agis, agis, accours, porte secours! Pourquoi attends-tu et pourquoi hésites-tu? Pourquoi n’envoies-tu pas une lettre fervente au Réverend Père Général? Écris, écris bientôt, je le veux; je l’ordonne; le supérieur le conseille. Pour cela, je t’ai choise, pour que tu donnes ton nom pour être mon soldat. Pour cela, j’ai ôté le joug vacillant du doute, et le même jour – comme Dieu le voulait – je t’ai appelé à quitter le monde [la vocation religieuse]. Pour, cela, j’ai donné la connaissance des langues latine, française, allemande, flamande, italienne, espagnole. Pour cela, je t’ai éprouvé par tant de douleurs. Pour cela, je t’ai restitué l’na passé – par l’ intercession de la Bienheureuse Vierge et Saint François –Xavier dont la fête approchait [le 3 décembre 1653] – la santé, environ quatre heures après que tu les aies implores, au moment où tu luttas contre la mort. Pour cela, je t’ai libéré justement le jour de la fête du Saint Sacrament – cela fera quatre ans dans les prochains jours [1650] – d’un terrible écoulement de pus des deux genoux blessés, qui en aucun cas ne pouvait être guéri par les médecins. Alours toi-même, tu constatas que ma volonté te suit toujours. Regarde comme j’ai enduré des douleurs pour toi; tu serais le plus ingrat des mortes, si tu permettais qu’après tant de services rendus em ta faveur, qu’après tant de bienfaits, les âmes rachetées par mon précieux sang soient jettées dans les flammes éternelles des enfers et que moi-même, avec ma très bienheureuse mère et tous les saints, nous soyons chassés. Vas-ay, écris

Na *petitio*, Bettendorff constrói retoricamente um diálogo no qual o próprio Cristo o exorta a ingressar no movimento de expansão do catolicismo no Oriente. Os fatos da sua vida rememorados na carta adquirem um tom “profético”. O dom das línguas, a provação através de “tantas dores”, a interseção da Virgem Maria e de São Francisco Xavier na cura das feridas abertas qualificam o jovem inaciano a seguir para a missão.

A carta resposta do padre Geral da Companhia, embora louve o ardor e o desejo do jovem missionário em servir a Deus, não autoriza de imediato a sua partida para nenhuma missão. Só em 1659, com a chegada de uma carta enviada pelo padre Antônio Vieira expondo a necessidade de envio de missionários ao Maranhão, o jovem missionário vê o seu desejo ser realizado. Na crônica que escreveu anos depois, Bettendorff descreve do seguinte modo o momento que mudaria a sua vida para sempre:

Logo que o nosso muito reverendo padre mandou a carta do padre subprior, Antônio Vieira, para a província de Galo-Bélgica, tratou o padre Provincial de uns missionários com que lhe socorrer. Estava eu àquele tempo teólogo do quarto ano no colégio da Universidade de Dohai, com esperanças próximas de ir para a Missão do Japão em China, e como a providência de Deus é que tudo dispõe, conforme os seus desejos eternos, que moveram-se interiormente para oferecerem-me a Missão do Maranhão [...] (BETTENDORFF, 2010, p. 168)

Do mesmo modo que Vieira anos antes, Bettendorff parte para a missão do Maranhão contra a sua “primeira vontade”. Na viagem para o Maranhão o padre luxemburguês realiza uma primeira parada em Lisboa e permanece nessa cidade por quase um ano. O período em Portugal foi importante para o aprendizado da língua portuguesa e dos rudimentos da língua tupi, uma vez que as duas línguas seriam o seu instrumento de comunicação. O “estágio linguístico” em Lisboa levou Bettendorff a traduzir a *Arte da Língua Brasilica*, do padre Luís Figueira, do português para o latim e a traduzir um pequeno catecismo na Língua Geral. No ano de 1660, finalmente, o navio parte de Lisboa para o Maranhão levando o padre Bettendorff e um pequeno grupo de missionários. Após três meses de uma turbulenta viagem, o navio aporta em São Luís em 1661.

immédiatement une lettre. C’est à toi de tenter tout ce qui te sera possible et, pour le rest, de t’en remettre à moi”

2.7.1 A experiência missionária no Maranhão e Grão-Pará

A chegada de Bettendorff coincide com o momento de crise da missão. A política centralizadora e o rápido movimento de expansão da missão –apesar da falta de recursos e de pessoal – idealizado pelo padre Vieira, resultaram no levante dos moradores e das demais ordens religiosas contra os padres da Companhia de Jesus.

Pouco depois de aportar em São Luís, os novos missionários partem para Belém para encontrar o padre Superior da missão. Nesse percurso os padres fazem escalas em algumas aldeias e começam a tomar contato com a difícil realidade do trabalho missionário e dos rumores sobre a expulsão dos jesuítas. Após a peregrinação de São Luís a Belém, os dois personagens mais importantes da missão do norte do Brasil no século XVII finalmente se encontram. Na carta de junho de 1661, Vieira deixa transparecer a alegria por conta da chegada dos missionários “estrangeiros”:

O padre Manuel Nunes e o padre João Maria ficam nos Nhengaíbas; o padre João Filipe com o irmão Sebastião Ferreira, nos Tapajós; o padre Tomé Ribeiro com o padre Gaspar Misch, nos Nonhunus e Jurunas. São estes padres estrangeiros homens de raro espírito e talentos, e que puderam com eles ilustrar as províncias da Europa. E certo que uma das razões por que cito este deslumbramento do Maranhão é pelo conceito que hão de formar dos portugueses (VIEIRA, 2003, p. 248).

Porém, antes de seguir para a aldeia de Tapajós, conforme ordenara Vieira, Bettendorff permanece alguns meses na aldeia de Mortigura para aperfeiçoar o aprendizado da língua indígena no contato direto com a fala dos índios. A aldeia de Mortigura era uma grande fazenda situada entre os rios Guamá e Tocantins que fornecia os recursos necessários para a manutenção da casa da Companhia em Belém. No trecho da crônica, Bettendorff descreve o processo de ensino das primeiras letras às crianças da aldeia e o trabalho de pregação diária na língua dos índios.

Em esta aldea de Mortigura, tendo o padre subprior e visitador Antônio Vieira despedido o padre Manuel Nunes e o padre João Maria Gorsony para os Ingaíbas, e mandando ficar a mim por companheiro do padre Francisco da Veiga para aprender a língua, ensinando o ABC aos meninos, voltou-se para o Pará; dei-me belamente com o padre Francisco da Veiga, tomando por minha conta a doutrina de cada dia, e a classe dos meninos para ensiná-los a ler e escrever; juntaram-se muitos discípulos e entre eles o capitão Jacaré; e são estes os mais autorizados e velhos da aldeia (os meus discípulos) e porque, por falta de livros, tinta e papel, não deixassem de aprender, lhes mandei fazer tinta de pacobeiras e para lhes facilitar tudo lhes pus um pauzinho na

mão por pena, e os ensinei a formar e conhecer as letras assim grandes como pequena no pó e areia das praias, com que gostaram tanto que enchiam a aldeia e as praias de letras, ficando aldeia e praias alastradas todas; mas como os mistérios de nossa santa fé são os que se devem saber e ensinar antes de tudo o mais neles também os exercitava no fim da classe, e com isso ia também aprendendo a língua da terra, cuja gramática já tinha trasladado em latim, estando ainda em Portugal, e mandando-a para a minha província para que aprendessem por ela os que lá quisessem vir para esta Missão do Maranhão (BETTENDORFF, 2010, p. 178).

O trecho da crônica deixa entrever que, se por um lado, o estado de pobreza da missão e a falta de material dificultava o trabalho, por outro, a criatividade e o empenho dos padres no ensino e pregação minimizavam essas dificuldades. Na medida que ensinava o padre também ia aprendendo a língua do outro e, nesse complexo processo de trocas linguísticas, a gramática se torna um instrumento de conversão e o catecismo um instrumento de aprendizagem das línguas.

Após os meses em Mortigura, Bettendorff é encarregado pelo padre Vieira de fundar a aldeia de Tapajós. A falta de recursos econômicos e de pessoal frustram esta primeira iniciativa. Na crônica, Bettendorff relata a precariedade dos recursos disponíveis para o início da missão.

Deu-me uma canoa meãzinha já quase velha e sem cavernas bastante, um altar portátil com todo o seu avivamento, uma piroleira de vinho para as missas e necessidade de um ano, uma botija de azeite do Reino, uma frisqueira [...] três paroleiras de aguardente, uns alqueires de sal, um machado, uma foice, uma meia dúzia de facas carniceiras de cabo branco de pau ordinário, uns poucos de anzóis, umas poucas agulhas, uns macetes de velório preto e de outra cor, os quais junto não faziam um meio maço ordinário uns poucos de pentes e atas para a mesa, um triângulo de pau para fazer casa e igrejas, um boiãzinho de doce; e com isso mandou-me a Mortigura em busca de farinha para a viagem e ao Cameté em busca de umas poucas tartarugas, que as daria o padre Salvador do Vale. (BETTENDORFF, 2010, p.182).⁶⁷

Na impossibilidade de fundar a aldeia com os recursos que dispunha, Bettendorff, prevendo futuras dificuldades, decide regressar à cidade de Belém a fim de angariar recursos para a missão de Tapajós. Assim que chega, toma contato com os rumores sobre a expulsão dos padres da Companhia. Na sua passagem por Belém,

⁶⁷ O trecho da crônica é relevante pelo fato de descrever com detalhes as condições do envio de um missionário no trabalho de fundação de uma aldeia. A provisão do missionário compreendia material para a celebração da missa (um altar portátil, vinho e azeite), alimentos fáceis de transportar e conservar (farinha e sal) e alguns objetos que serviriam para a troca com os índios (foice, machado, água ardente).

Bettendorff encontra Vieira preocupado com a notícia de que o movimento iniciado no Maranhão já começava chegar a essa cidade.

Perguntou-me ele [Vieira] se eu vinha ajudar os padres do Pará em os trabalhos da expulsão, e como eu lhe referisse as causas da minha vinda, contou-me o sucesso do levantamento do Maranhão, e me mostrou pela janela do corredor de riba a Manuel Cordeiro Jardim, o qual tendo sido mandado para lá, já vinha dar conta à Câmara e povo do Pará, que, pouco depois seguindo o mesmo exemplo dos do Maranhão, também se levantou contra os padres missionários desta banda [...] (BETTENDORFF, 2010, p.186)

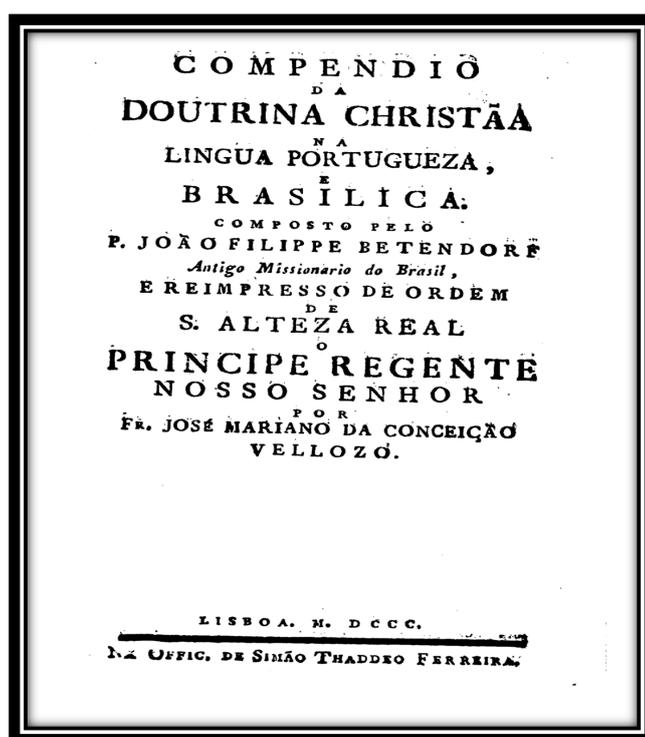
De volta a Tapajós, o missionário começa a organizar a estrutura física da missão e um melhor método de catequização. Um exemplo da preocupação do religioso com o trabalho de catequização é a elaboração de um catecismo na língua dos índios.

[...] estando as coisas da missão nestes termos, cheguei ao Tapajós com o alferes João Correia. A primeira cousa que lá fiz foi com a ajuda de meu companheiro e alguns índios grandes línguas fazer uns catecismos em vários idiomas daqueles seus principais, todos pela língua geral, um era em língua dos tapajós, outro os urucucus, que comumente entendiam, e com este os ia ensinando e batizando[...] (BETTENDORFF, 2010, p.191).

A produção de material simples e acessível para a catequização foi empreendimento de muitos padres da Companhia de Jesus⁶⁸. O padre Antônio Vieira, por exemplo, compôs catecismos em seis línguas diferentes: um na Língua Geral da costa do mar, outro na língua dos *Nheengaibas*, outro na língua dos *Bocas* e *Jurunas* e dois nas línguas dos *Tapajós*. O padre Manuel Nunes compôs catecismo para os índios *Tapuias* de “língua Travada” da ilha do Marajó. Em 1740 foi introduzido obrigatoriamente uma versão única dos catecismos para todas as aldeias da missão.

⁶⁸ No texto da *Visita*, Vieira deixa claro a obrigatoriedade dos padres da Companhia produzir material para a catequização. “O padre que os tiver à sua conta [índios de língua não Tupi] procurará com todo o cuidado fazer catecismo breve, que contenha os pontos precisamente necessários para a Salvação, e destes usarão nos casos de necessidade, e por ele os irão ensinando e instruindo, mas em caso que totalmente não haja intérprete, nem outro modo por onde fazer o dito catecismo será meio muito acomodado o misturar os tais índios com os da Língua Geral ou de outra sabida para que ao menos os seus meninos aprendam com a comunicação [...] (BEOZZO, 1983, p.199-200).

Imagem 3. Capa da 2ª edição do *Compendio da Doutrina Christã*



Fonte: Leite (2004)

A história da contribuição das ordens religiosas para o conhecimento das línguas dos índios do Brasil é uma tarefa ainda por fazer, pois enquanto alguns religiosos trabalhavam na região norte, como observa Leite,

Outros no centro e sul se ocupavam com outros índios, como os *Goitacases* (1620), de língua “travada”, os Tapuias, em 1648, selvagens do sertão do Rio, também de língua “travada”, os *Paiaiás*, *Acarases* e *Quiriris* de língua “travada” (padre João de Barros, Antônio de Barros, Mateus Falleto, José Coelho, [Vicencio] Mamiani e outros, enquanto ainda outros escreviam sobre as línguas indígenas do Brasil. E todos estes contatos com novos índios e novos grupos linguísticos iam ficando impressos ou manuscritos [...]) (LEITE, 2004, IV, p. 123)

Ainda que produtivo, o período de Bettendorff na missão do Tapajós não dura muito tempo. Os ecos do levante iniciado em São Luís chegam a Belém e às aldeias do interior. O resultado, como já destacamos, foi a expulsão de alguns padres e o encarceramento de outros.

2.7.2 A consolidação da missão e o motim de 1684

O ano de 1662 começa com a chegada do novo governador Rui Vaz de Siqueira que, encarregado de prover a ordem, declara o perdão geral.⁶⁹ No ano seguinte, o mesmo governador declara nova lei referente ao cativoiro dos índios. A lei interditava aos padres da Companhia de Jesus e às demais ordens religiosas a administração temporal das aldeias. Diferente do esperado pelo governador, a lei não melhorou a situação econômica dos moradores e nem diminuiu o conflito destes com os padres da Companhia.

A metrópole portuguesa, entre os anos de 1671-1673, preocupada com a tensão crescente no Estado do Maranhão e Grão-Pará, consulta os religiosos sobre a melhor maneira de administrar as aldeias. O resultado da consulta reflete o estado de tensão e conflito entre as ordens religiosas:

Os franciscanos e os mercedários aconselham a divisão dos aldeamentos entre as congregações e ordens, os carmelitas, por sua vez colocam-se a favor da presença da administração leiga e os jesuítas defenderam a volta do monopólio vieiriano. Diante deste empasse, a coroa decidiu por não criar uma nova lei, mas renovar a antiga lei de 1655 de D. João IV (MAYER, 2010, p.159).

Além dos conflitos por conta da legislação indígena, uma resolução de Rui Vaz de Siqueira aumentou a tensão na região. A resolução deslocava o centro econômico, político e administrativo da região da cidade de São Luís para Belém. A mudança causou uma cisão entre as duas capitais e a partir daquele momento “quando uma propunha alguma inovação ou recusava algum quesito das leis, a outra tomava geralmente a posição contrária” (LEITE, 2004, IV, p.25).

Nesse período de conflitos e incertezas, Bettendorff é nomeado Superior da missão do Maranhão e Grão-Pará (1668-1674). Os primeiros anos de mandato do padre luxemburguês foram de uma relativa tranquilidade. Afastado da administração temporal das aldeias, o Superior pôde dedicar seu tempo a reorganizar a infraestrutura interna da missão e a uma pastoral mais próxima dos colonos portugueses.

⁶⁹ O governador pelo perdão publicado em 2 de junho de 1662 declarava que “pela informação que tirei por ordem expressa de S. Majestade sobre a dita expulsão, me não consta de particular delinquente, e sendo a culpa comum de todos, costumam os Reis usar de sua clemencia e benignidade, sendo o arrependimento o mais equivalente castigo”. (LEITE, 2004, IV, p.25)

Uma das obrigações mais importantes do Superior da missão era a de visitar as aldeias e as residências dos padres da Companhia. Na sua viagem pelo interior da missão, Bettendorff observa que, enquanto algumas aldeias se sustentavam com dificuldade, outras estavam em completo abandono. Na carta de 1674, o Superior da missão faz um balanço dos anos do seu primeiro superiorato. A descrição deixa entrever o estado de abandono e penúria da missão.

Muito Reverendo Pai em Cristo,

A paz de Cristo,

Escrevo em pormenor à Vossa Reverenda Paternidade as últimas palavras da Missão do Maranhão que esta agonizando. São doze anos que esta pobre Missão está vivendo em desolação, em parte por causa da expulsão dos obreiros executada por pessoas malévolas, em parte devido à negação dos recursos absolutamente necessários, e mais ainda, em razão da dispersão por outras regiões dos que a ela pertencem, e por causa de outros não poucos incômodos que afligem o corpo e a alma. O que até agora foi tantas vezes implorado junto à Vossa Reverenda Paternidade por carta – e não sei qual o infortúnio delas – não foi atendido com êxito. E penso que não pode ser atendido, se Vossa Reverenda Paternidade não ordene, com base no voto de obediência, que ao menos aqueles que pertencem à Missão voltem o mais rápido possível para cá sem reclamar. Que nos envie também seis ou oito que sejam aptos em administração, pregações e outras áreas. Caso isso não acontecer, é impossível amparar de maneira mais ampla – como deveria ser feito – àqueles que somos nós e estamos gastando pela missão; e assim nós assegurarmos a sobrevivência, com grande vergonha para a Companhia, por termos sido deixados com irmão. Eu disse “com vergonha para a Companhia”, porque será apagada das mentes de todos a estima pelo zelo das almas ao qual – assim eles pensam – estamos inteiramente dedicados, antes qualquer coisa. Todos se admiram, tanto o governador, quanto o capitão-mor ou outros notáveis, e até o próprio povo, que até agora nenhum auxílio nos foi enviado. Nós não ficamos somente admirados, mas quase escandalizados e envergonhados, não sabendo que resposta deve ser dada quando o governador e os vereadores pedem que haja os missionários necessários à disposição ou que parte da Missão seja entregue a outros religiosos. Já confiei alguns aldeamentos aos Mercedários que cobiçam toda a missão. (ARENZ, 2009, p.147)

A falta de missionários foi uma questão central durante o período em que a Companhia de Jesus permaneceu no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Vieira, reiteradas vezes, escreveu à corte e ao Geral da Companhia pedindo auxílio nesta questão. A expulsão dos jesuítas, conforme relata Bettendorff, agravou ainda mais o problema e expôs a ameaça de outras ordens à hegemonia jesuítica na região.

2.8 A Lei de 1680 e a expulsão de 1684

A balança oscilante da legislação indígena pende novamente para a causa dos padres da Companhia no início de 1680. Promulgada em 1º de abril de 1680, a lei, inspirada por Antônio Vieira, procurava integrar a região amazônica à rede comercial do Atlântico português. Para isso, foram introduzidas duas medidas: a proibição do cativo dos índios e a introdução do escravo africano.

A nova lei proibia o cativo dos índios em qualquer circunstância. Os índios cativos por meio de “guerras justas”, forma legal na legislação anterior, adquirem o status de prisioneiros.

E sucedendo mover-se guerra defensiva ou ofensiva, a alguma nação de índios do dito Estado, nos casos e termos e que por minhas leis e ordens é permitido: os índios que na tal guerra forem tomados, ficarão somente prisioneiros como ficam as pessoas que se tomam nas guerras da Europa, e somente o governador os repartirá, como lhe parecer mais conveniente ao bem e a segurança do Estado[...] (LEITE, 2004, IV, p.23)

Além disso, a repartição dos índios de serviço passa a ser de responsabilidade do bispo, do prelado de Santo Antônio e da câmara municipal. Afastados, portanto, do complicado trabalho de repartição dos índios, coube aos jesuítas o controle temporal e espiritual das aldeias dos índios já cristãos. Ainda que não tivesse um caráter retroativo, a lei causou novos conflitos entre os moradores e as ordens religiosas. O motivo, como sempre, foi a discordância em relação à distribuição da mão de obra indígena.

Junto à lei, foram expedidos despachos e ordens que visavam substituir a mão de obra indígena pela introdução do escravo africano. No que concerne à introdução do escravo, o despacho determinava

que todos os anos se metam no Estado do Maranhão quinhentos ou seiscentos negros, para suprirem os escravos que se faziam no sertão; os quais negros se venderão aos moradores por preços muito moderados e a largo tempo. E Sua Alteza os pagará aqui aos mercadores, com quem se fez este contato, para o qual lhes tem já consignado os efeitos de que se hão-de embolsar. (LEITE, 2004, IV, p.24).

A imagem de que o Estado do Brasil prosperava por conta do escravo africano alimentou durante muito tempo o imaginário dos moradores do norte da colônia. A

introdução do escravo negro, portanto, já era uma reivindicação antiga das autoridades municipais, dos moradores e mesmo das ordens religiosas.

Para facilitar a introdução do escravo negro, foi criada a Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1682). Apesar do esforço, a coroa portuguesa não conseguiu fazer com que a economia do Estado reagisse e, por conta disso, surgem os primeiros rumores de um novo levante dos moradores. As queixas giravam em torno do fato de que a Companhia do Comércio não respeitava a cota mínima de escravos exigida por lei e, além disso, a cobrança elevada por cada peça de escravos impossibilitava o acesso da maioria dos moradores à força de trabalho africana.

Dificuldades econômicas, a proibição do cativo do índio e o fracasso da introdução do escravo africano, formam o pano de fundo da crise que levou à expulsão dos jesuítas em 1684. Liderados por Manuel Beckmann, os moradores, vendo frustrada a promessa de melhora da condição de vida, afastaram os jesuítas da administração temporal e espiritual dos índios e declararam o fim do monopólio da Companhia de Comércio no tráfico negreiro.

2.9 O Regimento das missões e o fim do monopólio jesuíta

A expulsão de 1684 colocou a missão diante de um dilema: “ou desfazer a missão e retirarem-se dela; ou adaptarem-se ao meio ambiente, cedendo da rigidez primitiva” (LEITE, 2004, IV, p. 31). O Superior da missão, padre Jódoco Peres, era defensor da retirada imediata dos padres da Companhia de Jesus; na posição contrária estava o padre Bettendorff que defendia uma negociação para a permanência dos padres na missão do Maranhão e Grão-Pará.

Bettendorff, “espírito conciliador”, foi enviado à corte para tratar pessoalmente com D. Pedro II sobre os rumos da missão do norte do Brasil. O padre luxemburguês conseguiu assegurar a permanência dos jesuítas e ajudou na costura de acordos que resultaram no *Regimento das Missões* (1686)⁷⁰. O documento procurava dar uma maior

⁷⁰ Na metrópole, Bettendorff se empenha na impressão de três obras importantes para o trabalho de evangelização na missão do Maranhão e Grão-Pará: a segunda edição do catecismo do padre Antônio de Araújo, revisto e ampliado pelo padre Bartolomeu de Leão; a impressão da segunda edição da *Arte da Língua Brasileira*, de Luís Figueira e a primeira edição do próprio catecismo bilíngue.

segurança jurídica a dois temas fundamentais para a missão: a administração das aldeias e a organização da mão de obra indígena.

Na questão da administração das aldeias, o governo temporal e espiritual dos índios passou a ser dividido entre a ordem dos franciscanos de Santo Antônio e os jesuítas. O *Regimento*, também, criou o cargo de procurador dos índios e determinou um maior controle da entrada de brancos e saída de índios nas aldeias.

Na questão da organização e distribuição da mão de obra indígena, a lei estabeleceu que os índios de serviço (índios de 13 a 50 anos), fossem divididos em dois grupos. Um grupo deveria ser destinado ao serviço interno e outro ao externo, ou seja, no trabalho de sustento das aldeias ou no trabalho à serviço dos colonos e coroa portuguesa.

A nova lei reflete o caráter mais conciliador de Bettendorff em comparação ao perfil mais combativo de Antônio Vieira. Para manter a missão do Maranhão e Grão-Pará, o padre luxemburguês abriu mão do monopólio jesuíta no trabalho de catequização dos índios e concordou com o aumento do tempo de serviço indígena destinado a suprir as necessidades dos moradores e da metrópole portuguesa.

O *Regimento das Missões* foi o resultado do último esforço da Companhia de Jesus em influenciar nos rumos da legislação indígena no norte da colônia. As propostas presentes no documento vigoraram com algumas modificações até o início do século XVIII. O poder de decisão da Companhia de Jesus na região diminuiu sensivelmente a partir de 1693 quando a coroa portuguesa decide repartir as missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará entre as demais ordens religiosas.

CAPÍTULO 3

O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO DAS LÍNGUAS AMERÍNDIAS

Nunca é demais observar que a gramatização da língua europeia é absolutamente contemporânea da de outros continentes, em particular, das línguas ameríndias (AUROUX- *A revolução tecnológica da gramatização*)

3.0 Introdução

A célebre frase de Nebrija, *siempre la lengua fue compañera del imperio*, foi utilizada como chave interpretativa e muitas vezes como justificativa das concepções que orientaram a ação de um colonialismo linguístico⁷¹. A partir do século XVI, as línguas das nações ibéricas, responsáveis pela colonização e difusão do cristianismo no Novo Mundo, foram as responsáveis por gramatizar, por primeira vez, uma série de línguas desconhecidas. Por esse motivo, como recorda Navarro (1995, p. 78-79), “as gramáticas das línguas exóticas dos séculos XVI e metade do século XVII foram vasadas quase todas nas línguas portuguesa e espanhola”.

⁷¹ No entanto, como observa Binotti (2000, p.260), “Sin embargo, si aceptamos *tout cour* la frase de Nebrija como el primer hito en el largo camino de la opresión imperialista, tendemos a perder de vista el contexto en que se manifestaban esas palabras; de esta manera se oscurecen los aspectos característicos de la reflexión lingüística española renascentista, pues la afirmación de Nebrija encerraba, al menos en su época, una serie de sutiles implicaciones cuya convergencia es clave para entender el desarrollo de la consciencia colonial del siglo XVI. Aunque la afirmación nebrisense pueda emplearse hoy en día como el estandarte de una entera ideología nacional, tal ideología iba a desarrollarse lentamente a partir de dos discusiones coexistentes y complementarias entre los letrados del Siglo de Oro: la de larga tradición sobre los méritos expresivos y literarios del castellano y su prestigio frente al latín, y la mas ‘moderna’ sobre la legitimidad de imponer una lengua a un pueblo dominado. En otras palabras, serán las lecturas posteriores de la afirmación de Nebrija a reconstruirla como el gozne sobre el que gira toda la construcción discursiva del imperialismo lingüístico ultramarino”.

“ No entanto, se aceitarmos *tout cour* a frase de Nebrija como o primeiro impulso no longo caminho da opressão imperialista, acabaremos por perder de vista o contexto em que se manifestavam estas palavras; desta maneira os aspectos característicos da reflexão linguística espanhola renascentista seriam obscurecidos, uma vez que a afirmação de Nebrija continha, ao menos em sua época, uma série de sutis implicações cuja convergência é essencial para compreender o desenvolvimento da consciência colonial do século XVI. Ainda que a declaração de Nebrija possa ser usada hoje como o estandarte de toda uma ideologia nacionalista, essa ideologia só viria a se desenvolver lentamente a partir de duas discussões coexistentes e complementares entre os letrados do Século de Ouro: a de longa tradição sobre os méritos expressivos e literários do castelhano frente ao latim, e a mais ‘moderna’ sobre a legitimidade de impor uma língua a um povo dominado. Em outras palavras, serão as leituras posteriores que farão da afirmação de Nebrija o eixo sobre o qual gira a construção discursiva de um imperialismo linguístico ultramarino”. (tradução nossa)

No presente capítulo, faremos algumas considerações sobre o processo de gramatização dos vernáculos europeus e, partindo das reflexões de Auroux (2009), indicaremos que o processo de descrição das línguas do Novo Mundo foi um desdobramento do processo de gramatização massiva das línguas europeias. E, nesse sentido, o estudo das gramáticas produzidas por missionários na América altera a visão de um processo de gramatização eurocêntrico e revela que muitas línguas indígenas foram gramatizadas e dicionarizadas antes de muitos vernáculos europeus. Por fim, a partir da leitura de trabalhos escritos por missionários das mais diversas ordens religiosas sobre as línguas nativas americanas, procuramos traçar o perfil e apontar as principais características da produção gramatical missionária em solo americano.

3.1 O processo de gramatização das línguas do mundo: a gramatização dos vernáculos europeus

O continente europeu assiste entre os séculos XV e XVII ao processo de gramatização e dicionarização das línguas nacionais (AUROUX, 2009). A produção de gramáticas e dicionários nesse período obedece, em grande medida, a imperativos políticos e religiosos: o movimento de consolidação do Estado Nação, o imperialismo ibérico cujo adágio *siempre la lengua fue compañera del império* é o maior exemplo e a política da contrarreforma da Igreja Católica. O impacto do capitalismo mercantil, das navegações ultramarinas e da ação da Igreja Católica no trabalho de sistematização e expansão da língua portuguesa pode ser lido no prólogo da “Cartinha” de João de Barros dedicada ao príncipe D. Felipe:

Qual será, logo, a linguagem que nesta tenra e delicada idade de Vossa Alteza mais natural e obediente vos deve ser, senão a vossa portuguesa, de que Deus vos fez príncipe e rei em esperança? Aquela que na Europa é estimada, na África e na Ásia por amor, armas e leis tão amada e temida, que por justo título lhe pertence a monarquia do mar e os tributos dos infiéis da terra. Aquela que, como um novo apóstolo, na força das mesquitas e pagodes de todas as seitas e idolatrias do mundo, desprega pregando e vencendo as reais quinas de Cristo, com que muitos povos da gentilidade são metidos no curral do Senhor. Da qual obra agora temos um divino exemplo, na conversão de cinquenta e sete mil almas na terra do Malabar, onde São Tomé, com tanto trabalho e martírio, passou desta vida à celestial glória. [...]

Pois gente em que tanto obrou a língua portuguesa, e que tanto amor dela traz a tantas mil léguas, que língua por arte podem mais

facilmente aprender senão aquela que nele obrou a salvação? Porque eles, com amor do tal benefício, e os meninos destes reinos, por lhe ser mãe e não madrasta, mãe e não ama, vossa e não alheia, com tanto amor receberam os preceitos dela que, quando forem preceitos da gramática latina e grega, não lhe serão trabalhosos os que cada uma destas têm, pela conformidade que entre elas há, como se pode ver nestes preceitos da gramática de vossa língua portuguesa que ofereço a Vossa Alteza, a quem são devidas as primícias de todos os novos e proveitosos frutos (BARROS, 2008, [1539] pp.81-82).

Outros dois fatores foram importantes no processo de gramatização dos vernáculos europeus, conforme teorizado por Auroux (2009): o advento do protestantismo e o desenvolvimento da imprensa⁷².

A tese de Lutero advogava o livre exame da Bíblia, propunha uma nova relação do indivíduo com a religião e o texto sagrado e, ao mesmo tempo, por conta do desenvolvimento das casas impressoras, promovia a emergência de uma padronização ortográfica. A importância da *Lutherbibel* para a expansão e sistematização da língua alemã é descrita da seguinte forma por Febvre & Martin:

[...] Lutero dá forma a uma língua que, em todos os domínios, tende a aproximar-se do alto alemão. A enorme difusão de suas obras, suas qualidades literárias, o caráter quase sagrado que toma aos olhos dos fiéis os textos da Bíblia e do Novo Testamento estabelecidos por ele, tudo isso faz de sua língua, em pouco tempo, um modelo. Imediatamente acessível a todos os leitores da Alta Alemanha, ela a princípio espanta um pouco os da Baviera ou dos países [sic] alemânicos. Mas, enfim, em quase todos os casos em que existe sinônimo, o termo empregado por Lutero acaba por triunfar e numerosas palavras usadas somente na Média Alemanha são afinal usadas por toda parte. [...]

Acha-se assim consagrada a proeminência do alto alemão. Ao mesmo tempo, a imprensa multiplica os escritos nessa língua que cada vez mais se evidencia como língua nacional; mas, em breve, como o exemplo de Lutero não é mais suficiente, sente-se a necessidade de aprender metodicamente essa língua, e os gramáticos põem-se à obra. (FEBVRE; MARTIN, 2017, p.431).

Em suma, o advento dos Estados Nacionais europeus, a expansão colonial, a reforma protestante, a contrarreforma católica e o desenvolvimento da imprensa foram os fatores que permitiram a segunda revolução técnico-linguística da história, isto é, o

⁷² Conforme recorda Auroux (2009, pp. 31-32), [...] o aparecimento da imprensa – no contexto da diversidade de línguas das nações europeias, e do desenvolvimento do capitalismo mercantil (os caracteres móveis da imprensa aparecem na China no século XI) – é um motor decisivo para a gramatização e a standardização dos vernáculos europeus. As grandes transformações dos saberes linguísticos são, antes de tudo, fenômenos culturais que afetam o modo de existência de uma cultura do mesmo modo que dela precedem.

processo de gramatização massiva das línguas do mundo. Entre os séculos XV e XVII línguas tão diferentes como o italiano e o polonês, o russo e o português foram descritas através do mesmo modelo teórico: a gramática latina.

A partir do século XV, o castelhano Elio Antônio de Nebrija (1492), o italiano Alberti (1495) e o francês Barton (1409) colocam em regra as línguas espanhola, italiana e francesa, respectivamente. No século seguinte, Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540) gramatizaram a língua portuguesa, por exemplo.

Ao longo do tempo, o modelo de descrição gramatical, concebido inicialmente para o latim, permitiu uma unificação teórica que não tem equivalente na história das ciências da linguagem (AUROUX,2009). A homogeneidade conceitual das primeiras gramáticas dos vernáculos europeus se deve, portanto, ao fato de que uma rede⁷³ de termos metalinguísticos foram utilizados para descrever a realidade empírica de línguas cada vez mais diversificadas e dispersas no espaço⁷⁴.

A partir desse momento, de acordo com Aurox (2009, p. 53), “a velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando seu valor não mais pelo passado mas pelo futuro, adquire um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam em estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para todos os cidadãos”.

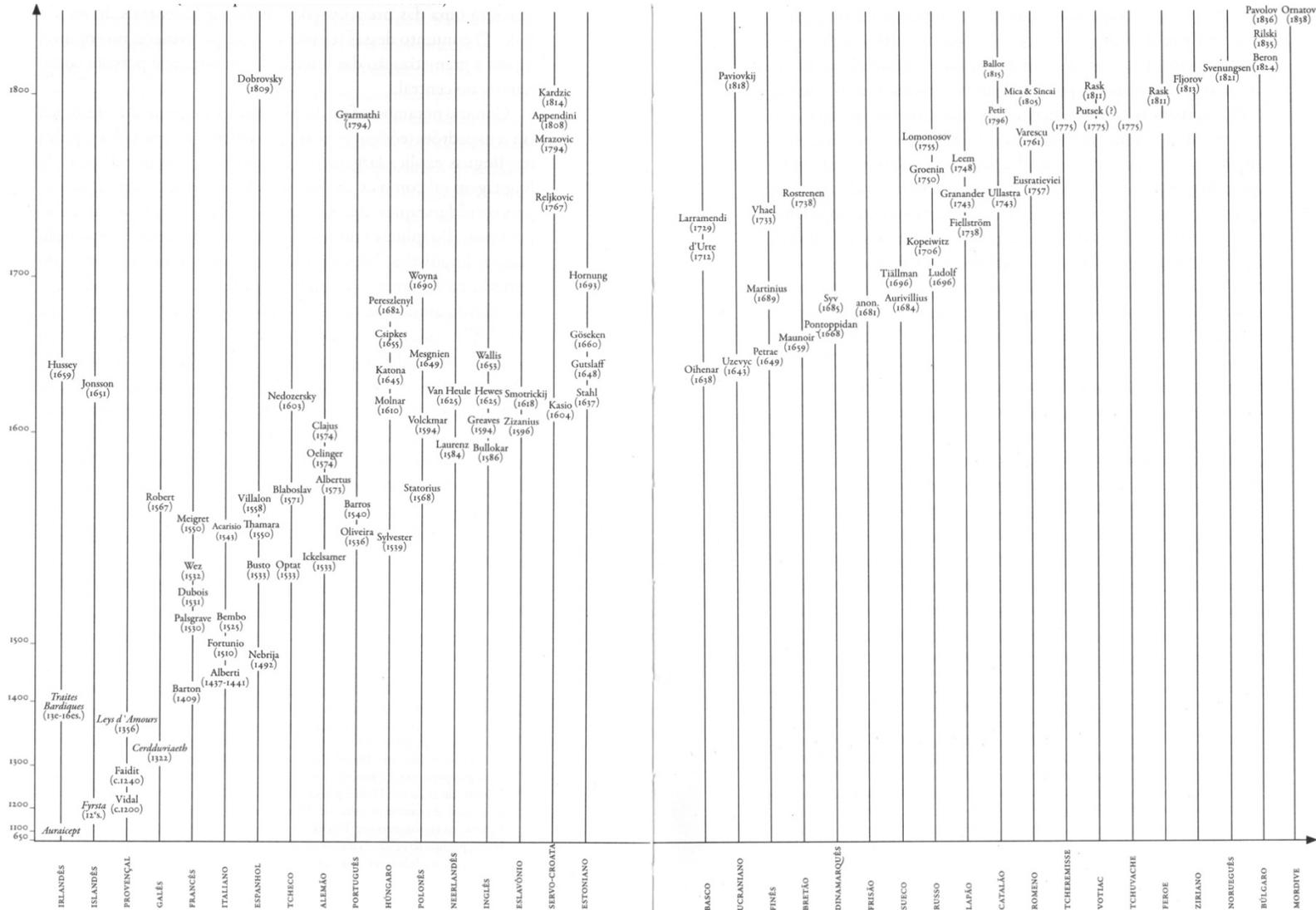
O quadro a seguir, formulado por Aurox (2009) propõe uma cronologia para o processo de gramatização massiva dos vernáculos europeus. Processo que, iniciado na Europa no século XV, atingirá grande parte das línguas ao redor do mundo ao final do século XIX.

⁷³ “Falar da constituição em rede do conhecimento linguístico no processo massivo da gramatização é mais do que uma simples imagem. É essa estrutura que torna eficaz o acúmulo de conhecimentos – ou, se quisermos, a acessibilidade generalizada de todos os pontos (alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, português) que tem entre si uma relação fortemente conexa, ou, mais simplesmente, para aqueles que conhecem o latim”. (AUROUX, 2009, p.45)

⁷⁴ Conforme destaca Navarro (1995, p. 112), “Se a perspectiva teórica da latinização no âmbito das línguas vernáculos constituiu, na primeira metade do século XVI, um dos pontos fulcrais da reflexão e do comportamento linguísticos de vários países europeus, se a vivência da interação linguística *latim-línguas vernáculos* foi crucial nas primeiras décadas do século XVI, é porque havia a nítida consciência da herança recebida do latim. Se uma língua românica era gramaticalizada segundo os moldes latinizantes, o era porque não atingira, ainda, o pleno significado de vernaculidade e o *divortium aquarum* entre latinidade e vernaculidade não estava ainda bem definido. Contudo, embora conscienciosos da herança latina recebida, a qual evocavam a título de mobilização das línguas que gramaticalizavam, os gramáticos das línguas vernáculos pleiteavam foros de “maioridade” e independência em face do latim”.

Quadro 6. A gramatização dos vernáculos europeus.

Fonte: Auroux (2009).



3.2 O processo de gramatização das línguas do mundo: a gramatização das línguas nativas da América

A partir do século XVI, por conta do movimento de expansão da fé católica, os missionários, com o passar do tempo, perceberam que o aprendizado da língua indígena era indispensável para o trabalho de catequização⁷⁵.

As ordens religiosas (jesuítas, dominicanos, franciscanos, agostinianos e mercedários) assumiram a árdua tarefa de compilar o léxico, explicar a gramática e dotar essas línguas “bárbaras e peregrinas” de uma literatura escrita.

A importância do aprendizado da língua no processo de catequização da população nativa pode ser percebida pelo fato de Manuel da Nóbrega, na primeira carta escrita no Brasil, poucos dias após a sua chegada, a 29 de março de 1549, informar o Superior da ordem, Pe. Simão Rodrigues, sobre a estranheza da língua e o empenho dos religiosos em aprendê-la.

Trabalhamos de saber a língua deles e nisto o padre Navarro nos leva vantagem a todos. Temos determinado ir viver com as aldeias, como estivermos mais assentados e seguros, e aprender com eles a língua e i-los doutrinando pouco a pouco. Trabalhei por tirar em sua língua as orações e algumas práticas de nosso senhor e não posso achar língua que mo saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocábulos tem. (NÓBREGA, 2017, p. 57)

A partir do século XVI, portanto, não só a Europa, mas também a América assiste a um intenso trabalho de descrição e normatização linguística.

⁷⁵ O franciscano Maturino Gilberti deixa claro no prólogo da *Arte de la lengua de Michoacan* (1558) as dificuldades advindas da falta de conhecimento da língua dos índios. Segue texto original “De todos esta vista y entendido, que gran daño y inconveniente esta tierra assi ē lo tēpal con en lo spūral por falta de no entēder bien la lengua destes naturales: porque puesto caso que la piedad evangélica (por la qual fuimos enbiados) nos constringe a entender en sus negocios spirituales y corporales, muy muchos nos estorva la ygnorancia de la lengua. Y pues los ministros de la fee, y de los sacramentos evangélicos en esta tierra, toman a cargo cada qual ē su manera a declarar y administrar tan altos mysterios a estos naturales[...] (GILBERTI, 1558, prólogo)

“De todos esta visto e entendido que grande dano e inconveniente [é feito] a esta terra assim no temporal como no espiritual a falta de entendimento da língua destes nativos: posto que a piedade evangélica (pela qual fomos enviados) nos constringe a entender [os índios] nos seus negócios corporais e espirituais e muito nos prejudica a ignorância da língua. Pois, nesta terra, os ministros da fé e dos sacramentos evangélicos tomam a cargo cada qual a sua maneira declarar e administrar tão altos mistérios a estes nativos [...]”(tradução nossa)

O quadro a seguir deixa entrever a quantidade, a diversidade e a complexidade da intensa produção de gramáticas sobre as línguas ameríndias escritas por missionários entre os séculos XVI e XVIII em solo americano.

Quadro 7. Gramáticas impressas ou manuscritas de línguas nativas da América Espanhola e Portuguesa dos séculos XVI e XVIII de acordo com o levantamento feito por Viñaza (1977).

Título	Autor	Ano de publicação ou redação	Lugar de publicação
Arte de la lengua Mexicana	Andrés de Olmos	1547	Manuscrito
Arte en lengua de Michoacan	Maturino Gilberti	1558	Não informado
Grammatica et Lexicon linguae Mexicanae, Totonaquae et Huastecae	André de Olmos	1560	México
Grammatica o arte de la lengua general de los indios de los reynos del Peru	Domingos de S. Thomas	1560	Espanha
Artes de los idiomas Chiapaneco, Zoque, Tzendal y Chinanteco	Fray Francisco de Zapeta	1560	Não informado
Arte del idioma Maya	Padre Francisco Gabriel de San Boaventura	1560	México
Arte Mexicano y declaración de la doctrina	Anônimo	1563	Manuscrito
Arte de la lengua çapoteca	Fray Juan de Cordova	1564	México
Arte de la lengua mexicana y castelhana	Fray Alonso de Molina	1571	México
Arte de la lengua de Michocan	Fray Juan Bravo	1574	México
Arte y Dicionario com otras obras em lengua Michucana	Fray Juan Batista de Lagunas	1574	México
Arte de la lengua mexicana y castellana	Fray Alonso de Molina	1576	México
Arte de la lengua mexicana	Alonso de Molina	1578	Não informado
Arte en lengua zapoteca	Fray Juan de Cordova	1578	México
Arte y vocabulário en lengua geral del Peru llamada Quichua y em la lengua española	Não informado	1586	Não informado
Lexica et procepta grammatica item liber confessionaris et precum in quinque indorum linguis quarun usus per Americam australem nempe puquinca tenocotica catamareana guaranica natixaca sive mogaznana	Não informado	1590	Manuscrito
Arte en lengua mixteca	Fray Antonio de los Reyes	1593	México

Arte de Grammatica da língua mais usada na costa do Brasil	José de Anchieta	1595	Portugal
Arte Mexicana	Antonio del Rincón	1595	México
Arte de la lengua mexicana	Antonio del Rincón	1598	México
Grammatica y vocabulário en la lengua general del Peru, llamada Qichua y em la lengua Española	Não informado	1603	Espanha
Arte y grammatica muy copiosa de la lengua Aymara	Ludovico Bertonio	1603	Itália
Arte breve de la lengua aymara	Ludovico Bertonio	1603	Itália
Grammatica y vocabulário en lengua Quichua, Aymara y Española	Diego de Torres Rubio	1603	Itália
Arte y gramatica general de la lengua que corre en todo el reyno de Chile, con un vocabulário y confessionario	Luis de Valdivia	1606	Peru
Arte de la lengua Mame	Hieronimo Larios	1607	México
Gramatica y arte nueva de la lengua general de todo el Peru, llamada Qquichua, o lengua Inca	Diego Gonçalez Holguin	1607	Peru
Arte de la gramática de la lengua Zapoteca, conforme al que de la gramatica latina escribio Antonio de Nebrija	Pedro Cueva	1607	México
Arte, gramatica, vocabulário, catecismo y confessionario en lengua Allentiac y Milcocayac que son las más generales de la provincia de Cuio em el reino de Chile y que habian los indios Guarpes y otros	Luis de Valdivia	1608	Não informado
Arte y gramática copiosa de la lengua Aymara	Ludovico Bertonio	1608	Itália
Arte de la lengua Aymara con una Sylva de sus frases y su declaración	Luis Bertonio	1612	Peru
Arte de la lengua Aymara con una sylva de frasis de la misma lengua y su declaracion en romance	Diego de Gualdo	1612	Não informado
Arte y vocabulário en la lengua general del Peru llamada Quichua, y en la lengua Española	Não informado	1614	Peru
Arte y pronunciacion en lengua Timuquana y Castellana	Francisco Pareja	1614	México
Arte de la lengua Aymara	Diego de Torres Rubio	1616	Peru
Arte de la lengua Quechua general de los indios de este reyno del Peru	Alonso de Huerta	1616	Peru

Gramatica de la lengua general del nuevo reyno, llamada Mosca	Bernardo de Lugo	1619	Espanha
Gramatica y vocabulario en Quichua, Aymara y Castellano	Diego de Torres Rubio	1619	Espanha
Arte de gramatica da língua brasílica	Luís Figueira	1621	Portugal
Gramatica de la lengua general del Cuzco	Diego de Olmos	1633	Peru
Arte doctrinal y modo para aprender la lengua Matlaltzinga	Miguel de Guevara	1638	Não informado
Arte y bocabulario de la lengua guaraní	Antonio Ruiz de Montoya	1640	Espanha
Arte de la lengua Matlaltzinga mui copioso y assimismo una suma y arte abreviado	Diego Basalencque	1640	Não informado
Arte Mexicano	Diego de Galdo Guzmán	1640	México
Arte y vocabulario en lengua Mame	Não informado	1644	México
Arte de la lengua Yunga de los vales del Obispado de Truxillo de Peru, con un Confessionario y todas las oraciones Christiana traducidas em la lengua y otras cosas	Fernando de Carrera	1644	Peru
Arte de la lengua Mexicana con la declaracion de los advérbios dela	Horacio Carochi	1645	México
Vocabulario breve y manual en la lengua de Michuacan	Não informado	1647	Não informado
Arte de la lengua general de los yndios del Peru	Juan Roxo Mexia y Ocon	1648	Peru
Arte breve y vocabulario de la lenguaTzoque conforme se hablan el Pueblo de Tepatlan	Luís Gonzales	1652	Não informado
Introduccion a la lengua de los índios Galibis en el continente de las Indias meridionales	Diego Pelleprat	1655	Não informado
Elementos de la gramatica mexicana	Antonio Tobar Cano y Moctezuma	1662	México
Arte de la lengua mexicana	Agustin de Vetancurt	1673	México
Arte mexicano con la instruccion del confesionario i administracion de los sacramentos	Augustin de Vetencurt	1675	Não informado
Arte y bocabulario de la lengua de los indios chaymas, cumanagotos, cores, parias y otros diversos de la provincia de Cumana o Nueva Andalucia	Francisco de Tauste	1680	Espanha

Principios y reglas de la lengua cummanagota general en varias naciones que habitan en la provincia de cummana en las Indias Occidentales	Manuel de Yangués	1683	Espanha
Compendio del Arte de la lengua de los Tarahumares y Guazapares	Thomas de guadalaxara	1683	México
Arte de la lengua Maya	Gabriel San Bonaventura	1684	México
Arte de la lengua Mexicana	Don Antonio Vazques Gaztelu	1689	México
Arte de la lengua de los otomites con los diferentes dialectos	Don Francisco Puron	1690	Não informado
Arte de la lengua general del yngallamada Qquechhua	Estevan sancho de Melgar	1691	Peru
Arte de la lengua mexicana segun la acostumbran hablar los indios en todo el Obispado de Guadalaxara, parte de Guadiana y del Mechoacan	Joan Guerra	1692	México
Arte de la lengua Mame	Hieronimo Larios	1697	México
Arte de la lengua mexicana segundo el dialecto de los pueblos de la Nueva Galicia	Juan Guerra	1699	México
Arte de grammatica da língua brasílica da nação Kiriri	Luis Vicencio Mamiani	1699	Portugal
Arte y vocabulario de la lengua morocosi	Não informado – obra jesuita	1699	Espanha
Arte de la lengua Tequima vulgarmente llamada opta	Natal Lombardo	1702	México
Arte de la lengua Moxa con su vocabulário y catecismo	Pedro Maraban	1702	Peru
Arte de el idioma mexicano	Manuel Perez	1713	México
Arte de la lengua Tarasca. Dispuesta con nuevo estilo y claridade	Diego Basalenque	1714	México
Arte de la lengua mexicana y breves platicas de los misterios de N. Santa Fee Catholica y otras pra exortacion de su obligacioa a los indios	Frcnscisco de Avila	1717	México
Arte breve y compendiosa de la lengua pocomchi de la provincia de la Verapaz	Dionysio de Çuñiga	1720	Não informado
Arte del idioma Guasteco proporcionado en todas sus reglas con el de Antonio de Nebrija.	Severino Bernaldo de Quiros	1722	Não informado

Arte de la lengua guarani por el P. Antonio Ruiz de Montoya de la compñia de Jesus con los escólios anotaciones y apendices de P. Paulo Restivo de la misma compaña sacados de los papeles del P. Simon Bandini y de otros.	Não informado – obra jesuita	1724	Paraguai
Arte de la lengua Mexicana	Antonio Vazquez Gastelu	1726	Espanha
Gramática de la lengua Otomi y método para confessar a los indios em ella	Francisco Haedo	1731	México
Arte y vocabulario de la lengua Lulé y Tonocoté	Antonio Machoni de Cerdeña	1732	Espanha
Arte de las tres lenguas cakchiquel, quiche y tzutvhill	Francisco Ximenez	1734	Manuscrito
Arte de la lengua Cahita conforme a las reglas de muchos peritos em ella.	Não informado	1737	México
Arte del idioma Maya y semilexicon yucateco	Pedro Beltran de Santa Rosa	1739	Não informado
Arte del idioma maya reducido a sucintas reglas. Y semi-lexicon Yucateco	Pedro Beltran de Santa Rosa	1742	Não informado
Arte de la lengua Tepeguana, con vocabulario, confessionario y catecismo en que se explican los mysterios de nuestra Santa Fé Catholica, mandamentos de la ley de Dios y de nuestra Santa Madre Iglesia.	Benito Rinaldini	1743	México
Arte de la lengua Quiché	Bartolomé Anleo	1744	Manuscrito
Arte para aprender la lengua Tepehuana	Benito Rinaldini	1745	México
Arte de la lengua Huasteca	Carlos de Tapia Zenteno	1747	México
Arte de la lengua Cholona	Pedro de la Mata	1748	Manuscrito
Arte de la lengua Baure	Antonio Magio	1749	Manuscrito
Compendio del arte de la lengua mexicanan del P. Horacio Carocho de la Compañia de Jesus dispuesto con brevedad, calridad y propeidad por el P. Ignacio Paredes	Ignacio Paredes	1750	México
Arte en lengua mixteca	Antonio de los Reys	1750	México

Grammatica da Língua geral do Brazil com hum dicionario dos vocabulos mais uzuaes da dita lingua ⁷⁶	Anônimo	1750	Manuscrita
Arte de la lengua Totonaca conforme a el Arte de Antonio Nebrija	Joseph Zambrano Bonilla	1752	México
Arte de la lengua metropolitana del Reyno Cakchiquel ó Guatemalico con un paralelo de las lenguas metropolitanicas de los Reynos Kiche, Cakchiquel y Tzutuhil que hoy integram el Reyno e Guatemala	Ildefonso Joseph Flores	1753	Guatemala
Breve instruccion o arte para entender la lengua comum de los indios segun se habla em la provincia de quito	Não informado	1753	Peru
Arte novísima de la lengua mexicana	Carlos de Tapia Zenteno	1753	México
Arte de la lengua mexicana	Joseph Augustin	1753	México
Arte y vocabulário de la lengua quíchua general de los indios de el Peru	Diego de Torres Rubio	1754	Peru
Arte de la lengua kakchikel incluywndo un paralelo de las lenguas Kiché, cakchiquel y zutuhil	Esteban Torresano	1754	Manuscrito
Arte del idioma othomi en que se hallan Reglas, modo de conjugar nombres, verbos, doctrina Xptiana oraciones: confissionario modo de administrar el viatico, amonestracion y casar	Não informado	1755	Manuscrito
Arte de la lengua mexicana	Antonio de Olmedo y Torre	1756	México
Compendio del Arte de la lengua mexicana del P. horacio carochi de la Compñia de Jesus, dispuesta con brevidad, claridad y propiedad por el P. Ignacio de paredes	Ignacio de Paredes	1759	México
Arte, vocabulario y confessionario en el idioma mexicano como se usa en el Obispado de Guadalaxara	Geronymo Thomas de Aquino	1765	México
Arte de la lengua general del reyno de Chile	Andres Ferbes	1765	Peru

⁷⁶ Obra não aparece catalogada na bibliografia española de lenguas indígenas de América (1977) , de Viñaza e nem na bibliografia tupi-guarani (1954), de Plinio Ayrosa.

Reglas de orthographia, dicionário y arte del idioma Othomi	Luís de Neve y Molina	1767	México
Gramática y vocabulario de la lengua de Chile	Juan Ignacio Molina	1782 [88]	Não informado
Gramaticas abreviadas de las diez y ocho lenguas principales de América	Lorenzo Hervás y Panduro	1784	Manuscrito
Gramática de la lengua Saliva	Não informado	1790	Manuscrito
Arte de la lengua quiche	Não informado	1793	Manuscrito

Fonte:Viñanza (1977) Adaptado

O levantamento de Viñanza revela a desproporção que existe entre as gramáticas das línguas indígenas produzidas na América Espanhola e na América Portuguesa. Como já destacou Auroux (2009), o desenvolvimento da imprensa é um importante fator no processo de gramatização. No Brasil, as primeiras casas impressoras surgem apenas no século XIX, com a chegada da corte portuguesa. No que concerne às outras partes da América, conforme recorda Navarro (1995, p. 102),

A imprensa foi instalada no México já no ano de 1539, a instâncias do bispo D. Juan de Zumárraga. Por volta de 1600, nove tipografias estavam em operação, publicando livros em castelhano, em línguas mexicana, tarasca, zapoteca, misteca e maya. No século XVII, o ritmo de publicações no México seria impressionante. De 1601 a 1700, a imprensa mexicana produziu 1288 obras, o que reflete o desenvolvimento sócio-cultural do México colonial. Até 1820, 12.412 livros saíram de tipografias mexicanas, sendo muitos deles obras da lavra de missionários ou religiosos.

Na América do Sul, a primeira tipografia estabeleceu-se no Peru em 1582, ano em que foi impresso o panfleto *Pragmatica sobre los diez días del año*, que anunciava um novo calendário feito pelo Papa Gregório XIII. E essa, provavelmente, a primeira publicação feita na América do Sul. Em 1583 viria a prelo o *Terceiro catecismo y exposicion de la doctrina Christiana*, feita pelos jesuítas. Lima “Ciudad de los Reyes”, foi, assim, no período colonial americano, o grande centro tipográfico da América do Sul. Até 1820, 3.948 livros saíram de seus prelos.

Na América Anglo-Saxônica a gramatização das línguas indígenas conheceu um considerável atraso se compararmos com a gramatização das línguas indígenas da América Latina. Os primeiros trabalhos publicados em inglês sobre as línguas indígenas da América do Norte só começam a aparecer no século XVII. E, de acordo com Auroux (2009, p. 57, nota 39), os primeiros trabalhos sobre as línguas indígenas norte americanas foram *A key into the language of America*, trabalho sobre a língua narraganset, publicado em Londres, em 1643, de R. Willimson, fundador da colônia de

Rhode Islandie e a *The Indian grammar begun* (sobre a língua massachusett) de J. Elliot, publicada em 1666.

As gramáticas sobre as línguas nativas da América são instrumentos indispensáveis para o trabalho de ensino-aprendizagem da língua indígena e, portanto, para a comunicação do Velho Mundo com o Novo Mundo, do sacerdote europeu com o índio americano. Nesse sentido, a gramática, no contexto de colonização e missionação, acaba por se tornar um instrumento de mediação cultural. Como destacam Horta-Nunes e Rodríguez-Alcalá,

O duplo objetivo didático destas gramáticas, na qualidade de manuais de língua destinados aos missionários e manuais de doutrina destinado aos índios, pela mediação do missionário, produz um desdobramento enunciativo dos exemplos que corresponde a um desdobramento das funções informativas, pedagógicas e morais que são evocadas na análise de exemplos lexicográficos (HORTA-NUNES; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008, p. 47- tradução nossa)⁷⁷

Na sequência, para traçar o perfil da produção gramatical missionária em solo americano, partimos de exemplos retirados, na sua maioria, de gramáticas escritas sobre as línguas indígenas do Brasil (tupi, kiriri), porém, em alguns momentos, elencamos exemplos de gramáticas produzidas sobre outras línguas nativas da América (quéchua, náuatl). Na análise dessa produção, destacaremos o papel central que tem a religião no trabalho de descrição gramatical dos religiosos, a função dos exemplos e de certos procedimentos didáticos utilizados pelos missionários.

3.3 O imperativo teológico do processo de ensino-aprendizagem da língua e a subordinação à moral cristã

O intenso trabalho missionário na construção de um *corpus* linguístico-doutrinal é parte fundamental do processo de conquista espiritual do Novo Mundo. Os motivos (políticos, linguísticos e econômicos) que inspiraram os gramáticos europeus do renascimento na produção de gramáticas e dicionários diferem do motivo que levou

⁷⁷ Texto original “Le double but didatique des ces gramaires, en qualité de manuels de langue destinés aux missionnaires et manuels de doctrine destinés aux indiens, à travers les missionnaires, produit un dédoublement énonciatif des exemples qui correspond à un dédoublement des fonctions informative, pédagogique et morale qu’évoque dans son analyse de l’exemple lexicographique”

os missionários a produzir gramáticas e dicionários na América⁷⁸. Como destacou Altman, a finalidade das gramáticas sobre as línguas ameríndias não foi “ a preservação de nenhum patrimônio literário, tampouco a afirmação de uma nacionalidade, mas a comunicação da mensagem evangélica” (ALTMAN, 1999, 156). E a religião, como destacou ZIMERMAN (2005, p. 108), “ no era tan sólo una actividad para ciertas horas sino determinaba toda la conducta social” .

Nesse sentido, o trabalho linguístico fundamentava-se pela autoridade do texto evangélico. O milagre de pentecostes em que Deus desfaz a *confusio linguarum* da torre de babel e as palavras do apóstolo Paulo (Rom. 10: 17) “ a fé vem pelo ouvir, e ouvir a palavra de Deus” e (1 Cor. 14:11) “ mas, se eu ignorar o sentido da voz, serei bárbaro para aquele a quem falo, e o que fala será bárbaro para mim” tornaram-se um lugar comum em textos missionários.

Esparza Torres (2003), analisando a tradição de descrição do *náhuatl*, aponta que, nos prólogos de gramáticas e vocabulários, os exemplos dos primeiros apóstolos aparecem como justificativa do trabalho linguístico dos religiosos. Como exemplo, ele cita um trecho do *Vocabulário en la lengua Castella y mexicana (1555)*, escrito pelo frei franciscano Alonso de Molina:

Por esta causa [a salvação dos índios] deveriam os ministros da fé e do evangelho trabalhar com grande empenho e diligência para saber a língua dos índios, se pretendem fazê-los bons cristãos: como diz São Paulo, escrevendo aos romanos, a fé se alcança ouvindo, e o que se há de ouvir, há de ser a palavra de Deus, e esta se há de predicar em língua que os ouvintes entendam, porque de outra maneira (como diz o mesmo São Paulo) o que fala, será tido por bárbaro. E para declarar os mistérios da nossa fé, não basta saber a língua como quiser, senão entender bem a propriedade dos vocábulos e maneiras de falar que tem [os índios], pois por falta disto poderá acontecer, que havendo de ser pregadores da verdade, o serão do erro e falsidade. Por esta causa, (entre muitas outras) foi dado o Espírito Santo aos apóstolos no dia de

⁷⁸ O jesuíta Pedro Maraban no prólogo de sua *Arte de la lengua Moxa* deixa clara a diferença dos objetivos das obras produzidas na Europa e as obras produzidas na América. “[...] otros artes de naciones politicas facilità los idiomas para la expression de los conceptos; inteligencia de los negocios, y expedicion de su comercio: mas este arte de la lēgua de los moxos unicamente se destina al mas sagrado ministērio de la introducion de la feè en los entendimiētos de los barbaros, y a ganarles para Christo sus almas [...]”(MARABAN, 1702, prólogo al Exc. Señor)

“[...] outras artes de nações políticas facilitam os idiomas para a expressão dos conceitos, inteligência dos negócios e expedição de seu comércio: mas esta arte da língua dos mochos se destina unicamente ao mais sagrado ministério da introdução da fé no entendimento dos bárbaros e ganhar para Cristo as suas almas. [...]” (tradução nossa)

Pentecostes, em meio a diversidade das línguas: para que fossem de todos entendida (MOLINA, 1555 *apud* ESPARZA TORRES, 2003, p. 82- tradução nossa)⁷⁹.

Na tradição de descrição do *quéchua*, encontramos, por exemplo, no prólogo da *Arte de la lengua general de los indios del Peru (1648)*, do jesuíta Roxo Mexia y Ocon, a mesma referência ao exemplo dos primeiros apóstolos, sobretudo de Paulo, como justificativa teológica do trabalho missionário e linguístico:

Quão importante para a pregação do santo evangelho (único meio para a salvação das almas) o saber a propriedade da língua em que se predica bem entendeu o predicador das gentes, São Paulo. Pois, para pregar aos judeus (escreve aos de Corinto) vivia como judeu. Falava como judeu e se transformava em judeu. *Et factus sum iudaeis, tanquam iudaeus, ut iudeos lucrare*. Cuidado tão necessário que sem o qual não se poderia conseguir o fim glorioso da conversão dos infieis. Porque, *quomodo audient?* Como entenderão se o que predico, não se adequa ao estilo e a linguagem do que ouve? Como abraçarão a lei evangélica que lhes propomos, se não sabemos explicar o que ela ensina? (MEXIA Y OCON, 1648, p. ii, prólogo- tradução nossa)⁸⁰

No trabalho missionário de descrição das línguas indígenas do Brasil, particularmente do Tupi, Antônio de Araújo cita literalmente passagens de (Rom. 10:17) *Ergo fides ex auditu, auditus autem per verbum Dei* ao sublinhar a importância do domínio da língua de quem se quer converter para alcançar o objetivo missionário da conversão e da transmissão da verdade divina:

⁷⁹ Texto original “Por esta causa [a salvação dos índios] devrian los ministros de la fee y del evangelio, trabajar con gran solitudine y diligencia, de saber la lengua de los índios, si pretenden hazer los buenos christianos: pues como dize San Pablo, escribiendo a los romanos, la fee se alcanza oyendo, y lo que se a de oyr a de ser la palabra de Dios, y esta se a de predicar en lengua que los oyentes entiendan, porque de outra manera (como lo dize el mesmo San Pablo) el que habla, sera tenido por barbaro. Y para declarar los mistérios de nuestra fee, no baste saber la lengua como quiera, sino entender bien la propiedad de los vocablos y maneras de hablar que tienen, pues por falta desto podra acaeser, que aviendo de ser predicadores de la verdade, lo fossem de error y falsedad. Por esta causa (entre otras muchas) fue dado el Espíritu Santo a los apóstoles el dia de Pentecostes, en diversidad de lengua: para que fuessem de todos entendido”

⁸⁰ Texto original “Quanto importe para la predicacion del santo evangelico (médio único para la salvacion de las almas) el saber la propeiedade de la lengua, en que se predica lo entendio bien el predicador de las gentes San Pablo. Pues para pregar a los iudios (escribe a los de corinto) vivia como iudio. Hablaba como iudio, y se transformava en iudio. *Et factus sum iudaeis, tanquam iudaeus, ut iudeos lucrare*. Deligencia tan necessaria, que sin ella no se pudiera conseguir el fin glorioso de la conversion de los infieles. Porque, *quomodo audient?* Como entenderan si el que predico, no se proporciona al estylo, y language del que oye? Como abraçaran la ley evangelica, que se les propone; sino la sabe explicar el que la enseña?”

Quam necessário pera conversão, seja este meyo, mostrou bem o mestre, & autor dela quando antes de meter nas mãos de seus apóstolos a execução dela, lhes concedeo primeiro o dom das lingoas. *Loquebatur variis linguis* porque como a noticia dos altíssimos mysterios da feê (tão importante pera a salvação) não tenha entrado no interior da alma, salvo pella porta do ouvido. *Fides ex auditu*, eo que por esta a mete dentro, he a palavra do filho de Deus. *Auditus autem per verbum Dei*: quem duvida que a comunicação desta divina palavra se há de fazer por meyo da língua da quelle, a quem pretende reduzir (ARAÚJO 1686 [1618], prólogo).

Os exemplos dos primeiros apóstolos ainda animavam os corações dos religiosos enviados à América a partir do século XVI. Assim, embora descrevendo línguas diferentes e em territórios distintos, percebemos que o imperativo teológico do trabalho de evangelização orientava o processo de descrição das línguas nativas e, por conta disso, uma compreensão do trabalho linguístico e indissociável de uma compreensão do trabalho apostólico.

A estreita relação entre trabalho linguístico e apostólico é exemplificada pelo fato de que muitas gramáticas foram publicadas em conjunto com textos doutrinários. O caráter coextensivo dos dois gêneros textuais (gramática e textos religiosos) como observou Daher (2012, 1999), é confirmado, por exemplo, pelo texto da permissão para a publicação de 1594 que aparece na primeira edição da gramática de Anchieta. O texto da permissão previa a impressão de dois diálogos escritos pelo inaciano no mesmo volume da gramática.

Vi por mandado de sua Alteza *estes livros de gramática e diálogos*, compostos pelo Pe. José de Anchieta, Provincial que foi da Companhia de Jesus no Estado do Brasil. Nenhuma coisa tem contra a nossa sagrada religião nem bons costumes, antes muita que servirão muito para melhor instrução dos catecúmenos e aumento da nova cristandade daquelas partes; e para com mais facilidade e suavidade se plantar e dilatar nela nossa santa fé. Além da satisfação que há, por toda aquela costa, da grande virtude, religião e exemplo do autor, de quem sempre darei testemunho. Por onde me parece que se devem imprimir estas suas obras. Em Lisboa, a vinte e cinco de setembro de mil quinhentos e noventa e quatro (ANCHIETA, 1990 [1595], p. 21 grifos nossos).

Devido aos custos elevados da publicação que corriam por conta das ordens religiosas, dos dois textos, somente a gramática foi publicada em 1595. Os diálogos de Anchieta só viriam a prelo no conjunto de textos reunidos pelo Pe. Antônio de Araújo

no *Catecismo na Língua Brasilica* (1618). O próprio *Catecismo* deixa entrever em seu prólogo a estreita relação entre os textos linguísticos e doutrinários:

Não deixando de advertir aos que desejão aprender a língua, pera con ella acodirẽ ao fim de sua vocação; que todos estes diálogos, instruções, & mais cousas anexas lhes podem administrar hũa materia de língua muy ampla, pera lhes não faltar (andando nelles bem vistos) a necessária pera bẽ espiritual dos índios, que pretendem o entrar, ou depois de entrados conservarse no sagrado gremio da immaculada igreja romana[...] (ARAÚJO, 1686 [1618], prólogo).

Ainda no Brasil, o jesuíta italiano Luíz Vincencio Mamiani publica no final do século XVII (1698) o *Catecismo da doutrina christãa na lingua brasilica da nação Kiriri* e, no ano seguinte, a *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da nação Kiriri*.

Em outras partes da América muitas gramáticas, dicionários e catecismos foram escritos pelos mesmos missionários e publicados conjuntamente. O dominicano Bernardo de Lugo, por exemplo, publicou a *Gramatica de lengua general de Nuevo Reyno, llamada mosca* (1619) e, ao final da gramática, aparece o *Confessionario en la lengua mosca*. Do mesmo modo, o jesuíta Diego de Torres Rubio termina a sua *Arte de la lengua Quechua* (1603) com um confessionário breve na mesma língua. No Peru, o jesuíta Luís de Valdivia publica, em 1607, a *Arte y gramatica general de la lengua que corre en todo el Reyno de Chile, con un vocabulario y confessionario*. Em 1702, o jesuíta Pedro Maraban publica no Peru a *Arte de la lengua Moxa con su vocabulario e catecismo* e, em 1743, outro jesuíta, Benito Rinaldini, publica no México a *Arte de la lengua tepeguana* que incluía um vocabulário, dicionário e catecismo na mesma língua.

O caráter missionário da gramática, ou seja, a motivação religiosa da descrição linguística aparece com destaque no *corpus* de exemplos elencados pelos autores. Horta-Nunes e Rodríguez-Alcalá (2008), ao analisarem a relação entre norma e exemplos na tradição de descrição gramatical do tupi e do guarani, dividem os exemplos em dois grandes grupos: a) exemplos de caráter gramatical e b) exemplos de caráter social e moral. Os exemplos gramaticais, conforme os autores, tinham a função de ilustrar a lição gramatical e os exemplos de cunho moral ou social transmitiam aos nativos valores considerados adequados pelos colonos e religiosos.

Como bem observou Martín (2004), a tradição de ilustrar regras gramaticais com exemplos moralizantes remete à gramática latina de Manuel Álvares e a tradição jesuítica de ensino do latim. De acordo com Martín (2004, p 111),

A principal particularidade que distinguia o manual de Álvares (e, em geral, de todas as gramáticas jesuíticas desta época) com os manuais humanistas é o componente moral e religioso. O conteúdo das gramáticas jesuíticas do Maneirismo e Barroco irão se subordinar totalmente à “moral cristã”, da maneira que os jesuítas muito se empenharam para que os exemplos que se incluíam em seus manuais se adequassem à ética religiosa, quer seja mediante a inclusão de passagens expurgadas de autores clássicos, quer seja mediante a inclusão de exemplos de escritores latinos com “claro conteúdo moral”, quer seja mediante a introdução sobretudo a partir do Barroco de exemplos inventados que se adequassem aos princípios ético-religiosos do catolicismo (tradução nossa).⁸¹

A concepção do ensino da língua como uma ferramenta do trabalho de catequização ocorre pelo uso de exemplos que evocam à moral cristã. As gramáticas escritas sobre as línguas indígenas do Brasil apresentam, com frequência, nos exemplos que ilustram a lição gramatical, frases que remetem à preceitos da religião católica:

O gerúndio, além de sua significação que é *dizendo* significa elegantemente a intenção, e é muito usado, quando para dizer “sou bom para ir ao céu” diz *aikó katú tsó ne ybákype, ojábo* sou bom, vá eu ao céu [...](ANCHIETA, 1990 [1595], p. 210).

Memé, significa o mesmo, vel da mesma maneira, ut:[...] *Tupã Túba, Tupã Tayra, Tupã Spirito Santo, Oiepememé Tupã*, Deos Padre, Deos filho, Deos Spirito Santo, o mesmo Deos. (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 135)

Sempre o relativo refere o nome que fica mais longe. *Bäéetirũã acé çauçúba çoçé, açé Tupã rauçúbi*, ama o homem a Deos mais do que ama a todas as cousas (*id, ibid*, p. 95).

O segundo modo de formar o superlativo he ajuntando o adverbio *widò*, ou *widòbae*, sem mais outra cousa, pois significa só, sobretudo, mais que tudo. Ut: *Canghindobae*, bom, sobretudo, optimo *Dzucànibóbae do Tupã* quero a Deos mais que tudo (MAMIANI, 1877 [1699], p. 58).

⁸¹ Segue texto original “La principal particularidad que distingue el manual de Álvares, (y, en general, de todas las gramáticas jesuíticas de esta época) con los manuales humanistas es el componente moral y religioso. El contenido de las gramáticas jesuíticas del Maneirismo y del Barroco se van subordinar totalmente a la “moral cristiana”, de la manera que los jesuítas velarán mucho por que los ejemplos que se incluyan en sus manuales se adecuen a la ética religiosa, ya sea mediante la inclusión de passages expurgados de los autores clásicos, ya sea mediante la inclusión de ejemplos de escritores latinos con “claro contenido moral”, ya sea mediante la introducción sobre todo a partir del Barroco de ejemplos inventados que se adecuan a los principios ético-religiosos del catolicismo.

Horta-Nunes e Rodríguez-Alcalá (2008) tecem o seguinte comentário sobre a função dos exemplos de cunha moralizantes nas obras dos religiosos:

Enquanto *modelos morais*, que orientam a uma determinada ação, os exemplos são dirigidos ao índio por intermédio do missionário. Nós temos aqui *exemplos sociais* relativos não à sociedade indígena, mas ao modelo religioso (cultural) europeu que procuram instituir. O gramático reconstrói aqui a cena da catequese onde coloca um locutor indígena e um locutor missionário, o discípulo e seu mestre, como enunciadores de exemplos, de modo a dar a este último o suporte linguístico para o seu trabalho de catequização. (HORTA-NUNES; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008, p.48 – grifos do autor)⁸²

Os exemplos, outras vezes, servem para orientar normas de comportamento consideradas adequadas pelos religiosos e os colonos:

Recé ou o relativo *Cecé*, significa o meso que *propter*[...] e também o mesmo que *cum*. *Abá omendár cunhãrecé*, um homem casa com uma mulher.[...] *Oicó cunhã recé, habet rerum cum foemina.* [...] *Enhemoçaraiumé recé*, não zombais de mim, ou não brinques comigo. (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 119)

O infinitivo se forma com as mesmas vozes do indicativo sem juntar ou tirar cousa alguma, & se conhece do contexto, precedendo-lhe outro verbo, v.g. *saerae hocotó* quero furtar, *Burè icotó* he mau furtar [...] (MAMIANI, 1877 [1699], p. 38)

Como lemos na *Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da nação kiriri*, os exemplos poderiam também orientar normas de comportamentos referentes às obrigações próprias dos cristãos ou dos índios já cristianizados. Ao tratar, por exemplo, da questão da concordância do verbo com o seu complemento, o religioso destaca a importância da prática do sacramento da confissão:

Alguns verbos pedem dous casos, ambos com preposição *dò*, *ut: catò*, furtar *crikiè*, pedir. *Erekidi*, perguntar. *Keicò*, encobrir. *Kendé*, avisar. *Uprè*, mentir. *Woroy*, contar: v.g. *sode a keicò do ebuângheté do warè*, Porque encobres os peccados ao Padre.

Os verbos *pabò*, confessar-se, & me fallar com todos os seus compostos, pedem dous casos, o primeiro da cousa com a preposição *do*, & o segundo da pessoa com a preposição *ai*, ou *só*,; *ut: suipabò do dibuânghetè sò warè*, confessa os seus peccados aos Padre (MAMIANI, *op. cit.* p. 79).

⁸² Texto original “En tant que *modèles mouroaux*, incitant à une certaine action, les exemples s’adressent à l’indien par l’intermédiaire du missionnaire. Nous avors ici des *exemples sociaux* relatifs non pas à la société indienne, mais au modele religieux (culturel) européen que l’on cherche à instituer. Le grammarien reconstrit ici la scene de la catechèse où il met un locuteur indien et un locuteur missionnaire, le disciple et son maître, en tant que énonciatives des exemples, de manière à donner à cet dernier des appuis linguistiques pour son travail d’endoctrinement”.

As faltas ou os desvios das normas sociais ou religiosas, como sugerem os exemplos, poderiam resultar em castigos físicos:

[...] nos futuros dos verbais que têm o passivo *mi*, como: *mi-nupã* ser açoitado, *mi-nupã-náma* ou *mi-nupã-ráma* o que há de ser açoitado. (ANCHIETA, *op.cit.*, p. 154).

[Pupé] também significa Com, como com algum instrumento fazer, ou obrar alguma coisa: *Ainupã xereäyraybyrd pupé*; açoitei meu filho com uma vara, ou páo (FIGUEIRA, *op. cit.*, p. 120).

Bò, significando Para que não, he o mesmo que Ne no latim v.g. Eu vim para que não me açoute, *Tetça bò hibysapri* (MAMIANI, *op. cit.*, p. 71).

Como apontaram Horta-Nunes e Rodríguez-Alcalá (2008), referências às “punitons temporelles” são recorrentes nas gramáticas missionárias do guarani. O verbo azotarse/açoitar é o mesmo utilizado nas gramáticas das língua indígenas brasileiras.

Ainupã azoito, Nupãhaba el azote la disciplina, el tiempo de azotarze. (ARAGONA, 1979 [1629], p. 50, *apud* HORTA-NUNES; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008, p. 50).

Oñenúpâ núpâe amôme yepi muchas vezes ó de ordinário se açota. [...] (RESTIVO 1892 [1724], *apud* HORTA-NUNES; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008, p. 50).

Os exemplos, outras vezes, ajudavam a reforçar uma certa “ideologia” do trabalho:

Outras vezes entre o artigo do verbo activo se mette uma das tres letras, que servem de relativo *i, ç*, com zeura, *T*, e juntamente o nome que havia de ser accusativo do verbo; e de tudo se forma um verbo ativo. E fora isso tem outro accusativo, ut: *Aicómonhâng xerúba*, faço a roça de meu pai [...] *Açapé monhangamána*; faço caminho para correr a agua da chuva (FIGUEIRA, *op. cit.*, p. 87).

Com verbos que não forem de movimento, sendo a mesma pessoa agente, & juntamente, nominativo de ambos os verbos se pode usar, ou do gerúndio com *Do* ao mandar ou mandar ao conjuntivo com *Bò*: v.g trabalho para ficar robusto *Hinatè do hicrodi*, ou *bò hicrodi*. Nos outros casos todos fora destes sempre se manda ao conjuntivo com *Bò* ut: eu trabalho para ter o que comer, *Hinatè bò içoho ani* [...] (MAMIANI, *op. cit.*, p. 75).

No que se refere às questões linguísticas, os exemplos têm a função de “montrer la langue plutôt que démontrer la règle (HORTA-NUNES; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2008, p.48). Como destaca Auroux,

A constituição de um *corpus* de exemplos é um fator decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos (mesmo quando, ao invés de serem fabricados, eles provêm de citações ou excertos de um *corpus*), os exemplos testemunham sempre uma certa realidade linguística (AUROUX, 2009, p.67).

Por conta do caráter prático e descritivo das obras produzidas sobre as línguas indígenas, os autores arrolam exemplos retirados das situações cotidianas de uso da língua, ou seja, para ilustrar a lição gramatical os religiosos organizam um conjunto de frases simples e úteis que facilitarão a comunicação entre o religioso e a população nativa:

Os [verbos] mais acabados em *i*, precedendo vogal, têm o acento na penúltima ou se hão de chamar contratos ou ditongos, como *akái* eu ardo, *ajuséi* eu desejo comer, beber. (ANCHIETA, *op. cit.*, p. 155).

Neĩ, vel Eneĩ, Plural *Peĩ, vel Peneĩ*: ora, depressa; palavras da segunda pessoa també; *Neĩ bæéé monhánga*, ora, faze já alguma cousa. (FIGUEIRA, *op. cit.* p. 151).

Para o terceiro significado do verbo *Sum* que he haver serve o verbo *Tçohò* e pede a preposição *mó*, ou *ami* [...] *toçò ami mohierá*, ha mantimento em minha casa. (MAMIANI, *op. cit.* p .66).

Rodriguez-Alcalá (2007), ao analisar as gramáticas jesuíticas do guarani, assinala que em numerosas ocasiões os exemplos articulam a descrição da língua e a narração das circunstâncias de seu uso. A encenação ou indicação do contexto de uso de determinada frase ou palavra, como forma de esclarecer o seu uso e significado, é um recurso presente nas gramáticas sobre as línguas indígenas brasileiras:

O plural se entende pelo contexto ou também acrescentando-lhe alguns nomes que significam multidão [...] (ANCHIETA, *op. cit.* p. 157)

Oiepé, junto com verbos no plural, todos. *Nã*, mostrando os dedos, tantos. (FIGUEIRA, *op. cit.* p. 151)

Por remate da doutrina dos possessivos se advinha que as partículas dos possessivos nunca se usão solitariamente na oração, mas sempre composta com seus nomes v.g. perguntando-se, de quem he esta faca, *sudzade ighy?* Não se responda *Dzú*, minha, mas *Dzudzà*, com o seu nome, & quer dizer: he faca minha. (MAMIANI, *op. cit.* p .58)

A construção de um *corpus* de exemplos na tradição gramatical missionária tinha a função não só de ilustrar a lição gramatical, mas também de transmitir aos índios, por meio da mediação do missionário, normas de comportamento e valores morais da fé católica. Ou seja, nas gramáticas, o discurso lexicográfico se entrelaça com o discurso religioso e com o discurso colonizador.

3.4 O modelo de descrição gramatical latino

Durante muito tempo o trabalho linguístico dos missionários foi alvo de críticas por conta da dependência do modelo de descrição gramatical latino que, nas palavras de Câmara Jr. (1977, p. 102), “tendia a prejudicar a observação sincera e serena dos fatos linguísticos”.

Como já observou Auroux (2009), a gramática latina foi o modelo para a descrição de diversas línguas ao redor do mundo. Na gramatização da língua portuguesa, João de Barros, por exemplo, declina as palavras portuguesas de acordo com o paradigma da língua latina.

Quadro 8. Declinação dos nomes de acordo com João de Barros (1540)

Número singular	Número Plural
Nominativo - a rainha	Nominativo – as rainhas
Genitivo – da rainha	Genitivos – das rainhas
Dativo – à rainha	Dativo – às rainhas
Acusativo – a rainha	Acusativo – as rainhas
Vocativo – ó rainha	Vocativo – ó rainhas
Ablativo – da rainha	Ablativo – das rainhas

Fonte: Elaborado pelo autor

Como afirma Buescu, “para João de Barros, como para quase todos os seus contemporâneos, o latim aparece principalmente como: a) ponto de referência; b) modelo de codificação gramatical; c) fontes de empréstimos vocabulares. Esse tríptico conceito vai manter-se em muitos dos gramáticos dos séculos seguintes, até ao de novecentos” (BARROS, 1971 [1540], P. XLIII).

O modelo de descrição gramatical greco-latino, e a leitura que os gramáticos dos vernáculos europeus fizeram dessa tradição, influenciaram os religiosos no processo de descrição das línguas indígenas. Do mesmo modo que João de Barros, na tradição de descrição das línguas indígenas brasileiras, Luís Figueira se apoiava nas preposições para declinar os nomes em tupi:

Assi[m] como na lingua portuguesa em lugar de casos ajuntamos algumas preposições aos nomes, v.g. *Pedro, de Pedro, a Pedro, para Pedro, com Pedro, etc*; assim também n'esta lingua qualquer nome substantivo é governado e varia com preposições. (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 15)

As obras linguísticas produzidas pelos missionários eram concebidas como instrumentos de auxílio aos religiosos que, embora conhecessem a gramática latina, partiam da Europa e chegavam à América sem o conhecimento da língua indígena⁸³. O jesuíta Luíz Vincencio Maminani, por exemplo, no prólogo da sua *Arte*, declara que os destinatários do seu trabalho são os religiosos que não conhecem a língua:

Conhecendo pois a necessidade que tem a nação dos Kiriris nesta provincia do Brasil de [sic] sogeitos que tenham noticia da sua lingua para tratar de suas almas, não julguey tempo perdido, nem occupação escusada, antes muito necessária, formar hua Arte com suas regras, & preceitos para se aprender mais facilmente. He verdade que como os naturaes della vivem sem regras, & sem ley, & delles se não pode alcãçar regra alguã de raiz, não parecia tão fácil poder acertar sem mestre. Mas cõtudo procurei cõ o exercicio de algũ anos da mesma lingua, & com o estudo particular della, tirar os fundamentos, & regras mais certas, para que com ellas se formasse hua Arte fácil, & clara, quanto bastasse aos nossos missionários das aldeas dos kiriris aprêderê a lingua. (MAMIANI, 1877 [1699], Ao leytor).

Nesse sentido, as gramáticas são instrumentos de aprendizado de uma língua estrangeira (segunda língua) produzidos por missionários falantes não nativos desta

⁸³ Como sublinha o jesuíta Andres Febres na *Arte de la engua general del reyno del Chile...*: “Para el bien de estos indios chilenos, he solicitado instruir à los nuevos misioneros con esta obrita: espero que con la pureza, y calor de vuestra luz [madre de la luz increada], disipareis las manchas, y deshareis el hielo de mis frios caracteres, para que los jesuítas mis hermanos, à quienes tocar ela suerte, imponiendose en breve en esta lengua estraña, prediquem à los indios vuestras grandezas[...]” (FEBRES, 1765, Dedicatória a Maria santíssima)

“Para o bem destes índios chilenos, é solicitado instruir os novos missionários com esta obrinha: espero que com a pureza e calor de vossa luz [mãe da luz increada] podeis dissipar as manchas e quebrar os gelos dos meus frios caracteres, para que os jesuítas meus irmãos, a quem tocar a sorte, aplicando-se em breve nesta língua estranha, prediquem aos índios a vossa grandeza. [...]” (tradução nossa)

segunda língua (língua indígena) e destinados a outros missionários não falantes dessa mesma língua.⁸⁴

A formação gramatical na tradição greco-latina, como destaca Swiggers (2007), facilitou o trabalho de descrição gramatical de uma série de línguas até então desconhecidas:

Seria falso reprovar os primeiros descritores das línguas exóticas uma estrita visão latinizante. Em primeiro lugar, o quadro gramatical do latim (que já havia sido aplicado e não sem sucesso, nem sem razão às línguas vernáculas faladas pelos missionários) era para eles uma metodologia descritiva e, em segundo lugar, o modelo latino ao mesmo tempo oferecia uma segurança aos estudiosos europeus e também uma base evidente para comparar essas línguas e as colocar em catálogo (SWIGGERS, 2007, p 155- tradução nossa).⁸⁵

Na mesma linha de argumentação, Perés (2000), analisando as gramáticas do quéchua produzidas entre os séculos XVI- XVII, aponta que o modelo gramatical latino permitiu não só a construção, mas também a circulação dos saberes sobre as línguas indígenas entre os religiosos de diversas missões.

[...] termos como verbo, substantivo, neutro ou transitivo, transição, posposição e interposição, se usavam com absoluta similitude entre gramáticos das diferentes missões espanholas, de modo que podemos assegurar que existia uma metalinguagem descritiva comum.

Assim disciplinados, qualquer missionário mexicano podia entender a gramática de outro missionário da sua ordem ou não, do mesmo território ou de um território afastado do seu, como poderia ser o quéchua e o guarani. (PERÉS, 2000, p. 128-129 – tradução nossa)⁸⁶

A importância metodológica e conceitual da gramática latina para a descrição das línguas ameríndias aparece com destaque em prólogos das gramáticas escritas pelos religiosos. Os frades dominicanos Domingo de Santo Tomás, na *Grammatica o arte de la lengua general de los indios de los reynos del Peru (1560)*, e Bernardo de Lugo, na

⁸⁴ Temos aqui um exemplo do que Auroux (2009) definiu como processo de exogramatização.

⁸⁵ Texto original “Il serait faux de reprocher à les premiers descripteurs de langues exotiques une visée latinizante borné. En premier lieu, le cadre gramatical latin (qui avait été appliqué et nous sans succès, ni sans raison aux langues vernaculaires que parlaient ces missionnaires) était pour eux une méthodologie descriptive, en deuxième lieu, l’emploi du moule latin était la seule façon d’assurer et savants européens, et c’était aussi la base évidente pour comparer ces langues, et pour les mettre en catalogue”.

⁸⁶ Texto original “[...] Términos como verbo, substantivo, neutro o transitivo, transición, postposición e interposición, se usaban con absoluta similitude entre gramáticos de las diferentes misiones españolas, de modo que podemos asegurar que existía un metalenguaje común descriptivo. Disciplinado así, cualquier misionero mexicano podía entender la gramática de otro misionero, de su orden o no, en este mismo territorio o otro territorio alejado del suyo como podría ser el quéchua o el guaraní”

Grammatica de la lengua general del nuevo reyno llamada mosca (1619), argumentam que escreveram as suas obras de acordo com os preceitos da gramática latina:

E porque esta arte se faz para eclesiásticos que têm notícia da língua latina vai conforme a arte dela. (TOMÁS, 1560a, *Al cristiano lector - tradução nossa*)⁸⁷.

Contém [esta arte] tratados de declinações, nomes, numerais, modos de compor orações distinto, claro e por sua ordem, como está nas demais artes de gramática latina (LUGO, 1619, *Al lector- tradução nossa*).⁸⁸

A declaração da existência das oito partes da oração aparece constantemente nos prólogos de muitas gramáticas e reflete o apego à tradição greco-latina.

Tem esta língua as oito partes da oração, nome, pronome, verbo, particípio, posposição, advérbio, interjeição e conjunção (MONTROYA, 1640, p. 2 – tradução nossa).⁸⁹

As partes da oração são oito, Nome, Pronome, Verbo, Particípio, Preposição, Adverbio, Interjeição & Conjunção. (MAMIANI, 1877[1699], p. 49.).

Como recorda Navarro (1995), os missionários aplicaram o mesmo conceito das oito partes da oração latina às línguas nativas da Ásia e África:

Tem esta língua todas as oito partes da oração mas muito diminutas respecto da latina, por isso não trato algũas necessárias por estarem declaradas na syntaxe. (PEDRO DIAS, *Arte da Língua d'Angola*, 1697, *apud* NAVARRO, 1995, p. 125)

Mas fallando propriamente, as partes da oraçam da lingua iapoa sam dez, às quaes ainda que comodamente se podem reduzir às oito ordinárias da lingua latina (JOÃO RODRIGUES, *Arte breve da língua Iapoa*, 1620, *apud* NAVARRO, 1995, p. 125)

Um outro exemplo da influência do modelo latino aparece quando os missionários descrevem a relação do verbo com os seus complementos na língua indígena a partir do paradigma dos casos latinos:

Qualquer nome substantivo posto só, ou com seu artigo, serve de nominativo ao verbo [...] (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 15)

Para pormos o nome em dativo, ajuntamos lhe a preposição *pe*. [...] (*id.*, *ibid.*, p.16).

⁸⁷ Texto original “Y porque este arte se haze para eclesiásticos que tienen noticia de la lengua latina va conforme a la arte d’ella.”

⁸⁸ Texto original “Contiene [esta arte] tratados de declinaciones, conjugaciones, nombres, numerales, modos de oracionar todo distinto, claro, y por su orden, como está en los demás artes de gramática latina

⁸⁹ Texto Original “Tiene esta lengua las ocho partes de la oracion, nombre, pronombre, verbo, participio, pososicion, adverbio, intejeicion y conjuncion”

[...] os casos se conhecem ou pela collocação do nome, ou pelas [sic] preposiçoens. O nominativo, & genitivo se conhece pela collocação; porque o nome que se segue immediatamente ao verbo sem preposição, he nominativo; ut *sucá inhuræ do dipadzú*, o filho ama a seu pay: & o nome que for imediatamente depois do outro nome sem ter preposição, he genitivo; ut *erà tupã*, casa de Deos. (MAMIANI, 1877 [1699], p.6)

No entanto, muitos autores, nos prólogos ou em comentários ao longo da obra, deixam clara a necessidade de se afastarem do modelo latino para descrever a realidade linguística que observavam. O jesuíta Antonio del Rincón, no prólogo da sua *Arte de la lengua mexicana (1595)*, sublinha a necessidade de, por vezes, abandonar o modelo de descrição gramatical greco-latino para descrever essa nova realidade linguística:

Não é possível guardar em todo um mesmo método e arte, para ensinar todas as línguas, sendo elas (como são) tão distantes e diferentes entre si, antes a uniformidade nisto seria grande deformidade, e, por conseguinte, confusão e estorvo para quem as aprendesse. Mas com tudo isso não se pode negar senão que o caminho mais plano e breve para aproveitar em qualquer língua é o que foi trilhado pela latina e a grega, como se vê pelo artifício que se ensina e aprende: não só por haver reduzido a certo número todas as partes a oração colocando os nomes conforme o seus officios e qualidades, mas também por haver mostrado a variação das partes, que entre elas são variáveis, ensinando o artifício de juntar ou construir umas com as outras e finalmente dando regras da própria e boa pronúncia, pela qual havendo eu de escrever arte para aprender e ensinar a língua mexicana não me pareceu apartar-me do ordinário caminho por onde a língua latina, que é a mais sabida entre nós, nem tampouco me é querido obrigar a seguir de todo a sua regra, porque seria levar muito diferentes preceitos. De maneira que aquilo que me é podido aproveitar da gramática latina sempre me apoiarei nela, porém nas demais coisas, por ser elas novas, há sido forçoso reduzi-las a novas regras, com o novo estilo que se requiere (RINCÓN, 1595, Al lector tradução nosa).⁹⁰

⁹⁰ Texto original “No es posible guardarse en todo un mismo methodo y arte, en enseñar todas la lenguas, siendo ella (como lo son) tã distantes y diferentes entre si, antes la uniformidad en esto seria gran disformidad, y por conseguinte confussion y estorvo para quen las deprendiese. Mas con todo esse no se puede negar sino que el caminho mas llano y breve para aprovechar en qualquiera de las lenguas, es el que an hallado la latina y griega, como se vee por el artifício con que se enseña y aprendē: assi por haver reduzido a certo numero todas las partes de la oracion poniendo le nõbres conforme a sus officios y calidades como tambien por haver mostrado la variacion de las partes, que entre ellas son variables, enseñando el artifício de jũtar, o cõstruir las una con las otras, y finalmente dado reglas de la propia y buena pronunciaciõ, por lo qual havendo yo de escribir arte para deprēder y ensinar la lengua mexicana no me parecio apartarme del ordinário camiño por dõde procede la lengua latina, que es mas sabida entre nosotros, ni tãpoco me he querido obligar a seguir de todo sus regla, porque seria llevar muy diferētes preceptos. De manera que é aquello que me é podido aprovechar de la gramatica latina siēpre meyre arrimado a ella pero ã las demas cosas, por ser ellas nuevas a sido forçoso reducir las a nuevas reglas, cõ el nuevo estilo que se requiere”

Nas gramáticas sobre as línguas indígenas brasileiras, ao longo das obras, os gramáticos pontuam que o modelo de descrição imposto pela gramática latina não correspondia à realidade linguística que descreviam:

Os nomes não têm números nem flexões distintas, salvo o caso de chamar [...] (ANCHIETA, 1990 [1595], p. 157)

Os nomes n'esta lingua comumente não tem distinção de numeros, singular e plural, nem também de casos [...] (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 13)

Não tem nessa lingua um verbo substantivo, que corresponda a *sum*, *es* mas em lugar delle usão nomes substantivos, & adjetivos que de nomes se fazem verbos[...] (MAMIANI, 1877 [1699],p. 26.)

A gramática latina foi o modelo teórico e metodológico adotado para a descrição das mais variadas línguas do continente americano. No entanto, os religiosos estavam cientes de que a realidade linguística que descreviam estava distante da língua latina e, por esse motivo, iam fazendo, cada qual a sua maneira, as adaptações necessárias para descrever essa nova realidade linguística⁹¹.

3.5 Os recursos didáticos: comparação entre línguas, traduções e comentários explicativos

A descrição das línguas indígenas através do modelo teórico greco-latino permitiu ao missionário comparar línguas muito distintas entre si tanto quanto o tupi e o latim.⁹² Em relação à comparação entre as línguas no processo de gramatização, como argumenta Auroux,

Se a descrição de uma língua “exótica” tem por fim permitir a um europeu falá-la ou compreendê-la, é provavelmente mais econômico partir das categorizações de sua própria língua ou de uma língua bem conhecida, como o latim, e dar seus equivalentes [...] (AUROUX, 2009, p. 82)

⁹¹ Como recorda Navarro (1995, p. 125), “A elaboração das gramáticas exóticas segundo os quadros da gramática latina clássica não se daria, amiúde, sem a percepção do fato de que se estava diante de sistemas linguísticos diferentes. Assumindo uma perspectiva comparativista, muitos gramáticos apontaram o que se afastava do modelo latino no sistema linguístico que analisavam e descreviam”

⁹² Como destacou Auroux, (2009, p.87), “o processo contrastivo da gramatização dota as diferentes línguas da posição de *observatório* umas frente às outras”.

A comparação entre as línguas foi um recurso didático muito utilizado para facilitar a aprendizagem das línguas nativas pelo missionário europeu. O jesuíta Diogo Gonzales Holguín na *Gramatica y arte de la lengua general de todo el Peru llamada quichua (1607)* e Roxo Mexia y Ocon na *Arte de la lengua general de los indios del Peru (1648)*, frequentemente, comparam as línguas que descreviam com o latim e o espanhol:

[...] Nota aqui que o adjetivo não se declina como no latim, porque os casos não se põem mais de que uma vez depois do nome, ainda que sejam muitos os adjetivos (HOIGUÍN 1607, p. 3 - tradução nossa).⁹³

[...] é tão variado e, por isso, difícil o concordar o infinitivo desta língua com o da [língua] latina e espanhola que necessita de muitos preceitos [...] (MEXIA Y OCON, 1648, p. 22 – tradução nossa).⁹⁴

Anchieta, ao descrever o tupi falado na costa do Brasil, utiliza, muitas vezes, o recurso de comparar a língua tupi com o português e o espanhol:

O ñ tirado do espanhol é o *nh* do português; ñeénga falar palavra”.
(ANCHIETA, 1990 [1595], p. 148)

Seguindo-se *a, o, u*, não sendo relativo, sempre é consoante: *jára* senhor, *jaguá* chaga; *jú* espinho. Pronunciam-se como semivogal, como em castelhano *ya, ye[...]* (*id., ibid.*, p. 150)

Nas gramáticas do tupi e do kiriri é frequente a comparação entre as línguas indígenas com o latim e o português. A comparação com o português, na maioria das vezes, tem a função de esclarecer o sentido da expressão em língua indígena. Para auxiliar nesse processo, o missionário se vale do recurso didático da tradução Português-Língua Indígena ou Língua Indígena – Português:

(Português-Língua Indígena)

Nestas orações, ainda que as primeiras e segundas pessoas sejam as principais partes dela, claro está que há de usar o reflexivo, porque é terceira pessoa, como: Amo a Pedro, porque ama a seu pai, *Asausúb Pedro, ogúba rausume [...]* (ANCHIETA, 1990 [1595]. p. 168)

[...] também usamos do recíproco *O*, nos modos de falar seguintes, e outros semelhantes: Pedro vai porque o mandão: *Pedro oçó omondóreme[...]* (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 84)

⁹³ Texto original “ [...] nota aqui que el adjetivo no se declina acá como en el latin, porque los casos no se ponem más que una vez al póstero nombre aunque sean muchos adjetivos”

⁹⁴ Texto original “[...] es tan vario y por tal dificultoso el concordar el infinitivo desta lengua con el de la latina y española que necessita de muchos preceptos [...]”

Se na oração estiverem dous substantivos continuados, que pertençam do mesmo modo ao mesmo verbo, o segundo se usa com a preposição *Do*, ut: logo vem o branco meu amo *Morè sitè carai do hipadzú*. (MAMIANI, 1877 [1699], p. 50)

(Língua Indígena-Português)

[...] e se [a partícula *opáb*] há de por no fim, perde o *o* e fica composta com o verbo, como *a-rú-páb* eu trouxe todos ou tudo. *A-rú-p'áb pirá* eu trouxe todo o peixe. (ANCHIETA, *op. cit.* p. 161)

Qualquer nome substantivo posto só, ou com seu adjetivo, serve de nominativo ao verbo, v. g. *Bóia oporuçuí*, a cobra morde a gente. *Abaré guaçu ogoatá*, O padre grande passeia. (FIGUEIRA, *op. cit.*, p. 15)

Também sendo muitos [substantivos] se faz enumeração delles com o pronome demonstrativo, *Eri*, ou *Uró* vg. *tecri carai, eri hipadzú, hirendê, eri duboheri hinhónhú* veyo o branco meu amo, meu camarada, & mestre dos meus filhos. (MAMIANI, *op. cit.*, p. 50)

A comparação com a língua portuguesa possibilita ao missionário apontar divergências e convergências estilística/semântica entre a construção da frase portuguesa e indígena:

Como esta maneira de futuro não é de resolução clara, corresponde bem à linguagem portuguesa *para que*, como *erú pirá, taúne* traze peixe para que eu coma (quer se siga o efeito de comê-lo ou não) mesmo ainda que a própria linguagem ao pé da letra se diz: traze o peixe, comê-lo-ei. (ANCHIETA, *op. cit.*, p. 175)

Se o [nome] Relativo nem for agente, nem paciente do verbo, mas outro caso do verbo, então se forma a oração como se não houvera o relativo, com dous membros distintos v.g. o branco, com quem eu vim, he mao; divide-se a oração & se diz: o branco he mao, com elle vim; *Buânche carai, sembohò hitè*. Este he o negro, a quem dei a carta: *Eri tapanhú, idiohó sidi torarã: idest* Este he o negro, a elle dey a carta. (MAMIANI, *op. cit.*, p. 56)

A comparação da língua indígena com o latim ou o português é utilizada também para exemplificar a função sintática ou aspectos da morfologia dos termos na língua dos índios:

Pe, significa o mesmo *In*, com acusativo do lugar, com verbos de movimento, ut : *Vado in civitatem*, *Açó tápe*, vel *ócupe*, para casa. (FIGUEIRA, *op. cit.*, p. 15)

Os pronomes nesta língua são tres, substantivos, adjetivos , & verbal. O substantivo corresponde aa *sui, sibi, se*; o adjetivo a *sus*. O verbal quando recíproco substantivo fica na construção desta língua por nominativo do verbo e corresponde a *ipsemet*. (MAMIANI, *op. cit.* p. 8)

Vale destacar que outras línguas eram utilizadas para ilustrar as características da frase em língua indígena. Luís Figueira, por exemplo, para explicar a relação de concordância entre o verbo e o substantivo, recorre à língua grega para exemplificar as características particulares da construção da frase em língua indígena:

Parecerá barbaria, concordar terceira pessoa no singular com a primeira do plural. Mas não se é de estranhar, pois também a lingua Grega elegantíssima temos exemplo semelhante, porque comumente os nomes neutros no plural, pedem o verbo no singular, ut: *Zóa tréki*, *Animalia currit*; são modos de fallar de varias línguas. (FIGUEIRA, *op. cit.*, p. 97-98)

O jesuíta Luíz Vincencio Mamiani é o autor que mais utiliza o recurso de comparação entre línguas para esclarecer pontos da lição gramatical. Enquanto Anchieta e Figueira comparam a língua indígena com o português, o latim, ou o castelhano, o jesuíta italiano utiliza além dessas línguas, o hebraico, o francês e mesmo a língua geral dos índios do Brasil:

Os verbos simpleces desta lingua são todos os monisyllabos; & se houvesse quem pudesse perfeitamente alcançar a força de todos os vocabulos, tenho para mim que acharia que toda a lingua consiste em vocábulos monosyllabos, que servem de raízes para formar os compostos, como na lingua hebraea. (MAMIANI, *op. cit.*, p. 68)

[...] quando o vocábulo acaba em A, ou ae sem acento, & sem til, se pronuncia essa vogal a meya boca mal pronunciada como E francez no fim da palavra: v.g. *Pide*, está; *tekiébae*, não veyo. (*id.*, *ibid.*, p. 4)

I, nesta lingua tem quatro vocalidades duas de vogal, & duas de consoante. A primeira he de *I* vogal como no portuguez: a segunda de consoante como também no portuguez, nestas palavras jogo, janella mas com som brando v.g. *Ajé* quem; *Udjé* que. A terceira he de *I*, também vogal guttural, a que os autores da lingua geral do Brasil chamarão *I* grosso, pois se acha também nessa lingua [...] A quarta vocalidade, ou som de *I*, he de *I* carregado, ou consoante duplex como usão os castelhanos na sylaba *yo*: e se introduziu também na escritura portuguesa, como nestas palavras *mayor*, *caya* [...] (*id.*, *ibid.*, p. 3)

No trabalho de exposição da matéria gramatical, um outro recurso didático utilizado para facilitar o aprendizado da língua é o de colocar, após a explicação da doutrina gramatical, notas discutindo questões referentes ao uso da língua ou apontando exceções que não foram tratadas ao longo do texto. Embora possamos observar o recurso de notas explicativas em Anchieta e Mamiani, Luís Figueira é o autor que mais se vale desse recurso didático:

Anotação iv

Ainda que o commum das linguas seja concordar o nome singular com o verbo no singular, e o nome de multidão com o verbo no plural, com tudo nesta lingua todas as vezes que se ajuntão dous nomes terceiras pessoas, um dos quaes haja de ser nominativo, e o outro accusativo, o que é nominativo do singular póde ter o verbo na primeira pessoa inclusiva no plural [...] (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 197)

Anotação vi

E advirta-se, que na formação destes modos da terceira pessoa consistem as principais difficuldades da grammatica desta língua[...] (*id.*, *ibid.*, p. 99)

A comparação entre línguas e o trabalho de tradução das frases apresentadas nos exemplos foram os recursos didáticos mais utilizados para descrever as línguas nativas e auxiliar no seu processo de ensino-aprendizagem. As notas e os comentários apresentados ao longo da obra permitem ao religioso esclarecer pontos considerados de difícil compreensão e refletir sobre a variedade da língua em uso.

3.6 O aspecto descritivo

Os gramáticos europeus do renascimento recorriam à *auctoritas* dos bons escritores e ao uso das pessoas cultas para registrar os bons exemplos de uso da língua. Os missionários em solo americano, na maioria das vezes, descreviam línguas que somente possuíam uma tradição oral. Por esse motivo, os autores deixavam explícito o

caráter descritivo de suas obras. Anchieta já deixava claro a primazia da oralidade no processo de aprendizagem do tupi:

Isto das letras, ortografia, pronúncia e acento servirá para saberem pronunciar o que acharem escrito os que começam aprender: mas como a língua do Brasil não está em escrito, se não no contínuo uso do falar, o mesmo uso e viva voz ensinará melhor as muitas variedades que têm, porque no escrever e acentuar cada um fará como melhor lhe parecer. (ANCHIETA, 1990 [1595], p. 156)

As gramáticas missionárias, portanto, ao descrever uma língua que não possuía uma tradição escrita, substituí o exemplo dos bons escritores e das pessoas ilustres pela *expertise* dos missionários bons línguas⁹⁵ e dos próprios índios. Luís Figueira no prólogo da sua *Arte* destaca a importância dos informantes índios e dos padres línguas para a construção de sua obra:

[...] o gosto, e desejo, que sempre tive de saber esta lingua, para ajudar a estes pobres Brasis; e a falta, que havia de arte, para ella se aprender, me obrigarão a quere-la saber, e aprender de raiz por fundamentos, e regras, que busquei, consultando-as, e dando-as a examinar a Índios naturaes, e a padres grandes linguas, nascidos e criados entre os mesmos Índios do Brasil. (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. vii, prólogo ao leitor)

Os religiosos, observando a língua em uso, procuravam descrever as formas mais usadas e o termo “elegante” é o adjetivo utilizado para qualificar a forma descrita pelo gramático:

Mas o uso mais universal, principalmente em verbos compostos com outros verbos ou advérbios etc. é tirar a última consoante do primeiro verbo; assim temos os dois verbos *epiaka* ver, *potára* querer, compõem-se deste modo *a-s-epiá-potár* eu quero ver[...] (ANCHIETA, *op.*, cit. p.149- grifos nossos)

Pondo-lhe ambas as negações, isto é, *nda* no principio e *eym-i* no fim, é muito usado e elegante, e fazem uma afirmação, como *a-i potár* eu o quero, *nd-a-i-potár-eym-i* eu não deixo de o querer, isto é eu quero. (*id.*, *ibid.*, p.187 – grifos nossos)

Muitos verbos e outras partes da oração há que ajuntando-se com alguns verbos, os fazem ir ao gerúndio: dos quaes poremos aqui os mais comuns e frequentes [...] (FIGUEIRA, *op. it.*, p. 148 – grifos nossos)

⁹⁵ “Línguas” é o termo utilizado para designar a pessoa que sabia a língua dos índios e que muitas vezes servia como intérprete dos missionários no processo de catequização dos índios.

No entanto, por conta do caráter descritivo e prático das gramáticas, os religiosos apontavam, também, os usos menos frequentes na língua:

algumas línguas⁹⁶, e os Índios troçam as vezes algumas letras por mais delicadeza, como para dizer *Aiúr*, dizem *Aiút*, em lugar de *Coyr*, dizem *Coyg*; mas isso não é natural (FIGUEIRA, *op. cit.*, p. 101 grifos nossos).

No trabalho de descrição das línguas indígenas, os missionários, ao longo das obras, tecem comentários de caráter fonético/fonológico ao observar a pronúncia de determinadas palavras:

Y, que em muitos vocábulos se pronuncia áspero com a garganta, compondo-se com outra dicção começada em vogal, para evitar o hiato, exprime-se com *g*, como: *y* rio, *atã* direito; composto faz *ygatã* rio direito. (ANCHIETA, *op. cit.*, p. 152)

[...] algumas vezes se comem por sincopa as duas primeiras letras gu: *Aporoeraçó* por *Aporogueraçó* (FIGUEIRA, *op. cit.*, p. 89)

Do acento circunflexo usamos sobre as vogaes, que se hão de pronunciar com um som gutural na garganta, ou com som grosso com beiços fechados. Deste modo sobre o *A*, denota que se há de pronunciar com um som que participa do *A*, & *O*, & se faz pronunciando o *A* com os dentes fechados. (MAMIANI, *op. cit.* p. 4)

Por fim, vale destacar que a perspectiva descritiva adotada pelos religiosos não os impedem de assumir uma postura prescritiva ao apontar a ocorrência de erros na construção da frase em língua indígena:

[...] *Tenus*, sempre se põe depois do nome que rege: e seria erro intolerável mudar-lhe o sitio, pondo-a antes do nome como as outras [partículas] (FIGUEIRA, *op. cit.* p. 153)

Com alguns nomes, que o uso ensinará, em lugar da preposição *Pe* se põe a letra *I*, ut: *Aço çobái*, e não se diz *çobáiape*, vou a banda de além. (*id.*, *ibid.* p. 125)

No trabalho de descrição das línguas nativas da América, a religião é o fator que move o trabalho linguístico dos religiosos. A construção de um *corpus* de exemplos, no contexto de expansão da fé católica e ocupação de novos territórios pelas coroas ibéricas, tinha a função de ilustrar a lição gramatical, eleger uma determinada variação de uso da língua e transmitir valores da cultura/religião que se quer impor. Sendo assim, como bem observou Buescu (1983, p.62), ao tratar da *Arte da lingua*

⁹⁶ Referência ao missionário conhecedor da língua indígena.

Malabar em português (1549), do português Henrique Henriques, a gramática no contexto de colonização e catequização “constitui um instrumento de comunicação sociológica, isto é, produz informações que transcendem a mera informação gramatical e permitem uma interação socio-cultural”.

Na sequência do nosso estudo, analisaremos o trabalho de descrição gramatical presente na *Gramatica da lingua geral do Brazil*, trabalho anônimo produzido no século XVIII (1750) no antigo estado do Maranhão e Grão-Pará. Na análise, observaremos, a partição da obra, a metalinguagem utilizada e o trabalho de descrição das partes da oração. Ainda no mesmo capítulo, apontaremos as convergências e as divergências entre a gramática anônima do século XVIII e a *Arte da da Lingua Brasilica* (1621), de Luís Figueira.

CAPÍTULO 4

A GRAMÁTICA DA LINGUA GERAL DO BRAZIL

O manuscrito nº 69 é um códice realmente precioso para os estudos do desenvolvimento cronológico do tupi, embora exija exaustiva análise preliminar. (EDELWEEISS – *Estudos tupis e tupi-guaran*, 1969).

4.0 Introdução

Não foram muitos os autores que analisaram o manuscrito de 1750. Um dos primeiros estudiosos a atentar para sua importância histórica foi Frederico Edelweiss. O linguista baiano buscava encontrar no conjunto de textos que compõem o manuscrito (lista de palavras, gramática, dicionário e textos religiosos) as marcas que caracterizavam o tupi do século XVIII (Cf. EDELWEEISS, 1969, pp.143-154). O trabalho de descrição linguística presente na gramática foi discutido por ZWARTEJES (2011, pp. 168-175) na visão de conjunto que traçou sobre as gramáticas produzidas por missionários em língua portuguesa sobre as línguas nativas da América, África e Ásia entre os anos de 1550-1800. No Brasil, Cristina Altman, ao discutir a influência do modelo latino das oito partes da oração na tradição gramatical tupinambá/nheengatu, ao longo dos séculos XVI-XIX, além dos trabalhos de Anchieta (1595) e Figueira (1621), menciona *Gramatica da lingua geral do Brazil* e, de forma sucinta, apresenta as partes da oração elencadas pelo autor anônimo (Cf. ALTMAN, 2012b, p. 35). Barros (2003), ao tratar da política linguística da Companhia de Jesus na região amazônica no século XVIII, dentre outros textos (vocabulários, dicionários e catecismos), menciona a gramática de 1750 e a inclui na longa tradição jesuítica de descrição das línguas indígenas.

Sendo assim, no presente capítulo, após uma breve apresentação do conjunto de textos que compõem o manuscrito, teceremos algumas considerações sobre a questão da língua descrita na obra. Na sequência, partindo das leituras que os autores

mencionados fizeram do manuscrito, procuramos analisar o processo de descrição gramatical efetuado pelo autor desconhecido ao longo do texto, observando a partição da matéria gramatical, o tratamento das partes da oração e a metalinguagem utilizada. Buscamos, também, pela comparação entre a *Gramatica da lingua geral do Brazil* e a *Arte da Linga Brasilica* de Luís Figueira, apontar a relação de dependência que existe entre as duas obras.

4.1 O códice 69 da Universidade de Coimbra

O códice 69 faz parte de um conjunto maior de manuscritos pertencentes à Universidade de Coimbra referentes ao Brasil. A Universidade possui no seu acervo seis documentos que possuem interesse para o estudo das línguas indígenas brasileiras.

Quadro 9. Manuscritos pertencentes à Universidade de Coimbra sobre as línguas indígenas do Brasil

DOCUMENTO	TÍTULO
Códice 69	Gramatica da Lingua Geral do Brazil, com hum dictionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita lingua
Códice 81	Diccionario da Lingua Geral do Brasil que se fala em todas as villas, Logares e Aldeas deste vastíssimo Estado.
Códice 94	Diccionario da Lingua Brasilica
Códice 148	Miscelânea onde se encontra um estudo sobre os significados de alguns termos e phrases da língua brasilica
Códice 601	Carta de Felipe III relativa à evangelização do Brasil pelos padres da Companhia de Jesus
Códice 1089	Doutrina Christian em lingoa geral dos indios do estado do Brasil e Maranhão composta pelo pe. Philippe Betendorff, traduzida em lingoa irregular e vulgar usada nestes tempos

Fonte: Elaborado pelo autor

Embora na capa do manuscrito só apareça o título da gramática e do dicionário, o códice 69 é formado por um conjunto maior de textos. Podemos dividir os textos que compõem o manuscrito em três grupos:

Textos linguísticos

- Gramática da Língua Geral do Brasil (pp.1-236);
- Dicionário da Língua Geral do Brasil – Bilíngue (português- língua geral) (pp. 237-354).
- Lista de graus de parentesco – Bilíngue (português- língua geral) (pp.II-IV);
- Lista com os nomes da parte do corpo– Bilíngue (português- língua geral) (pp. 361-369);
- Tabela com os artigos, pronomes e dativos de proveito (p. 255);
- Lista de advérbios (pp. 361 – 369);

Textos religiosos

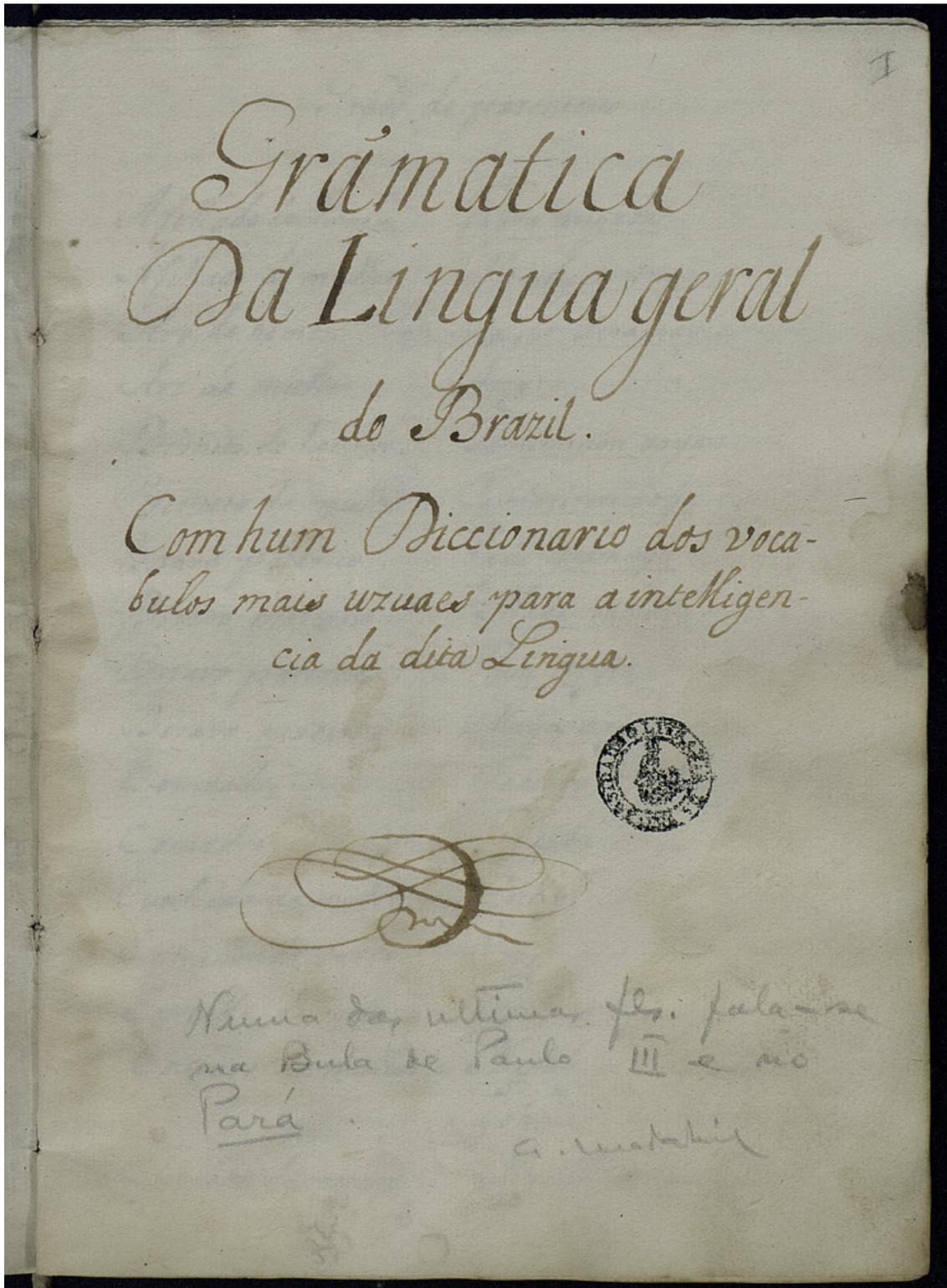
- Doutrina Cristã na língua geral (pp. 370-380);
- Confessionário (pp. 381-396);
- Prática para ajudar a bem morrer (pp.395-406).
- Calendário com os dias em que os índios têm de jejuar e ouvir missa (pp. 411-412).

Além do grupo de textos diversos, no final do manuscrito aparecem dois textos menores.

- Ao leitor (p. 397-398);
- Advertência (p. 407).

Como informa a ficha de catalogação da Universidade de Coimbra, o códice não apresenta um bom estado de conservação. O manuscrito apresenta mancha de umidade, acidez da tinta e sujidade. A Guarda inferior está mutilada. A Encadernação é feita em papel de fantasia, muito deteriorada; lombada inexistente; costura sobre 3 nervos, partida. Chama a atenção o fato de que as primeiras páginas são numeradas a lápis com algarismos romanos (lista de graus de parentesco - II-IV) nas páginas seguintes, a gramática é numerada a lápis com algarismos indo arábicos (1-224). A partir da página 225 a numeração passa a ser feita à caneta e de cor vermelha. A seguir apresentamos a capa do manuscrito com os títulos da gramática e do dicionário.

Imagem 4. Capa do manuscrito com os títulos da gramática e do dicionário



Na comparação dos textos podemos afirmar que o manuscrito foi composto por pelo menos três autores diferentes. Conforme Zwartjes (2011, p.169), “ the first scribe wrote the grammar, the two others the rest (the dictionary, the religious texts, such as ‘confessionario’, ‘doutrina’, etc. and several word list) À primeira vista pode parecer estranho, mas era uma prática comum um missionário completar ou até mesmo corrigir o trabalho de outro. Conforme destaca Auroux (2009, p. 80),

Nas missões, o trabalho de coleta dos dados se efetua sistematicamente (lista de palavras, cortes sobre vários informantes com variações contextuais de uma mesma forma etc.) e a elaboração de instrumentos linguísticos é perseguida durante vários longos anos, às vezes por pesquisadores diferentes que retomam e desenvolvem os trabalhos de seus predecessores. Parece que as atividades linguísticas foram objeto de uma certa especialização entre os integrantes das missões e até que certos missionários trabalharam em vários campos.

Vejamos os exemplos das letras presentes na gramática e no dicionário:

Imagem 5. Reprodução da primeira página da gramática – letra do primeiro escriba

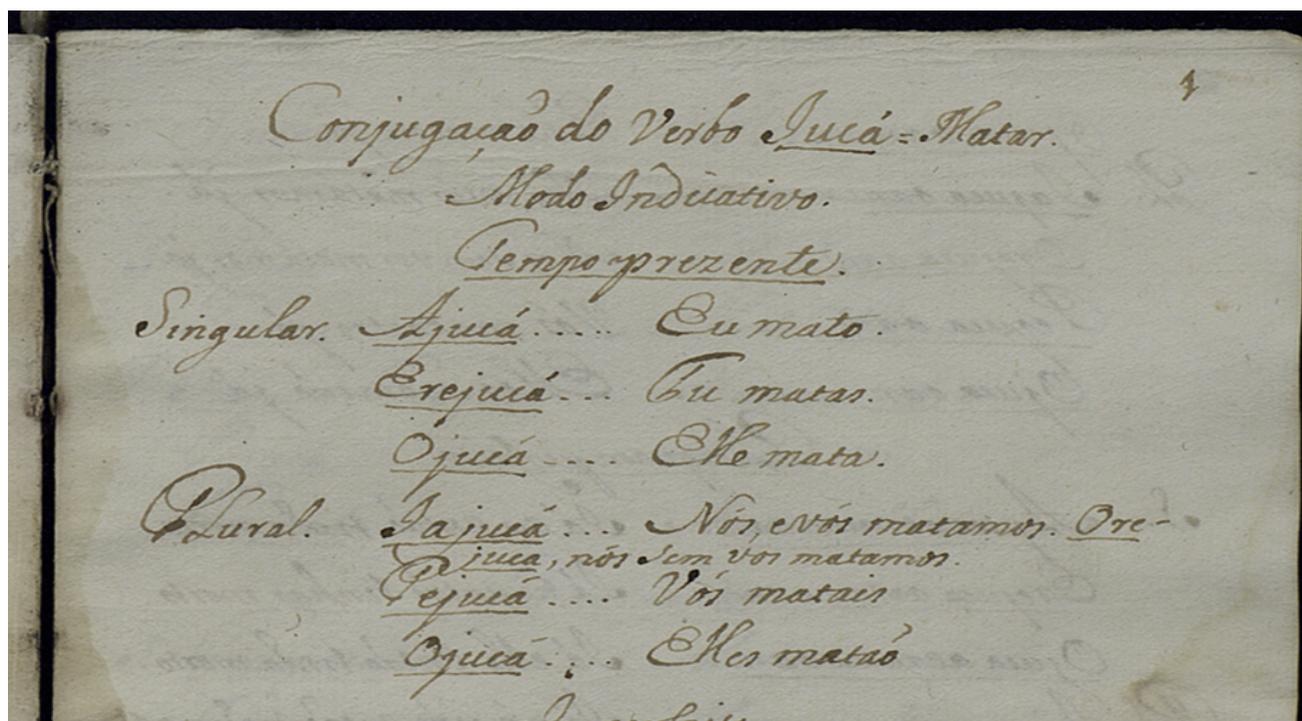
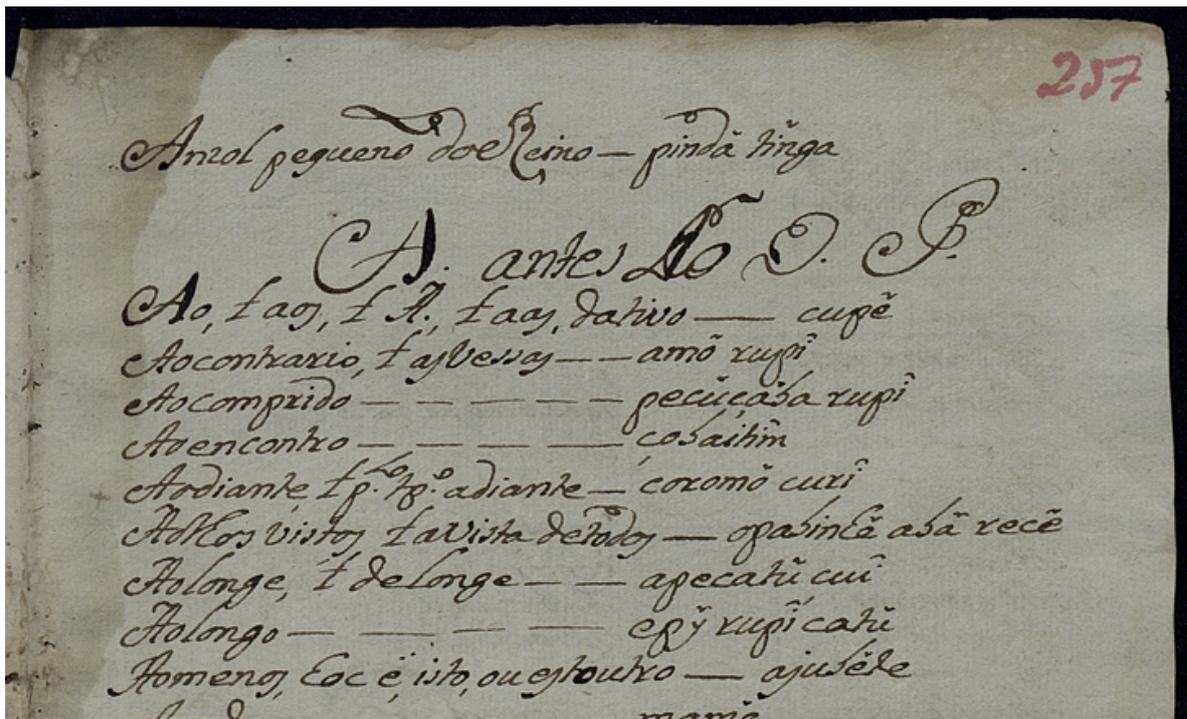


Imagem 6. Reprodução da primeira página do dicionário – letra do segundo escriba.



Uma primeira dificuldade para quem se dedica ao árduo trabalho do convívio com os manuscritos do período colonial brasileiro é a identificação do texto quanto a três critérios: a data, o local e a autoria.

Nas últimas páginas do manuscrito aparecem os textos da *Advertência* e *ao Leitor* que sugerem uma possível data (1750) e local (Pará) para a escrita da gramática. Na sequência, apresentaremos os textos originais da *Advertência* e *Ao leitor* com suas respectivas transcrições.

Imagem 7. Texto da Advertência presente no manuscrito

407

Advertencia

Como a lina deve p. dita Bulla de Pau
to 3.º sem duvida nem tem Indio origi-
cao de gacado mortal de ouir Mina mais do
que a d'fcaõ numerada, por em qd. Se coneede
esta Bulla, e legedio, e elegaõõ variaõ caury
p. parte dos Indio, e principal q. a longitude
da lina morada, he a lgr. os Inverno, q. nã
passarem a lina passera q. poderem levar a lina
a familia, e deixarem a lina, Xouçana, Xouçã,
elegaõõõ, já nã podem hoje Vereficar na
te Parã, q. nã vem, q. a lina morada, em todo
este Est. nã junto da lgr. nem tem couca
alguã, q. possa alegar, q. condiga com aq. lina
que se elegaõõ dos Indio de Espanã, a q. nã
da sobre dita Bulla.

Cada um pode fazer os millos he parecer
nesta materia, p. nã quero q. ad. Bulla nã du-
cista, cõ o q. digo he, que todo o catolico, tem obri-
gaoõ de ouir Mina: e a lgr. he dar a lina
ordia, e mandax he tocar a lina a Mina, e cada
um podera fazer o mesmo, e seguir, e a lina me
parece mais acertado.

Luis de C.

ADVERTÊNCIA ⁹⁷

1 Como acima se vê pela dita bula de Paulo 3º sem dúvida / nem tem os índios obrigação de pecado mortal de ouvir missa mais do que as que ficam numeradas, porém quando se concedeu **5** esta bula e se pediu, se alegaram várias causas pela parte dos índios, e a principal foi a longitude das suas moradas da igreja, os invernos, os rios para passarem, a sua pobreza para poderem levar a sua família e deixarem as suas choupanas [ilegível] cujas **10** alegações já senão pode hoje verificar neste *Pará*,⁹⁸ pois vemos que as suas moradas em todo este estado são junto da igreja; nem tem causa alguma que possam alegar com que condiga com aquela [que] alegaram dos índios de Espanha ao fim **15** da sobredita bula.

Cada um pode fazer o que melhor lhe parecer nesta matéria, pois não quero que a dita bula não suscista só o que digo em que todos os católicos tem obrigação de ouvir missa e ouvi o que digo em dar-lhes todos **20** os dias santos e mandar-lhes tocar o sino à missa e cada um poderá fazer o mesmo se quiser e assim me parece mais acertado.

Laus Deos

⁹⁷ Transcrição nossa

⁹⁸ A primeira referência ao *Pará* aparece escrita a lápis na primeira página do manuscrito. Cf. imagem 4 p. 130.

Ao Leitor⁹⁹

- 1** Já no fim do confessorário que atrás te deixo fica
alguma coisa advertido: mas agora me acho
mais com algum descanço ainda que não muito te que-
ro mais dizer que se achares muito confuso, não
- 5** te aflijas com isso, que se esta muito por extenso, não
é para que perguntes tudo, na forma em que esta
feito, e só é para que te aproveites daquelas pergun-
tas, que mais acomodadas te parecerem, segundo a ca-
pacidade do penitente que te vier aos pés, e não te sir-
- 10** va de prejuízo o teres donde escolher as perguntas
mais necessárias; e as que não forem deixarás, que ocasião
haverá em que outros, ou talvez até, te sejam conve-
nientes, e necessárias, e se ainda o achares confuso, toma
por trabalho, o fazer daqui outro se quiseses mais aco-
- 15** modado no teu gênio pois quem fez não é mestre
do idioma da tal língua pois só teve o trabalho para se
aproveitar dela em alguma aflição, e com as pergun-
tas que mais a proposito julgares seres necessária, a
quem assim to oferece quisera sabê-lo melhor
- 20** fazer, de sorte que te fosse menos molesto até, o mais
proveitoso aos outros, para o serviço de Deus, e se achares
alguns erros nele com tudo mais que aqui te deixo
podes emenda-los e perdoa-me se te molesto, e
com a minha ousadia; pois é desculpável.
- 25** 20 de setembro , Vale de 1750.

⁹⁹ Transcrição nossa.

A autoria do códice 69 não é um ponto pacífico entre os pesquisadores que analisaram o manuscrito: há autores que acreditam ser obra da pena de um franciscano, outros inserem a obra na tradição jesuítica.

Frederico Edelweiss (1969 p. 148) sustenta a hipótese de que o manuscrito é obra de franciscanos. A argumentação de Edelweiss parece indicar que o termo “Língua Geral” não poderia ser utilizado por um jesuíta para denominar a língua descrita na gramática. Não encontramos, ainda conforme Edelweiss, no conjunto dos textos que compõem o manuscrito, o tupi padronizado pelos jesuítas, mas sim o dialeto brasileiro¹⁰⁰. Ou seja, para o eminente linguista, só um franciscano desconhecedor das diferenças entre o tupi jesuítico e o dialeto brasileiro poderia denominar a obra dessa maneira¹⁰¹. Outro ponto que indicaria a autoria franciscana da obra, ainda segundo Edelweiss (1969 p. 148), seria o fato de que no dicionário não aparece o verbete *padre de missa*, mas sim *frade de missa* e *frade leigo*¹⁰².

Mota (2017) ao estudar os confessionários produzidos por missionários na região amazônica entre os séculos XVII-XVIII também defende a hipótese da autoria franciscana do manuscrito de 1750. Como observa Mota (2017, p. 74),

Quando comparamos o confessionário paraense de 1750, que pela hipótese de Edelweiss é franciscano, com obras oficiais da Companhia de Jesus, aparecem algumas diferenças já na primeira e superficial leitura. Só no confessionário de 1750, por exemplo, apresenta penitentes mulheres que seriam feiticeiras ou bruxas. Bruxa ou feiticeira é uma palavra que não consta no manuscrito jesuítico que conteria o tupi dos primeiros séculos, o VLB¹⁰³, publicado por Ayrosa em 1938, e só aparece na seção do diálogo de 1750 e na obra que hipoteticamente é sua cópia datada de 1751[...]

Portanto, para Edelweiss (1969) e Mota (2017), a língua descrita nos textos linguísticos (gramática e dicionário) e religiosos (confessionário e doutrina cristã) que

¹⁰⁰ “Mas tenhamos sempre presente que o brasileiro não é um dialeto uniforme como o tupi jesuítico. Entre cerca de 1580 e 1760 houve, de contínuo, tribos que falavam um tupi relativamente original ao lado de camadas de mestiços e índios em escalas das mais díspares acumulações linguísticas. Tivemos, assim, com o correr do tempo, não apenas um, mas todo uma gama de dialetos brasileiros”. (EDELWEISS, 1969, p.146).

¹⁰¹ A tese defendida por Edelweiss é a de que nos setecentos, nas missões do antigo estado do Maranhão e Grão-Pará, não há trabalhos produzidos por jesuítas. O que encontramos nesse período são obras de frades franciscanos escritas num dialeto muito diferente do tupi jesuítico

¹⁰² Ainda que não ocorra no dicionário, o termo *padre* é mencionado uma vez na gramática: “Algumas vezes [aipó] significa que; vg. neste sentido: olha que lá fallou o padre, aipó paí onhengee” (ANÔNIMO, 1750, p. 135)

¹⁰³ Vocabulário da língua brasilica.

compõem o manuscrito são os argumentos que sustentam a hipótese da autoria franciscana da obra.

Propondo uma leitura diferente, Barros (2003) insere a produção missionária setecentista da região amazônica na longa tradição jesuítica.¹⁰⁴ Em relação à questão da língua apontada por Edelweiss (1969), a autora justifica com a leitura que faz da política linguística jesuítica do século XVIII aplicada à região norte do Estado do Brasil.

Como argumenta Barros (*op. cit.* p.139 *et seq.*), os jesuítas assumiram posturas diferentes em relação aos textos impressos e aos textos manuscritos. Nessa perspectiva, os textos impressos seriam mais conservadores do ponto de vista do conteúdo e do registro linguístico. Já os textos manuscritos apresentariam uma menor preocupação com a estandarização linguística e, por isso, carregavam as marcas da oralidade percebidas pelos missionários.

Corroborando o argumento de Barros o fato de que, ainda segundo a autora, na região amazônica do século XVIII surge no interior da Companhia de Jesus uma tendência de incorporar aos discursos linguísticos e religiosos a fala comum. Um exemplo dessa nova tendência é analisado por Barros e Monserrat (2019), ao discutirem a produção linguística dos padres *Tapuitingas*.¹⁰⁵ *Tapuitingas* era como os índios chamavam os padres oriundos da Europa central (Holanda, Bélgica, Suíça e Hungria) que chegaram à região amazônica entre os anos de 1750-1753. Esse grupo produziu uma série de textos que incorporavam elementos da fala cotidiana¹⁰⁶. O quadro a seguir, ilustra a produção desse grupo de padres.

¹⁰⁴ “As gramáticas e os catecismos tupi impressos, elaborados por missionários “línguas” da costa do Brasil nos séculos XVI a XVIII, continuaram sendo consultados e tomados como referência de uso para os missionários na Amazônia do século XVIII, apesar de aquelas obras não refletirem mais a variedade do tupi em uso nas missões”. (BARROS, 2003, p. 139)

¹⁰⁵ Rónai (1942, p. 269) cita uma passagem da carta do padre David Fáy dirigida aos seus familiares na Hungria que ilustra o sentido do termo *tapuitinga*: “Aos lusitanos chamam mais honestamente de *caraibas*, o que também significa branco. Mas a palavra tem origem mais elevada, pois vem de *caraibébe*, que significa anjo. No entanto, gostam mais de nós e sabem distinguir entre nós e os lusitanos. Um índio veio do Maranhão da aldeia de *Pindaré*, estando todos nós no quarto do P. João Szluha, veio ter conosco, abraçou-nos e disse a cada um de nós: *Tapitinga katu*, *Tapuitinga katu*, isto é, o bárbaro branco é bom, o bárbaro branco é bom, rindo e pulando de alegria”. Portanto, como podemos depreender do trecho, o termo *caraiba* era utilizado para identificar os missionários portugueses e o termo *tapuitinga* era utilizado para identificar os missionários de outra nacionalidade. (Alemã, húngara, Holandesa, Belga, Suíça etc).

¹⁰⁶ Como apontam Barros e Monserrat (2019, p. 33) “o grupo *tapuitinga*, por sua vez, não apenas registrou a variedade vulgar nos dicionários, como a introduziu no discurso cristão. Um exemplo disso é a *Prosódia*, cujo autor declara na primeira página do manuscrito que registrará no dicionário o que os

Quadro 10. Códices sobre a língua geral amazônica produzidos no século XVIII pelos padres tapuitingas.

Código e Biblioteca depositária	Datação e Autoria	Conteúdo	Referências geográficas
<i>Vocabulário da lingua Brazil</i> (Biblioteca nacional de Lisboa, código 3143)	Anônimo Sem data	Dicionário Português-Língua Geral	Missão do Abacaxis (rio Madeira)
<i>Prosódia. Dicionário da lingua falada por indios do Brasil.</i> (Academia de Ciências de Lisboa, Código 569)	Anônimo Sem data	Dicionário Português-Língua Geral, lista de termos do corpo humano, canções e sonetos religiosos em tupi, narrativas rimadas com temas profanos.	Missão de Arucará (rio Xingu)
<i>Dicionário Português-Língua Geral e Língua Geral-Português.</i> (Biblioteca Municipal de Trier, Código 1136/2048 4)	Anônimo 1756	Dicionário Português – Língua Geral e Língua Geral- Português.	Missão de Piraguiri (rio Xingu)
<i>Doutrina christã em lingoa geral dos índios do Estado do Brasil e Maranhão[...]</i> traduzida em lingoa geral e irregular usada nesses tempos. (Biblioteca da Universidade de Coimbra, Código 1089)	Anônimo Sem data	Diálogo de perguntas e respostas e textos exortativos	Sem referência
Material confiscado de Eckart em 1759. (Torre do Tombo, Código 59 n°4)	1753 (?) – 1759	Pequenas listas lexicais	Sem referência
Correspondência de David Fáy aos familiares na Hungria (apud Rónai, 1942)	1753	Oração do Pai Nosso traduzida em tupi	Sem referência

Fonte: Barros & Monserrat (2019)

índios falam e não o que havia de impresso: “ me declaro, q nesta peq. Prosodia da lingoa, entenda por as palavras conforme as fallas os indios e não conforme a arte, que anda impressa, ou segundo o catecismo”.

Ainda que não possamos afirmar se o autor da gramática de 1750 é um padre jesuíta ou um frade franciscano, podemos ler nas entrelinhas da obra algumas das suas características. O religioso, por exemplo, não se considerava um “mestre de gramática” e não tinha a intenção de colocar a língua em *Arte*¹⁰⁷.

Todo gramático saberá que as partes da oração são oito e não trato aqui delas porque não componho por hora Arte e nem mestre sou dela [...] (ANÔNIMO, 1750, p. 361)

No entanto, ainda que o religioso não se considere um “mestre de gramática” e não tenha a intenção de colocar a língua em *Arte*, os exemplos e os comentários do autor ao longo da obra revelam um missionário atento aos diferentes usos da língua. O missionário percebe e registra, por exemplo, a diferença entre o uso dos bons línguas¹⁰⁸ e o uso dos falantes iniciantes:

Possessivos se diz aquele nome que significa possessão de alguma coisa como *Xe, Nde, I, Yande, Pe, I. Meu, Teu, Seu, Nosso, Vosso, Dele*, ainda que o possessivo I do plural melhor será dizer *aõa*, por que o I, já se usam pouco, especialmente os que são pouco versados na língua geral [...] para os bons línguas diremos icapixaba, a roça dele; porém para os que sabem pouco de língua será necessário dizemos *aõa capixaba, a roça deles*. (ANÔNIMO, 1750, p.110-111)

URÚ quer dizer vasilha, e a respeito de quem uza della se diz: XEREMIPURÚ, NDEREMIPURU, ainda que êste modo de usar só os muito polidos, e ladinos o sabem, que os outros dizem XEURÚ, NDE URÚ e muitas vezes aos que sabem he necessário fallar por êste modo charro, assim nisto, como em outras frases, para os que não sabem entendão o que se lhes diz [...]. (*id.*, *ibid.*, p.117)

Em muitos momentos da obra, o religioso observa a diferença entre um registro antigo associado à escrita e à variedade de maior prestígio (língua elegante) e um registro moderno associado à variedade de menor prestígio (mais usada). O processo de diferenciação entre os registros escritos e oral parece ser tão grande que às vezes causava uma certa dificuldade de comunicação.

¹⁰⁷ De acordo com Navarro (1995, p.237), *Ars*, em latim, é mera tradução do termo grego *τέχνη*, que designa o ofício, a profissão, o exercício de uma atividade, a habilidade para se fazer algo. Tal é o sentido que Aristóteles, em sua *Metafísica*, atribuí ao termo. A *τέχνη* é um saber fazer sem que se busquem explicações teóricas do processo desse fazer”. É nesse sentido de “tratado prático” que podemos entender o termo arte presente em muitas gramáticas das línguas exóticas que aparecem no decorrer dos séculos XVI e XVII.

¹⁰⁸ Língua é o termo utilizado para designar o conhecedor da língua indígena (religioso ou não) que muitas servia como interprete nas missões.

Nos catecismos e na Arte antiga se acha em lugar de óe está dicção mã. A qual ainda que ao parecer he muy elegante, e algumas pessoas há, que ainda dão razão dela, não há hoje pessoa alguma que a use e as mais dela não a entendem; e por isso usem desta que acima declaro. (ANÔNIMO,1750, 148)

Além das formas mais usadas, o missionário tem a preocupação de descrever os usos menos frequentes na língua:

Usamos também de recíproco nos modos de fallar seguintes: Pedro morre, porque o matam: Pero omanó ojucaramé, ainda que êste modo não está muito em uso (*id., ibid., p.129*)

Ajúcá amó guyrá feita pela passiva se dirá assim: Oicó amó guyrá xeremi jucaí; xe çui guyrá ijucá pyrá oicó amó, ainda a que este segundo modo não he tão uzado; porém he inteligível. (*id., ibid., p.168*)

A preocupação do missionário em descrever a maior quantidade de usos possíveis da língua decorre do caráter descritivo da obra e demonstra o seu empenho e preocupação em ajudar os religiosos que ainda não conheciam a língua a se comunicar com o maior número de índios possível.

4.2 A língua descrita na gramática - A língua geral amazônica

Nos primeiros séculos da nossa colonização o termo “Língua Geral” não foi usado pelos religiosos para nomear a língua que descreviam. Na América Espanhola, esse termo aparece nos títulos das obras desde o século XVI¹⁰⁹.

A expressão “Língua Geral” foi inicialmente usada pelos portugueses e pelos espanhóis para qualificar línguas indígenas de grande difusão numa área. Assim na América espanhola o Quêchua já no século XVI foi chamado de “Língua Geral” do Peru e o Guaraní no início do século XVII, de Língua Geral da província do Paraguai”. No Brasil, entretanto, tardou bastante o uso dessa expressão por parte dos portugueses. (RODRIGUES, 1994 p.99)

¹⁰⁹ O termo língua geral aparece, por exemplo, na obra do dominicano Domingos de Santo Tomás, *Grammatica, o arte de la lengua general de los indios de los reynos de Peru (1560)* e na obra do jesuíta Diego Gonzáles Holguín, *Grammatica y arte nueva de la lengua general de todo el Peru llamada lengua Quichua o lengua del Inca (1607)*.

No Brasil essa língua franca de comunicação passou a ser denominada de diversas maneiras e o termo escolhido pelos autores, a partir do século XVII, foi a de “Lingua Brasilica”.

Quadro 11. A denominação da língua em títulos de gramáticas e catecismos

Autor	Título	Ano
José de Anchieta	Arte de Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil	1595
Luíz Figueira	Arte da Lingua Brasilica	1621
Luis Vicêncio Mamiani	Arte de Grammatica da lingua Brasilica da nação Kiriri	1699
Antonio de Araújo	Catecismo na Lingoa Brasilica	1618

Fonte: Elaborado pelo autor

No seu seminal artigo sobre as línguas gerais sul-americanas, Rodrigues (1996) elabora uma definição do conceito de língua geral e desfaz a confusão que girava ao redor do termo.

Embora a expressão *língua geral* tenha se mantido em uso com seu sentido principal, nas áreas de influência paulista até o início do século passado e na Amazônia até hoje, passou-se em vários meios intelectuais brasileiros, sobretudo neste século a fazer confusão a respeito do seu significado, ora supondo-se que designasse a língua que falavam os próprios tupis e os tupinambás; ora que se referisse a uma língua criada ou moldada ou ‘disciplinada’ pelos jesuítas, já no século XVI, com base na dos índios, ora ainda que se tratasse de um pidgin ou crioulo originado no contato dos portugueses com índios de diferentes afinidades, ou mesmo formado já antes da chegada dos europeus. Na verdade, essas concepções carecem de fundamento histórico e linguístico (RODRIGUES, 1996, p.6).

A partir das reflexões de Rodrigues, os linguistas passaram a entender o termo língua geral no sentido mais específico, isto é, no sentido de uma língua historicamente determinada falada por todos os agentes do sistema colonial: portugueses, índios, mestiços e negros em regiões específicas.

Dois grupos de línguas gerais se destacaram no período colonial brasileiro:

- 1) A língua geral do Sul ou língua geral paulista.
- 2) A língua geral da Amazônia.

O mapa a seguir, ilustra, ao norte, o movimento de expansão da língua geral amazônica e, ao sul, o movimento de expansão da língua geral paulista:

Imagem 9. Mapa da expansão das línguas gerais do Brasil - séculos XVI-XVIII



Fonte: Museu da língua portuguesa

Na prática, nesse período, existiam dois brasis que pouco se comunicavam: no Sul o Estado do Brasil e no Norte o Estado do Maranhão e Grão-Pará. Pela ilustração, podemos perceber que a expansão da língua geral paulista começa a partir da costa, sobretudo a partir de São Vicente, e, com o movimento dos bandeirantes em direção ao centro do Brasil, a língua acabou seguindo o mesmo trajeto. No Norte, a expansão da língua geral amazônica se deveu sobretudo ao processo de catequização empreendido pelos padres jesuítas.

No início do século XVII, com os primeiros movimentos de ocupação da região norte do Estado do Brasil, os primeiros missionários defrontaram-se com uma imensa quantidade de línguas faladas pela população nativa¹¹⁰. Conforme Freire (2004), no território que cobre a atual Amazônia brasileira, no início do século XVI, eram

¹¹⁰ O padre Antônio Vieira no sermão da Epifania, pregado em São Luís (1662), descreve o espanto do europeu frente à quantidade das línguas indígenas:

“ Na antiga babel houve setenta e duas línguas, na babel do rio Amazonas já se conhecem mais de cento e cinquenta, tão diversas entre si como a nossa e a grega; e assim quando lá chegamos, todos somos mudos, e eles surdos. Vede agora quanto trabalho será necessário para que estes mudos falem e estes surdos ouçam” (VIEIRA, Tomo I, 2014, p.608).

difundias e faladas mais de setecentas línguas indígenas de famílias e troncos linguísticos diferentes:

Quadro 12. Grupos linguísticos da Amazônia brasileira – século XVI

Tronco linguístico	Número de línguas
Tupi	130
Karib	108
Aruak	83
Pano	34
Tukano	26
Jê	66
Línguas isoladas ou não classificadas	271
Total	718

Fonte: Freire (2004)

Nessa babel de línguas indígenas era fundamental, para o sucesso da ocupação da região e catequização dos índios, estabelecer um nível básico de comunicação. O Tupinambá, língua da família tupi-guarani, acabou sendo eleita como a língua franca de comunicação dos primeiros anos. Ainda de acordo com Freire (2004, p. 57),

A língua Tupinambá acabou, portanto, exercendo a função inicial de língua de comunicação entre os portugueses e os diferentes povos tupis da região, tornando-se ainda, paulatinamente, a língua materna dos mestiços, filhos de pais europeus e mães indígenas. No processo histórico de sua constituição e expansão, essa língua passou a ser conhecida no período colonial como língua geral [...]

A política linguística da coroa portuguesa em relação ao Estado do Maranhão e Grão-Pará até 1720 foi a de incentivo ao uso da língua geral. Como destaca Freire (*op. cit.* p.61), “em vários momentos, o rei de Portugal repreende duramente os carmelitas, os mercedários e os franciscanos da Amazônia cujos missionários não eram tão fluentes na língua quanto os jesuítas”.

No entanto, a política linguística da região muda em 1757 quando o governador Francisco Xavier de Furtado de Mendonça assina o *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*. O *Diretório* foi o instrumento

legal responsável por oficializar a língua portuguesa como a língua de comunicação de todos os moradores, tanto brancos quanto índios e mestiços. No seu 6º parágrafo o *Diretório* determinava o seguinte:

Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquistarão novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma, por ser indisputável, que este he hum dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes; e tem mostrado a experiência, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da língua do Principe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Principe. Observando todas as nações polidas do mundo este prudente, e solido systema, nesta conquista se praticou tanto pelo contrario, que se cuidarão os primeiros conquistadores nella o uso da Lingua, que chamarão geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os indios de todos aquelles meios, que os poderão civilizar, permanecem na rustica, e barbara sujeição, em que até agora se conservão. Para desterrar este pernicioso abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas povoações o uso da língua portuguesa[...] (BEOZZO, 1983, p. 132)

As medidas propostas no *Diretório* não causaram o efeito esperado e a língua geral amazônica continuou a ser utilizada pelos missionários no trabalho de catequização dos índios e falada pela população local.

4.3 A Gramatica da Lingua Geral do Brazil- Plano geral da obra

No final da gramática (p. 225-227) aparece um índice *das matérias conteudas nas regras desta arte*. O índice procura organizar a matéria gramatical de uma maneira diferente do que é apresentado na obra. De acordo com o índice, encontramos na gramática os seguintes itens:

- ✓ Dos artigos - 143
- ✓ Das partes da oração -107
- ✓ Do nome -107
- ✓ Do nome substantivo -107
- ✓ Do nome adjetivo - 108
- ✓ Do nome absoluto -109
- ✓ Do nome verbal -109
- ✓ Do nome possessivo -110
- ✓ Do nome relativo – 111

- ✓ Do nome comparativo – 119
- ✓ Do nome superlativo – 122
- ✓ Do nome recíproco – 124
- ✓ Do pronome – 129
- ✓ Dos pronomes extravagantes -132
- ✓ Do verbo -135
- ✓ Dos verbos neutros -135
- ✓ Dos verbos neutros verdadeiros -137
- ✓ Dos verbos passivos -138,166
- ✓ Dos verbos absolutos -139
- ✓ Do verbo sum, es, fui – 141
- ✓ Dos modos – 143
- ✓ Do modo indicativo – 143
- ✓ Do modo optativo – 145
- ✓ Do modo permissivo – 149
- ✓ Do modo conjuntivo – 131
- ✓ Do modo infinitivo -154
- ✓ Do gerúndio – 157
- ✓ Dos verbos negativos – 161
- ✓ Como se nega o indicativo – 161
- ✓ Como se nega o imperativo -162
- ✓ Como se nega o optativo -162
- ✓ Como se nega o permissivo – 163
- ✓ Como se nega o conjuntivo -164
- ✓ Como se nega o infinitivo -165
- ✓ Advertência sobre os verbos da 3º conjugação -171
- ✓ Da preposição – 174
- ✓ Do advérbio – 179
- ✓ Interrogativos – 179
- ✓ De lugar -179
- ✓ De tempo – 179
- ✓ Afirmativos – 184
- ✓ Negativos – 186
- ✓ Demonstrativos – 187
- ✓ Incitativos – 188
- ✓ Proibitivos – 188
- ✓ Permissivos – 188

- ✓ Laudativos – 189
- ✓ Advérbios diversos- dicções que fazem aumentar, ou diminuir a significação dos verbos – 190
- ✓ Da interjeição – 194
- ✓ Da conjunção – 195 e seg.
- ✓ Da sintaxe – 195
- ✓ Da sílaba – 205
- ✓ De algumas regras gramaticais desta língua – 206
- ✓ Taboa das conjunções dos verbos – 233

Confrontando a leitura da gramática com a divisão da matéria elencada no índice geral, fica evidente que o assunto tratado entre as páginas 1-106 não aparece descrito no índice. O assunto abordado nas primeiras páginas da gramática concerne à conjugação (positiva e negativa) dos verbos regulares e irregulares.

Um problema que se coloca é o do porquê a parte dedicada à conjugação não aparece no índice da obra. Talvez o que explique esse fato seja a questão de que, como sabemos, os manuscritos circulavam pelas missões e iam sendo copiados e recopiados pelos missionários. Acreditamos que, nesse processo, em algum momento essas duas partes da obra se separaram e foram reunidas posteriormente.

Observamos, ainda, que, das quatro partes da gramática (ortografia, etimologia, sintaxe e prosódia), o autor não dedica uma seção específica ao estudo da ortografia e prosódia. Nesse sentido, a gramática se distancia não só da tradição de descrição gramatical do vernáculo europeu, pois Nebrija, Fernão de Oliveira e João de Barros, por exemplo, dedicaram parte de suas obras ao estudo da ortografia, mas também da tradição missionária anterior a sua, uma vez que José de Anchieta e Luís Figueira abordaram o estudo das letras em suas obras.

Contudo, ainda que não reserve um espaço dedicado ao estudo “das letras que se usam nesta língua”, como fez Luís Figueira, podemos perceber ao longo da obra que o autor faz algumas reflexões de caráter ortográfico:

Nota-se que nesta Língua há vogaes que se chamão puras, outras não puras. As puras são aquelas, que não são feridas de alguma consoante, como no verbo Iació chorar, no qual o, o, he pura, porque não é ferido de consoante alguma; e neste verbo Amondó o , o, do fim não é puro, porque é ferido da consoante d. (ANÔNIMO, 1750, p. 161)

Já em relação ao pouco espaço dedicado à prosódia, acreditamos que seja por conta do objetivo prático da obra. Quando surge alguma questão relativa à pronúncia ou acentuação de alguma palavra, o autor remete ao uso como forma de esclarecer as dúvidas.

Algumas vezes do verbo, e do acusativo se compõem hum verbo, vg. Apó mondúe pero, Corto a mão de Pedro; porém isto não he geral para todos os verbos, e só se faz em alguns que o uzo ensinará. (ANÔNIMO, 1750, p.156)

Muitas são as miudezas, que se aprenderão com o uso, que não he possível escrevellas, por não meter confusão. (*id., ibid.*, p. 183)

Ao confrontarmos a partição da matéria gramatical presente na gramática anônima com a apresentada por Luís Figueira na sua *Arte*, percebemos a influência da *Arte* do jesuíta no trabalho do autor anônimo:

Quadro 13. Plano sinóptico da *Arte da Língua Brasilica* e da *Gamatica da língua geral do Brazil*

Arte da Língua Brasilica 1880 [1621]	Gramatica da língua geral do Brazil 1750
	Dos artigos
Das letras que se usão n'esta língua	Ausente
Declinação dos nomes por números e casos	Ausente
Das conjugações dos verbos	Não aparece no índice geral
Primeira conjugação geral dos verbos do artigo A	Não aparece no índice geral
Conjugação dos verbos negativos	Não aparece no índice geral
Segunda conjugação geral dos verbos que começam pelo pronome Xe	Não aparece no índice geral
Da conjugação de alguns verbos irregulares	Não aparece no índice geral
Das oito partes da oração	Das partes da oração
Substantivos	Do nome substantivo
Adjetivos	Do nome adjetivo
Absolutos	Do nome absoluto

Verbaes	Do nome verbal
Possessivos	Do nome possessivo
Do nome relativo	Do nome relativo
Dos comparativos e superlativos	Do nome comparativo
	Do nome superlativo
Do recíproco	Do nome recíproco
Do pronome	Do pronome
	Do pronome extravagante
Do verbo	Do verbo
Anotações geraes sobre alguns tempos e formação dos verbos	
Da formação dos modos	Dos modos
Do participío	Ausente
	Dos verbos negativos
Dos nomes verbaes	
	Advertência sobre os verbos da 3º conjugação
Da preposição	Da preposição
Do advérbio	Do advérbio
De algumas dicções que vós per si não significão; mas juntas a outras partes da oração, lhe dão sentido diferente	Dicções que fazem aumentar, ou diminuir a significação dos verbos
Da interjeição	Da interjeição
Da conjunção	Da conjunção
Da syntaxe ou construção	Da syntaxe
De algumas partes da oração que mandão o verbo ao gerúndio comparando-se o gerúndio com o conjuntivo	De algumas partes da oração que mandão o verbo ao gerúndio
Da colocação das partes da oração entre si	
Da syllaba	Da syllaba
	De algumas regras desta língua
	Dos verbos conjugados nesta arte

Fonte: Elaborado pelo autor

Na sequência do texto, por meio da análise do trabalho de descrição linguística presente na gramática de 1750, apontaremos que as semelhanças entre a *Arte da Lingua Brasilica* e a *Gramatica da lingua geral do Brasil* vão muito além da organização geral das obras.

4.4 Partes da Oração

O filósofo grego Dionísio, o Trácio, na sua *Techné grammatiké*, apresentou pela primeira vez o número “canônico” das oito partes da oração¹¹¹. Os gramáticos latinos e os primeiros gramáticos dos vernáculos europeus mantiveram as oito partes da oração, mas substituíram o artigo por uma interjeição.

Quadro 14. Partes da oração em Dionísio, Donato e Meigret

Dionísio	Onoma	Rhēma	Metokhē	Arthron	Autōnumia	Prothesis	Epirrēma	Sundesmos
Donato	Nomen	Pronomen	Verbum	Adverbium	Participium	coniunctio	Praepositio	Interiectio
Meigret¹¹²	Nom	Pronom	Verb	Partiçipe	Prepoziçión	auverb	Cõjonçión	Interjecçion

Fonte: Colombat, Fournier e Puech (2017)

No entanto, muitos autores romperam com a tradição greco-latina das oito partes do discurso. O castelhano Antônio de Nebrija na sua gramática do castelhano (1492) reconhece dez partes da oração (nome, pronome, artigo, verbo, participípio, gerúndio, infinitivo, preposição, advérbio e conjunção) e na tradição de descrição gramatical portuguesa, João de Barros, na *Gramática da língua portuguesa* (1540), dividiu o discurso em nove partes (artigo, nome, pronome, verbo, advérbio, participípio, preposição, conjunção e interjeição). As gramáticas das línguas ameríndias brasileiras,

¹¹¹ Como observou Neves (2002, p. 46), “[...] Dionísio, o Trácio, oferece um aumento do número das partes do discurso, o que representa uma divisão mais abrangente. Ele traz, na verdade, um quadro que assegura um lugar em uma classe para qualquer forma linguística grega. Por outro lado, apresentando o feixe completo das categorias gramaticais aplicáveis à língua grega, ele permite organizar todas as formas em um sistema de flexão, e fornece o padrão para as gramáticas tradicionais, cujo assento está predominantemente no estabelecimento de paradigmas. Organiza, pois, um verdadeiro quadro, em que as implicações filosóficas aparecem, como não poderia deixar de ser, mas que é um quadro que tem como objeto a língua, não o pensamento.

¹¹² Como explicam Colombat, Fournier e Puech (2017, p.99-100), “quanto aos franceses que têm necessidade do artigo, eles tiveram a escolha de “esquecê-lo” (Sylvius,1531), de sacrificar em seu proveito a interjeição, quando quiseram manter o número “mágico” de oito partes do discurso, como o faz Pillot (1661), de resignar-se a passar a nove (Palsgrave, 1530; Estienne, 1557) ou tratar o artigo fora da numeração[...]”

após o trabalho pioneiro de Anchieta, apresentaram as oito partes da oração na mesma ordem de exposição.

Quadro 15. Partes da oração nas gramáticas das línguas indígenas do Brasil

Anchieta 1595	Figueira 1621	Mamiani 1699	Anônimo 1750
Nome	Nome	Nome	Nome
Pronome	Pronome	Pronome	Pronome
Verbo	Verbo	Verbo	Verbo
Preposição	Particípio	Particípio	Particípio
	Preposição	Preposição	Preposição
	Advérbio	Advérbio	Advérbio
	Interjeição	Interjeição	Interjeição
	Conjunção	Conjunção	Conjunção

Fonte. Elaborado pelo autor

Como observa Altman (2012b, p. 35) “embora utilizado desde Anchieta e Figueira, o conceito de partes da oração só está definido de forma explícita nesta tradição, no texto anônimo do século XVIII”. Podemos ler na obra anônima a seguinte definição de partes do discurso:

Oito são as partes que pode ter a oração, a saber: Nome, Pronome, Verbo, Particípio, Preposição, Advérbio, Interjeição e Conjunção.

Chamão-se partes da oração, não porque ellas concorram todas sempre juntas na oração, mas sim porq não pode haver oração, em que não haja alguma delas; e oração succede muitas vezes, em que concorrem todas juntas. (ANÔNIMO, 1750, p. 107)

4.4.1 Do Nome

A gramática anônima apresenta a mesma divisão dos nomes proposta por Figueira em sua *Arte*. A seguir apresentamos um quadro comparativo com a partição do *Nome* nas duas obras.

Quadro 16. Partição do nome na *Arte da Lingua Brasilica* e na *Gramatica da lingua geral do Brazil*

Arte da Lingua Brasilica 1880 [1621]	Gramatica da lingua geral do Brazil 1750
Substantivo	Substantivo
Adjetivo	Adjetivo
Absoluto	Absoluto
Verbaes	Verbal
Possessivos	Possessivo
Relativos	Relativo
Comparativos/ Superlativos	Comparativo
Recíproco	Superlativo
	Recíproco

Fonte: Elaborado pelo autor

No entanto, diferente de Figueira, o autor anônimo aponta o caráter universal dessa partição ao afirmar que “todos os nomes desta lingua, e de outro qualquer idioma dos do Brazil se podem reduzir em: substantivos, adjetivos, absolutos, verbaes, possessivos, relativos, comparativos e superlativos” (ANÔNIMO, 1750, p.107).

Manuel Álvares no *De Institutione Grammatica Libri Tres* [1572] divide o nome em *substantivum* e *adjetivum*. A definição proposta por Álvares (Cf. ÁLVARES *apud* ZWARTJES, 2002, p. 50) para o substantivo e adjetivo é retomada quase palavra por palavra por Luís Figueira:

Quadro 17. Definição do substantivo e adjetivo em Manuel Álvares e Luís Figueira

Álvares 1572	Figueira 1880 [1621]
Substantivum Substantivum nomen est quod per se in oratione esse potest.	Substantivo Substantivo os que podem estar na oração sós por si com verbo.
Adjetivum Adjetivum est quod in oratione esse non potest sine substantivo aperte uel occulte...	Adjetivo Adjetivo são os que não podem estar na oração sem substantivo clara ou occultamente...

Fonte: Zwartjes, (2002)

O critério sintático que orientou a definição de Álvares e Figueira ao fazerem a distinção entre substantivo e adjetivo não é seguida pelo autor anônimo. Para fazer a distinção entre as duas classes do nome, o autor desconhecido se apoia no critério semântico. Os substantivos, como lemos na gramática, “se conhecem em qualquer idioma por declararem bastantemente seu significado sem dependência de algum outro nome, v.g. YBY = significa Terra, com este significado” (ANÔNIMO, 1750, p. 108). Para o adjetivo lemos a seguinte definição:

Adjetivos se diz aquelle nome, que necessita de nome substantivo para declarar sua significação, sem o qual nome não declara o sentido do seu significado; porque como todos os adjetivos significão couza, he preciso dizer que couza, para que não fique o sentido suspenso, v.g. Cantã = significa couza dura; para pormos dura na oração, he necessário dizer qual é a couza dura, para socegar o sentido do que ouvir dura, fica suspenso, sem saber o que; e assim ajuntando-lhe v.g, terra dura já o sentido fica sossegado porque já acabou de saber o que era duro. (ANÔNIMO, 1750, p. 108-109 - grifos da autor)

Na distinção entre os nomes absolutos e os nomes verbais, enquanto Figueira baseia a sua distinção no caráter morfológico, a gramática anônima enfatiza o caráter morfológico e semântico de tal distinção:

Quadro 18. Nomes absolutos e verbais na *Arte* de Figueira e na *Gramatica da lingua geral do Brazil*

Arte da Lingua Brasilica 1880 [1621]	Gramatica da lingua geral do Brazil 1750
Absolutos são os nomes que não nascem de algum verbo, ut óca, casa; ybyrá, pão	Chamam-se absolutos aquelle nome que absolutamente existe na sua própria significação em que foi creado, sem dependência alguma, nem de origem de outro verbo, ou nome, ou outra parte da oração
Verbaes são os que nascem de algum verbo, ut Iucaçára, o matador, do verbo Ajuca, matar. Iucaçába, o instrumento de matar.	Nomes verbaes que também se pode chamar composto, são os que nascem ou se compõem de outra parte como v.g. Iucaçara que significa matador, Iucaçaba matança ou lugar onde se mata, derivado do mesmo verbo Iucá.

Fonte: Elaborado pelo autor

De acordo com Navarro (1995, p. 376), “tal concepção de Verbal não é a consigna a gramática clássica e é fruto da elaboração teórica de Anchieta”. Na sua inovação terminológica, o jesuíta

está a reconhecer, mais ou menos ostensivamente, um estatuto gramatical diferente para o particípio: sem ser categoria distintiva, ele é um *nome deverbativo*. Anchieta aproxima-se, assim, do moderno conceito de deverbais, um derivado em geral de um verbo. Ele empregara o termo *verbal* com o mesmo sentido com que hoje se emprega o termo *deverbais*, o que era inusitado na época em que a *Arte de gramática* foi publicada. (NAVARRO, 1995, P. 313)

Como podemos perceber, Figueira segue a lição de Anchieta e considera como absolutos os nomes “que não nascem de algum verbo” e verbaes “os que nascem de algum verbo”. Já a gramática anônima inclui no processo de composição “verbo, nome, ou outra parte da oração”.

Na gramática tradicional os nomes possessivos e os nomes relativos deveriam aparecer na parte dedicada aos pronomes. No entanto, seguindo o trabalho de Figueira, o autor anônimo estuda os possessivos e os relativos na parte dedicada aos nomes. A inclusão dos possessivos e relativos na categoria dos nomes é influência da gramática latina de Manuel Álvares. Nesse sentido,

[...] Álvares considera que *qui, quae, quod* não substituem o nome, e por isso, não são *pronomes* relativos, mas sim *adjetivos* relativos. E como o adjetivo é uma espécie de nome, que até o século XVI ainda não se diferenciava do substantivo como classe gramatical distinta, podia-se falar, como Álvares, de *nomes relativos* e foi isso o que fez Figueira em sua *Arte*. (NAVARRO, 1995, p. 374)

Conforme podemos observar no quadro a seguir, na comparação entre os nomes possessivos e os nomes relativos descritos por Figueira com os elencados pelo autor anônimo, fica clara a redução das formas na obra de 1750.

Quadro 19. Pronomes possessivos e relativos

Arte da Lingua Brasilica 1880 [1621]		Gramatica da lingua geral do Brazil 1750	
Possessivos	Relativos	Possessivos	Relativos
Xe Xeremi	Aé	Xe	Aé
Nde Nderemi	Aéaé	Nde	Aeté
I Cemi	Aébaé	I	Oimé
Iande Ianderemi	As letras I,C,T, A	Yandé	Aipó
Ore Oreremi		Pe	Tiey
Pe Peremi		I	
I Cemi			

Fonte: Elaborado pelo autor

Figueira classifica os pronomes (xe, nde, i, iandé, oré, pe, i) ora como pronomes pessoais, ora como nomes possessivos. São nomes possessivos quando exercem a função de adjunto adnominal (xe ruba, meu pai, xecó, minha roça). Já na gramática anônima as formas são sempre nomes possessivos.

Na definição dos nomes possessivos, podemos perceber a intenção do autor anônimo em descrever a realidade linguística percebida:¹¹³

Possessivos se diz aquelle nome que significa possessão de alguma couza, como Xe, Nde, I, Yandé, Pe, I, Meu, Teu, Seu, Nosso, Vosso, Delles; ainda que o possessivo I do plural será melhor dizer AOA; porque I já se uza pouco, especialmente nos que são pouco versados na língua geral. [...] para os bons língua diremos Icopixaba, a rossa delles; porém para os que sabem pouco da língua será necessário dizermos-lhe AOA COPIXABA = a rossa deles[...] (ANÔNIMO, 1750, p.111).

Nessa passagem o missionário reconhece diferentes níveis de competência linguística representada por diferentes formas de usar o nome possessivo. A forma I, descrita por Figueira, no século XVIII, já era percebida pelo missionário como uma forma pouco usada pelos falantes “pouco versados” na língua geral, ou seja, os falantes pouco “letrados” na língua não reconheciam essa forma. Já a forma AOA, mais recente, era mais utilizada no cotidiano das trocas linguísticas.

No manuscrito, para tratar dos nomes comparativos e superlativos, o missionário se vale do recurso didático da comparação entre as línguas. Esse foi um importante recurso muito utilizado no processo de gramatização das línguas nativas da América, África e Ásia.¹¹⁴

Superlativo se diz aquelle nome pelo qual fazendo comparação com outras couzas, exaltamos ou abatemos alguma, ou algumas delas em sublime lugar, ou no mais ífimo. No nosso portuguez, a nota principal do súperlativo he quando dizemos: amantíssimo, entendidíssimo, no Latim Amantissimus, preclarissimus. Nesta lingua geral não temos mais que, ajuntar ao pozitivo amabas as duas partículas ditas acima, a saber: Eté e Pyryb e com isso ficará feito o superlativo [...] (ANÔNIMO, 1750, p. 122)

¹¹³ Como destaca Leite (2007, p.67) “A gramática é um instrumento de cultura, e o trabalho sobre ela não revela somente dados linguísticos. E sobre a língua, não importa apenas a teoria, também os comentários que o gramático registra podem revelar dados importantes sobre a atitude linguística dos usuários de uma língua, em dado período, isto é, a gramática é um documento da visão de língua e do que se considerou linguisticamente aceitável ou inaceitável, correto ou incorreto, em certa época”.

¹¹⁴ Cf. Capítulo 3 item 3.5 desta tese.

A comparação entre línguas diferentes facilitava o processo de ensino-aprendizagem, pois permitia comparar as formas e as funções gramaticais de uma língua que se tinha o domínio com outra que era totalmente desconhecida.

A descrição dos nomes na língua geral, termina com o que o missionário classificou de nome recíproco. Na definição do termo o missionário cita quase palavra por palavra a definição de Figueira.

Quadro 20. O nome recíproco

Arte da Lingua Brasilica 1880 [1621]	Gramatica da lingua geral do Brazil 1750
Recíproco chamamos ao modo de fallar, em que as pessoas tornão sobre si mesma, ou sobre suas cousas, de que já falarão, como iremos vendo. E são notas de recíproco as seguintes syllabas NHo, IO, NHe, Ie, O.	Recíproco chamamos ao modo de falar em que as pessoas tornão sobre si mesmas, ou sobre suas couzas, de que já fallarão. São notas de recíproco estas três partículas, je, o, i.

Fonte: Elaborado pelo autor

Na prática, o recíproco era uma classe oscilante, pois “acha-se em nomes, e pronomes e verbos” (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 81). O gramático anônimo retrata o momento de transformação do uso dos nomes recíprocos quando declara que “ essa partícula Nhe, também alguns, ainda que poucos, a uzão em lugar de je”(ANÔNIMO, 1750, p. 125).

4.4.2 Do Pronome

A gramática anônima segue a tradição greco-latina ao definir o pronome como “ aquelle que se põe em lugar do nome de qualquer couza” (ANÔNIMO, 1750, p. 129). A lista de pronomes pessoais presente no manuscrito difere dos pronomes elencados por Figueira. A seguir, apresentamos um quadro comparativo com os pronomes elencados pelos dois autores.

Quadro 21. Pronomes pessoais

Arte da Língua Brasilica 1880 [1621]	Gramática da Língua geral do Brasil 1750
Xe – eu	Ixe- eu
Nde – tu	Indé- tu
I- Ele	Aé- ele
Iande- nós convosco	Iandé- nós
Ore- nós sem vós	
Pe – vós	Penhé ou pé- vós
I- Eles	Am-ao- eles

Fonte: Elaborado pelo autor

Um primeiro ponto a destacar é o fato de Figueira descrever como pronomes pessoais (xe, nde, i... / eu, tu, ele..) as mesmas formas que são descritas como nome possessivo (xe, nde, i .../meu, teu, seu...) na gramática anônima.

Outra questão relevante é o fato de que a distinção feita por Figueira na primeira pessoa do plural entre formas includentes (Iande- nós convosco) e formas excludentes (Oros – nós sem vós) não aparece na gramática anônima. No entanto, quando o autor anônimo trata dos artigos ¹¹⁵ tal distinção aparece (A, eu; Ere, tu; ya, nós todos; Oro, nós sem vós; Pe, vós; O, eles).

A categoria dos pronomes é oscilante na tradição gramatical. Como recorda Buescu em nota à gramática de João e Barros,

Nas primeiras gramáticas do Renascimento, o capítulo dedicado aos pronomes constitui um dos mais confusos e arbitrários, em que cada autor assume uma posição diferente e tenta fazer doutrina própria. Os autores franceses, incluindo a gramática francesa do inglês Palsgrave, adotam a subdivisão dos pronomes em cinco classes: pessoais, demonstrativos, possessivos, relativos e interrogativos. Trissino divide os pronomes em *demonstrativos*, *relativos*, *recíprocos* e *possessivos*. Acharisio substitui os *recíprocos* pelos *indefinidos*. Dolce considera, por seu lado, a existência de duas categorias fundamentais: pronomes *principais* e *primitivos* (que incluem os pessoais e os demonstrativos) e pronomes derivados (os possessivos). (BARROS,1971, p. 319)

¹¹⁵ Na *Arte da Língua Brasilica*, Figueira descreve dois grupos de Artigos (1º Artig. A, Ere, O, Ia, Oro, O) e (2º Art. Ai, Erêi, Oi Iâi, Pêi, I.). A gramática anônima simplifica a descrição de Figueira, apresentando apenas um grupo de artigo.

Enquanto Figueira trata de forma sucinta da classe dos pronomes (pouco mais de um parágrafo), incluindo na categoria apenas os pronomes pessoais e demonstrativos, a gramática anônima inova reconhecendo outras formas.

O autor anônimo, por exemplo, reconhece outros pronomes “mais engraçados de que uzão os ladinos e os briosos por melindre e vem a ser: Icé, Iné, Ahé, Jané, Penhé, Oré” (ANÔNIMO, 1750, p. 129). Além dessa informação pitoresca, o missionário aponta uma nascente distinção de gênero entre os pronomes:

[...] alguns querem que êste pronome aé se aplique às mulheres e a todas as mais couzas, e estoutro aoa se aplique só aos homens, vg. Aé oçóan- já elas forão. Aoa oçón: já eles forão. Porém isto uza-se muito pouco, e o que vejo usar de ordinário he aoa assim para homens, como para mulheres, como para todas as cousas. (ANÔNIMO, 1750, p.130)

A importância da oralidade no trabalho de descrição do autor anônimo aparece quando o missionário reflete sobre o uso das partículas *Racó*, *Rã* e *Roã* no lugar de pronomes.

Alguns linguas dizem, que estas particulas acima: *racó*, *rã* e *roã* não significão por si couza alguma, mas que somente são huns sotaques, ou galas, que se ajuntão nas palavras para as fazer mais lustrosas, e engraçadas. Não me parece mal esta opinião; porém assim me parece, que são pronomes, porque tendo noticia de outras linguas, as acho nelas claramente feitas pronomes. (*id.*, *ibid.*, p 132)

A gramática anônima inova ao criar a subcategoria dos “pronomes extravagantes”. Na definição do missionário, pronomes extravagantes “são aquelles nascidos de advérbios” (ANÔNIMO, 1750, p.133). A gramática elenca como extravagante os seguintes pronomes:

Quadro 22. Pronomes extravagantes

Uíaa, Uíadé	Aqueles, aquelas, aquele, aquela, aquilo
Maoá ou Maoaé	Qual
Eboquói ou Ebquéi	Esse, essa, esses, essas, isso “eis lá vai” “certamente”
Uieépe, Míeépe	Aquilo que está longe a perder de vista
Acói, Aquei, aqueioaé ¹¹⁶	Aquele, aquela, aqueles, aquelas, aquilo

Fonte: Elaborado pelo autor

¹¹⁶ Como apontou o missionário (op. cit. p. 142), “Aquei, aqueioaé significa o mesmo que [Acói] mas uzão-se menos”.

A nova classificação dos pronomes é uma ampliação da classificação proposta por Figueira (1880 [1621], p. 85). Como conclui Zwartjes (2011, p. 175), “the anonymous grammarian invented a new subclasse, probably for didactic reasons. The term “extravagantes” can be interpreted literally as an adjective derived from ‘extravagar’ – to go beyond (the rules and subcategorisations of traditional grammar)”.

4.4.3 Do verbo

O autor anônimo dedica a maior parte da sua obra ao estudo do sistema verbal. Nas primeiras 105 páginas são exemplificadas as conjugações dos verbos regulares e irregulares e entre as páginas 135 e 172 são pormenorizadas as explicações sobre a formação dos tempos e modos verbais. Tal destaque se justifica pelo fato de que, como escreve o autor, o verbo é a classe de palavras “que a sutileza dos homens tem inventado para saberem com fundamento todos os idiomas” (ANÔNIMO, 1750, p. 136). Em relação à formação dos verbos, o autor tece o seguinte comentário:

Advirta-se que os verbos nesta Lingua em toda a parte são da mesma sorte, em qualquer modo que esteja o verbo, ou em qualquer pessoa, sempre he da mesma sorte; vg. Iucá, matar, em qualquer modo ou tempo em que se ache sempre é iucá: jucá no indicativo, jucá no imperativo, jucá no optativo, jucá no conjuntivo, jucá no permissivo, jucá no infinitivo. (ANÔNIMO, 1750, p. 144).

Desse modo, são as palavras que se ligam ao verbo (artigos, pronomes, advérbios etc) que acabam por indicar o modo, o tempo e a pessoa do verbo. O sistema verbal da língua geral apresenta duas conjugações: a primeira é a dos verbos conjugados pelos artigos (A, Ere, O, Ia, Ore, Pe, O) e a segunda, a dos verbos conjugados pelos pronomes (Xe, Nde, I, Iande/Oro, Pe, I). A gramática utiliza como paradigmas para a primeira e a segunda conjugações os mesmos verbos elencados por Anchieta e Figueira. Na primeira conjugação (positiva e negativa) é utilizado o verbo Jucá (matar) e para a segunda conjugação (positiva e negativa) o verbo Maenduar (lembrar). A gramática apresenta a seguinte divisão dos modos e tempos verbais:

Quadro 23- Modos e tempos verbais descritos na *Gramática da língua geral do Brasil*

Modo	Tempo	Ex.
Indicativo	Presente	Eu mato
	Imperfeito	Eu matava
	Pretérito perfeito	Eu matei
	Plusquam perfeito	Já eu então tinha morto
	Futuro	Eu matarei
Mandativo	Futuro	Matarás tu
Optativo	Presente	Oxalá matara eu
	Plusquam perfeito	Oxalá tivera eu matado
	Futuro	Oxalá mate eu
Permissivo	Presente	Mate eu, mas que mate embora
	Imperfeito	Eu matara, ou mataria
	Perfeito/plusquam perfeito	Já eu tivera ou teria morto
	Futuro	Matarei eu embora
Conjuntivo	Presente	Como eu mato
	Pretérito imperfeito	Como eu matava
	Pretérito /plusquam perfeito	Como eu matei ou matara

Conjuntivo	Futuro	Como eu matar
Infinitivo	Presente	Matar ou que mato
	Imperfeito	Matar ou que matava
	Pretérito perfeito	Que matei
	Plusquam perfeito	Que matara
	Futuro perfeito	Que hei de matar
	Futuro imperfeito	Que houvera de matar
Gerúndio		A matar, para matar, matando
Particípio	Presente	O que mata
	Futuro	O que há de matar
Supino		A matar, para matar

Fonte: Elaborado pelo autor

A necessidade do gramático organizar o sistema verbal da língua geral conforme os paradigmas das línguas latina e portuguesa leva o missionário a reconhecer que uma mesma forma corresponde a mais de um tempo (perfeito/plusquam perfeito no modo indicativo e presente/imperfeito negativo do modo optativo). No século XVI, o dominicano, Domingos de Santo Tomás, já mencionava o problema da “semejanças” dos modos e tempos” na língua geral do Peru:

É verdade que, embora esta língua tenha modos e tempos distintos na significação, no entanto, alguns tempos e alguns números são semelhantes na voz. E isto não é de espantar, pois que na língua latina, sendo tão abundante como é, acontece o mesmo muitas vezes: que o futuro perfeito do indicativo e do subjuntivo tenham a mesma voz, e o futuro do optativo e o presente do subjuntivo e outros muitos tempos são semelhantes como claramente consta ao que sabe a língua latina. O mesmo acontece em muitos tempos na [língua] espanhola [...]. (TOMÁS, 1560a, p.14-15 – tradução nossa)¹¹⁷

A lista dos verbos irregulares descrita na obra é a mesma apresentada por Anchieta (1990, [1595] pp. 209- 215) e Figueira (1880 [1621], pp. 52-68). Os verbos irregulares são os seguintes: (É, dizer; Iore, Vir; Manó, morrer; Icó estar; Iké, entrar; Itye, derrubar; Iar, tomar; Apygno, dar traques; Ço, ir; Raço, levar; Jub, estar deitado; In, estar deitado; potí, atar).

Em relação ao verbo *sum*, o gramático afirma que “nesta língua não se acha verbo algum, que bem diretamente possa suprir o verbo *sum*, es fui dos latinos” (ANÔNIMO, 1750, p. 140). No entanto, a falta do verbo *sum* pode ser remediada de três maneiras:

A falta deste verbo se supre na maneira seguinte: há de saber, que o verbo *sum* tem três significações mais precisas, e necessárias a todos os idiomas, convém saber: ser ou estar, ter, possuir. Todas estas se suprem admiravelmente. A primeira se supre só com pôr hum adjetivo na oração concordando com o substantivo [...] esta pedra é duara, Coaé itá cantam. Acha-se o exemplo no adjetiva cantam [dura] que está concordando com o substantivo itá [pedra],

Em segundo lugar significa ter[...] para suprimos esta significação não temos mais que ajuntar qualquer nome substantivo,[...] tenho rossa, Xe copixaba, onde claramente se vê o exemplo em copixaba, que significa rossa, o qual só com se achar nesta oração sem verbo algum, teve bastante vigor para suprir o verbo *sum*, na significação de ter.

A terceira significação deste verbo, que he possuir, como he o mesmo que a segunda, porque o mesmo he ter que possuir, e como gramaticalmente nesta língua não tem outro uso, poderá ficar com a sobredita explicação. (ANÔNIMO, 1750, pp. 142-143)

O missionário, ao tratar dos verbos, descreve a diferença entre o registro de uma variação (língua elegante/polida) associada à variedade de maior prestígio e o registro de uma variação (menos polida/mais usada) associada à variedade de menor

¹¹⁷ Segue texto original “Verdad es que aunque esta lengua tiene modos y tempos distintos en la significación, pero algunos tiempos y algunos numeros son en la voz semejantes. Y esto no es de maravillar, pues que en la lengua latina, con ser tan abundante como es, acontece lo mismo muchas vezes: que el futuro perfecto del indicativo y el del subjuntivo tienen la misma voz, y el futuro del optativo y presente del subjuntivo y otros muchos tempos son semejntes, como claramente consta al que sabe la lingua latina. Lo mismo acontece en muchos tempos en la espanhola [...]

prestígio. Na descrição do modo optativo, o missionário anota três maneiras de construir a frase:

Primeira frase

Ajúcá amó raá – Oxalá matará eu

Segunda frase menos polida, e mais uzada

Tomárâmo ajucá – Tomara eu matar, ou oxalá matara eu

Terceira frase mui polida, e pouco uzada

Ajúcá temó raa – Oxalá matara eu

(ANÔNIMO, 1750, p. 4)

No tempo futuro do modo mandativo, o missionário descreve duas possibilidades de construção:

Futuro mandativo

Terejúcá – Matarás tu

O mesmo futuro, mais claro, comum

EreJucá – matarás tu

(*id, ibid*, p. 3)

No que concerne à variação da língua descrita, a gramática anônima adota uma perspectiva diferente de Anchieta e Figueira. Enquanto Anchieta na sua *Arte* faz menção às diferenças regionais no uso do tupi¹¹⁸, Figueira não menciona qualquer diferença regional ou aponta alguma variação do uso da língua que descrevia.

¹¹⁸ “Há alguma diferença na pronúncia, e uso das diversas partes do Brasil será o melhor mestre. Porque desde os Pitiguares do Paraíba do Norte até os Tamoios do Rio de Janeiro pronunciam inteiros os verbos acabados em consoantes, como: *A-pá* eu me acabo, *a -sém* eu saio, *á-pén* eu me quebro, *a-iúr* eu

Um segundo exemplo da preocupação do missionário em registrar a diferença entre uma língua “polida” e uma língua “corrupta” se reflete na formação da negação do verbo. Luís Figueira, na sua gramática, menciona a seguinte regra para a negação do verbo:

[...] e todos os verbos se negão da mesma maneira. E note-se que as negações começam pela letra N. E também assim tem a letra D, depois do N ut *Najucái* ou *Ndajucái* ou com D somente *Dajucái*. (FIGUEIRA, 1880 [1621], p.30)

Como observa Barros (2003, p. 142), “uma regra do repertório tupi do século XVIII identificada como sendo própria da variedade ‘corrupta’ foi a negação do verbo por meio do acréscimo de *Nitio* (ou *Niti*, *Nitibi* etc)”. Na gramática anônima, o autor além das negações iniciada com a letra N ou D, nas palavras do autor, formas mais “polidas e elegantes”, reconhece outras maneiras de negar o verbo:

Para negarmos qualquer couza nesta Lingua, se uza de vários modos de negaçoes. Todas annexas ao verbo, compondose com ellas, e com o verbo affirmativo outro negativo. E note-se que todas as negações principião pela letra N. Seja exemplo o verbo affirmativo Iucá que significa matar. Acrescentando nós na maneira seguinte: *Ajucá* – eu mato; *Najucái*, eu não mato: - acrescentase-lhe também um i no fim para ficar mais elegantes como se vê no verbo acima, porém, quem lhe não ajuntar o dito, i, sempre o entenderão quase da mesma sorte.

Em lugar do dito N se pode ajuntar outra qualquer casta de negação com v.g. *Nitibi*, *nitio*, *nangái*, *nangaité*; *Najucái* ou *Najucá*, *Nitio jucá*, *nitio ajucá*, *Nangái jucá*, *Nangaité jucá*. (ANÔNIMO, 1750, pp. ,161-162)

A incorporação de outras formas de negação do verbo reflete, portanto, a percepção do autor sobre as mudanças que estavam ocorrendo na língua em uso.

Por fim, considerando a relação do verbo com os outros elementos da frase, a gramática apresenta a mesma divisão entre verbos “activos, “não activos”, neutros, passivos e absolutos descrita por Figueira (1880 [1621], pp. 85- 92). Ativos são os verbos que pedem o seu complemento acusativo e não ativos são os verbos que não pedem caso “salvo por virtude de alguma preposição”. Neutros são os verbos que “não pedem cazo” Os passivos são “os que se fazem dos activos ajuntando-lhe a partícula [nome recíproco] Je vg. *Ajejucá*- eu me mato, ou sou morto de outro” (ANÔNIMO, 1750, p.139).

venho. Mas os Tupis de S. Vicente, que são além do Rio de Janeiro, nunca pronunciam a última consoante no verbo como: *A-pá* em vez de *a-páb*, *asê* em vez de *asém*, *apê* em vez de *apén*, *aiú* em vez de *aiúr*”. (ANCHIETA, 1990 [1595], p149)

4.4.4 Do Particípio

A gramática embora elenque o particípio entre as oito partes da oração, não trata do particípio em um capítulo à parte. Ao tratar do verbo, o missionário insere no quadro geral das conjugações verbais as formas do particípio presente (Ojucá oae, o que mata, ou matava ou o qual mata) e do particípio futuro (Ojucá oaerama, o que há de matar).

Vale recordar que João de Barros, na *Gramática da língua portuguesa*, coloca o particípio entre as nove partes da oração, mas também não o trata em separado do verbo. Barros faz uma pequena menção aos particípios no tópico intitulado “Dos pretéritos e particípios” (BARROS, 1971 [1540], p. 342).

4.4.5 Da preposição

Os gramáticos missionários, comparando o latim com as línguas ameríndias que descreviam, perceberam que, diferentemente do que ocorria no latim, as preposições se colocavam após os nomes. Por conta disso, muitos missionários usaram o termo “posposições” para se referir às preposições:

E ainda que sejam [preposições] na significação e ofício, porém na colocação são posposições que sempre se pospõem a tais casos (TOMÁS, 1560a, p. 51- tradução nossa).¹¹⁹

Todas estas preposições se pospõem e assim não têm a propriedade das latinas, que se antepõem, y aquí [nesta língua] não. (HOLGUÍN, 1607, p. 136 – tradução nossa).¹²⁰

As preposições são posposições porque sempre se pospõem aos nomes. (ANCHIETA, 1990 [1595], p 193.)

¹¹⁹ Segue texto original “Y aunque lo son [preposiciones] en la significación y oficio, pero en el sitio son posposiciones que siempre se posponen a los tales casos.

¹²⁰ Segue texto original “Todas estas preposiciones se posponen y así no tienen la propiedad que las latinas, que se anteponen, y acá no”.

Todas as preposições desta língua se podem melhor chamar [*sic*] proposições porque sempre se põem depois do nome. (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 115-116).

A gramática anônima, seguindo a tradição de descrição das línguas nativas da América, aponta também a inexistência de uma verdadeira preposição na língua geral.

Todas as preposições nesta Língua se poem depois do nome que regem; por isso se chamam Posposições [...] (ANÔNIMO, 1750, p. 174.).

O espaço dedicado ao estudo da preposição é muito pequeno tanto na gramática de Anchieta, quanto na *Arte* de Figueira. Seguindo essa tradição, o capítulo dedicado às preposições na gramática anônima se resume a uma curta definição e uma lista de preposições. A lista das preposições elencadas na gramática anônima apresenta influência da obra de Figueira:

Quadro 24. Lista das preposições

Arte da Língua Brasilica 1880 [1621]		Gramatica da lingua geral do Brazil 1750	
Preposição	Significado	Preposição	Significado
Mo	O mesmo que <i>In</i> no latim	Rama	Por ou para
Pe	O mesmo que <i>In</i> no latim	Pe	O mesmo que <i>In</i> no latim (com acusativo)
Çupe	<i>A</i> no latim (rege dativo)	Cupé	Aos, ao, ás, a
Bo	O mesmo que <i>Per</i> no latim	Rupi	Por ,pelo ou pelos
Çocé	O mesmo que <i>Super</i> ou <i>Supra</i> no latim	Arpe ou Aribo	Maior, mais grande
Tobaké	O mesmo que <i>Coram</i> no latim	Cui	Dos, das de
Temondé	O mesmo que <i>Ante</i> no latim	Guyra, Ibyra	Por baixo
Çũi	O mesmo que <i>Ex</i> ou <i>De</i> no latim	Pocé	Na mesma cama ou lugar
Çupi	O mesmo que a preposição <i>Secundum</i> no latim.	Ranhé	Primeiro, antes
Porupí	Ao longo de	Cobaké	Em presença
Pocé	Comigo no mesmo lugar ou cama	Tenondé	Antes ou primeiro
Aribo	O mesmo que <i>Supra</i> no latim	Tá	Nota de pergunta: Abatá quem és tu?
Apyri	Junto de mim	Taé	Nota de pergunta Abátaé: quem és tu?

Pabē	Junto de mim (usada com verbo no plural)	Ae	Se ajunta no fim da oração para repetir segunda vez ao que a primeira vez a não ouvis.
Recē ou Cecé	O mesmo que <i>Propter</i> no latim	Pyri	Junto de mim
Ri	O mesmo que <i>Propter</i>	Iruano, Irumo	Comigo
Coty	O mesmo que <i>Versus</i> no latim	Pabé	Comigo (usado com verbo no plural)
Pupé	O mesmo que <i>In</i> no ablativo	Recé, Cecé	O mesmo que <i>Propter</i> dos latinos; em Português Por amor.
Çagéy	De traves	Kety	O mesmo que <i>Versus</i> no latim
Roiré, Riré Ré	São o mesmo que <i>Post</i> ou <i>Postquam</i> no latim	Pupé	O mesmo que <i>In</i> no latim (com ablativo)
Eymebé	O mesmo que <i>Ante</i> ou <i>Priusquam</i> no latim	Reiré, Riré	O mesmo que <i>Postquam</i> dos latinos
Ianondé	O mesmo que <i>Ante</i> ou <i>Priustquam</i>		
J	A letra J também é preposição algumas vezes junta com nomes de lugar. O mesmo que <i>Circa</i> ou <i>Ad</i> no latim		

Fonte: Elaborado pelo autor

4.4.6 Do advérbio

A gramática anônima, do mesmo modo que a *Arte* de Figueira, define o advérbio como a palavra que muda a significação de nomes e verbos:

Advérbio é uma parte da oração, que não rege caso, mas serve de dar força, e eficácia com seu significado aos verbos, e nomes, para significarem mais energia; ut aço ipó, vou resolutamente.(FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 121)

O advérbio he uma parte da oração, que serve de declarar, e esforçar mais a significação dos verbos, e nomes a que se ajunta vg. Aço tenhé, vou sem falta. (ANÔNIMO, 1750, p. 179)

Na classificação dos advérbios percebemos que o autor anônimo segue a divisão proposta por Figueira. O quadro a seguir ilustra que o autor anônimo classifica os advérbios da mesma maneira Figueira.

Quadro 25. Classificação dos advérbios

Arte da Lingua Brasílica 1880 [1621]	Gramatica da Lingua geral do Brazil 1750
Tempo	Tempo
Lugar	Lugar
Os que respondem ao de lugar	Os que respondem ao de lugar
Interrogativos	Interrogativos
Afirmativos	Afirmativos
Negativos	Negativos
Demonstrativos	Demonstrativos
Incitativos	Incitativos
Proibitivos	Proibitivos
Laudativos	Laudativos
Diversos	Diversos

Fonte: Elaborado pelo autor

O estudo do advérbio termina com uma lista de “algumas dicções que fazem aumentar, declarar ou diminuir o significado dos verbos” (ANÔNIMO, *op. cit.* p.191). O missionário reconhece com esta lista que algumas palavras, embora não sejam classificadas como advérbios, são capazes de mudar o significado do verbo.

4.4.7 Da Conjunção e Interjeição

Como já salientamos, a interjeição foi introduzida entre as oito partes da oração pelos gramáticos latinos. Donato define a interjeição como “par orationis significans means affectum voce incondita” (DONATO *apud* ZWARTEJES, 2002, p. 50). Manuel

Álvares, na sua gramática latina, também entendia a interjeição como a parte da oração que manifesta os afetos do ânimo “Interjectio est pars orationis quae varios animi affectus indicat[...]” (ÁLVARES, *apud* ZWARTEJES *op. cit.* p. 51).

As definições de interjeição encontradas na gramática anônima e na *Arte* de Figueira demonstram a influência de Manuel Álvares.

Interjeição é uma parte da oração com que significamos os affectos do animo, como tristeza, dor saudade etc. (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 138).

A interjeição he uma parte da oração que declara os afetos do animo. (ANÔNIMO, 1750, p. 240).

A gramática anônima reduz o número de interjeições apresentado por Figueira de dez para sete.

Quadro 26. Lista das interjeições

Arte da Lingua Brasilica 1880 [1621]	Gramatica da lingua geral do Brazil 1750
Acái – diz o que se doe	Acá – diz que se doe de alguma couza
Hái – diz o que sente doutro	Acague – o mesmo
Ia - diz o que gosta com o desastre do outro	Amóreã- diz o que deseja
Temomã – diz o que deseja	Tó – diz o que se espanta
Mã – diz o que deseja, ou se lastima	Guyg – diz que vê a couza ao longe fora de proposito
Quyg – diz o que ve a cousa longe, ou fora de proposito	Hé, hé hé – diz o que se compadece
Coá – diz o que se compadece	Hé – diz o que está angustiado
Apagué – diz o que festeja graças ou vonidades	
Thó – diz o que se espanta	
Hé – diz o que esta angustiado	

Fonte: Elaborado pelo autor

No que concerne às conjunções, Anchieta não as menciona na sua gramática e Figueira considera que não há uma nítida distinção entre a conjunção e a classe dos nomes e dos advérbios:

Muitas conjunções se acharão atrás com o nome de advérbio porque muitas vezes se poem adverbialmente; nem vai muito em confundir nomes de pouca entidade [sic] com tanto que conste de sua própria significação (FIGUEIRA, 1880 [1621], p. 188-189).

A gramática anônima não apresenta definição para o conceito de conjunção. A parte dedicada à conjunção na gramática se resume a uma lista de cinco conjunções (Tené, mas antes; Bé, também; Abé, Também; Nhó, só; Nhoté, somente). A interjeição e a conjunção são as partes da oração que recebem menos espaço na gramática anônima. O estudo das duas classes ocupa apenas uma página da obra.

4.5 Da Sintaxe

A gramática anônima, na parte dedicada à sintaxe, retoma a distinção entre os verbos “activos” e os verbos “não activos” para tratar da questão da relação dos verbos com o nominativo (sujeito) e o acusativo (objeto).

Ao compararmos as primeiras regras de sintaxe elencadas na gramática anônima (1750 p.196-206) com as descritas por Figueira (1880 [1621], p. 140-148), podemos observar que o autor anônimo retoma quase literalmente as lições do Jesuíta.

Quadro 27. Regras de sintaxe

Arte da Lingua Brasilica 1880 [1621]	Gramatica da lingua geral do Brazil 1750
<p style="text-align: center;">Primeira regra</p> <p>Quando a primeira pessoa, ou a segunda são nominativos de algum verbo activo, e a terceira pessoa lhe ficar no accusativo, nos tempos de artigo, o tal verbo terá seu artigo expresso, ut: Ajucá jaguára, Erejucá, jaguára, e assim nos modos de artigo.</p> <p style="text-align: center;">Segunda regra</p> <p>Quando a terceira pessoa é nominativo, e a primeira, ou a segunda são accusativos; em tal caso a terceira pessoa não tem o artigo claro, ut: Pedro xejucá, Pedro me mata, e não se diz Ojucá.</p>	<p style="text-align: center;"><u>Regra 1º</u></p> <p>Quando a primeira, ou a segunda pessoa he nominativo, e a terceira accusativo nos modos de artigo, tem o verbo o seu artigo expresso: Ajucá jagóara, Erejucá Jagóara.</p> <p style="text-align: center;"><u>Regra 2º</u></p> <p>Quando a terceira pessoa he nominativo, e a primeira ou a segunda accusativo, em tal cazo a terceira pessoa não tem artigo claro: Pero xejucá – Pedro me mata, e não se diz ojucá.</p>

Terceira regra	<u>Regra 3º</u>
Quando a tal terceira pessoa em nominativo se ajunta com o verbo no Permissivo modo, ou no imperativo, os quaes tem por artigo To, ut: Tojúcá, mate ele; havendo de ter accusativo a primeira, ou a segunda pessoa, por-se-ha da maneira seguinte. Taxejucá Pedro; Tandejucá, mate-me Pedro, e mate-te a ti.	Quando a tal terceira pessoa he nominativo se ajunta com o verbo no modo permissivo, ou imperativo, os quaes ambos tem por artigo To, havendo de ser accusativo a primeira, ou segunda pessoa, por tela da maneira seguinte: Taxejucá Pedro- Tanejucá, mate-me Pedro, mate-te a ti.
Quarta regra	<u>Regra 4º</u>
Quando a terceira pessoa é nominativo, e tem outra terceira pessoa por accusativo, em tal caso leva o verbo o seu artigo nos tempos, que tem artigo. Pedro oujúcájaguára [...]	Quando a terceira pessoa he nominativo, e tem outra terceira pessoa por accusativo, em tal caso nos tempos o tem o verbo seu artigo expresso: Pero ojúcá jagoára [...]

Fonte: Elaborado pelo autor

Na sequência, a gramática trata, brevemente, da sintaxe de regência no capítulo intitulado “das anotações de algumas partes que levão o verbo ao gerúndio” o autor anônimo concluí esse capítulo com um parágrafo que, em nossa opinião, resume o caráter descritivo da obra.

Outras muitas palavras há, que levão o verbo ao Gerundio, as quaes se aprenderão com o uso, que para exemplo estas só bastão, porque o uso, e continuação são as couzas, que melhor ensinão sem mestre. Pode-se aprender qualquer Lingua sem uso e continuação de nenhuma Arte. (ANÔNIMO, 1750, p. 203)

Em relação à colocação das partes da oração, o missionário afirma que “o uzo, e colocação das partes da oração he muito vario” (ANÔNIMO, *op. cit*, p. 204). Na sintaxe de colocação o missionário mais uma vez retoma as lições de Figueira.

Quadro 28. Sintaxe de colocação

Arte da Lingua Brasilica 1880 [1621]	Gramatica da lingua geral do Brazil 1750
O nome, ou pronome em respeito do verbo, podem estar antes ou depois [...]	O nome ou pronome a respeito do verbo podem estar antes, ou depois [...]
Na terceira pessoa relativa, communte o nome, ou pronome precede o verbo [...]	Na terceira pessoa relativa comumente o nome, ou pronome, precede o verbo [...]
Os relativos sempre se collocam depois do nome, que relatão, como a ordem pede; mas se o nome, ou pronome, que há de ser referido, estiver junto do relativo, o relativo precederá. Aé abá oçóune, esse mesmo homem irá.	Os relativos sempre se collocão depois do nome que relatão, como a ordem pede; mas se o nome, ou pronome que há de ser referido estiver junto ao relativo, o relativo precederá: Aé aba oçone – esse homem irá.

O adverbio em quanto tal, pode preceder, ou pospor-se comumente [...]	O adverbio em quanto tal comumente pode antepor-se ou pospor-se [...]
A preposição em quanto tal, sempre se pospõe; e por isso se disse que melhor se chamariam posposições que preposições [...]	A preposição emquanto tal sempre se pospoem, e porisso se chamarão melhor posposições [...]
Das interjeições algumas sempre se pospoem [...] outras são varias na collocação.	As interjeições algumas se pospoem, outras são várias na collocação.
Das conjunções algumas se antepoem [...]	As conjunções algumas se antepoem, outras são várias na collocação.
Pe. Esta nota de interrogação Pe. Sempre se pospõe; mas com advertência, que se na oração houver adverbio, sempre se põe depois dele immediatamente.	Pé nota de accusativo, ou ablativo sempre se pospoem.

Fonte: Elaborado pelo autor

A gramática anônima termina com um índice remissivo das preposições, interjeições e conjunções e outro com os verbos que aparecem elencados na gramática. Os índices são organizados em ordem alfabética e com a indicação das páginas em que as palavras aparecem. O índice remissivo, ausente tanto em Anchieta quanto em Figueira, reflete a preocupação do autor anônimo com o caráter prático e didático da obra.

Caminhando para a parte final de nossa pesquisa, apresentaremos, a seguir, as conclusões a que chegamos.

CONCLUSÃO

Nesta tese, estudamos um manuscrito anônimo produzido no século XVIII (1750) no antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará. Dos textos que compõem o manuscrito, analisamos a *Gramatica da lingua geral do Brazil* e destacamos a relação de dependência existente entre a gramática anônima e a *Arte* de Luís Figueira. No estudo da obra, organizamos o nosso trabalho em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, denominado **Da História às Histórias**, procuramos explicitar o referencial teórico em que nos apoiamos, isto é, a História das Ideias Linguísticas, destacando o conceito de gramatização formulado por Aurox (2009). Na sequência, propusemos a aproximação dos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguística com os pressupostos teóricos da Historiografia da Linguística Missionária (ZIMMERMANN, 2004, 2018; ZWARTJES, 2012), pois, como sugerimos, o diálogo e a aproximação das duas linhas de investigação proporcionou uma melhor compreensão do nosso objeto de análise. Ainda no mesmo capítulo, apontamos a pouca atenção que os historiadores da Linguística dispensaram ao trabalho de reflexão gramatical dos missionários e o novo interesse que esses trabalhos receberam no início da década de 90 do século XX.

No segundo capítulo, **A Ação Missionária no Estado do Maranhão e Grão-Pará**, apresentamos uma contextualização histórica do processo de implantação das missões religiosas na região norte da colônia. Esse panorama histórico foi relevante para compreendermos as condições em que os saberes sobre as línguas dos índios eram produzidos e por onde esses saberes circulavam.

No terceiro capítulo, **O Processo de Gramatização das Línguas Ameríndias**, apontamos que o processo de gramatização das línguas do Novo Mundo foi um desdobramento do processo de gramatização massiva das línguas europeias. Nesse sentido, como salientamos, o trabalho de descrição gramatical dos missionários altera a imagem de um processo de gramatização eurocêntrico no seu início, pois muitas línguas nativas da América foram gramatizadas e dicionarizadas antes de muitos vernáculos europeus. Na sequência do capítulo, a partir da análise do *corpus* de exemplos retirados das gramáticas escritas sobre as línguas indígenas brasileiras (tupi, kiriri) e de gramáticas sobre outras línguas nativas da América (quíchua, náhuatl), traçamos o

perfil dessas obras e indicamos algumas das suas principais características. Da análise que fizemos, destacamos os seguintes pontos:

- A) A produção de gramáticas e dicionários no Novo Mundo nasce do imperativo teológico do saber linguístico, ou seja, da necessidade de conhecer a língua de quem se quer converter. Portanto, os motivos políticos, econômicos que inspiraram os gramáticos europeus do renascimento na produção de gramáticas e dicionários difere do motivo que orientou o trabalho linguístico dos missionários. O caráter missionário das gramáticas se reflete no *corpus* de exemplos que, pela mediação do missionário, tinham a função de transmitir valores morais ou sociais considerados adequados pelos religiosos;
- B) O conhecimento linguístico era fundamental para o trabalho de evangelização dos povos nativos da América. Sendo assim, as obras linguísticas produzidas pelos missionários eram pensadas como instrumentos de auxílio aos religiosos que partiam da Europa e chegavam à América sem o conhecimento da língua indígena. As gramáticas e os dicionários, portanto, são obras bilíngues (português ou espanhol e língua indígena) pensadas como instrumentos de ensino de uma segunda língua;
- C) O trabalho de gramatização das línguas indígenas é fruto não só do trabalho coletivo dos missionários, mas também do encontro entre o missionário europeu e o índio americano. Muitos religiosos relatam que descrevem em suas obras o que recolhem do testemunho oral dos índios;
- D) Os custos da impressão das obras linguísticas corriam por conta das ordens religiosas. Por isso, a escolha da língua a ser gramatizada não era feita de maneira aleatória. Os missionários conheciam as variedades regionais e dialetais das línguas que descreviam, mas optaram por “reduzir” as línguas mais faladas e conhecidas (as línguas gerais);

- E) Para facilitar a compreensão da matéria gramatical e o trabalho de ensino e aprendizagem da língua indígena, os religiosos se valem dos recursos da comparação entre línguas, traduções e comentários explicativos que aparecem na forma de advertências e anotações.

- F) A gramática latina é o modelo teórico a partir do qual os missionários descrevem as línguas indígenas, no entanto, ela era um modelo e não uma imposição. Muitas obras deixam clara a necessidade de se afastarem do modelo latino para descreverem a realidade linguística que percebiam;

- G) Os missionários, muitas vezes, gramatizaram línguas que somente possuíam uma tradição oral. Por conta disso, a necessidade de registrar uma oralidade, sempre fugidia, determina o caráter sincrônico e descritivo das gramáticas.

No quarto capítulo, **A Gramática da Língua Geral do Brasil**, analisamos a partição da matéria gramatical, a descrição das partes da oração e a metalinguagem utilizada na obra. No início, fizemos uma breve apresentação do manuscrito, destacando os demais textos que compõem o códice. Na sequência, buscamos no texto, elementos que permitissem situar a obra no tempo (1750) e no espaço (Pará).

Na análise das partes que compõem a gramática, destacamos a influência da *Arte* de Luís Figueira no processo de descrição gramatical do autor desconhecido. Da análise da gramática, ressaltamos os seguintes pontos:

- A) A gramática anônima não apresenta os capítulos dedicados ao estudo das letras ou à descrição das declinações dos nomes como fazem Anchieta e Figueira;

- B) A gramática segue a tradição greco-latina das oito partes da oração (nome, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição),

embora não trate do particípio em capítulo à parte como fez Figueira, por exemplo;

- C) Na distinção entre os nomes substantivos e adjetivos, a gramática anônima enfatiza o critério semântico, enquanto Figueira destaca os critérios sintáticos e morfológicos;
- D) A gramática anônima se afasta da doutrina de Figueira na descrição dos pronomes. O que é elencado por Figueira como pronome pessoal (Xe, Nde, I.. Eu, Tu, Ele, ...) é descrito na gramática anônima como pronome possessivo (Xe, Nde, I... Meu, Teu, Seu). Além disso, a gramática inova ao elencar a classe dos “pronomes extravagantes”;
- E) No estudo do verbo, preposição, advérbio, conjunção e interjeição, a gramática segue a doutrina gramatical proposta por Figueira;
- F) Na sintaxe, como demonstramos, há trechos transcritos quase literalmente da gramática de Figueira.

Do ponto de vista da língua descrita, a gramática revela que a língua geral do século XVIII já começava a se distanciar da língua geral normatizada nas gramáticas e dicionários impressos que circulavam entre os missionários.

Na descrição dos nomes possessivos, o missionário anônimo reconhece diferentes níveis de competência linguística ao apontar uma forma usada pelos “bons línguas” e uma forma usada pelos que “sabem pouco da língua”. Em algumas passagens, a obra registra a diferença entre uma variante de maior prestígio (elegante/polida/menos usada) e outra de menos prestígio (menos polida/mais usada). A incorporação de diferentes usos da língua reflete a percepção do missionário em relação às mudanças que estavam ocorrendo na língua que descrevia.

A análise da obra deixa entrever o missionário imerso no dilema entre descrever uma língua “elegante” e “polida” ao seguir a norma dos textos antigos e

falada pelos “bons línguas” ou ser inteligível, ao descreve a língua falada no cotidiano das missões. A preocupação em descrever a língua em uso, registrando as mudanças e as variações que iam ocorrendo, é uma das maiores contribuições da *Gramatica da lingua geral do Brazil*.

Concluimos, por fim, que a gramática anônima é uma (re)escrita do trabalho de Figueira adaptado à língua geral amazônica do século XVIII. O trabalho de compilação do autor anônimo ganha relevância se lembrarmos da dificuldade de acesso aos trabalhos de Anchieta e Figueira. A segunda edição da *Arte* de Figueira é publicada em Lisboa, em 1687, e uma terceira edição, só apareceria em 1795. A gramática de Anchieta só receberia uma segunda em edição 1874, portanto, quase três séculos após a sua primeira publicação (1595). Acreditamos que outras “compilações” de lições gramaticais circularam entre os missionários de forma manuscrita e que esses trabalhos auxiliaram no processo de ensino e aprendizagem da língua indígena. Entretanto, vale ressaltar que é tema para outras pesquisas buscar e analisar os materiais produzidos pelos missionários das diferentes ordens religiosas sobre as línguas nativas do Brasil, a fim de que haja uma maior compreensão da história das gramáticas no período colonial brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNOLIN, A. *A babel das línguas e o 'Grego da terra': catequese e gramática na América portuguesa (séc. XVI-XVII)* In: Denis Milan, Olgária Matos (Org.) *Gemas da Terra- imaginação, Estética e Hospitalidade*. São Paulo. Logo Ed. SESC, 2010, pp. 193-238.

_____. *Jesuítas e Selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séc. XVI-XVII)*. São Paulo. Humanitas/FAPESP, 2007

AGUIAR, C. *Padre Antônio Vieira e a missão jesuítica da serra de Ibiapaba (1655-1759)*. Rio de Janeiro. Revista do IHGB, jun. 2011. pp. 507-546.

ALTMAN, C. *A descrição das línguas 'exóticas' e a tarefa de escrever a história da linguística*. ABRALIN (Curitiba) , v. eletrônico, 2013. pp. 209-230.

_____. *História, Estória e Historiografia da Linguística Brasileira*. Todas as Letras (São Paulo. Impresso) , v. 14. 2012 a. pp. 14-37.

_____. *As partes da oração na tradição gramatical do Tupinambá/Nheengatu*. Limite , v. 6, 2012 b. pp. 11-51.

_____. *A descrição das línguas 'exóticas' e a tarefa de escrever a história da linguística*. ABRALIN (Curitiba) , v. eletrônico 201.1 pp. 209-230.

_____. *Filologia e linguística - outra vez*. São Paulo. Filologia e língua portuguesa, número 6, 2004. pp. 161-198.

_____. *“As gramáticas das ‘línguas gerais’ sul-americanas como um capítulo da historiografia linguística ocidental”*. Fernandez Rodriguez, Garcia Gondar & Vazquez Veiga, 1999. pp.151–160.

AMORIM, M.A. *Os franciscanos no Maranhão e Grão'Pará: missão e cultura na primeira metade de seiscentos*. Lisboa, CEHR, 2005.

ANCHIETA, J. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Obras completas vol. 11. Edição fac-similar- Apresentação Carlos Drummond. Notas Pe. Armando Cardoso S.J. São Paulo, Loyola, 1990 [1595].

ANÔNIMO. *Gramatica da Lingua Geral do Brazil*. Com hum dictionario dos vocabulos mais uzuaes para a intelligencia da dita lingua. Pará: Biblioteca da Universidade de Coimbra, [1750]. Ms. 69. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bg3/UCBG-Ms-69/UCBG-Ms-69>

ARAÚJO, A. de. *Catecismo na lingua Brasilica, no qual contém a suma as doctrina christã. Com tudo que pertence ao mysterio de nossa sancta fé e bõs costumes. Composto a modo de dialogo por padres doctos & bons línguas da companhia de IESU (1618). Emendado nesta segunda edição pelo padre Bartolomeu de Leam da mesma companhia*. Lisboa, oficina de Michel Deslandes, 1686.

ARENZ, K.-H. *De l'Alzette à l'Amazonie: Jean-Philippe Bettendorff et les Jésuites en Amazonie portugaise (1661-1693)*. Section historique de l'institut du Grand-Duch: de Luxemburg, vol. CXX. 2008.

_____. *Agonia da Missão – Ruína do Estado: uma carta do padre João Felipe Bettendorff (1674)*. Revista dos estudos amazônicos, Belém (PA), IV,nº1, 2009, pp.147. 152.

ARENZ, K. H.; SILVA, D. C.. *Levar a luz de nossa santa fé aos sertões de muita gentilidade: Fundação e consolidação da missão jesuítica na Amazônia Portuguesa (século XVII)*. Belém. Açai, 2012.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, Ed. Unicamp, 2009.

AZEVEDO, J.L. *História de Vieira*. São Paulo. Alameda, 2008

_____. *Os jesuítas no Grão Pará: suas missões e colonização*. Lisboa, tavares correia, 1901.

AYROSA, P. *Apontamentos para a bibliografia da língua tupi-guarani*. Boletim da faculdade de letras e ciências humanas da universidade de São Paulo. 1954.

BARROS, J. *Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa madre igreja*. Edição crítica, leitura modernizada e reprodução fac-similar Gabriel Antunes de Araujo (org.). Humanitas-Paulistana, 2008 [1539].

_____. *Gramática da língua portuguesa, Cartinha, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Leitura, introdução e notas: Leonor Carvalhão Buescu. Universidade de Lisboa, 1971 [1540].

BARROS, M. C. D.M.. A relação entre manuscritos e impressos em tupi como forma de estudo da política linguística jesuítica no século XVIII na Amazônia. In: Revista Letras, n. 61, Especial, Curitiba, 2003. pp. 125-152.

_____. *O intérprete jesuíta na constituição de um tupi supraétnico*. Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica, 3 (2), Brasília, Thesaurus/Unb, 1994 a. pp.18- 25.

_____. *Os intérpretes Jesuítas e a Gramática Tupi no Brasil (século XVI)*. Cadernos Ciências Humanas do Museu Goeldi. 4, Belem, 1994 b.

_____. *Uma visão romântica da língua tupi*. Ameríndia – Rêvue d'ethnolinguistique Amerindienne 15. Paris, 1990. pp.85-94.

_____. *Um caso de política linguística: a questão do intérprete e do discurso religioso no Brasil colonial*. Ameríndia - Rêvue d'ethnolinguistique Amerindienne. 11, Paris, 1986. pp.69-77.

_____. *Política del lenguaje en Brasil colonial (1549-1749)*. México, Escuela Nacional de Antropología e Historia, 1983, (dissertação de mestrado).

BARROS, M.C.M. & MONSERRAT, R.M.F. *Fontes manuscritas sobre a língua geral da Amazônia escritas por jesuítas “tapuitinga”* (século XVIII). In: Dicionário da língua geral da amazônica. Ed. Diplomática, revisada e ampliada com comentários e anexos de Wolf Dietrich, Ruth Monserrat e Jean-Claude Miller. Potsdam. Universidade de Potsdam. Belém/Pará. Museu Paraense Emílio Goeldi. 2019. pp. 26-36.

BATISTA, R.O. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo. Cortez, 2013.

BEOZZO, J.O. *Leis e regimentos das missões*. São Paulo. Loyola, 1983.

BINOTTI, L. *La lengua compañera del império: Observaciones sobre el desarrollo de un discurso de colonialismo lingüístico en el renacimiento español*. In: ZWARTJES, O. (Dir). *Las gramáticas misioneras de tradición hispánica (siglos XVI-XVII)* Portada Hispanica 7, Rodopi, Amsterdam-Atlanta, 2000. pp. 257-283.

BETTENDORFF, J. P. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*. Ed. Senado Federal, Brasília, 2010.

BORGES, L. C. *A língua geral: revendo margem em sua deriva*. In: *Línguas Gerais – Política linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2003.

_____. *Les langues générales et la grammatisation des langues indiennes*. Paris, Langages, 130, 1998. pp. 52-67.

_____. *O nheengatu: uma língua amazônica*. *Papia, Revista de Crioulos de Base Ibérica*, Unb, Brasília, 4,(2): 1996. pp.44-55.

BUESCU, M. L. C. *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Biblioteca breve. Vol. 71. Lisboa, 1983.

BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989) a revolução francesa da historiografia*. São Paulo. Unesp, 1997.

CÂMARA JR. J M. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro, Livro técnico, 1977.

_____. *História da linguística*. São Paulo. Vozes, 1975.

CASTELNAU-L'ESTOILE, C. de. *Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil, 1580-1620*. Tradução de Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

CARDOSO, A. *A conquista da Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626)*. São Paulo. Revista brasileira de história. Vol. 31, jun. 2011. pp. 317-338.

CAVALIERE, R. *Os estudos historiográficos de Antenor Nascentes*. Confluência 32. Rio de Janeiro, 2006. pp.65-72.

_____. *Uma Proposta de Periodização dos Estudos linguísticos no Brasil*. In: *Confluência. Revista do Instituto de língua portuguesa*- 23, Rio de Janeiro, 2002. pp. 49-69

COLOMBAT, B, FOURNIER, J, M, PUECH, C. *Uma história das ideias linguística*. São Paulo. Contexto, 2017.

CORTEZ Y ZEDAÑO, G.T.A. *Arte, vocabulario y confesionario en el idioma mexicano*. 1765. Disponível em: <https://Archive.org/details/Artevocabularioy00cort> Acesso 20/07/2019

DAHER, A. *A oralidade Perdida*. Ensaios de história das práticas letradas. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 2012

_____. *A conversão dos Tupinambá entre oralidade e escrita nos relatos franceses dos séculos XVI e XVII*. Horizontes Antropológicos , v. Ano 10, 2004. pp 67-92.

_____. *Ecrire la langue indigène*. La grammaire tupi et les catéchismes bilingues au Brésil (XVIe siècle). Mélanges de L'ecole Française de Rome. Roma, V. 1999. pp.231-250.

_____. *Escrita e conversão: a gramática tupi e os catecismos bilingues no Brasil do século XVI*. Revista de Educação. São Paulo. 1998. pp.31-43.

DOSSE, F. *História do estruturalismo*. Bauru, SP. EDUSC, 2007. 2v.

_____. *História e ciências sociais*. Bauru, SP. EDUSC, 2004.

_____. *A História em migalhas: Dos Annales à Nova História*. Bauru, SP. EDUSC, 2003.

EDELWEISS, Frederico G. *Estudos tupis e tupi-guaranis*. Rio de Janeiro, Brasiliana, 1969.

ELIA, S. *Ensaios de filologia e linguística*. Rio de Janeiro. Grifo,1975.

ESPARZA TORRES, M, A. *Linguistas en la frontera: sobre las motivaciones, argumentos e ideario de los misioneros lingüistas*. Romanisk in geshichte und gergenuwant, , 9/1, 2003. pp. 67-92.

FÁVERO, L. L. & MOLINA, M. A .G. *As Concepções Linguísticas no Século XIX - A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006.

_____. *História das ideias linguísticas: origem, método, limitações*. In: *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v. 16, p. 131-146, 2004.

FEBVRE, L. *Contra o vento: manifesto dos novos Annales*. In: NOVAIS, A. F; SILVA, R. F (org) . *Nova História em perspectiva*. São Paulo. Cosac Naify, 2011. pp. 74-85.

FEBVRE, L. MARTIN, H.J. *O aparecimento do livro*. Edusp. São Paulo, 2017.

FEBRES, A. *Arte de la lengua general del reyno de Chile con un dialogo chileno-hispanico muy curioso: a que se añade la doctrina christiana, esto es, reza, catecismo, coplas, confessionario, y platicas; lo mas en lengua chilena y castellana*. Lima, 1765. Disponível em: <https://Archive.org/details/Artedelalenguag00febr>: Acesso 20/08/2019

FIGUEIRA, L. *Relação do Maranhão, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva*. In: Revista do Instituto do Ceará.1887 [1608], Tomo I, p. 97- 138, Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/> Acesso: 20-08-2018.

_____. *Memorial sobre as terras, e gentes, do Maranhão, e Grão Pará, e rio das Amazonas* . revista do IHGB, 1927. [1637] pp.421-432.

_____. *Arte da Lingua Brasilica*. ed. fac-simile da edição de 1687. Anotada por Emílio Allain. Rio de Janeiro. Typographia Lombaerts & cia. 1880 [1621].

FREIRE, J. R. B. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

_____. *Da 'fala boa' ao português na Amazônia brasileira*. AMERINDIA: Revue d'Ethnolinguistique Amérindienne. 8: 39-83, Paris, 1983.

FREIRE, J. R.B. & ROSA, M. C. (orgs). *Línguas Gerais – Política linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2003.

GILBERTI, M. *Arte de la lengua de michuacan* ,1558 Disponível em: <https://Archive.org/details/Artedelalenguade00gilb> Acesso 20/ 08/2019

GUIMARÃES, E. *Sinopse dos estudos do português no Brasil : a gramatização brasileira*. In: Guimarães,E. & Orlandi, E. (orgs.) *língua e cidadania*. Campinas. Pontes, 1996.

GODIN, N. *A invenção da Amazônia*. São Paulo. Marco Zero, 1994.

GURIÊVITCH, A. *A síntese histórica e a escola dos anais*. São Paulo. Perspectiva. S.A., 2003.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed.: São Paulo. Companhia das letras, 1995.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo. Ed. Nacional, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia. 1977. Coleção Brasileira vol. 333.

HOLGUÍN, D.G. *Gramatica y arte dela lengua general de todo el Peru llamada quichua, o lengua del inca*. Peru, 1607. Disponível em: <https://Archive.org/details/Gramaticayartenu00gonz> Acesso20/ 08/2019

HORTA-NUNES, J; RODRIGUEZ-ALCALÁ *Langues amerindiennes à la renaissance: norme et exmples dans les descriptions du tupi et du guarani. Histoire, Épistemologie, Language.* 30/II, Paris, 2008, pp. 25-70.

KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas.* São Paulo: Perspectiva. 10ª edição. 2011.

LE GOFF, J. *História e memória.* Campinas, SP. Ed. Unicamp. 2012.

_____. *A história nova.* In: NOVAIS, A. F; SILVA, F. R. (org). *Nova História em perspectiva.* São Paulo. Cosac Naify, 2011. Pp. 128 -176.

LEE, M. K. *Conversing in colony – The brasílica and the vulgar in Portuguese America.* Baltimore. Jhon Hopkins University. Ph. D. dissertation, 2005.

LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática portuguesa: Uso e Norma.* São Paulo. Paulistana/Humanitas, 2007.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Tomos I-III e IV-VI. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

_____. *Os capítulos de Gabriel Soares de Sousa contra os padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil.* In: anais da Biblioteca nacional, Vol. LXII. Rio de Janeiro, 1942 pp. 339-381.

_____. (org.) *Cartas dos Primeiros Jesuítas no Brasil (1538-1553).* São Paulo, Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 3 vol., 1954 – 1957.

_____. *Luiz Figueira: sua vida heroica e sua obra literária.* Lisboa Agencia geral das colônias, 1940.

LUGO, B. *Gramatica en la lengua general del nuevo reyno llamada mosca,* Madrid, 1619. Disponível em: <https://Archive.org/details/gramaticaenlalen00lugo> Acesso 20/08/2019

MAGALHÃES, P.A.I. *A palavra e o império: a Arte da língua Brasílica e a conquista do Maranhão* Revista de História nº 16, São Paulo, 2011. pp. 367-401.

MAMIANI, L. V. *Arte de grammatica da Lingua Brasílica da Naçam Kiriri.* Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, 1887 [1699].

MARABAN, P. *Arte de la lengua moxa, con su vocabulario y catecismo.* Lima 1702. Disponível em: <https://Archive.org/details/Artedelalenguamo00mar> Acesso 20/08/2019

MAYER, S. L. *Jesuítas no Estado do Maranhão e Grão-Pará: convergências e divergências entre Antônio Vieira e João Felipe Bettendorf na administração dos índios.* Dissertação de Mestrado. Unisinos, Rio Grande do Sul. 2010.

MARTÍN, E. J. *Evolución de la enseñanza gramatical jesuítica en el contexto socio-cultural español entre los siglos XVI- y primera mitad del XVIII*. Tesis Doctoral, Universidade Complutense de Madrid, Madri, 2004.

MARTINS, R. M. de A. *Tintas do Reino: Arquitetura e arte nas missões jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759)*. Tese. USP. São Paulo, 2009.

MEXIA Y OCON, I. R. *Arte de la lengua general de los indios del Peru*. Lima, 1648.
Disponível em: <https://Archive.org/details/Artedelalenguage00roxo> Acesso 20/07/2019

MONTEIRO, J. M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. *Traduzindo tradições: Gramáticas, vocabulários e catecismos em línguas nativas na América portuguesa*. In: *Os índios, nós*. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 2000, p. 36-43.

MONTOYA, R.A. *Arte e vocabulario de la lengua guarani*. Madrid, 1640. Disponível em: <https://Archive.org/details/Arteyvocabulario00ruiz> Acesso 20/07/2019

MOTA, J. F. *A confissão tupi: a problemática dos confessionários jesuítico-tupi nos séculos XVI-XVIII nas missões do Grão-Pará e Maranhão e Brasil*. Tese Doutorado. São Paulo. USP, 2017.

NASCENTES, A. *A filologia portuguesa no Brasil [1939] (esboço histórico)*
In: *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro. Academia brasileira de Letras, 2003.

NAVARRO, E. A. *A tradução de textos para línguas exóticas nos séculos XVI e XVII – natureza e características*. In: *Língua e Literatura (USP) Vol. 27*, 2000 pp. 215-234.

_____. *A problemática linguística do renascimento às missões e as gramáticas da língua tupi de José de Anchieta e Luís Figueira*. Tese. USP. São Paulo. 1995.

NEVES, M.H. de M. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo. UNESP, 2002.

NÓBREGA, M. da. *Obra completa*. Edição comemorativa do 5º centenário de nascimento (1517-2017). Introdução, estabelecimento do texto, notas cronologia e bibliografia por Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro. Ed. PUC-Rio/São Paulo Loyola, 2017.

NOVAIS, A. F; SILVA, R. F. (org). *Nova História em perspectiva*. São Paulo. Cosac Naify, 2011.

ORLANDI, E, P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo. Cortez, 2002.

_____. (org.) *História das Ideias Linguística: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. São Paulo: Pontes/ Unimat, 2001.

PERÉS, J.C. *Las gramáticas del siglo de Oro quechua: originalidad y deversidad*. In: ZWARTJES, Otto. (Dir). *Las gramáticas misioneras de tradición hispánica (siglos XVI-XVII)* Portada Hispanica 7, Rodopi, Amsterdam-Atlanta, 2000. pp.125-204

PERRONE-MOISÉ, V. *Índios livres e índios escravos*. Os princípios da legislação indígena do período colonial) séculos XVI a XVIII). In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo. Companhia das letras, 1998. pp.115-132.

POLACHINI, B.S. *Uma proposta de periodização “complexa” para a gramaticografia oitocentista do português*. In: *cadernos de historiografia do CEDOC-USP*.2015. pp.18-33.

POMPA, C. *Religião como tradução: missionários, tupi e “tapuia” no Brasil conlonial*. Bauru. São Paulo. Edusc. 2003

REIS, J. C. *História da História (1950/60) História e Estruturalismo: Braudel versus Lévi-Strauss*. In: *História da historiografia*. Número 1, agosto, 2008. pp.8-18.

RINALDINI, B. *Arte de la lengua tepeguana, con vocabulatio, confessionario y catecismo*. 1743. Disponível em: <https://Archive.org/details/Artedelalenguete00rina> Acesso 20/ 08/2019

RINCÓN, A. *Arte de la lengua mexicana, Mexico*, 1595. Disponível em: <https://Archive.org/details/Artemexicana00rinc> Acesso 20/ 08/2019

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. *L'exemple dans grammaires jesuitiques du guarani*, *Langages*, nº166, 2007/2. pp. 112-120.

RODRIGUES, A, D. *Panorama das Línguas Indígenas da Amazônia*. In: F.Queixalós & Renault-Lescure (orgs) : *As línguas amazônicas hoje*. São Paulo, IRD/ISA/MPEG, 2000, pp. 15-28.

_____. *O conceito de língua indígena no Brasil: os primeiros cem anos (1550-1650) na Costa Leste*. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos* 1, Campinas. Pontes Editores. 1998. pp.59-78.

_____. *As Línguas Gerais Sul-americanas*. *Papias, Revista de Crioulos de Base Ibérica* 4 (2): 6-18, Brasília, Thesaurus Editora/UNB, 1996

_____. *Língua brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo, Loyola. 1994.

RÓNAI, P. *As cartas do p. David Fáy e a sua biografia*. Contribuição para a história das missões jesuíticas na Brasil no século XVIII. *Anais da Biblioteca nacional do Rio de Janeiro*. Vol. LXIV. pp. 192-273.

ROSA, M. C. *A língua mais geral do Brasil nos séculos XVI e XVII*. In: *Línguas Gerais – Política linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2003.

_____. *As Gramáticas Jesuíticas e as Línguas Peregrinas do Novo Mundo. Uma concepção de gramática universal*. Rio de Janeiro, 1997, (mimeo).

_____. *Acerca das duas primeiras descrições missionárias da língua geral*. Ameríndia v.19/20. Paris. pp.273-285. 1995.

_____. *Descrições missionárias de língua geral nos séculos XVI-XVII: o que descreveram? Pápiá, Revista de Crioulos de Base Ibérica*, 2 (1) Thesaurus Editora/UNB, Brasília,1992. pp. 85-98.

RUBIO, T.D. *Arte de la lengua aymara* , Peru, 1603.Disponível em: <https://Archive.org/details/Arteygramaticam00rub>Acesso 20/ 08/2019

SILVA, G. do L. *Educação na Amazônia colonial: uma contribuição à história da educação brasileira*. Manaus. Suframa, 1985.

SILVA, M. B. N. da (Dir.) *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo. Ed. Verbo, 1994.

SWIGGERS, P. *Histoire de la pensée linguistique. Analyse du langage et reflexion linguistique dans la culture occidentale de l'antiquité au XIX siècle*. Paris, Press Universitaires de France, 2007.

TOMÁS, D. S. *Gramatica o arte de la lengua general de las índias de los reinos del Peru*. Valladolid, 1560 a. Disponível em: <https://Archive.org/details/Gramaticaoarted00domi> Acesso 20/ 08/2019

_____. *Lexicón o vocabulário de la lengua general de Peru*. Valladolid , 1560b. Disponível em: <https://Archive.org/details/Lexiconovocabulario00domi> Acesso 20/ 08/2019

TORRES_LONDONÑO, F. *La experiência religiosa jesuíta y la crónica misonera de Pará y Maranhão en siglo XVII*. In: Un reino en la frontera – las misiones jesuítas en América colonial. Lima. Pontificia Universidade Católica del Perú/ Abya-Yala, 2000. pp. 1-16.

VALDIVIA, L. *Arte y grammatica general de la lengua que corre en todo el Reyno de Chile, con vocabulario y confessionalario*. Lima. 1606. Disponível em: <https://Archive.org/details/Arteygramma00vald> Acesso 20/ 08/2019

VENTURA, R. *Estilo tropical- História cultural e polêmicas literárias no Brasil – 1870-1914*. São Paulo, Schwarcz, 1991.

VIEIRA, A. *Cartas do Brasil*. Introdução e organização João Adolfo Hansen. São Paulo. Hedra, 2003.

_____. *Sermões*. Tomos I e II. Introdução e organização Alcir Pécora. São Paulo. Hedra, 2014

VIÑAZA, C. de. *Bibliografía Española de Lenguas Indígenas de América*. Madri, Est. Tip. Sucesores de Rivadeneyra, [1892] 1977

ZIMMERMANN, K. *Lingüística misionera (colonial) estado actual de los estudios historiográficos al respecto*. In: José Vicente Lozano (ed.), *Études de Linguistique*

Ibèro-Romane en homenaje à Marie-France Delpont (collecton ELIR,1), Rouen Publications Électroniques de L'eriatic- Libero, 2018. pp. 71-106.

_____. *Tradición, prestamos y teoría del lenguaje*. La práctica transcultural de los lingüistas misioneros en México del siglo XVI. In: Zwartjes, O. y Alteman, C. (Eds) *Missionary Linguistics II/ Lingüística misionera II- Ortografía and Phonology*, Vol 109, Jhon Benjamins, Philadelphia, 2005, pp. 107-136.

_____. *La construcción del objeto de la historiografía lingüística misionera*. In: O. zwartjes y E. haudhaugen (eds.) *Missionary Linguistics / Lingüística Misionera*. Select papers Linguistics. Oslo, 2004. pp. 8-32.

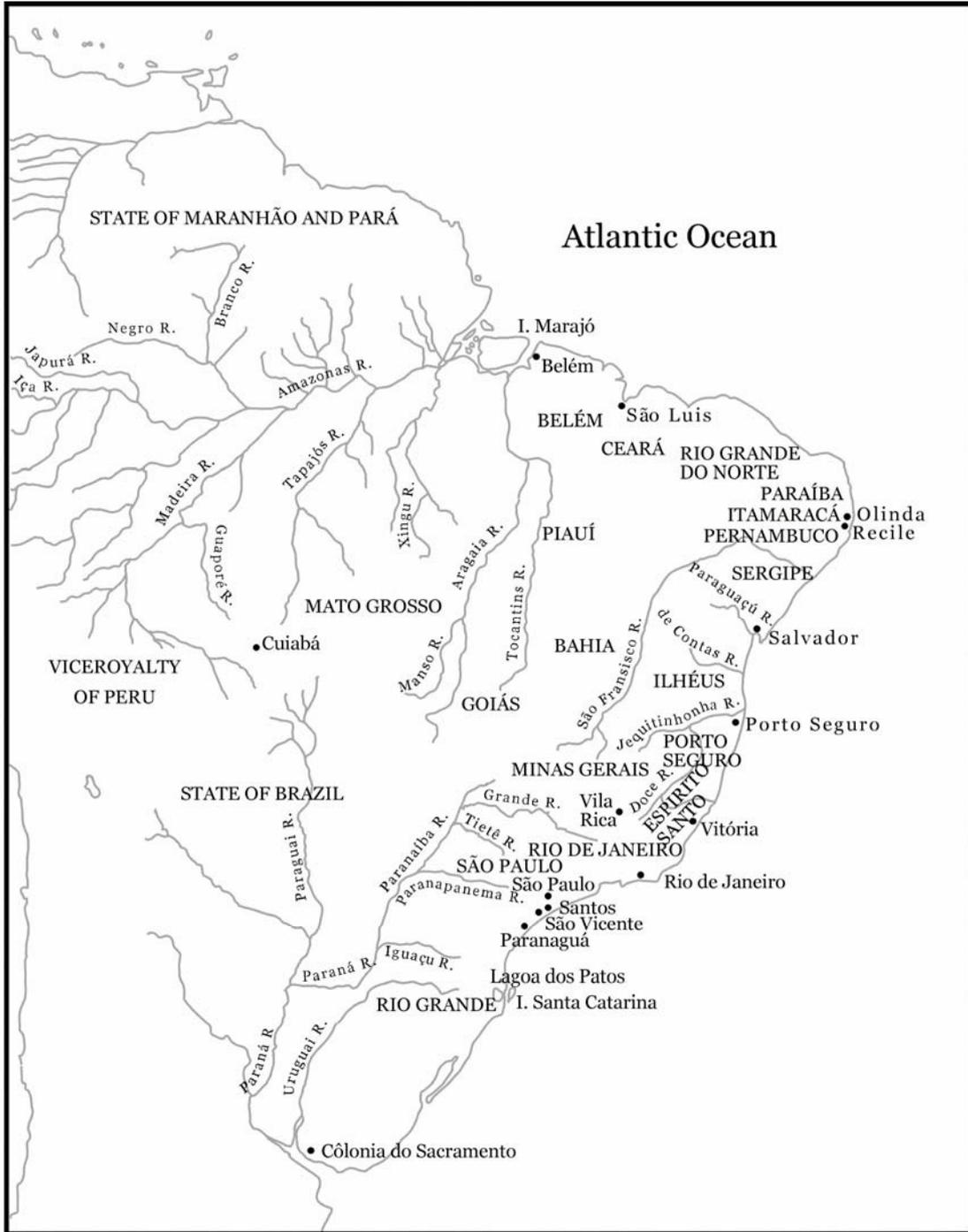
ZWARTJES, O. *The historiography of missionary linguistics*. In: *Historiographia Lingüística XXXIX*. 2/3. John benjamins publishing Company 2012. pp. 185-242.

_____. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550–1800*. (Studies in the History of the Language Sciences, 117.) Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2011.

_____. O. *The description of the indigenous languages of portuguese America by the jesuits during the colonial period – the impact of the latin grammar of Manuel Álvares*. *Historiographia Lingüística XXIX*: 1/2. John Benjamins, Amsterdam, 2002. pp. 19-70.

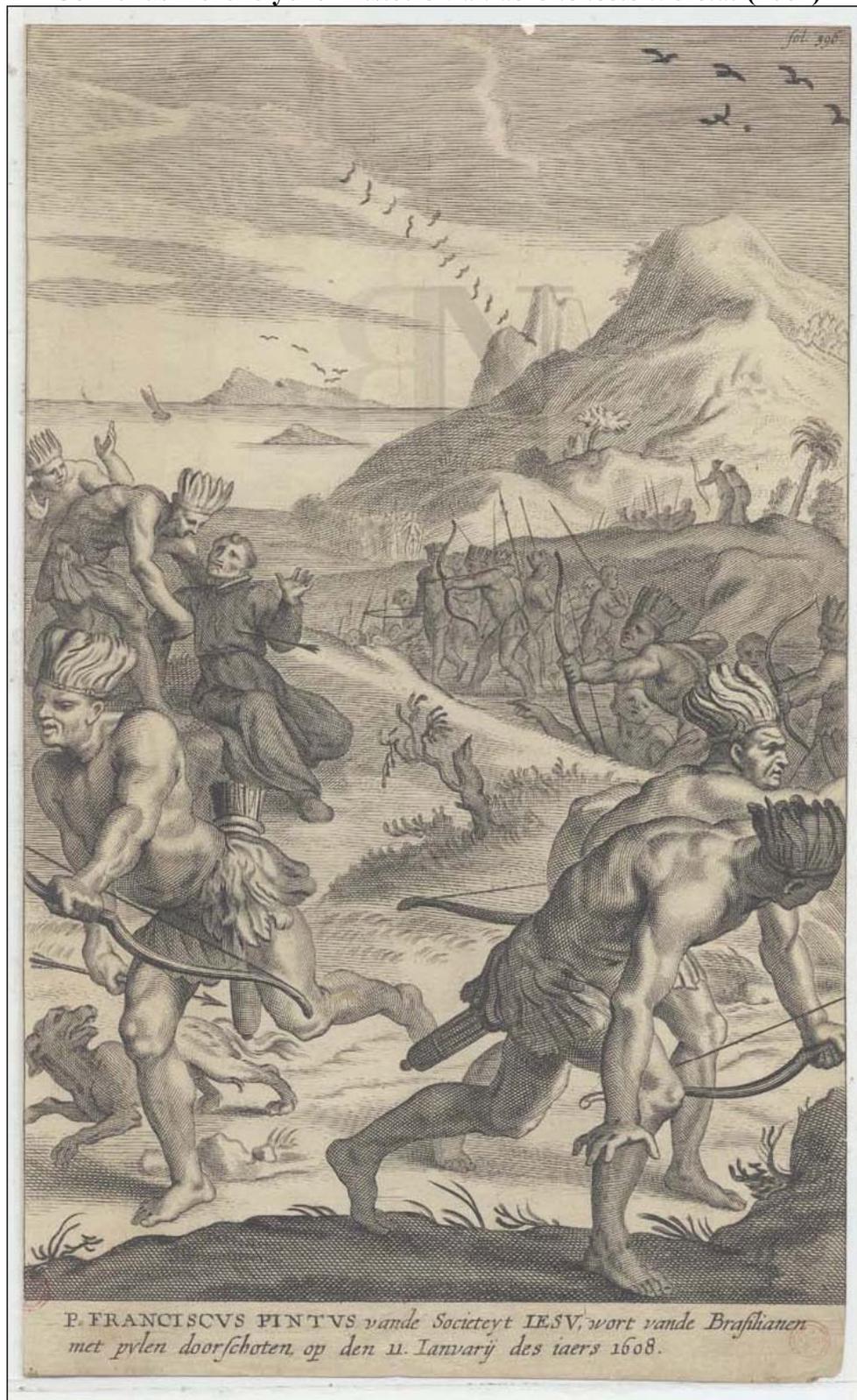
ZWARTJES,O.; HOUDHAVGEN, E. *Introduction*. In: *Missionary Linguistics/Lingüística Misionera 1: Selecte Papers from the First International Conference on Missionary Linguistics*, Olslo, March, 13th-16th, 2003. (Studies in the History of Languages Science, 106). Amsterdam &Philadelphia: Jhon Benjamins, 2004. pp. 1-5.

ANEXO 1- Mapa América Portuguesa, 1750



Fonte: Lee (2005)

ANEXO 3- Martírio do Padre Jesuíta Francisco Pinto. Imagem do livro de Cornelius Kerckelyche- *Histoire Van de Cheeele Wereldt* (1667)



Fonte: Martins (2009)

ANEXO 4 - Nas praias do Maranhão.

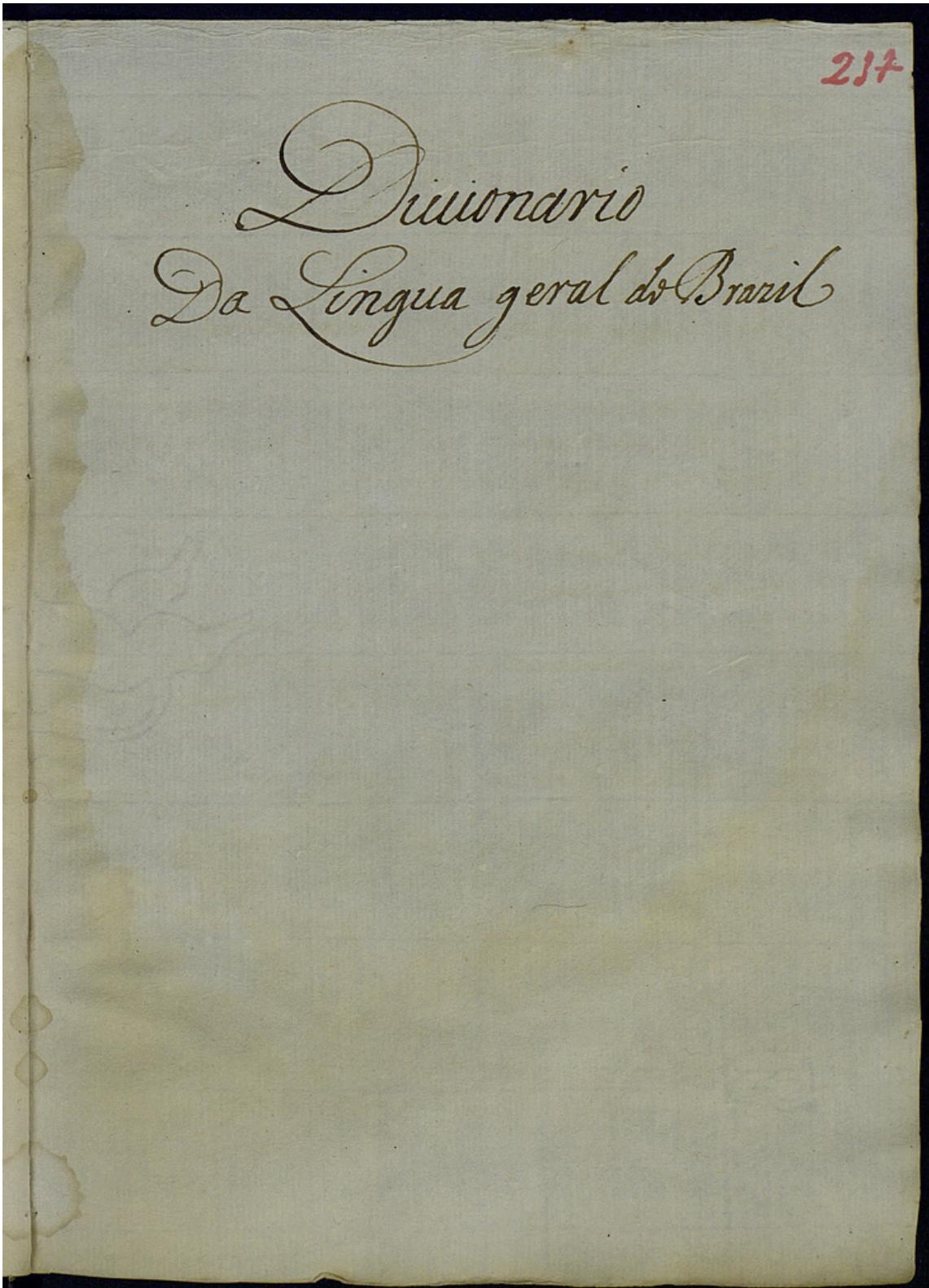
Embarque violento de Antônio Vieira no motim de 1661, movidos pelos colonos contra os Jesuítas, defensores do índios do Brasil.



Fonte: Leite (2004)

ANEXO 5 – Excertos do manuscrito

Página que abre o Diccionario da lingua geral do Brazil



370

Doutrina N. Idioma da Lingua Geral Cruz da Cruz

Sancta cruz = väangäsa recē = orepycy-
rön jepē = cupän oreiär = oreamotarejm-
sara = cui = Tüpa = Tãra = Esp. S. =
vëra pupē = Amen jery.

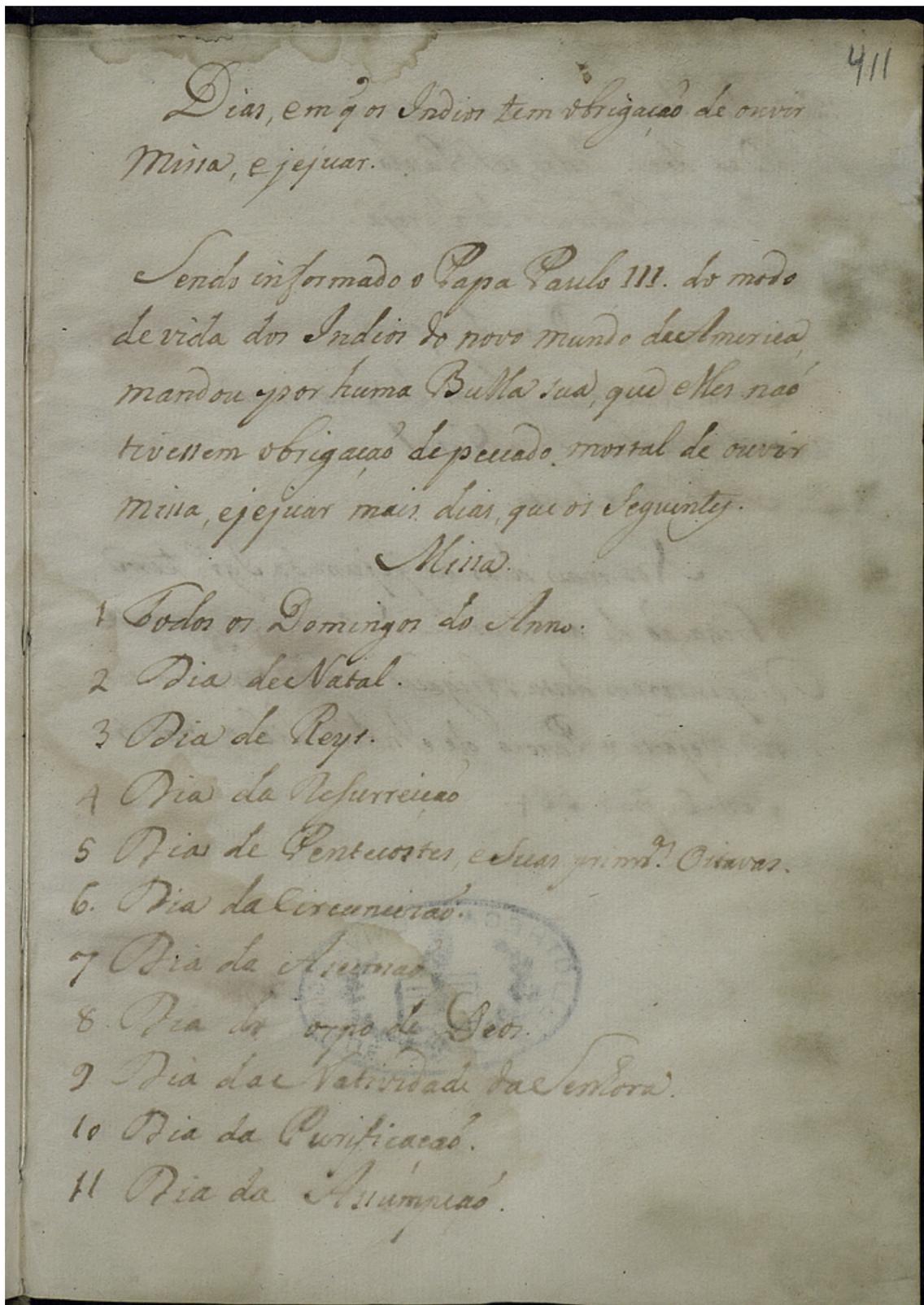
Padre Novo

Præ rüs = ysakypetocöar = imöelë pyramo
= nde vëra toicö = Tour nde Rejno. = Con-
Emonläng = nde remimatara = yype = y-
sakype = inlomonlänga iasē = ore xensü
= ära iasjönndära = cimëeng = Cori ore
se = ndenlirön = ore angaipäsa recē = ore
se = ore verecomemoäcära cupē = orienti-
rön iasē = ore moaxucäx umē jepē = tenta-
cäo pupē = orepycyrön jepē = msäe äisa
cui = Amen jery.

Prática para Dar a Bem MORRER.

X *exayra* = amoau = exemanô ipô cori
 = cõ imbaeccicãpa cui = tenclã umê = ndepya
 jãsa cecẽ = mbãã recẽ = jãnde pasẽ = jamañõ a
 rãma jaicõ = jãr ãr ramẽ = jãnde. Maãa marica cui
 = cõ ãra pãra arãma = Ougãna remimotãra xupi
 jã ãr = jã manõ arãma tenclã = Ougãna remimo-
 tãra xupi je ãre = mbãã recẽ Ougãna = jãnde ma-
 mbãre ramẽ ~~ta~~ cõ ãra pãre = nitõ jãnde man-
 sãre = jaicõ arãma igupẽ = te aujeramanclã
 = mbãã recẽ = aã Ougãna = jãnde monclãng
 = ysãkepe pãra arãma = jãmoitẽ oarãma aã-
 pe ixupẽ = garãsalẽ etã ixunãmo = cecẽã
 = X amomãẽu indẽso = tenclã umê ndepya jãsa
 = exemanõ recẽ = nããng ndepya = toãomonã-
 ng = Ougãna remimotãra = ejemocatũ coyr =
 mayãã = exemeãng oarãma = ndeãnga = Ou-
 gãna pãre = ikẽ jaicõ X exayra = ndepya ãn
 oarãma = X amopũ oarãma jurupaxi = nde arõ
 salẽ cui je ãre = eiendũ catũ X exayra = de
 nããnga ndepya cui catũ = eiãquisããr catũ cecẽ.

Actos de Je.



12. Dia da Anunciação da Senhora
13. Dia de S. Pedro, e S. Paulo.
14. Dia do Padroeiro da Igreja.

Dias de jejum.

1. Todas as Setas feiras da Quaresma.
2. A vigilia de Natal.
3. Sabbado Santo.

Nos mais dias de jejum da Igr.^a tem
a obrigação de abstinencia de carne; e para se
Dispensarem desta obrigação de não comerem car-
ne, veja-se o Paroico de Indios lib. 2. tit. 5.
ven. 6. pag. 564.



